

*ANAIS DO II ENCONTRO
NACIONAL DE HISTÓRIA DOS
ESTADOS UNIDOS*

Vol. 1 N.1. Dez.2015

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Instituto de História (IH)
Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS)

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

Anais

UFRJ

Reitor

Carlos Antonio Levi da Conceição

Vice-reitor

Antonio Jose Ledo Alves da Cunha

Diretor do Instituto de História

Fabio de Souza Lessa

Vice-Diretor do Instituto de História

Murilo Bon Meihy

Coordenação da Pós-Graduação em História social

Monica Grin

Vice-Coordenação da Pós-Graduação em História social

Marcos Luiz Bretas da Fonseca

Organizadores:

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

Carlos Vinicius Silva dos Santos

Tiago Gomes da Silva

Comissão Científica:

Bárbara Maria de Albuquerque Mitchell – UFRJ

Érika Rachel Guimarães Soares Alves - UFRJ

Fernando Luiz Vale Castro – UFRJ

Roberto Moll Neto– IFF

Rodrigo Farias de Sousa– Iuperj

Tatiana Poggi – UFF

ALVES JR, Alexandre G da Cruz; SANTOS, Carlos Vinicius Silva dos; SILVA, Tiago Gomes da. (Orgs.)

Anais do II Encontro Nacional de História dos Estados Unidos / Carlos Vinicius Silva dos Santos, Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior e Tiago Gomes da Silva (organizadores). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

276p.

ISSN: 2447-5122

Texto em Português.

1. História dos Estados Unidos. 2. II ENEUA. 3. IH/UFRJ.

SUMÁRIO

Autor/Título	Página
Armando Augusto Siqueira Guerra nas ondas do Rádio: A Rádio Clube De Pernambuco Durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1944)	1
Bruno César Leon Monteiro santos E Pluribus Unum: A mobilização Oneida para a Guerra de Independência Estadunidense (1770-1784)	16
Carlos Vinicius Silva dos Santos A Representação da cultura jovem dos anos 1960 através da produção cinematográfica	25
Diogo da Costa Salles Sergeant York: Jornada do herói no cinema de Guerra norte-americano	42
Fabício Paiva Araújo Memória e Trauma na Zona de Combate: Uma abordagem literária da Guerra do Vietnã	64
Gabriel Romero Lyra Trigueiro Edmund Burke nos EUA da Guerra Fria: Um Estudo de Recepção	79
Gabriela Xabay Gimenes O Pan-Americanismo Nas Páginas Do Jornal Chicago Tribune: A América Do Sul Na Exposição De Chicago (1889-1894)	92
Guidyon Augusto Lima Perspectiva Social Orgânica: A fé como agente construtor das comunidades Puritanas no Novo Mundo	106
Henrique Rodrigues Caldeira Ciência e Religião No Fundamentalismo Cristão (1910-1915)	116
Henrique R. de P. Goulart Civil Rights and Women's Activism at the Intersection of Local and National Mobilization	123

Lara Taline dos Santos	137
“Joy! Freedom Today! Hurrah For Uncle Abe”: Abraham Lincoln e as visões de liberdade das tropas negras da Guerra Civil Americana (1861-1865)	
Lucas Machado dos Santos	160
Modernidade, Ensaio e Poética no Prólogo Al Poema Del Niágara De José Martí	
Marcelle Braga	178
Abolicionismo, Antiabolicionismo e Mercado: Uma análise das repercussões de A Cabana Do Pai Tomás (1852) nos Estados Unidos	
Matheus Carletti Xavier	192
O legado da escravidão e os usos do passado sobre Abraham Lincoln	
Rodrigo Farias de Sousa	210
A Opressão Ideológica na Universidade Liberal: God And Man At Yale e o moderno conservadorismo	
Rodrigo Vergnhanini e Thiago Machado	231
Padrão de Crescimento da Renda e da riqueza norte-americana de 1980 até os dias de hoje: Dinâmica e Contradições	
Tiago Gomes da Silva	255
<i>Os Infiltrados</i> : Uma análise do contexto de Hollywood e dos Estados Unidos	

GUERRA NAS ONDAS DO RÁDIO: A RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1944)

Armando Augusto Siqueira¹

RESUMO

Após a chegada de Vargas ao poder, a censura foi a arma utilizada para neutralizar discursos contrários ao seu projeto de nação, controlando jornais e rádios, principais meios de comunicação da época. Foram criadas salas especiais dentro das rádios para controle dos censores sobre a programação das rádios. Com a Rádio Clube de Pernambuco não foi diferente. A P.R.A. 8 não escapou do controle e censura exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) instalado por Vargas nem pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) na Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco. Todavia, esta censura também estava atrelada ao contexto mais amplo do alinhamento do Brasil ao bloco dos Aliados durante a Segunda Guerra, abandonando sua posição de neutralidade no cenário do conflito mundial. Neste cenário, o nordeste brasileiro tornou-se ponto estratégico para a defesa americana contra as ações do Eixo devido sua proximidade com a África e sua posição favorável para a vigilância do Atlântico. Mas a defesa territorial por si só não era suficiente. Mais que isso, era necessário criar uma imagem negativa do Eixo e consolidar o *american way of life* como o novo paradigma a ser seguido. Para isso foi criado pelos Estados Unidos um birô interamericano, órgão que serviu para coordenar os esforços econômicos e culturais com a América Latina, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Este artigo pretende analisar o impacto da política da Divisão de Rádio do *Office* sobre a programação da Rádio Clube de Pernambuco entre 1942 a 1944, tendo como foco a análise da programação e da postura da emissora durante o conflito mundial.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial. Rádio. Censura. Office.

¹Mestrando em História, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: armandinho_recife@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a censura foi a principal arma utilizada para anular e neutralizar os discursos contrários ao seu projeto de nação. Desde o início do governo provisório até o fim do Estado Novo, o controle exercido pela censura ora foi mais intenso, ora foi mais disfarçado e maquiado, de acordo com as circunstâncias e conveniências. De início, coube a polícia a tarefa de censura e controle dos jornais e rádios, principais meios de comunicação e divulgação de ideias da época. Com o decorrer do tempo, foram adaptadas salas especiais dentro das rádios para que os censores ouvissem e controlassem a programação diária e, se necessário, relatassem alguma irregularidade. Com a Rádio Clube de Pernambuco não foi diferente. Pioneira no Brasil (iniciou suas atividades em seis de abril de 1919), a P.R.A. 8², como era conhecida, não escapou da rede de controle e censura exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) instalado por Vargas, assim como Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Pernambuco (DEIP-PE) na Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco.

Contudo, esta censura não estava somente relacionada ao controle e vigilância e do Estado Novo, mas sim a um contexto bem mais amplo e complexo, que tinha como pano de fundo a segunda guerra mundial e o alinhamento do Brasil ao bloco dos Aliados, uma vez que, a partir do momento em que o Brasil coloca os portos de Recife e Salvador a disposição da força naval norte americana que estava em serviço de patrulhamento no Atlântico sul em meados de 1941, o Brasil já se contrapõe aos países do Eixo, abandonando sua posição de neutralidade no cenário do conflito mundial.³ Esta posição viria a consolidar-se com o rompimento das relações econômicas e diplomáticas com o Eixo na terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanas realizada em janeiro de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a declaração do estado de beligerância contra os países do Eixo sete meses depois.

Neste cenário, o nordeste brasileiro tornou-se ponto estratégico para a defesa norte-americana contra as ações do eixo devido sua proximidade com a África e sua

²As emissoras de rádio possuíam prefixos que as identificavam entre as demais a nível estadual, nacional e também internacional. Estes prefixos foram criados pelo então Ministério da Viação no governo Vargas. Em meados da década de 30, o prefixo da Rádio Clube passa a ser o PRA 8. CÂMARA, Renato Phaelante. **Fragments da História do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1998, p. 49.

³ FONSECA, Manoel Felipe Batista da. **Base Fox: aspectos do estabelecimento e do desenvolvimento da base naval da U.S. Navy no Recife durante a Campanha do Atlântico Sul (1941-1943)**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2014.

posição favorável para a vigilância do Oceano Atlântico. Mas a defesa territorial por si só não era suficiente. Mais que isso, era necessário criar uma imagem negativa dos países do eixo, criticando seus valores e seus regimes totalitários que tanto atraíam a simpatia de generais das Forças Armadas e de membros do governo Vargas como Francisco Campos – autor da Constituição do Estado novo, conhecida como a “Polaca” - e instituir e consolidar o *American way of life* como o novo paradigma a ser seguido. Era também necessário travar e vencer a guerra no aspecto ideológico contra as forças do Eixo que estavam propagando-se pelo Brasil neste momento, encontrando-se em estagio de ascensão e ameaçando a influencia e a hegemonia norte-americana sobre a América Latina.

Com objetivo de obter êxito no campo ideológico frente ao eixo, o governo Roosevelt cria no dia 16 de agosto de 1940 um Birô:

Destinado a coordenar os esforços dos Estados Unidos no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina. Chefiado pelo jovem Nelson Rockefeller, essa superagência chamou-se a princípio *Office of Coordinator of Comercial and Cultural Relations between the American Republics*. Um ano mais tarde, o nome foi simplificado para *Office of the coordinator of Inter-American Affairs*, pelo qual ficou conhecido até o final da guerra.⁴

Dentre as suas principais divisões, havia a Divisão de Imprensa e Publicações que, juntamente com a divisões de rádio, tinha como objetivo a difusão de informações positivas sobre os estados Unidos através de uma rede de comunicação mantida pelo OCIAA e contra-atacar a propaganda do Eixo, além de difundir uma imagem positiva dos outros países latino-americanos nos Estados Unidos⁵. De acordo com o então diretor da divisão de rádio do *Office*, Dom Francisco, o radio ajudaria no sentido de criar uma opinião publica dinâmica no hemisfério ocidental, apoiando efetivamente o esforço de guerra das Republicas americanas, uma vez que a opinião publica informada rejeitaria a propaganda dos países do Eixo que atinge o continente.

Este artigo pretende analisar a programação da Rádio Clube de Pernambuco durante a Segunda Guerra Mundial (mais precisamente entre 1942 a 1944), tendo em vista a censura e controle do regime estadonovista sobre a emissora, as mudanças na programação durante o período supracitado e os programas relacionados ao conflito que foram irradiados pelas ondas da PRA 8.

⁴ MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 20.

⁵ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 55.

A PRA 8 E SUA ESTRUTURA

A Rádio Clube de Pernambuco fora fundada por Oscar Moreira Pinto, jovem telegrafista da marinha mercante que, em 6 de abril de 1919, cria a emissora juntamente com um grupo de amadores de recepção telegráfica, grupo este formado por pessoas influentes da sociedade pernambucana. Em 1937 a PRA8 tornou-se uma sociedade anônima, dispondo de uma considerável infraestrutura para a época, possuindo em suas instalações um transmissor de marca *Cinephon* com cem quilowatts de potência, o que permitia a emissora transmitir em ondas curtas não só para os estados do Nordeste como também para outros países, como na ocasião em que o navio de bandeira alemã *Teuto Karlos Hue* aportou no Recife em 1936, onde a Rádio Clube “transmite um programa especial feito com a tripulação do navio para uma emissora alemã. Pela qualidade da emissão, recebe diversas correspondências daquele país, saudando o acontecimento”.⁶

Possuía em seu acervo musical oito mil seiscentas e cinquenta partituras e uma discoteca com doze mil e duzentos discos, uma auditório com quarenta poltronas que permitia o público acompanhar os concertos e apresentações musicais feitas no estúdio principal da emissora, além de um estúdio auxiliar para as locuções.⁷ Além disso, a P.R.A.8 também possuía um serviço de gravação de discos e acetatos que fora inaugurado em seis de julho de 1936, tido como o primeiro sistema de gravações desse tipo no Nordeste⁸, possibilitando a emissora fazer várias gravações e registros fonográficos da época. Além dos alto-falantes instalados em Recife, a Rádio Clube também possuía outros alto-falantes instalados em cidades do interior de Pernambuco como Vitória, Caruaru, Catende, Garanhuns e Timbaúba⁹, irradiando sua programação com qualidade para o interior pernambucano.

O CONTROLE E CENSURA SOBRE AS NOTÍCIAS DE GUERRA NA P.R.A.8

Apesar de o varguismo não ser definido como um regime fascista por alguns autores, há um aspecto a ser considerado no que diz respeito à semelhança entre esses

⁶ CÂMARA, op. cit., p. 61.

⁷ MARANHÃO FILHO, Luiz. Raízes do Rádio. Olinda: Ed. do Organizador, 2012, p. 49.

⁸ CÂMARA, op. cit., p. 61.

⁹ Ofício enviado ao Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), Fábio Correia, em 6 de setembro de 1941. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

regimes: a propaganda política. Para o autor argentino Alberto Ciria¹⁰, o controle sobre a imprensa, a supressão das publicações opositoras e o uso dos meios de comunicação no sentido moderno são elementos que apontam para uma semelhança entre os regimes.

No regime estadonovista, o controle da imprensa e do rádio foi estabelecido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado em 1939 e que passou a incorporar as atribuições do antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Como afirma Capelato:

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.¹¹

Além da divisão de imprensa, divulgação, cinema e teatro, havia na estrutura do órgão a divisão de rádio, que visava o controle e o disciplinamento do rádio, principal meio de comunicação de massa da época. Desse modo, a censura se deu por dois meios: pelas ordens e determinações da divisão de radiodifusão do DIP sobre a programação das emissoras e da presença efetiva de censores nas emissoras. Salas especiais foram montadas para fiscalização da programação dentro das emissoras, exigindo dos profissionais do rádio procedimentos que ocultassem o conteúdo do censor nos programas irradiados¹². Poderia também ser feita através da designação de investigadores, como o Sr. Pedro Vieira de Lima, designado pelo então secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins em 3 de janeiro de 1940 para atuar como investigador especial junto a PRA 8.¹³

Todavia, a censura a PRA 8 não se resumiu a mera presença de investigadores e censores colocados dentro da emissora. A Rádio Clube de Pernambuco – assim como a imprensa pernambucana – foi alvo constante do controle do DIP durante o período em que o Brasil esteve alinhado ao bloco dos aliados na Segunda Guerra Mundial, principalmente no que se refere a notícias sobre a guerra.

Antes da tomada de posição do Brasil junto aos aliados, período em que o Brasil manteve a neutralidade no conflito mundial, já havia determinações do DIP em relação à movimentação de navios de bandeira norte-americana no porto do Recife. No

¹⁰ CIRIA, 1983 APUD CAPELATO, 2009. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 73.

¹¹ Ibidem.

¹² HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Peron. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 44.

¹³ APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

telegrama de 30 de dezembro de 1941, o diretor geral do DIP solicita ao interventor Agamenon Magalhães “que não seja divulgado nenhuma informação sobre navios mercantes ou de guerra de nacionalidade norte-americana mesmo depois de estarem no porto¹⁴.

Após o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil entra efetivamente na guerra ao lado dos aliados, ganhando importância no cenário do conflito mundial e tornando-se importante aliado para os Estados Unidos na defesa do Atlântico-Sul, principalmente no que se refere ao saliente nordestino, onde através de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, foram instaladas bases militares, em Natal e Recife para melhor defender o continente americano de ataques do Eixo.

No caso do Recife, vale salientar que esta cidade tornou-se uma importante praça de guerra no contexto da defesa do saliente nordestino empreendida pelos americanos. Com o abandono da neutralidade no conflito mundial, os americanos preparam-se para uma atuação mais efetiva contra as forças do Eixo, adquirindo antigas bases navais de outros países e construindo um grande número de bases no Atlântico e no Caribe para realizar uma melhor defesa e patrulhamento do Atlântico Sul, impedindo que a guerra chegasse ao seu território. Nesse contexto, a partir de 1941 o Recife torna-se sede de um complexo número de instalações militares e de apoio, sendo uma importante base naval da *U.S. Navy* instalada pelos americanos devido à localização geográfica estratégica do Recife para a defesa do Atlântico e também pela importância de seu porto¹⁵.

Desse modo, podemos associar a censura às notícias de guerra ao sigilo que deveria ser mantido em relação às operações e movimentações de tropas americanas em território brasileiro, evitando o vazamento de informações e a espionagem alemã que já se fazia presente no Brasil. Em telegrama de dezesseis de março de 1942 enviado pelo DIP ao DEIP de Pernambuco, o diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda proíbe expressamente de serem divulgadas notícias referentes a navios, aviões, movimento de oficiais, e movimentação de matérias primas estratégicas

¹⁴ Cópia de telegrama enviado pelo DIP ao DEIP-PE em 30 de dezembro de 1941. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

¹⁵ Acerca do estabelecimento, desenvolvimento e das funções da Base Naval da *U.S. Navy*, consultar a dissertação de mestrado de FONSECA, Manoel Felipe Batista da. **Base Fox**: aspectos do estabelecimento e do desenvolvimento da base naval da *U.S. Navy* no Recife durante a Campanha do Atlântico Sul (1941-1943).

pertencentes aos Estados Unidos e as nações aliadas¹⁶. Ações contra submarinos eixistas – assim como quaisquer ocorrências em águas brasileiras – não poderiam ser noticiadas antes de ser emitida nota oficial sobre o assunto, conforme ordem expressa pelo chefe do DIP, Lourival Fontes, ao chefe de polícia do Recife¹⁷. As bases americanas instaladas em território brasileiro através de acordos entre Brasil e Estados Unidos para a defesa do Atlântico Sul não poderiam ser noticiadas como sendo organizações militares americanas, mas sim como brasileiras, a fim de evitar detalhes em relação aos acordos de cooperação com os norte-americanos e manter a imagem da soberania brasileira durante o conflito mundial em relação aos Estados Unidos e as suas pretensões. Como determinou o telegrama de dez de junho de 1943 enviado pelo Exército brasileiro ao chefe do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Pernambuco, deveriam ser tomadas:

Providencias definitivas no sentido de que não mais tenha curso qualquer espécie de publicidade pela imprensa ou pelo *rádio* sobre bases navais e aéreas em nosso território sem qualifica-las como brasileiras. Cumpre asseverar que todas essas bases são nacionais e atualmente, por concessão especial do governo brasileiro estão sendo também utilizadas, a título transitório, pelas nações aliadas¹⁸.

Para uma análise mais pormenorizada da censura em relação às notícias da guerra no período, um episódio envolvendo os americanos aquartelados no Recife é digno de ser registrado. Trata-se de um incêndio de uma embarcação americana no porto do Recife. No mesmo dia do incidente, o delegado Fábio Correia, chefe de polícia de Pernambuco, emite uma nota à Rádio Clube, dizendo se tratar de um incêndio de um “navio petroleiro americano” que propagara-se a um dos armazéns do porto do Recife.¹⁹ O acontecido mobilizou as autoridades, sendo empregados “carros da Companhia de Bombeiros, militares do exército brasileiro, polícia civil e pessoal do serviço americano entre nós, dando-se forte combate às chamas. O incêndio da embarcação americana também mobilizou o Governo do Estado, o Comando Naval do Nordeste e o Comando da 7ª Região Militar, realizando-se uma investigação conjunta para apuração do acidente. De acordo com a investigação:

¹⁶ Cópia de telegrama enviado pelo DIP ao DEIP-PE em 16 de março de 1942. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

¹⁷ Telegrama enviado pelo DIP ao DOPS-PE em 30 de maio de 1942. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

¹⁸ Cópia do telegrama enviado pelo tenente-coronel do Exército Antonio José Coelho dos Reis ao chefe do DEIP-PE, Nilo Pereira, em 10 de junho de 1943. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

¹⁹ APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

O incêndio se manifestou após a ruptura de um recipiente durante o transbordo do combustível que, em consequência, se projetou violentamente em várias direções, atingindo o armazém nº2, o navio e uma locomotiva estacionada nas proximidades, cujo maquinista é um dos feridos. [...] Pelo que se apurou até agora, o sinistro teve uma causa fortuita, estando afastada a hipótese de sabotagem²⁰.

Porém, diante do controle e censura do DIP e DEIP sobre as notícias de guerra na imprensa pernambucana e no rádio, poderíamos questionar acerca do cumprimento das determinações destes órgãos pela imprensa e pela P.R.A. 8. As determinações do DIP foram realmente respeitadas e cumpridas de forma absoluta? Houve fiscalização ao cumprimento das determinações na Rádio Clube durante o período em questão? Dito de outra forma, poderíamos conceber a P.R.A 8 (assim como a imprensa pernambucana) como sendo um órgão meramente receptivo das determinações e ordens expressas do Departamento de Imprensa e Propaganda no que tange as notícias de guerra?

Se nos determos na análise da documentação referente ao episódio do afundamento do navio mercante americano, veremos que a censura não foi tão eficaz em relação à divulgação do incêndio da embarcação. Em telegrama enviado ao chefe do DEIP em quinze de maio de 1943²¹, o chefe do controle de Imprensa do DIP, Sampaio Mitke, solicita informações ao chefe do DEIP-PE, Nilo Pereira, para que este informe se foram retidos telegramas sobre o incêndio pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Pernambuco, a fim de evitar maior repercussão acerca do caso na imprensa e no rádio. A atitude das autoridades em relação às notícias acerca do incêndio foi enérgica, uma vez que o episódio envolvia um navio de bandeira americana num acidente em pleno desenrolar da guerra, podendo trazer várias implicações e suspeitas de sabotagem, além de ferir a imagem dos aliados – principalmente a dos Estados Unidos – no conflito mundial. Diante do pedido de manutenção de sigilo sobre o caso, podemos entender que, ao mesmo tempo em que houve um cuidado por parte do DIP para que não houvesse vazamento de informações, por outro lado, esta tentativa de controle pode indicar que houve quebra de sigilo por parte dos órgãos estatais, podendo haver vazamento de informações, difusão e repercussão de notícias de guerra no rádio.

Em resposta as determinações do DIP em relação ao caso, o delegado do DOPS-PE, Fábio Correia, determinou que fossem retidos os telegramas que havia

²⁰ Nota do Governo do Estado, do Comando da 7ª Região Militar e do Comando Naval do Nordeste distribuída pelo DEIP à imprensa sobre o incêndio de navio americano no porto do Recife. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

²¹ Cópia de telegrama enviado ao DEIP-PE pelo chefe da divisão de imprensa do DIP. APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

circulado anteriormente entre os órgãos estatais e de imprensa “até que se esclarecesse o caso, a fim de evitar apreciações ou comentários precipitados”²². Mas no mesmo documento, o delegado Fábio Correia afirma que “no dia imediato, dando publicidade ao fato, “*cessou, logicamente, qualquer restrição sobre o noticiário telegráfico*”, o que aponta para o vazamento de informações e a falta de sigilo em relação ao caso.

Mas a P.R.A.8 não foi somente alvo de controle e censura estabelecida pelo DIP e o DEIP-PE em relação ao noticiário de guerra. Com o desenrolar do conflito mundial, houve mudanças significativas em sua programação.

A GUERRA MUNDIAL NAS ONDAS DA PRA8

A Segunda Guerra Mundial ecoou de várias formas nas ondas da Rádio Clube de Pernambuco, repercutindo e alterando a programação da emissora durante o desenrolar do conflito. A programação musical foi um dos pontos que sofreu alteração nesse contexto. Impedidos de voltarem a sua terra natal devido ao conflito mundial, vários artistas passaram pelo Recife, fazendo várias apresentações artísticas no auditório da P.R.A.8. Companhias de óperas e operetas excursionam pelo Recife trazendo em seu repertório Franz Lehar, Puccini, Verdi e outros autores clássicos.²³ De acordo com Luiz Maranhão Filho:

A eclosão da guerra proporcionou ao Rádio Clube a formação de sua primeira orquestra sinfônica, polvilhada de sobrenomes estrangeiros que fizeram proles numerosas no Recife, quando aqui se retiveram sem condições de voltar à Europa. O maestro Felipe Caparrós e sua esposa Júlia vieram numa companhia espanhola de “zarzuelas”, outros chegaram em orquestras de óperas, de navios: quase todos ficaram. Samuel Gegna, Tomaz Babini, alguns deles.²⁴

A guerra também foi assunto nas crônicas irradiadas pela Rádio Clube, destacando-se as do médico pernambucano Otávio de Freitas Júnior que foram lidas na programação da P.R.A.8. A figura do “quinta coluna” é tema de uma de suas crônicas, associando o personagem à degeneração da cultura e do povo, concebendo-o como um “sabotador da democracia”, um “inimigo da libertação dos povos.”²⁵ Democracia e liberdade foram valores defendidos também nas crônicas *sobre a liberdade e os direitos do homem*, defendendo abertamente os valores incorporados pelos Aliados e criticando

²² APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº28626.

²³ MARANHÃO FILHO, 2012, op. cit., p. 55.

²⁴ Ibidem.

²⁵ APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

de forma mordaz o intervencionismo, militarismo e autoritarismo defendidos pelos países do Eixo:

Por mais violentos que tenham sido os antigos déspotas, ou sejam os contemporâneos fascistas, por mais aperfeiçoada que se tenha tornado a máquina da tirania, mais bizantina se mostra o faro policial dos nazismos, nada foi conseguido contra a liberdade de pensar. Ela é violentada pela máquina de propaganda dos ditadores, mas é impotente para dominar um espírito lúcido.²⁶

Contudo, se fizermos uma leitura dessas crônicas relacionando-as ao cenário político brasileiro e pernambucano da época, veremos que não se trata somente de um simples combate entre os valores do Eixo e o dos Aliados no contexto do conflito mundial, mas também de uma crítica indireta ao regime do Estado Novo e a Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco. Dessa forma, as crônicas de Otavio de Freitas Júnior lidas na Rádio Clube poderiam ser concebidas como uma crítica a ordem vigente, aproveitando-se as arestas e as brechas na programação da emissora e representando uma afronta ao regime centralizador e intervencionista instalado em Pernambuco.

O jornalismo também foi dinamizado e modificado na programação da P.R.A.8. O representante pioneiro dessa renovação foi Mário Libâneo, que veio do Jornal Diário da Manhã e passou a atuar como o primeiro radiojornalista de Pernambuco. Em seu programa *comentário internacional*, Mário Libâneo criou um dos primeiros programas locais relativos ao conflito mundial. Suas crônicas eram assinadas sob o pseudônimo de *Capitão Simas* e eram lidas pelo locutor Abílio de Castro.²⁷

Mas a grande renovação do radiojornalismo na Rádio Clube se deu com a chegada do Repórter Esso nas ondas da emissora. Para o jornalista Luiz Maranhão Filho:

O grande impulso do jornalismo se deu mesmo com a chegada da guerra, quando o Rádio Clube conquistou a primeira conta publicitária nacional: a Standard Oil Company of Brazil. Com seu “Repórter Esso”. Foi a era da “United Press”, da escuta telegráfica, do locutor exclusivo. O “Esso” abriu a era dos jornais falados, com linguagem própria do rádio; a ênfase, a manchete, o “clima na voz”.²⁸

Na medida em que o conflito mundial caminhava para o seu desfecho e a participação/colaboração do Brasil junto ao bloco dos aliados tornava-se mais efetiva, o controle a censura do DIP também tornou-se maior em relação a programação das rádios brasileiras. Em dezessete de abril de 1943, o DOPS-PE envia uma cópia das

²⁶ Ibidem.

²⁷ MARANHÃO FILHO, 2000, op. cit., p. 56.

²⁸ MARANHÃO FILHO, 2012, op. cit., p. 53.

“instruções sobre matéria cuja publicação fica expressamente vetada” que fora fornecida pelo DIP as rádios e aos jornais, contendo uma lista com uma série de matérias proibidas de serem veiculados na imprensa e no rádio, tais como: movimentação de militares brasileiros e americanos, localização de bases militares das forças armadas, destino de material bélico, navios e de tropas brasileiras e americanas, comentários depreciativos em relação à política militar brasileira, entre outros²⁹. Houve também censura no tocante a programação musical, proibindo-se “a irradiação de canções populares e militares em língua alemã ou italiana” e das “óperas de Wagner cantadas em alemão ou italiano”³⁰.

Vale também mencionar o aumento do número de programas dedicados a guerra em detrimento de programas jornalísticos locais e musicais na programação da P.R.A.8. Além dos programas *Alô, América, O momento da pátria* e *Fora do Eixo*, foram acrescidos a programação da Rádio Clube os programas fornecidos pelo DIP (que eram transmitidos por irradiação através da estação de rádio do DIP ou por gravações enviadas a Rádio Clube) os programas *A marcha da guerra, Boa Vizinhança, Espírito de Vitória* e *A Marcha do Tempo*³¹. No programa *Espírito de Vitória* os ouvintes ficavam informados do papel da resistência em países dominados pelos nazistas. Já no programa *A Marcha do Tempo*, os ouvintes eram informados sobre “as escolas para tripulantes de submarinos, a produção de alimentos em tempos de guerra, a situação dos católicos na Alemanha, a guerra no deserto, o trabalho das enfermeiras americanas e as vitórias americanas no pacífico”³².

Com esta programação recebida, a Rádio Clube de Pernambuco passou a ser alvo da política cultural estabelecida pelo *Office of Coordinator of Interamerican Affairs*, órgão criado pelo governo Roosevelt para “promover medidas de curto e longo alcance para recuperar as economias combalidas dos vizinhos latino americanos”, como também “realizar um programa educacional, de relações culturais, de informação e de propaganda”³³. Mas na realidade, como afirma Gerson Moura, estes programas de cooperação e solidariedade hemisférica tornaram-se instrumentos para atingir outros fins, como o enfrentamento do Eixo no plano internacional e a consolidação do Estado

²⁹ APEJE, DOPS-PE, DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

³⁰ Ofício enviado pelo DIP ao DEIP-PE em 18 de setembro de 1944. APEJE, Fundos Diversos, Interventoria, Fundo nº 5.

³¹ Ofício enviado pelo DIP ao DEIP-PE em 18 de setembro de 1944. APEJE, Fundos Diversos, Interventoria, Fundo nº 5.

³² TOTA, op. cit., p. 150.

³³ MOURA, op. cit., p. 21.

norte-americano como grande potencia dentro do contexto da política da Boa Vizinhaça estabelecida pelos Estados Unidos em relação as repúblicas latino-americanas, orientação que substituiu a política mais agressiva e ostensiva do *Big Stick* (grande porrete).

A atuação da Divisão de Rádio do *Office* foi relevante na medida em que produziu vários programas em resposta a programação enviada pelas rádios do Eixo para o Brasil, em especial a Rádio Berlim, que já havia transmitido a copa do mundo de 1938 para o Brasil (inclusive para a Rádio Clube de Pernambuco) e algumas produções em português como *A Maricota*, programa satírico que depreciava costumes brasileiros, atos e fatos vinculados ao Estado Novo.³⁴

Através da Divisão de Rádio do *Office*, vários programas foram encomendados e enviados ao Brasil. Como afirma Tota:

Os programas produzidos nos Estados Unidos eram enviados ao Brasil por diferentes vias: transmissões diretas por poderosas estações localizadas nos Estados Unidos, que poderiam ser captadas pelos ouvintes que tivessem aparelhos adequados; retransmissões por estações locais filiadas à rede da CBS ou da NBC; envio de roteiros dos centros produtores do *Office*, para serem utilizados pelas estações brasileiras; programas produzidos aqui, sob a supervisão do *Office*.³⁵

Fazia-se necessário organizar e aprimorar a propaganda política norte-americana através das ondas do rádio, uma vez que, diferentemente da radiodifusão alemã que já estava voltada para a propaganda política que exaltava os valores do nazifascismo, a radiodifusão norte-americana ainda possuía um caráter meramente comercial. Para Marquilandes Borges de Souza, a ação da Divisão de Rádio do *Office* no Brasil “fez parte de um projeto maior em que diferentes meios se uniram para propagar a mensagem da solidariedade hemisférica e da oposição ao nazifascismo”.³⁶ Mais do que uma ação isolada, o objetivo era propagar o *American Way of Life* através das ondas do rádio dentro do contexto do conflito mundial que estava se desenrolando, divulgando-se o esforço de guerra americano, as potencialidades dos aliados e da indústria bélica americana e sua mobilização. Pois:

Se o americanismo baseava-se na ideia geral de progresso técnico e material, a guerra oferecia a oportunidade de evidenciar a potencialidade da indústria dos Estados Unidos. O que se queria mostrar para os latino-americanos é que só ela poderia derrotar o Eixo.

³⁴ MARANHÃO FILHO, Luiz. Testemunho: memórias do *dial* pernambucano. IN: GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Orgs.). **Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 185.

³⁵ TOTA, op. cit., p. 77.

³⁶ SOUZA, Marquilandes Borges de. **Rádio e Propaganda Política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra**. São Paulo Annablume; FAPESP, 2004, p.131.

Não foi difícil para os funcionários do OCIAA, trabalhando nos estúdios radiofônicos de Nova York, “fabricar” um grande número de programas com essa ideia³⁷.

Os programas americanos enviados a Rádio Clube de Pernambuco – juntamente com as revistas *Seleções* e *Em Guarda Para a Defesa das Américas* que já circulavam com frequência no Recife, assim como alguns filmes americanos – foram também fundamentais no sentido de contribuir com a propagação do americanismo no Recife de então, trazendo o *American Way of Life* como paradigma ideal de consumo em oposição aos valores do Eixo, vendendo-se as ideias de progresso, dinamismo, consumo e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rádio Clube de Pernambuco era uma das principais emissoras de rádio do nordeste e do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Com estrutura e aparelhagem considerável para a época, a PRA8 irradiava sua programação não só a nível de nordeste, mas também a nível nacional e internacional através da transmissão em ondas curtas, o que a colocava no patamar das principais emissoras brasileiras da época.

Com o desenrolar do conflito mundial, a programação da Rádio Clube alterou-se consideravelmente, havendo mudanças na programação musical e no radiojornalismo, principalmente com a transmissão do *Repórter Esso*, programa que insere a PRA8 na inovação do radiojornalismo da época e no circuito das agências internacionais de notícias. Este período coincide com a fase de profissionalização e consolidação da emissora, apresentando evolução tanto em sua infraestrutura como também em seus profissionais.

O controle e a censura do DIP sobre a Rádio Clube de Pernambuco foi se intensificando na medida em que o conflito mundial caminhava para o seu desfecho, principalmente depois que o Brasil abandona a posição de neutralidade e entra na guerra ao lado dos Aliados. O regime de Interventoria de Agamenon Magalhaes em Pernambuco também atuou de forma efetiva no controle, investigação e censura através do DEIP e do DOPS sobre a Rádio Clube, uma vez que a emissora, além de ser a principal Rádio do nordeste, era o principal meio de comunicação de massas e de

³⁷ TOTA, op. cit., p. 145.

informação na capital pernambucana, irradiando sua programação em ondas curtas em longo alcance.

Através dos programas produzidos em português nos estúdios norte-americanos que eram enviados às principais emissoras brasileiras, a PRA8 foi alvo da ação da Divisão de Rádio do *Office*, órgão criado pelo governo Roosevelt no contexto da política da Boa Vizinhança para divulgar uma imagem positiva dos Estados Unidos nas republicas latino-americanas, construindo e propagando o *American Way of Life* como paradigma ideal a ser seguido em oposição aos valores do Eixo. Desse modo, a Rádio Clube de Pernambuco também serviu como um meio relevante na propagação do americanismo pelas ondas do Rádio durante a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista o alcance e a importância do rádio como principal meio de comunicação de massas da época, o que permitia levar a mensagem do americanismo para os milhares de ouvintes do rádio que acompanhavam atentos o noticiário e a programação voltada para a Guerra Mundial naquele momento.

FONTES

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, Pernambuco, Brasil

Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP-PE, Prontuário Funcional nº 28626.

Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

Fundos Diversos

Interventoria, Fundos 5 e 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA, Renato Phaelante. *Fragments da História do Rádio Clube de Pernambuco*. Recife: CEPE, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Orgs.). *Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MARANHÃO FILHO, Luiz. *Memória do Rádio*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2000.

_____. *Raízes do Rádio*. Olinda: Ed. do organizador, 2012.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SOUSA, Marquilandes Borges de. *Rádio e Propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

***E PLURIBUS UNUM: A MOBILIZAÇÃO ONEIDA PARA A GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA ESTADUNIDENSE (1770-1784)***

Bruno César Leon Monteiro Santos

Mestrando em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)

leonb79@gmail.com

RESUMO

Quais foram as razões que levaram os índios oneidas, ao contrário da maioria dos demais grupos iroqueses, a se aliarem à causa dos colonos na Independência Estadunidense? As pesquisas históricas tradicionais atribuíam tal mobilização sobretudo à influência do missionário presbiteriano Samuel Kirkland. No entanto, através dos aportes metodológicos da Etno-história, novos trabalhos passaram a enfatizar os objetivos dos próprios indígenas na tentativa de compreender as suas ações diante do processo em questão. Neste caso, depreendeu-se uma dinâmica própria dos oneidas a partir de suas constantes negociações políticas, redes comerciais e traduções religiosas não somente com os outros grupos indígenas, mas com os colonos e os agentes do Império Britânico. Para se chegar a estas constatações, as fontes utilizadas foram as correspondências trocadas entre os líderes do movimento e, principalmente, o diário produzido pelo próprio Kirkland entre 1770 à 1784, período em que ele viveu entre os oneidas. Portanto, para maior compreensão deste processo, precisamos ampliar o quadro de análise, considerando a trajetória histórica tanto do missionário quanto do grupo indígena em questão.

Palavras-chave: Independência Estadunidense. Missionarismo. Oneida. Samuel Kirkland.

Quais foram as razões que levaram os índios oneidas, ao contrário da maioria dos demais grupos iroqueses, a se aliarem aos colonos no processo de Independência Estadunidense? A explicação tradicional atribuía tal união simplesmente à influência do religioso Samuel Kirkland. No entanto, para compreendê-la melhor, precisamos ampliar o quadro de análise, considerando tanto a trajetória histórica do missionário quanto a dinâmica da sociedade em questão.

Estabelecidos em New York, os iroqueses se constituíram originalmente enquanto confederação a partir da identificação política e cultural entre os grupos Cayuga, Mohawk, Oneida, Onondaga e Seneca. Mais tarde, com a adesão dos Tuscarora (1722), tornaram-se conhecidos também sob a alcunha de *Six Nations*. Em 1773, Sir William Johnson (superintendente do *Indian Affairs of the British Colonies*) estimou a população iroquesa em “pelo menos dez mil almas, ...os senecas sozinhos são metade desse número” (O'CALLAGHAN, 1856-1887, p.458). Já Oneida ocupava uma segunda posição, contando com cerca de 1.500 pessoas, seguida por Cayuga, Onondaga, Mohawk e Tuscarora.

Dentre as relações intra-iroqueses, os oneidas construíram os seus laços mais fortes com os onondagas, através de casamentos, e com os tuscaroras que ocuparam as terras doadas por eles e por isso, geralmente seguiam suas políticas. Outros índios que viveram entre os oneidas e estabeleceram laços de amizade com eles, foram alguns stockbridges, enviados pelos colonos para angariar apoio Iroquês.

O que diz respeito as circunstâncias diretas, os colonos desenvolveram com os oneidas uma rede político-econômica, fazendo com que se estabelecesse uma clara oposição à própria relação oneida-iroquês. Esforços foram realizados tanto pelos colonos, para abastecer Oneida com bens e serviços como pelo próprio Congresso Continental, que em 1775 buscou incentivar o comércio com os indígenas. Devido a essa aproximação, os iroqueses foram gradativamente perdendo a confiança nesta nação confederada, como mostra uma declaração de 1775, onde Cayuga e Onondaga acusam Oneida de distanciamento do “antigo fogo do Conselho em Onondaga” (GRAYMONT, 1972, p.86).

Além disso, uma das principais causas que contribuíram para o fortalecimento do vínculo entre oneidas e colonos, fora o tratamento dispensado pela diplomacia britânica. Os oneidas se encontravam insatisfeitos com a política fiscal praticada pela Inglaterra e que afetara, não somente os colonos, como o fluxo de bens para as terras oneidas. Assim como, estavam descontentes com os limites territoriais de Oneida

determinados, em 1768, pelo Tratado de Ft. Stanwix, onde prevaleceram os interesses britânicos, então representados por William Johnson, sobre os oneidas, ademais o ínfimo apoio prestado pelos confederados iroqueses sobre o tema. Em vista dos fatos, tanto britânicos como iroqueses, gradativamente, foram perdendo espaço para dialogar com os oneidas. Concomitantemente, estes estabeleceram ligações cada vez mais fortes com os colonos, a partir de redes de comércio vigentes antes mesmo do início dos conflitos da Independência Estadunidense.

Apesar dos laços de amizade que foram gradativamente se consolidando, a guerra também era um importante elemento cultural entre os iroqueses, exaltando os guerreiros e os demais comportamentos a ela relacionados. A história iroquesa é rica em relatos de vitórias contra uma série de adversários, seja indígenas, seja europeus, como holandeses, franceses e mesmo ingleses. Daí, os iroqueses serem considerados uma das mais respeitáveis organizações militares no Estado de New York e, em razão disso, nas vésperas da Independência Estadunidense, tanto ingleses como colonos decidiram buscar o seu apoio.

Assim, uma intensa luta diplomática teve início. De um lado, os britânicos argumentaram “com um número distinto de vantagens” (MOHR, 1933, p.40). Além da possibilidade de fornecer bens e serviços aos iroqueses, contavam com um histórico de sucesso em guerras. Além disso, afirmaram que, em caso de vitória dos colonos, logo estes confiscariam as terras indígenas. Os colonos, por sua vez, disseram que a autonomia iroquesa dependia diretamente da independência colonial e se apresentaram como capazes de fornecer bens e serviços, derrotar os ingleses desde que apoiados pelos franceses (motivo pelo qual os oneidas criaram grandes expectativas) e financiariam as missões de Kirkland. Mas afinal, quem foi Kirkland e o que ele representou para os oneidas?

Ministro congregacional dissidente, adepto da vertente da “Nova Luz”, Samuel Kirland nasceu em 1741, e viveu entre os oneidas de 1766 até sua morte em 1808, ou seja, em torno de 42 anos. A ele é atribuído por inúmeros historiadores o papel de principal agente responsável pelo engajamento de Oneida à causa da Independência Estadunidense. Para se compreender, antes de tudo, sua realidade de mundo influenciada ideologicamente na onda de reavivamento religioso da década de 1730, conhecida como *Great Awakening*, se faz necessário reconhecer aquelas personagens que possibilitaram a Kirkland percorrer este caminho.

Daniel Kirtland, pai de Samuel, apesar de não ser adepto do movimento em termos radicais, tinha como amigo um líder influente do grupo em Connecticut: Eleazar Wheelock. Este ministro religioso começou a se envolver com a educação indígena a partir de 1743, foi tutor de Samson Occom (um índio mohegan) e exerceu grande influência sobre Samuel, chegando a financiar parte de seus estudos religiosos. Espelhando-se em Wheelock, Kirkland buscou converter os índios ao cristianismo e, em novembro de 1761, empreendeu uma viagem a terras mohawk com um companheiro oriundo de tal região. Este, mais tarde, se tornaria seu maior rival no que diz respeito à mobilização indígena para a guerra de independência estadunidense: Joseph Brant.

Em 1764, sob permissão de Sir William Johnson, Kirkland começou suas próprias missões entre os Senecas, atividade que durou até 1766. Neste mesmo ano foi oficialmente ordenado como ministro presbiteriano (19 de Junho) e, logo, deu início a uma outra missão, agora entre o povo Oneida (1 de Agosto). Esta, por sua vez, o tornaria reconhecido entre os meios políticos e religiosos da época.

Antes do processo de Independência Estadunidense, Kirkland vivera com os Oneida por cerca de dez anos e fora um líder bastante atuante e influente. Afinal, ele não tentou impor modificações totalizantes a cultura oneida, adaptando-se, inclusive, a algumas de suas expressões. Já nos primeiros anos de convivência se vestia com trajes típicos: “achei necessário e conveniente nos dois primeiros anos da minha missão... colocar roupa indígena” (PILKINGTON, 1980, p.313). E chegou a aprender a falar o dialeto oneida. Além de lidar com as questões religiosas e de ensino, aconselhou tanto *sachems* (posições de liderança transmitidas de forma hereditária pelas matriarcas) como guerreiros, definiu regras sociais (abolindo o consumo de bebidas alcoólicas) e usufruiu até de determinada autoridade econômica na medida em que fornecia ferramentas e alimentos aos oneidas. Com uma característica semelhante, sua esposa Jerusha também exerceu um papel de influência política considerável, particularmente entre as mulheres oneidas.

Em *An Explanation for the Oneida-Colonist Alliance in the American Revolution*, David Levinson interpreta que uma menor resistência dos oneidas em face da interferência em sua realidade causada através da pregação cristã por Kirkland deveu-se às atividades dos missionários que, em longo prazo, o antecederam. Oneida foi visitada por três grupos missionários em momentos distintos: os jesuítas, os anglicanos e os não-conformistas (congregacionais e presbiterianos). Por isso, foi no início que as missões cristãs esbarraram em maiores dificuldades, principalmente culturais, para a

implementação de mudanças de cunho duradouro entre os Oneidas: desde a comunicação, perpassando as práticas litúrgicas, até a construção de igrejas e escolas.

Um dos mais bem-sucedidos religiosos deste período foi Elihu Spencer e sua conversão de maior notoriedade se deu com Peter Agworondougwas, mais conhecido como "Good Peter", um chefe Oneida. Ele se tornou um importante líder religioso entre o seu grupo, sendo, inclusive, acompanhado por Samson Occom em 1759. Contudo, o maior esforço missionário antes da chegada de Kirkland foi realizado por Eli Forbes e Asafe Rice em 1762 e 1763. Eles estabeleceram uma igreja, criaram duas escolas e encorajaram "Good Peter" a continuar sua obra. Com isso, antes da chegada de Kirkland, encontramos missionários que já haviam exercido diversas atividades e alcançaram consideráveis transformações em Oneida, como: tornar comum aos olhos dos nativos a presença de religiosos cristãos na região, a conversão de parte dos indígenas ao cristianismo (e conseqüentemente o apoio de algumas de suas lideranças como "Good Peter") e o estabelecimento de instituições de ensino, "em 1765 havia 127 crianças oneida e mohawk freqüentando a escola" (HALSEY, 1901, p.78).

Alguns índios se sentiram confusos com a apresentação de tantas vertentes cristãs. Inclusive, durante a missão de Kirkland, alguns oneidas se sentiram mais atraídos ao catolicismo (através do contato com os missionários franceses do Canadá na fronteira ao norte do território Oneida), por "não exigir grandes alterações no seu estilo de vida tradicional" (AXTELL, 1985, p.277-286). Isto gerou um grande cisma entre os oneidas no final da década de 1780, resultando em três grupos: um que manteve suas tradições religiosas, um católico e outro presbiteriano. A somar-se a estas, uma quarta força resultou de uma religião sincrética, ou seja, misturando elementos tanto da religião oneida como do cristianismo.

Na tentativa de atrair adeptos ao presbiterianismo, Samuel Kirkland se interessou em educar e ensinar novas habilidades (tais como a agricultura) aos oneidas, como também investiu seus esforços na conversão e na comunhão destes. Todavia, o missionário percebeu um número bem maior de indivíduos do sexo feminino do que masculino freqüentando suas liturgias. Então, como elucidar esse aparente desinteresse dos homens oneidas pela religião pregada pelo missionário? A explicação encontra-se em *Samuel Kirkland's mission to the Oneidas, 1766-1808* de James Gregory Mitrano, onde ele apresenta pormenores, inclusive estatísticos, de uma crise interna dentro de Oneida em busca da liderança política.

Desde a formação da Confederação Iroquesa sua administração política fora baseada em um grande conselho formado por *sachems* de todas as nações que a compõe. Esta liderança também se refletia na política adotada pelos oneidas. Porém, ao longo do século XVIII, o poder político oneida foi abalado por tensões e conflitos entre os tradicionais líderes civis (*sachems* e chefes) e o grupo militar (caçadores e guerreiros), naquele momento, em ascensão econômica. Antes e durante a Independência Estadunidense, os caçadores e os guerreiros foram alavancados pelo lucrativo comércio de peles, baseado em uma economia euro-americana, fazendo com que produzissem acima da escala de subsistência e consumissem bens de luxo, o que aumentou o seu prestígio social.

Com isso, o comércio de peles exacerbou também as rivalidades entre tribos, fazendo com que aquelas aliadas comercialmente aos europeus (principalmente de origem inglesa, francesa e holandesa) tivessem acesso a mais armamentos. Foi o caso dos iroqueses, que angariaram relevante poderio político-militar para a confederação a ponto de subjugar os povos vizinhos por meio de guerras e garantirem o pagamento de tributos por estes, assim adquirindo o monopólio do comércio de peles em toda New York.

A princípio, parece que Kirkland surgiu em um momento oportuno e se aproveitou da fragilidade da situação política interna em Oneida, manifestada principalmente pela rivalidade entre líderes tradicionais e grupos militares para lançar mão de sua teologia e assim converter seguidores. No entanto, ao pregar o cristianismo, Kirkland desejava que os oneidas renunciassem à sua religião tradicional e assim “atacou a base simbólica da estrutura política, afetando, portanto, os líderes civis tradicionais” (CAMPISI, 1974, p.67).

A religião pregada por Kirkland aparentou atacar a autoridade política já existente. Com isso, alguns historiadores inicialmente deduziram que o missionário ofereceu subsídios para que os caçadores e os guerreiros se posicionassem a seu favor. Dessa forma, este grupo militar, barrado da participação política, poderia aderir a religião de Kirkland como uma estratégia de desafiar a hegemonia política dos líderes civis e controlar o sistema político Oneida.

Outra situação que parece corroborar esse argumento aconteceu em 1770, quando se travou uma contenda entre Kirkland e Sir William Johnson, e este foi incapaz de conter a invasão por colonos brancos no Vale de Susquehanna, território oneida considerado como “as melhores áreas para a prática da caça” (MITRANO, 1993, p.23-

25). Receosos quanto à eficácia do superintendente britânico, os caçadores e guerreiros oneidas decidiram tomar partido na situação e prestaram apoio a Kirkland, então em oposição direta a Johnson. Contudo, esta adesão foi apenas um meio do grupo militar mostrar seu descontentamento, excepcionalmente, restrito a tal incidente e não a missão de Kirkland como um todo.

De fato, os líderes militares decidiram por não apoiar Kirkland de forma integral, principalmente porque ele preconizava um estilo de vida agrário (agrarianismo), o que decorria suprimir a existência e conseqüentemente o prestígio, em desenvolvimento, dos caçadores e guerreiros. Enfim, Kirkland buscou estimular entre os oneidas a agricultura, em detrimento da caça e da guerra. Não fora o único missionário a tomar esta posição desafiadora, já que, em sociedades indígenas, ambas as práticas não somente eram indissociáveis, como se constituíam “dois aspectos da mesma atividade” (AXTELL, 1985, p.58). Com isso, o grupo militar oneida não tinha razões para apoiar o missionário efetivamente, pelo menos, do período da sua chegada até o fim do processo de Independência Estadunidense (1766-1783).

Então, como se compôs o corpo de cristãos do gênero masculino convertidos por Kirkland? No que condiz ao período de antes e durante a Independência Estadunidense, a maioria dos oneidas que aderiram ao cristianismo missionário de Kirkland eram chefes ou *sachems*. Ao contrário dos guerreiros cristãos, cujo apoio à missão de Kirkland só foi identificado após a Independência. Antes disso, não há registros sobre a adesão de nenhum cristão guerreiro. Esta evidência corrobora, portanto, que os líderes oneidas tradicionais estavam mais preocupados em preservar suas respectivas posições e status, utilizando o cristianismo mais como um meio para isso, do que propriamente estarem incomodados com as modificações que sua religião tradicional poderia sofrer.

Já no plano externo, frente a guerra de Independência Estadunidense que se mostrava iminente, em um primeiro momento, a 28 de junho de 1775, os oneidas declararam-se neutros. No entanto, no conselho iroquês que veio a ser convocado no Castelo Onondaga em janeiro de 1777, as respectivas nações declararam oficialmente suas preferências: Mohawk, Seneca, Cayuga e Onondaga, enfim, a maioria das nações iroquesas, articulou-se em prol dos ingleses; enquanto Oneida e Tuscarora, embora sob uma pressão considerável, engajaram-se junto aos colonos. Deste modo, assim que se desfez o conselho, também chegou ao fim a Confederação Iroquesa.

A participação efetiva dos oneidas no período das guerras da Independência Estadunidense se deu a partir do exercício de uma série de atividades: mensageiros, guias, intérpretes, informantes, espiões, representantes diplomáticos e guerreiros. Quanto aos eventos, “eles participaram de duas batalhas principais (Oriskany e Saratoga), duas batalhas menores (Barren Hill e Klock's Field), um cerco (Ft. Stanwix) e uma campanha (Sullivan de 1779)” (LEVINSON, 1976, p.270). Ao final do processo de Independência, o Tratado de Fort Stanwix (1784) foi redigido em New York na tentativa de resolver as pendências ainda existentes entre os iroqueses e o recém-formado Estados Unidos da América. No entanto, muitos problemas, principalmente ligados a questões territoriais, estavam distantes de serem resolvidos naquele momento e se arrastaram através de Tratados até o final do século XVIII.

Em razão dos fatos e argumentos narrados acima, pode-se perceber que antes de Kirkland adentrar em Oneida, outros religiosos já haviam realizado missões cristãs na região, o que, de certa forma, facilitou a aceitação de sua pessoa e suas ideias por parte dessa sociedade. Além disso, esta se encontrava em um momento frágil de crise interna entre dois grandes grupos sociais que disputavam o controle do poder político. E por isso, os líderes civis tradicionais em um esforço para recuperar o seu status em declínio, decidiram apoiar a missão de Kirkland.

Obviamente, isso não tira o mérito de tamanha influência que Samuel Kirkland exerceu entre os oneidas, onde profundas transformações resultantes de sua atividade missionária eram latentes já em 1776 (quando se concluiu dez anos que Kirkland residia em Oneida): além de alguns terem se tornado cristãos; outros passaram a se dedicar à carpintaria e à agricultura; e uma série de crianças frequentava a escola e era alfabetizada em inglês. Além disso, o comércio se desenvolveu indo além dos iroqueses e alcançando os europeus e os colonos.

Portanto, antes da Independência Estadunidense, Oneida já havia estabelecido relações das mais diversas naturezas, não somente com outros grupos indígenas, assim como, missionários, europeus e colonos. Enquanto que, para os colonos, a aliança com Oneida os fortaleceu e evitou uma derrota logo no início da guerra, para os oneidas, apesar de serem reconhecidos como “os primeiros aliados”, significou o enfraquecimento dos vínculos com as outras nações confederadas iroquesas (com exceção de Tuscarora) e culminou com o fim da Confederação Iroquesa como uma força representativa no Estado de New York, assim como, o empobrecimento de sua própria nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXTELL, James. *The Invasion Within: The Contest of Cultures in Colonial North America*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1985.

CAMPISI, Jack. *Ethnic Identity and Boundary Maintenance in Three Oneida Communities*. State University of New York at Albany, 1974.

GRAYMONT, Barbara. *The Iroquois in the American Revolution*. Syracuse: Syracuse University Press, 1972.

HALSEY, Francis. *The Old New York Frontier*. Port Washington, New York: Ira J. Friedman, Inc, 1901.

LEVINSON, David. *An Explanation for the Oneida-Colonist Alliance in the American Revolution*. In. *Ethnohistory* v. 23, n. 3, 1976.

MITRANO, James Gregory. *Samuel Kirkland's Mission to the Oneidas, 1766-1808*. Bethlehem, PA: Lehigh University, 1993.

MOHR, Walter. *Federal Indian Relations, 1774-1788*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1933.

O'CALLAGHAN, E. B. *Documents Relative to the Colonial History of New York State*. Albany: Weed, Parsons and Company. 1856-1887.

PILKINGTON, Walter (ed.). *The Journals of Samuel Kirkland: 18th Century Missionary to the Iroquois, Government Agent, Father of Hamilton College*. Clinton, NY: Hamilton College, 1980.

A REPRESENTAÇÃO DA CULTURA JOVEM DOS ANOS 60 ATRAVÉS DA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA¹

Carlos Vinicius Silva dos Santos

PPGHC/IH/UFRJ

c.viniciussantos@gmail.com

RESUMO

A comunicação analisa os processos envolvidos na representação da cultura juvenil, pela indústria midiática, na produção cinematográfica dos Estados Unidos na década de 1960. Neste período, a sociedade americana encontrava-se em um contexto de profundas transformações, tanto no âmbito sociocultural, quanto político-econômico, no qual se consolidam demandas surgidas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, bem como ao longo dos anos 1950, com os movimentos juvenis, feministas e étnicos assumindo posição de protagonistas no cenário político.

Considerando-se os títulos de temática juvenil, produzidos pela indústria do cinema hollywoodiano, o exame pretende abordar e problematizar a maneira como a cultura jovem que se fortalece é absorvida pela indústria cultural, sendo gestado um determinado arquétipo juvenil em contato com a conjuntura de contestação do momento. Ao invés de se deter na análise pormenorizada de determinadas obras cinematográficas, busca-se investigar como a mídia fílmica veiculou uma representação juvenil específica, que acabou por se cristalizar como a imagem arquetípica da juventude do período, bem como ponderar sobre a utilização e possíveis limites do conceito de ‘representação’, como proposto por Roger Chartier, no trato das fontes desta espécie.

Palavras-chave: Cinema; Juventude; Anos 1960.

¹ A questão suscitada, relativa à aplicação do conceito de representação nas fontes cinematográficas, é cara à pesquisa de doutoramento do autor, em execução no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ) na qual se privilegiam títulos representativos do cinema de temática jovem das décadas de 1950 e 1960. Neste trabalho, propõe-se uma análise comparativa das fontes de forma a, por iluminação recíproca, melhor se observar as aproximações, distanciamentos, influências e divergências existentes entre as obras, bem como entre seus distintos contextos de produção, tendo como recortes temporais de comparação as décadas citadas. Pretende-se examinar o processo de representação da cultura jovem, levando à consolidação de arquétipos juvenis.

INTRODUÇÃO

O presente texto² analisa os processos envolvidos na representação da cultura juvenil, pela indústria midiática, na produção cinematográfica dos Estados Unidos da América na década de 1960. Neste período, a sociedade americana encontrava-se em um contexto de profundas transformações, tanto no âmbito sociocultural, quanto político-econômico, no qual se consolidam demandas surgidas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, bem como ao longo dos anos 1950, com os movimentos juvenis assumindo posição de protagonistas no cenário político.

Considerando-se os títulos de temática jovem, produzidos pela indústria do cinema hollywoodiano, o exame pretende abordar e problematizar a maneira como a cultura da juventude que se fortalece é absorvida pela indústria cultural³, sendo gestado um determinado arquétipo juvenil em contato com a conjuntura de contestação do momento. Ao invés de se deter na análise pormenorizada de determinadas obras cinematográficas, busca-se investigar como a mídia fílmica veiculou uma representação juvenil específica, que acabou por se cristalizar como a imagem arquetípica da juventude do período, bem como ponderar sobre a utilização e possíveis limites do conceito de representação⁴.

Nos últimos anos, ‘representação’ tornou-se uma das palavras mais difundidas e utilizadas pelos historiadores brasileiros, estando principalmente presente no discurso daqueles profissionais voltados para o trabalho de pesquisa no campo do que se costuma denominar história cultural. Desta forma, ao se examinar este campo e o conceito de representação, muitos foram os trabalhos que se voltaram às reflexões propostas pelo historiador francês Roger Chartier, tendo-se em mente tanto sua caracterização da história cultural⁵, quanto a posição privilegiada oferecida por ele ao conceito de

² Texto oriundo da comunicação de mesmo título, proferida no II Encontro Nacional de História dos Estados Unidos – II ENEUA.

³ O termo “indústria cultural” remonta aos trabalhos produzidos por integrantes da denominada Escola de Frankfurt, considerando-se especialmente as reflexões de Max Horkheimer e Theodor Adorno, estando presente no horizonte de distintos intelectuais ao longo das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. No entanto, e apesar da complexidade do conceito, bem como de sua importância para a pesquisa de doutoramento em curso da qual a citada comunicação é fruto, seu debate pormenorizado não faz parte dos objetivos deste texto.

⁴ Cabe ressaltar que as questões concernentes ao uso do conceito de representação na abordagem de fontes fílmicas já foram anteriormente exploradas pelo autor, porém sob perspectiva distinta, sendo alguns aspectos retomados e melhor desenvolvidos.

⁵ As duas principais obras nas quais Roger Chartier apresenta e desenvolve suas considerações acerca da História Cultural são *A História Cultural: entre práticas e representações* e *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. (CHARTIER. Roger. *A História Cultural: entre práticas e*

representação no horizonte epistemológico desta. Entretanto, a utilização corrente do conceito na grande parte das pesquisas historiográficas que buscam na representação seu aporte conceitual, não é comumente acompanhada de uma adequada problematização do mesmo nem nas suas implicações filosóficas, tampouco no que concerne ao âmbito da teoria da história, tendo a generalização de seu uso provocado críticas⁶.

Assim, buscando oferecer ao leitor uma breve apresentação do uso historiográfico do conceito de representação abordam-se, a seguir, alguns apontamentos de autores que refletiram sobre as possibilidades desta utilização para, posteriormente, voltar-se especificamente ao exame das representações no trato com as fontes cinematográficas. Desta maneira, pretende-se colaborar para uma melhor compreensão das potencialidades e limitações do conceito em questão no trabalho historiográfico com fontes fílmicas⁷.

REPRESENTAÇÃO, USOS HISTORIOGRÁFICOS

Em sua obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, assim Chartier caracteriza a história cultural:

A história cultural (...) tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

(...)

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002: 16-17)

Desta forma, segundo este autor, a história cultural volta-se aos mecanismos de formulação da realidade social, tendo-se em mente que este âmbito é composto através

representações. Lisboa: Difel, 2002.; CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.)

⁶ Francisco J. Calazans Falcon atenta para as imprecisões terminológicas envolvidas no uso atual do conceito de representação. FALCON, Francisco. "História e representação". *Revista de História das Ideias*, vol. 21, 2000.

⁷ Salienta-se o uso instrumental para o qual se pretende problematizar o conceito de representação, voltado à pesquisa com fontes cinematográficas. Uma discussão teórica de maior vulto não se encontra nas páginas que se seguem. Neste sentido, da profundidade do debate sobre representação na teoria da história, afirma Falcon: "Talvez não seja ocioso repetir que a questão da "representação" não constitui apenas um debate erudito ou bizantino, pois é sempre a história disciplina como representação que está no centro da discussão uma vez que de acordo com o que entendamos por "representação" assim será também o nosso entendimento da história, ou de discurso histórico." FALCON, Francisco. "História e representação". *Revista de História das Ideias*, vol. 21, 2000.

de uma rede de tensões na qual concorrem tendências e posicionamentos diversos. Seria, pois, através de embates e conflitos, lutas de representação, que a realidade social seria materializada. Neste quadro, quanto às possibilidades de uso da ideia de representação, Chartier considera o termo sob dois aspectos semânticos: 1) apresenta um objeto ausente através do uso da imagem, acionando a memória do observador, assim presentificando o ausente; 2) veicula a presença, pela exibição pública de um objeto ou pessoa. Essa determinada opção de sentidos para o conceito parece se dever às pesquisas realizadas pelo autor, voltadas à compreensão das sociedades do Antigo Regime. Mais singular, a meu ver, é a importância central conferida por ele ao conceito de representação para as abordagens realizadas ao nível da história cultural. Segundo Chartier:

Mais do que o conceito de mentalidade, ela [a noção de representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002: 23)

Talvez por Chartier apresentar o conceito de ‘representação’ de uma maneira ampliada, desdobrando-o em contextos representacionais diversos, são inúmeros os trabalhos que passaram a instrumentalizar, no trato com as fontes fílmicas e cinematográficas, a conceitualização proposta por aquele autor. Nas páginas presentes, o conceito é apreciado tendo-se em mente que a representação social é um processo dinâmico para o qual convergem tendências singulares e, por vezes, bastante dissonantes, presentes numa dada sociedade, num dado momento. Busca-se, assim, refletir sobre o procedimento através do qual se constituiu uma representação juvenil específica, partilhada pela produção cinematográfica selecionada, e de que maneira esta representação acabou por atingir, posteriormente, a autoridade de modelo da cultura jovem do período.

Buscando fundamentar suas asserções, Roger Chartier recupera a noção de ‘representação coletiva’ presente nos trabalhos de Marcel Mauss e Émile Durkheim. Este, introdutor do conceito, pretendia investigar manifestações que são experienciadas pelos mais diversos agrupamentos sociais, devendo ser observadas pela perspectiva

coletiva⁸. Assim, Chartier afirma ser possível pensar a noção de representação pela relação dos elementos interiores, individuais, com aqueles oriundos da coletividade:

A noção de ‘representação coletiva’, entendida no sentido que lhe atribuíam, permite conciliar as imagens mentais claras (...) com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as gerem e estruturam. Aquela noção obriga igualmente a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas para as próprias divisões do mundo social. Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 2002: 19)

Seria desta ideia de representação coletiva que, no campo da psicologia social, surgiria o conceito de representação social. Este conceito, para Ciro Flamarion Cardoso, é de grande valia para a solução dos impasses verificados no trabalho historiográfico do conceito de representação. Segundo este autor, os historiadores têm, mais comumente, se voltado para a noção de *habitus*, como proposta por Pierre Bourdieu. Entretanto, esta seria elitista, segundo sua argumentação, o mesmo não ocorrendo com a noção de representação social oriunda da psicologia social. Além disso, esta noção permitiria aos historiadores “elucidar as motivações dos agentes” ao estudarem as programações sociais dos comportamentos. Segundo ele, sobre os parâmetros que regem o comportamento social:

Um grande avanço das ciências sociais no século XX foi o descobrimento da existência de múltiplas e onipresentes programações sociais do comportamento. O que as pessoas fazem está, em sua maior parte, programado pela sociedade à qual pertencam. Isto inclui muitas das ações normalmente consideradas casuais, livres, espontâneas ou privadas. Nenhum comportamento pode ser compreendido, ou identificado como pertencente a alguma modalidade reconhecível de ação, se não estiver previsto em uma codificação socialmente difundida. (CARDOSO: 2012, 40-41)

Para a definição das representações sociais, Cardoso considera as caracterizações de Serge Moscovici e Denise Jodelet, segundo ele duas das principais autoridades no assunto, na psicologia social. Citando Moscovici, afirma que para este autor, as representações sociais são

... conjuntos dinâmicos [...], teorias ou ciências coletivas *sui generis*, destinadas a interpretar e dar forma ao real. [Elas remetem a] [...] um *corpus* de temas e princípios que apresentam uma unidade e se aplicam a zonas particulares de existência e de atividade... Elas determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões partilhadas pelos grupos e regulam, por conseguinte, as condutas duráveis ou admitidas (MOSCOVICI: 1976, 48 *Apud* CARDOSO: 2012, 43)

⁸ Durkheim tinha em mente, por exemplo, as manifestações religiosas. Outro importante autor que, contemporaneamente à Durkheim, buscou refletir sobre questões ligadas aos fenômenos sociais coletivos, apesar de trabalhar em outra chave de pensamento, foi Sigmund Freud. Tanto em *Totem e Tabu*, quanto em *Moisés e o Monoteísmo*, este pretendeu explorar os mecanismos psíquicos envolvidos na fé.

Cardoso ainda salienta que, para Moscovici, as representações sociais possuem um duplo caráter, sendo concomitantemente produto e atividade. Sendo um produto, possuem direta relação com a realidade, constituindo-se através de um conteúdo; sendo uma atividade, formulam-se enquanto um processo, abrindo espaço para o poder de agência do indivíduo, envolvendo apropriações e ressignificações. Assim, lembra que representar algo não é apenas “duplicá-lo, repeti-lo, reproduzi-lo, é também reconstituí-lo, retocá-lo, mudar-lhe a constituição num sentido que seja funcional para determinados grupos e seus interesses.” Neste sentido, o caráter duplo das representações sociais, sublinhado por Moscovici, parece se aproximar da noção de consumo cultural de massas definida por Michel de Certeau.⁹

Quanto à posição de Denise Jodelet, definindo as representações sociais:

Trata-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuidor de uma intenção prática, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente chamada de “saber ingênuo” ou “natural”, esta forma de conhecimento [...] distingue-se, entre outras, do conhecimento científico. [...] Reconhece-se geralmente que as representações sociais, na qualidade de sistema de elaboração que rege nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais [...], a difusão de conhecimentos, o desenvolvimento intelectual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET: 1989, 36-37 *Apud* CARDOSO: 2002, 43)

Observando-se os apontamentos de Cardoso, bem como as definições de Moscovici e Jodelet por ele apresentadas, pode-se delimitar alguns aspetos daquilo que é possível se compreender como representação social. Essencialmente, o comportamento dos indivíduos é, em grande parte, determinado socialmente, isto é, estando diretamente relacionado à sociedade da qual um indivíduo faz parte. Desta maneira, certo comportamento apenas se torna inteligível diante de valores e códigos socialmente reconhecíveis. Sendo conjuntos dinâmicos, as representações sociais determinam o campo do real, adequando os comportamentos aceitáveis dentro de um determinado grupo. Assim, regendo a relação dos indivíduos entre eles e com o mundo, colaboram para a definição das identidades pessoais e de grupo, em contato com a realidade social, num processo contínuo de formulações, apropriações e ressignificações

⁹ “A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.” CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 39.

do conjunto de conhecimentos que compõem as bases fundamentais das representações possíveis.

Apenas mais uma questão requer ser salientada das considerações produzidas por Cardoso, referindo-se ao processo de construção das representações sociais. Segundo ele, a objetivação e a ancoragem são os dois processos que orientam a formulação de uma representação social, com a primeira efetivamente construindo, para a segunda reificar a representação num agrupamento social.

A objetivação divide-se em três fases: seleção; formação de um esquema figurativo; e naturalização. Na primeira fase, o conjunto de conhecimentos referentes a um objeto a ser representado passa por escolhas mediante as intervenções do indivíduo ou grupos que procedem à representação. Em seguida, uma imagem coerente e tangível do objeto é produzida, através do ordenamento do material selecionado. Então, na naturalização, o processo de construção é silenciado, tornando-se a representação social a própria realidade. Finalizando, a ancoragem permite a consolidação da representação em termos coletivos, tornando-a apta a ser utilizada no espaço social.

O autor lembra que estes processos ocorrem paralelamente e em contexto, sendo sua separação puramente analítica, metodologicamente necessária. Porém, apesar de parecer demasiadamente esquemática, a descrição do mecanismo de formulação da representação social através da objetivação e da ancoragem contam com o mérito de permitir a visualização panorâmica do complexo transcurso de formação da representação social, permitindo sua melhor compreensão.

O CINEMA ENQUANTO CAMPO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Surgido como uma invenção técnica despreziosa, nos anos finais do século XIX¹⁰, o cinema marcaria o século seguinte como uma nova categoria de arte. Paulatinamente ganharia espaço no mundo do entretenimento, vindo a veicular uma forma original de linguagem que provocaria alterações na forma como os indivíduos percebem o cotidiano. Entretanto, as sombras e luzes que desfilam na tela diante dos espectadores fariam um longo percurso até ingressar no campo de interesses dos

¹⁰ Apesar de o nascimento do cinema ser delimitado no fim do século XIX, sendo usualmente creditado ao cinematógrafo construído pelos irmãos Lumière, os conhecimentos tecnológicos que permitiram o registro e reprodução de imagens em movimento remontam a períodos bem anteriores, sendo seus fundamentos encontrados em estudos de ótica, sobretudo, aprofundados ao longo de séculos. Um exame detalhado a respeito do surgimento do cinema, entretanto, não faz parte dos objetivos do texto.

pesquisadores do social.¹¹ Passadas as décadas de descrédito, porém, o cinema passou a ser explorado em diversas perspectivas, servindo ora como fonte, ora como objeto das análises dos investigadores.

Diante das muitas possibilidades de trabalho historiográfico com fontes cinematográficas, considera-se aqui o cinema como veículo de representação social, bem como sua capacidade de colocar em movimento tendências presentes numa dada sociedade, figurando como agente de construções representacionais. Segundo José D'Assunção Barros, versando sobre a relação cinema-história e o uso do cinema pelos historiadores:

A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade. De igual maneira (...) os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas. (BARROS: 2012, 43)

Desta forma, o cinema se apresenta enquanto fonte singular para o estudo das representações juvenis da década de 1960 por permitir o acesso a determinados constructos operados nos e através dos filmes. Ainda segundo Barros:

Para além do fato mais evidente de que o cinema – enquanto ‘forma de expressão cultural’ especificamente contemporânea – fornece fontes extraordinariamente significativas para os estudos históricos sobre a própria época em que foi e está sendo produzido, uma outra relação fulcral entre História e Cinema pode aparecer através da dimensão deste último como ‘representação’. O Cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um ‘meio de representação’. Através de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, ou seja um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme. (BARROS: 2012, 43-44)

Nas produções mais significativas do cinema americano juvenil, o embate entre os valores tradicionais e as tensões de ruptura presentes na sociedade americana da década em apreço configura-se como o pano de fundo dos enredos. Assim, as representações veiculadas dão conta de jovens cujo comportamento sublinha o distanciamento existente entre a nova cultura juvenil e os consolidados padrões

¹¹ Inicialmente, o cinema foi considerado uma espécie de entretenimento barato, voltado ao público desprovido dos códigos de compreensão das artes consideradas eruditas, de maior tradição. Essa posição equivocada, fundada num preconceito de classe, atrasou a percepção das potencialidades do cinema para as pesquisas das ciências humanas e sociais. Desta forma, apenas alguns esforços extemporâneos foram realizados na primeira metade do século XX. Especificamente no campo historiográfico, Marc Ferro foi o primeiro a considerar o uso do cinema enquanto documento, em suas implicações teórico-metodológicas, sendo *Cinema e História* sua obra mais conhecida no tema, de qualquer maneira lançada já nos anos de 1970.

emanados do habitual *ethos* americano. Mas, explicitando uma relação menos harmônica e recuperando as considerações realizadas anteriormente quanto aos processos de formulação das representações sociais, o cinema consiste numa produção multifacetada. Nele concorrem vozes distintas, mesmo opostas, oriundas de grupos sociais diversificados, além de ser construído mediante a apropriação de elementos presentes em variados âmbitos da sociedade.¹²

Paralelamente à Barros, porém compartilhando preocupações metodológicas com este, Michèle Lagny realiza algumas observações quanto à utilização do cinema no trabalho do historiador, tecendo reflexões referentes às aproximações entre a linguagem cinematográfica e a escrita historiográfica. Para Lagny, apesar de o cinema ser pensado enquanto um produto comercializável e, em geral, não almejar o estatuto de documento histórico, assume esta função uma vez que conserva vestígios do tempo e do lugar no qual cada produção é realizada. Afirma a autora que as imagens cinematográficas evidenciam muito mais sobre a percepção que se tem da realidade do que sobre a realidade propriamente dita. Assim, a utilização de fontes fílmicas seria notadamente profícua no que se refere às reflexões concernentes à noção de representação, possibilitando a análise privilegiada do imaginário social, bem como da noção de identidade cultural. Tratando da representação fílmica, salienta:

O cinema, de ficção em particular, parece muito produtivo para refletir a noção de representação. Muito frequentemente é no mínimo conservador, na medida em que as imagens se alimentam menos das inovações que dos modelos de longa duração. (...) Porém, e como sintoma de nostalgias, os filmes podem também ser portadores de desejos novos e às vezes contrariados. (LAGNY, 2009: 105)

Ainda refletindo sobre a capacidade do cinema em permitir o acesso do observador competente ao processo de constituição da representação social operada, salienta Lagny:

Se suas imagens não dizem grande coisa sobre a realidade dos fatos, elas testemunham, entretanto, sobre a percepção que dela temos, ou que queremos ou podemos lhes dar, em um momento preciso, datado e localizado. (LAGNY, 2009:102)

O cinema, assim, figura como uma construção que, ao invés de documentar a realidade, em qualquer grau, mais efetivamente transmite representações que constroem

¹² Quanto à presença de variadas vozes sociais na obra cinematográfica, o próprio Ferro já havia salientado a potencialidade do filme para veicular as posições de grupos sociais subalternos. Sua noção de contra-análise da sociedade fundamenta-se nesta questão. Cf. FERRO, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. In: *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

realidade através das inúmeras possibilidades de consumo disponíveis aos grupos sociais.

Feitas as devidas considerações concernentes a alguns dos possíveis usos historiográficos das noções de representação e representação social, além da relação cinema-história pelo prisma destas noções, realizam-se, a seguir, algumas ponderações relativas à representação na produção cinematográfica juvenil hollywoodiana da década de 1960 operando-se, para uma clara visualização do leitor, pela seleção dos títulos “A Primeira Noite de um Homem” (*The Graduate*, dir.: Mike Nichols – 1967) e “Sem Destino” (*Easy Rider*, dir.: Dennis Hopper – 1969).

O CINEMA DE TEMÁTICA JOVEM DOS ANOS 60

Produzidas em fins da década de 1960, as películas selecionadas inserem-se em um momento histórico no qual tanto a conjuntura político-econômica, quanto a atmosfera sociocultural, haviam sofrido sensíveis transformações com a exacerbação, e mesmo alguma radicalização, das demandas já perceptíveis na década anterior. No âmbito político, apesar de sucessivas tentativas de aproximação entre os dois principais antagonistas da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, a política externa continuava marcada pela mútua desconfiança entre estes atores. Internamente, vê-se a polarização entre setores liberais e conservadores, com a década testemunhando o assassinato de proeminentes figuras do cenário político, como o presidente John F. Kennedy, seu irmão Robert Kennedy, e os destacados ativistas do movimento civil, pastor Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Economicamente, a conjuntura de elevação vertiginosa do consumo, que veio a caracterizar a década de 1950, já não se faz tão presente, reduzindo a sensação de elevação do padrão de vida da população que, todavia, continua bastante elevado se comparado às demais partes do mundo¹³. No que se refere à atmosfera sociocultural, por sua vez, os anos 1960 trazem à tona os movimentos representativos da contracultura¹⁴, sobretudo relativos à parcela jovem da população.

¹³ Cf. COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic – The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. New York: Vintage, 2003.

¹⁴ As bases da contracultura dos anos 1960 podem ser localizadas já em movimentos culturais surgidos na década anterior. Usualmente, sublinha-se, neste tipo de abordagem, a Geração Beat, movimento desenvolvido, sobretudo, na literatura, do qual *Howl*, de Allen Ginsberg (1956), *On The Road*, de Jack Kerouack (1957) e *Naked Lunch*, de William S. Burrough (1959) constituem-se como os principais exemplos. Ainda nos anos 1950, materializa-se o Movimento Pelos Direitos Civis, singularmente presente

O movimento cinematográfico no qual “A Primeira Noite de um Homem” e “Sem Destino” encontram-se incluídos insere-se em todo o contexto cultural do fim da década em apreço. A denominação Nova Hollywood ou *American Art Cinema* volta-se a um conjunto de produções realizadas nos Estados Unidos, mais precisamente na Califórnia, entre os anos finais da década de 1960 e os anos 1970, que conseguiram subverter os padrões de produção da indústria cinematográfica controlada, até então, pelos antigos grandes estúdios, impondo tanto novas temáticas, quanto inovações estéticas, oriundas do cinema moderno europeu.

Ao longo dos anos 1960, apesar de alguns esporádicos sucessos de bilheteria, a crise que havia se iniciado no pós-Segunda Guerra apenas se intensificara. Um a um os *majors*, os assim denominados grandes estúdios, que outrora controlaram toda a cadeia da produção cinematográfica dos Estados Unidos, monopolizando tanto a produção das películas, quanto a distribuição e exibição das mesmas, são vendidos a corporações estranhas ao negócio do entretenimento. Distantes das novas demandas culturais da população americana, usualmente os estúdios não eram bem-sucedidos em produzir filmes que veiculassem representações próximas àquela sociedade, com as quais os indivíduos pudessem se identificar e reconhecer seu cotidiano. Assim, diante do quadro de limitado retorno financeiro, os estúdios, em reorganização, passam a experimentar novas formas de produção, arriscando produzir enredos com temáticas mais atuais, desde que de baixo orçamento, dividindo os custos com produtores independentes. Desta forma, ganha espaço um grupo de novos diretores, alguns oriundos da televisão, outros iniciados na roteirização, que viriam a propor enredos distantes daqueles tradicionalmente rodados em Hollywood, estando esteticamente antenados às inovações do cinema em outras nações, sobretudo europeias.

“A Primeira Noite de um Homem” narra as desventuras de Benjamin Braddock (Dustin Hoffman), um jovem prestes a completar 21 anos que acaba de se graduar em uma universidade. De família abastada residente em Pasadena, Califórnia, Benjamin não tem absoluta ideia do que esperar de seu futuro, sendo absorvido pela incerteza.

na década seguinte. Os anos 1960 representam um momento de aprofundamento dos questionamentos sociais, culturais e políticos, com a busca por liberalização cultural, notadamente nos costumes e na liberdade individual, tendo certos movimentos assumido claros desdobramentos políticos, alguns abarcando a retórica revolucionária. Bastante heterogêneos, listar estes movimentos políticos e culturais, no presente artigo, poderia levar à desaconselhável imprecisão, além de se constituir em exercício exaustivo. Para uma melhor abordagem do tema, ver GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. Sobre a Geração Beat, ver MEDOVOI, Leerom. *Rebels – Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005, especialmente o cap. 6 “Beat fraternity and the generation of identity”.

Apesar de sua insegurança pessoal, seus familiares e amigos comemoram seu retorno à casa de seus pais, parabenizando-o pelo título. Pela perspectiva deles, o rapaz está vivenciando os melhores anos de sua vida: jovem, graduado, proprietário de um carro esporte italiano que ganhara do pai como presente pela formatura, Ben tem todos os motivos para fazer muito sucesso com o sexo oposto e deve se aproveitar disso, segundo um dos convidados.

Após as insistentes investidas de Mrs. Robinson (Anne Bancroft), esposa do sócio de seu pai, Benjamin inicia um caso sexual com a mesma. Abre-se, assim, um hiato na vida de Ben, que passa os dias na piscina e as noites em encontros com Mrs. Robinson, esquecendo momentaneamente as preocupações com o futuro. Mrs. Robinson proíbe Benjamin de se encontrar com sua filha, Elaine (Katharine Ross), a quem ele conhecia desde o colégio. Apesar da proibição Elaine e Ben se aproximam amorosamente. A partir daí, diante da oposição de Mrs. Robinson e do afastamento de Elaine devido à descoberta do caso de Ben e sua mãe, Benjamin busca reconquistar a jovem. Os pais de Elaine tentam levá-la a constituir matrimônio com outro homem, porém Benjamin consegue evitar o fato no último instante. Fugindo da igreja, o casal sobe em um ônibus e, após um breve momento de comemoração pela vitória alcançada, o sorriso de ambos transforma-se em uma enigmática expressão neutra, enquanto o ônibus os guia para um futuro em aberto.

“Sem Destino” narra a viagem feita por dois motociclistas, Wyatt ou ‘Capitão América’, protagonizado por Fonda, e Billy, vivido por Hopper. A dupla de amigos tem como objetivo chegar à cidade de Nova Orleans em tempo de acompanhar o *Mardi Gras*, partindo de Los Angeles. Para tanto, realizam tráfico de uma encomenda de cocaína, quantidade que, segundo eles, é o suficiente para assegurar-lhes riqueza e, através desta, liberdade. Escondendo o valor adquirido no interior do tanque de combustível da motocicleta de ‘Capitão América’, partem para a estrada dando início a uma jornada de descobertas dos verdadeiros valores da nação americana. Ao longo do caminho, a viagem de Wyatt e Billy vai descortinando a América, derrubando estereótipos e relativizando muitas das certezas que se encontram nas bases do *ser* americano. Os variados tipos com os quais os protagonistas travam contato dão mostras da heterogeneidade da nação, tanto nos padrões étnicos, quanto nos valores culturais e morais.

Efetivamente, Wyatt e Billy realizam uma viagem de auto-conhecimento, além da busca por uma América que lhes parece distante, mais propriamente que o simples

deslocamento rumo à Nova Orleans. Pontuada pelo uso constante de cigarros de maconha, a trajetória de ambos não é pautada por um itinerário rígido, tampouco pela real observância do tempo a se levar até o destino final, permitindo alguns desvios e atrasos. Nova Orleans acaba por não lhes oferecer a liberdade que tanto almejam. Retornando à estrada, tragicamente encaram todo o peso do preconceito com o qual seu estilo de vida é tratado por parte significativa da população americana, sendo friamente assassinados por uma dupla de homens que haviam discordado da forma como Wyatt e Billy se vestiam.

Benjamin e Elaine são oriundos de famílias relativamente ricas, tendo desfrutado de conforto financeiro por toda a vida, além disso, possuem núcleos familiares e sociais coesos, apesar do casamento de fachada dos Sr. e Sra. Robinson. Contam, ainda, com uma sólida formação, tendo estudado nas melhores universidades do país e seus futuros parecem assegurados. Sobre Wyatt e Billy, por sua vez, o roteiro de “Sem Destino” esclarece poucas informações. Não sabemos nada da origem dos protagonistas, apenas nos sendo permitido supor que, devido a sua filosofia de vida, devam possuir algum grau de instrução, pois dialogam com grupos culturais específicos presentes nos Estados Unidos do período, estes usualmente formados por jovens oriundos das classes médias e escolarizadas daquela sociedade. Apesar deste distanciamento inicial, as dúvidas e questionamentos que embalam todas estas personagens são as mesmas: como a sociedade na qual vivem parece ser pautada por valores que não são capazes de atender às suas expectativas morais e éticas, o futuro lhes parece incerto. Como resultado, tanto Benjamin e Elaine quanto Wyatt e Billy acabam por romper com os padrões tradicionalmente aceitos, ainda que em graus distintos. Wyatt e Billy, libertários, abraçam a contracultura; Benjamin e Elaine, abastados, rompem com os ditames sociais através da recusa em atender aos planos que haviam sido traçados para eles. De qualquer forma, o afastamento dos padrões sociais cobra seu preço, no primeiro caso, pela morte das personagens, no segundo, pela incerteza do futuro que se descortina diante do casal.

PRODUÇÃO, CONSUMO, MEMÓRIA

Como anteriormente observado, diante da conjuntura de rápidas e profundas transformações sociais e culturais em marcha na sociedade dos Estados Unidos nos anos 1960, as produções de cinema passam por alterações na ordem do roteiro, da técnica e

do próprio fazer cinematográfico, buscando atingir maior contato com as demandas emergentes daquela sociedade. Neste sentido, os filmes de temática juvenil, que se voltavam tanto para um diálogo com este público, quanto para uma tentativa de explicação das mudanças em curso, ganham espaço substancial. Desta forma, os estúdios operam pela formulação de arquétipos juvenis, sendo as representações cinematográficas produzidas apoiadas em um conjunto de elementos que passam a caracterizar o que seria aquela parcela populacional, elementos estes oriundos de múltiplas instâncias sociais.

Considerando-se as representações sociais como processos que atendem a mecanismos de formulação dinâmicos, o retorno das representações à sociedade, na forma de produtos a serem culturalmente consumidos, termina por provocar alterações na cultura jovem que estava presente nas bases da própria representação inicialmente fabricada. Sem pretender um exame pormenorizado deste complexo processo de circularidade da representação, pode-se admitir que ocorresse um regime de contínua adaptação, em observância às velozes modificações do cenário cultural do período. Assim, a partir da constituição de uma primeira juventude arquetípica, elementos estéticos, maneirismos, condutas, são absorvidos por indivíduos consumidores dos produtos mercadológicos da cultura jovem, alterando os traços desta, o que leva a se buscar a preparação de um novo arquétipo que novamente se enquadre à cultura jovem presente em suas bases. Eminentemente midiática, a transmutação da cultura jovem em produto de consumo, com forte impacto mercadológico, parece inevitável. Como parece inevitável a constituição de uma cultura jovem visual. Seria essencialmente através da formulação de uma imagem de juventude que um determinado constructo deste agrupamento social consolidar-se-ia, tornando-se homogêneo e, posteriormente, hegemônico, a ponto de povoar o imaginário da época.

Nesta perspectiva, é possível se levantar uma interrogação que vai além das reflexões relativas à elaboração das representações sociais: ultrapassando o contexto histórico no qual são constituídas, como as representações são posteriormente consumidas? No movimento de constante ressignificação das representações sociais, de que forma um constructo formulado nos anos 1960 é consumido por indivíduos que sequer vivenciaram aquele período? Tratando do problema, ressaltam Cardoso e Mauad:

Um filme – tomemos o filme sonoro – é uma “mensagem de mensagens” de considerável complexidade. (...) Sua decodificação terá a ver com a historicidade das convenções, espécie de “contrato tácito” – variável no tempo – entre quem produz o filme e quem o vê, sem o qual não se cumpririam as significações segundo certos padrões: “estado da arte” (tecnologias e limitações envolvidas em cada

época), visões de mundo, ideologias... Por exemplo: qual a diferença entre como vemos hoje em dia os filmes da década de 1950 – como os entendemos e descodificamos – e como os viam as pessoas da época de sua estreia? Tais pessoas estavam marcadas, entre outras coisas, pelo fato de não acharem nada de mais que em certas circunstâncias o cenário fosse um telão pintado; e pelas ideologias e visões de mundo da época da Guerra Fria em seu auge inicial. Mesmo em 1950 e anos seguintes, haveria univocidade nas descodificações ao serem lançados os filmes? (CARDOSO ; MAUAD: 1997, 413-414)

Apesar de exemplificarem voltando-se às especificidades estéticas do cinema, as ponderações dos autores podem ser igualmente apreciadas quanto às representações produzidas pelas obras cinematográficas. As representações sociais articuladas naquele período histórico respondiam às demandas presentes naquela sociedade, demandas estas de modo algum homogêneas. Seu consumo, por sua vez, se dava (e se dá) de maneira matizada, pois uma mesma representação possibilita uma gama diversificada de interpretações, uma vez que este esforço interpretativo dialoga tanto com o arcabouço cultural individual, quanto com os meios culturais/sociais/políticos nos quais os indivíduos encontram-se inseridos. Contudo, diante destas considerações, como elucidar a posterior consolidação de uma determinada imagem da juventude dos anos 1960, aparentemente hegemônica?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve por objetivo problematizar o processo de representação da cultura jovem gerado na produção cinematográfica dos Estados Unidos, na década de 1960. Para tanto, buscou-se apresentar algumas considerações de ordem teórico-metodológica concernentes às noções de representação no campo da disciplina história, singularmente referindo-se à história cultural, num primeiro momento para, em seguida, abordar a questão da representação sob o prisma da relação cinema-história. Posteriormente, “A Primeira Noite de um Homem” e “Sem Destino”, dois significativos títulos do período, foram brevemente apresentados buscando situar o leitor nas representações juvenis examinadas. Por fim, tendo-se em mente os argumentos levantados, intentou-se colaborar com algumas reflexões sobre o consumo das representações.

Apesar de ter havido outras produções cinematográficas que dialogaram com a cultura jovem do período, voltadas à formulação de modelos representacionais distintos, as representações operadas na chave apresentada pelas películas selecionadas

alcançaram maior sobrevida, conquistando lugar na memória coletiva sobre os anos 1960, quando a juventude, já portadora de força cultural, luta por sua definitiva consolidação enquanto ator político e social autônomo.

Por fim, um exame de fontes cinematográficas que pretenda abordar as representações formuladas nestas obras deve atentar para a intrincada rede de códigos e significados dentro da qual se formula qualquer representação social. O cinema, enquanto produto de uma dada sociedade, num dado momento histórico, constitui-se como apenas mais um elemento integrante desta rede, estando em contato direto com outros elementos, no campo de tensões que compõe a realidade. Assim, o cinema pode acionar tendências, sublinhar certas propensões, silenciar outras, construindo um filme uma relação representacional, mas que uma representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. "Cinema e história: entre expressões e representações". In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História – teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & MAUAD, Ana Maria. "História e imagem: o exemplo da fotografia e do cinema". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. "O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível." *Psicologia e saber Social*. Rio de Janeiro, V.1, n.1, p. 40-52, 2012.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- _____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic – The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. New York: Vintage, 2003.
- FALCON, Francisco. "História e representação". *Revista de História das Ideias*, vol. 21, 2000.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. "O filme: uma contra-análise da sociedade?". In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- LAGNY, Michèle. "O cinema como fonte de história". In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009.
- MEDOVOI, Leerom. *Rebels – Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005.

SERGEANT YORK: A JORNADA DO HERÓI NO CINEMA DE GUERRA NORTE-AMERICANO

Diogo da Costa Salles

Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense.

E-mail para contato: diogocsalles@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho debruça-se sobre o filme *Sergeant York* (Sargento York), de 1941, tendo em vista questões sobre a Primeira e Segunda Guerra Mundial e a sociedade norte-americana do período. O objetivo aqui é analisar como a obra construiu uma imagem própria sobre a guerra e os Estados Unidos daquela época, utilizando-se do gênero de filme histórico, uma vez que a história se passa durante a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, lançou-se mão de técnicas narrativas e fílmicas para produzir um tipo de discurso e memória específicos, que remetem ao passado para apelarem a um público contemporâneo. Além de considerar o cinema e seu potencial como fonte histórica em mais de uma forma, também será dada atenção aos agentes desse discurso: a indústria cinematográfica, como seus produtos eram consumidos e recebidos pela sociedade norte-americana; o sistema de estúdios de Hollywood, a estrutura que organizava e subordinava seus membros à uma série de normas e diretrizes. Assim, o trabalho se dedica a pensar como esse tipo de cinema, ligado a uma conjuntura própria, se articula com as demandas da época de sua criação.

Palavras-chave: cinema; Segunda Guerra Mundial; memória

O primeiro objetivo desse trabalho é mostrar como certo tipo de estrutura narrativa pode ser incorporada pela fonte cinematográfica e quais são as intenções e motivações presentes na tomada dessa decisão. Para isso, utilizarei o conceito de *Jornada do Herói*, desenvolvido pelo mitólogo Joseph Campbell e, posteriormente, reapropriado pelo escritor Stephen Vogler para ser aplicado em estudos sobre a confecção e estruturação de roteiros de filmes norte-americanos.

O alvo desse estudo é o filme *Sergeant York*,¹ de 1941, que serve como centro para uma análise que também remete a questões relativas à Segunda Guerra Mundial, à entrada dos EUA no conflito e ao papel da indústria de cinema hollywoodiana nesse período. Por se tratar de um filme histórico, passado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e dialogar intimamente com as questões da época de seu lançamento, outras duas ferramentas de análise serão importantes para o desenvolvimento das ideias aqui expostas: os conceitos de “história no cinema” e “cinema na história”. Com isso, o segundo objetivo aqui é pensar sobre que tipo de historicidade o filme *Sergeant York* possui e que ideias articula a partir das duas temporalidades as quais ele remete: o momento presente em que é produzido e lançado e o tempo passado a que ele se refere e resgata com certa intencionalidade.

Além das escolhas temáticas e das questões técnicas envolvidas na produção cinematográfica, contar uma história através do audiovisual implica estabelecer personagens em locais iniciais e, a partir daí, definir como eles vão se movimentar. O cinema coloca desafios enquanto mídia e formato específico de produzir uma narrativa. Enquanto linguagem, ele também pode se apropriar de padrões e estruturas presentes na escrita ou na oralidade para contar suas histórias.

A *Jornada do Herói* foi delineada no livro *Hero with a Thousand Faces* (O Herói de Mil Faces)², obra que engloba as referências da psicologia analítica de Carl Jung para formar uma síntese das narrativas mitológicas que Joseph Campbell denomina como *monomito*. Seguindo essa ideia, as histórias criadas e reproduzidas por diversas sociedades e culturas seriam conduzidas por uma mesma estrutura. A *Jornada do Herói* representa uma trajetória de mudança encabeçada por um protagonista que

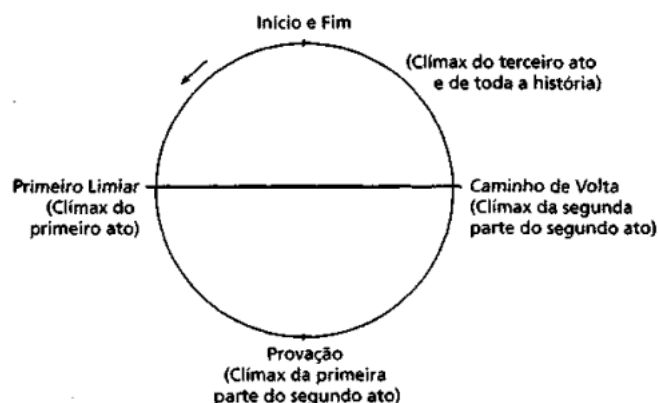
1 Sinopse: baseado em fatos verídicos, o filme conta a história de Alvin C. York, fazendeiro do Tennessee e pacifista religioso, que se torna um herói condecorado da Primeira Guerra Mundial. Direção de Howard Hawks. Produção de Warner Bros. Roteiro de Abem Finkel, Harry Chadlee. Elenco: Gary Cooper, Walter Brennan, Joan Leslie. 1941, EUA.

² Joseph Campbell. *Hero with a Thousand Faces*. Princeton University Press, Nova Jersey, Segunda Edição, 2004.

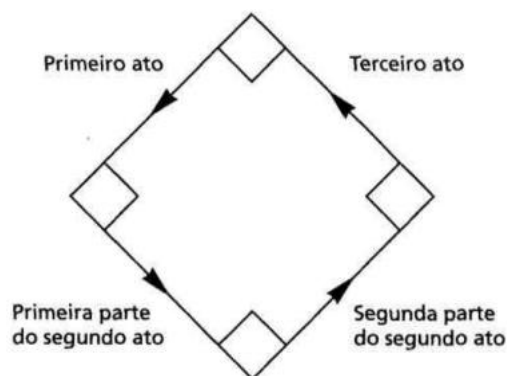
sintetizaria os aspectos quintessenciais dos (re)produtores de tais narrativas. Essas histórias criam os referenciais a partir dos quais os indivíduos possam se encontrar para compartilhar de uma tradição comum. O herói, por sua vez, incorpora esse eterno ir e vir do mito, a partir do qual ele sai de seu mundo natural, modifica-se em sua caminhada em direção ao desconhecido, adquire um poder sobrenatural, e retorna ao seu lugar de origem para compartilhar desse bem. Ele define, assim, o “homem eterno”, ligado à “fonte inesgotável através da qual a sociedade renasce (CAMPBELL, 2004, p. 18). O herói diz menos sobre a história em si do que sobre aqueles que a contam e a consomem; ele “simboliza aquela divina imagem redentora e criadora, que se encontra escondida dentro de todos nós e apenas espera ser conhecida e transformada em vida” (CAMPBELL, 2004, p.36).

Michel de Certeau introduz todo um debate acerca dos usos e práticas do cotidiano; como eles entregam uma lógica própria e como são criados. Ele considera a importância das narrativas de contos e lendas como meios que “ensinam as táticas possíveis em um sistema (social) dado”. Ele considera que essas são uma das várias formas de subverter as relações de poder supostamente unilaterais entre indivíduos dominantes (possuidores dos meios de produção e, conseqüentemente, produtores dos discursos) e dominados (a princípio, meros consumidores do que lhes é colocado). O importante não é a verdade contida nessas histórias, mas sim os lances e golpes nelas narrados. Assim, nesses mundos de maravilhas e utopias criados, o bem pode sempre vencer o mal, o fraco pode prevalecer sobre o forte e, mais importante ainda, tais histórias “fornecem a seu público (ao bom entendedor, um cumprimento) um possível de táticas disponíveis no futuro” (CERTEAU, 1998, pp. 84-85). Certeau define “tática” como práticas do cotidiano onde os indivíduos articulam suas capacidades de refletir e agir para “tirar partido das forças que lhe são estranhas” e criar uma ocasião para fabricar sua própria forma de resistência a uma situação imposta a eles (CERTEAU, 1998, p. 47).

A *Jornada do Herói* é composta de três grandes momentos: *Partida e Separação*; *Descida, Iniciação e Penetração*; *Retorno*. Posteriormente, Christopher Vogler se apropriaria da teoria de Campbell para incorporá-la no estudo de roteiros de cinema. Ele reinterpreta as etapas e subetapas da Jornada dentro da lógica da história em três atos, modelo mais convencional da narrativa cinematográfica. Na sua visão, o “diagrama circular” de Campbell (representação do movimento cíclico do mito) pode ser organizado da seguinte forma:



Vogler também propõe um outro tipo de diagrama, que ilustraria as mudanças na trajetória que cada clímax introduziria na Jornada.



Dessa forma, os ângulos retos de cada vértice do quadrado representam “as mudanças drásticas que podem acontecer nos objetivos do herói”; já as linhas retas seriam “as metas do herói naquele ato.” A ideia de ciclo ainda se mantém, uma vez que aquilo que representaria o clímax do terceiro ato não é nada mais que a volta ao vértice original. A história conclui-se e todas as transformações ocorridas deixam a possibilidade para o recomeço de um novo ciclo (VOGLER, 2006, p. 24).

Dentro de cada segmento da história, há etapas intermediárias que cadenciam o caminhar do herói. Vogler organiza o seu modelo narrativo da seguinte forma: no primeiro ato os heróis são apresentados no MUNDO COMUM, onde recebem um CHAMADO À AVENTURA, ao qual ficam RELUTANTES ou RECUSAM, mas, num ENCONTRO COM O MENTOR, são encorajados a fazer a TRAVESSIA DO PRIMEIRO LIMIAR; no segundo ato, encontram TESTES, ALIADOS e INIMIGOS e

na APROXIMAÇÃO DA CAVERNA OCULTA, cruzam um segundo limiar, onde enfrentam a PROVAÇÃO e ganham sua RECOMPENSA; no terceiro ato são perseguidos no CAMINHO DE VOLTA ao mundo comum e cruzam o terceiro limiar, experimentando uma RESSUREIÇÃO, transformados pela experiência e, por fim, RETORNANDO COM O ELIXIR.

As expressões em maiúscula são as fases intermediárias de cada ato. Apesar de ser uma ferramenta interessante, a *Jornada* não deve ser pensada como um molde universal para todas as histórias que envolvam os tipos e características já mencionados, de maneira que qualquer narrativa que não encaixe no modelo deva ser considerada incompatível com o conceito. Ela será de grande importância para o estudo de *Sergeant York* como ponto de partida e base para análise. Por outro lado, os aspectos do filme que não se encaixam na estrutura montada por Campbell não são considerados como despropositados ou incidentais. É significativo pensar como eles e o molde da *Jornada* se articulam.

Para encerrar essa última parte, vale uma breve discussão teórica sobre o cinema enquanto produtor de fontes e discursos históricos. O primeiro passo para isso é considerar, como coloca Roger Andrade Dutra, “a relação entre produção imagética e sua historicidade” (DUTRA, 2000, p. 122). Dessa forma, é possível perceber o cinema como uma mídia com características técnicas e formais particulares, mas que também está integrada ao meio social, seus conflitos e seus combates, e muitas vezes, o resultado final daquilo que é projetado na tela é produto dessa historicidade. Essa ligação do cinema com o tempo e espaço se dá especialmente através de seus produtores (“o diretor de cinema e sua equipe de trabalho”, como coloca Dutra) e, na perspectiva de Michel de Certeau, de seus consumidores. Além do mais, esse último ainda destaca a importância que a leitura (de imagens e textos) desempenha para as sociedades contemporâneas marcadas pela divisão produção-consumo e pela “pulsão de ler”.³

Outra referência importante para as próximas páginas diz respeito às possíveis abordagens do material cinematográfico. Dois caminhos serão seguidos para tanto, a partir das indicações de Marcos Napolitano: o cinema como fonte e o cinema como produtor de discurso histórico. A última diz respeito ao cinema “como fonte e veículo de

³ “A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (Certeau. 1998, p. 39).

disseminação de uma cultura histórica, com todas as implicações ideológicas e culturais que isso representa” (NAPOLITANO, 2010, p. 246); esse aspecto será levado em conta quando a estrutura que o filme segue e a forma dele contar sua história se projetarem numa maneira de narrar o passado. A primeira trata de que maneiras o produto imagético dialoga com o momento de sua concepção e consumo.

As próximas sessões do trabalho vão se dedicar a contextualizar o momento histórico em que *Seargent York* foi produzido. Posteriormente, o foco recairá sobre esses dois aspectos da análise historiográfica de filmes. As referências de Certeau, Campbell, e Vogler serão de grande importância nessa parte final, onde os elementos temáticos e os valores que o filme apresenta no seu conteúdo serão observados em conjunto com as questões relativas à historicidade do filme e seu caráter de produtor de um discurso histórico.

A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA E O CAMINHO PARA A SEGUNDA GUERRA

O ano de 1940 ficou marcado como um período de indecisão para a presidência de Franklin Delano Roosevelt e toda a sociedade norte-americana da época. Do início da investida ocidental de Hitler naquele mesmo ano, até a invasão da União Soviética em junho de 1941, ainda era difícil definir qual seria a postura do governo dos EUA sobre o conflito europeu que cada vez mais parecia arrastar o mundo para uma nova Grande Guerra. No entanto, conforme o tempo passava, ficava mais evidente a necessidade de se assumir um lado. A vitória absoluta da Alemanha sobre as potências aliadas não traria benefício nenhum aos Estados Unidos e representava uma provável ameaça num futuro próximo. A queda da França impôs uma terrível realidade: se o nazismo ousou e conseguiu derrubar o gigante europeu, o que o impedia de cruzar o Atlântico e estender suas ambições para outro continente?

No *Fireside Chat*⁴ onde Roosevelt propõe a ideia de que o país deveria se tornar um arsenal da democracia para as nações aliadas que lutavam contra a temível “Nova Ordem” que o Eixo almejava impor, o objetivo era atentar o público para o perigo iminente que a vitória desse rival representaria para os EUA. Essa “Nova ordem” traria “o renascer da mais antiga e pior das tiranias” através de uma “aliança profana de poder

⁴ “Conversa ao pé da lareira”: programa de rádio transmitido para todos os EUA com declarações e discursos presidenciais.

e dinheiro para dominar e escravizar a raça humana”. Deixar esse risco claro para a sociedade, naquele momento, não significava uma questão de estar dentro ou fora da guerra, mas sim de segurança nacional. Ignorar que, sem a ajuda norte-americana, os aliados não conseguiriam barrar o progresso do Eixo, significava que logo os EUA passariam a “viver na mira de uma arma – uma arma carregada com balas explosivas, econômicas e militares.” O presidente fazia sua convocação à nação conclamando as palavras determinantes para o abandono da indecisão no posicionamento dos EUA:

Nós devemos ser o grande arsenal da democracia. Para nós isso é uma emergência tão séria quanta a própria guerra. Nós devemos nos empenhar em nossa tarefa com a mesma prontidão, o mesmo senso de urgência, o mesmo espírito de patriotismo e sacrifício que nós mostraríamos se estivéssemos em guerra.⁵

O discurso sobre o “Arsenal da Democracia” estabeleceu o posicionamento do governo quanto às questões da guerra. Não se tratava mais de um conflito estrangeiro do qual a sociedade norte-americana deveria se abster; aquela era a batalha decisiva entre os combatentes da democracia e os grandes inimigos da liberdade. Os Estados Unidos podiam não estar prontos, nem dispostos a entrar completamente na briga, mas a partir do final de 1940 ficou claro que o país faria o possível para apoiar o lado certo da luta. Assim, era preciso superar os receios e “converter a nação para uma atitude de defesa” (KERSHAW, 2008, p. 252). Para isso, a neutralidade tinha de acabar e um lado precisava ser escolhido.

Com essa proposta inicial de resolução surgia o primeiro dos problemas que a administração Roosevelt viria a enfrentar nos anos que estavam por vir. Se o presidente e seus aliados no governo e nas forças armadas acreditavam que a entrada na guerra era absolutamente necessária, como convencer a oposição e, mais importante, a população do mesmo fato? A postura de neutralidade dos Estados Unidos manteve-se insistente mesmo nos momentos mais críticos da guerra até aquele momento. Um percentual significativo do legislativo e da opinião pública desconsideravam dar apoio a uma guerra estrangeira. Ainda era forte o ressentimento com a desconsideração das potências europeias após a ajuda norte-americana na Primeira Guerra. Além do mais, mesmo que houvesse respaldo político e social para a entrada do país na luta, em 1940, depois da derrota francesa, “os Estados Unidos não possuíam capacidade militar ou logística para entrar na guerra e bloquear as ambições militares alemãs” (KERSHAW, 2008, p. 246).

⁵ Trechos do discurso “Arsenal of Democracy” transmitido nacionalmente via rádio no dia 29 de Dezembro de 1940. Disponível em <http://millercenter.org/president/speeches#fdroosevelt>. Acesso no dia 23/02/2014.

O isolacionismo político, as cicatrizes recentes da crise econômica e a influência dos paradigmas do governo de Woodrow Wilson (1913-21) defasaram em muito a capacidade dos Estados Unidos para a guerra.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial parecia que os EUA se consolidariam como o grande modelo de nação: aquela que auxiliou, senão a que definiu, a libertação da Europa de seu processo de autodestruição. Entretanto, a missão em busca da paz mundial de Wilson falhou ao esbarrar na resistência dos remanescentes vitoriosos da Tríplice Entente. A partir de 1919, com o gosto amargo na boca deixado pelos resultados frustrantes da construção de uma Liga das Nações, a sociedade norte-americana passou a nutrir um forte ressentimento quanto à aproximação com as potências europeias. A Segunda Guerra trouxe para os Estados Unidos não só o desafio de encarar um novo conflito em larga escala, mas de fazer a população superar o sentimento isolacionista que havia surgido e se intensificado no entreguerras.

Tornava-se claro que uma guerra como aquela não poderia ser feita somente com armas, logísticas e alianças diplomáticas. O principal pilar de sustentação deveria ser erigido, antes de tudo, internamente. Sem o apoio e a moral elevada da sociedade, o sucesso no campo de batalha estava em risco. Assim, o suporte interno começou a ser construído a partir do fomento do antagonismo entre a ideia e a imagem do “ser americano” e os países do Eixo.

Desde 1933, quando Hitler sobe ao poder na Alemanha, as ações de perseguição e agressão a judeus:

(...) causaram repulsa nos Estados Unidos e estimularam o aumento do antigermanismo (...). Além da repulsa crescente pela barbárie nazista, o militarismo exacerbado do regime hitlerista e os sinais óbvios e logo aparentes de que a Alemanha estava começando a se rearmar (com todas as implicações que isso tinha para a futura paz da Europa) eram vistos do outro lado do Atlântico com cada vez mais temor (KERSHAW, 2008, p. 464)

Não é para menos que, apesar das polêmicas e dos protestos, filmes como *Confessions of a Nazi Spy* (1939) e *O Grande Ditador* (1940) começaram a se tornar cada vez mais comuns a partir do final dos anos 1930.

Nos anos anteriores ao ataque a Pearl Harbor, as relações entre Estados Unidos e Japão já vinham passando por um extremo desgaste e as previsões não davam qualquer indicação de uma conciliação em prol do apaziguamento. Ao optar por continuar suas investidas em direção à Indochina francesa, o governo nipônico colocou mais uma pá de cal no relacionamento com os EUA. As consequências disso foram uma série de

retaliações econômicas, das quais a principal foi o embargo das exportações de petróleo. Mesmo com as tentativas das lideranças do governo em busca de uma solução diplomática para o impasse no Pacífico (continuar com o processo de expansão no Extremo Oriente e confrontar os interesses das outras nações na região ou se submeter à dominação econômica por parte dos norte-americanos, em constante processo de fortalecimento), a pressão das lideranças militares no governo não cedeu nem um centímetro. O confronto no Pacífico era iminente e coube ao ataque japonês à base havaiana no final de 1941 desencadear o inevitável embate.

ROLOS DE FILMES, CAMPOS DE BATALHA: CINEMA DE GUERRA E BATALHA DE IMAGENS

A indústria do cinema hollywoodiana teve participação significativa nos momentos que antecedem a entrada dos EUA no conflito. Afinal, a sombra de uma nova guerra na Europa vinha se tornando impossível de ignorar. De um lado, a o distanciamento cada vez mais sério com o Japão, de outro, o potencial perigo da máquina de guerra alemã conseguir sobrepor-se à resistência inglesa e garantir acesso direto ao Atlântico e ao continente americano. Porém, os antagonismos mencionados não nasceram prontos. Eles tiveram que ser devidamente incentivados e moldados com a urgência necessária para movimentar uma população até então reticente quanto ao envolvimento direto no conflito em direção aos campos de batalha.

Daí a relevância de Hollywood nesse momento. Foi dela o papel de criar os mecanismos para legitimar o conflito e aproximar a sociedade ainda mais dele. Até a chegada desses momentos decisivos, o cinema, enquanto mídia e forma de expressão, já estava plenamente estabelecido como elemento importante tanto na cultura quanto na economia estadunidense. Seu público era extenso e o produto que vendia era acessível e muito bem aceito.

Nos 20 anos separando as duas Grandes Guerras, a cultura e a sociedade norte-americanas haviam consolidado a ideia e o espírito do “ser americano”. Estabeleceu-se um compartilhamento de crenças, ideias e referências que compunham o que era esse “ser americano”. A Segunda Guerra foi o evento que marcou a expansão desse ideal para o resto do mundo. Afinal de contas, o grande conflito do século XX foi tanto uma guerra de mobilização militar, poderio bélico, logística e estratégia, quanto uma “guerra ideológica”. Essa era uma luta em que a mobilização em larga escala de “povos-massa”

pesava da mesma maneira que a transmissão de mensagens e ideias.

(...) milhões de homens partiam mais uma vez, metidos em seus uniformes e suas botas, para uma nova guerra que, senão logo de início, pelo menos bastante rapidamente assumiu ares de cruzada (...) (ÁZEMA, 2006, p. 414)

Uma das instituições mais importantes a atuar nesse período de expansão do “ser americano” foi Hollywood e a indústria cinematográfica. A partir da década de 1920 o cinema já possuía um amplo alcance em diversas partes da Europa, África e Ásia, tendo como principal centro produtor e exportador os Estados Unidos. Os grandes estúdios que iriam reinar na chamada “Era de Ouro” do cinema americano começaram a surgir nesse período. A migração da costa leste em direção à Califórnia aconteceu para que essas empresas pudessem escapar do controle de patentes que Thomas Edison reivindicava sobre a invenção do projetor de filmes, o cinetoscópio. Em Hollywood, os estúdios viriam a consolidar um monopólio para si mesmos, que nos anos 1930 passou a ficar restrito a cinco grandes companhias (as *Big Five*), sendo essas MGM, Paramount, Fox, RKO e Warner Bros.

Segundo Otto Friedrich, estudioso da história do cinema, “o aspecto mais importante do monopólio estava em que os produtores controlavam seu próprio sistema de distribuição” (FRIEDRICH, 1988, p. 200). O sistema de estúdios possibilitava que o cartel formado pelas *Big Five* garantisse o controle absoluto sobre a produção de filmes e a maneira como essas produções chegariam ao mercado, deixando donos de cinema e produtores independentes à mercê dos interesses delas.

Além da influência nos aspectos econômicos da indústria, o monopólio hollywoodiano possuía mecanismos autônomos de censura e regulamentação. Cabia ao *Hays Office*, órgão censor inicialmente comandado pelo político William Hays, dar a aprovação necessária para que roteiros pudessem ser filmados. Se certas histórias tivessem temáticas muito polêmicas ou subversivas, elas seriam interrompidas pelo crivo do órgão antes mesmo de iniciada a produção. A *Academy of Motion Pictures Arts and Science* foi criada com o intuito de estabelecer os padrões que o lado mercadológico da indústria esperava serem cumpridos pelo lado artístico da mesma. Dessa forma, Hollywood estabeleceu-se como um organismo auto-regulado, atuando em prol de interesses particulares e, acima de tudo, vendendo a imagem do “ser americano”, tanto interna quanto para mercados no exterior. A indústria do cinema já havia se consolidado há muito como um dos principais e mais lucrativos ramos na economia nacional. Antes e durante a guerra, o papel que Hollywood desempenhou foi o de fornecer os devidos

exemplos dos comportamentos e atitudes mais adequados para aquele momento, mostrando que aquela era uma luta de todos.

No entanto, é ilusório pensar que isso resultou na construção de um senso comum homogêneo, que só houberam vozes a favor da entrada no conflito. Na verdade, é mais prudente pensar que a opinião pública foi muito mais uma arma política utilizada pelos poderes governamentais para garantir as justificativas de suas ações. Ainda assim, não se pode esquecer que, sem ela, tais poderes não conseguiriam se estabelecer em relação à sociedade. O que vale mais é uma opinião pública marcada por um caráter antes qualitativo, “a intensidade com que se manifesta uma tendência da opinião pública”, do que quantitativo (BECKER, 2003, p. 205). O envolvimento da indústria cinematográfica forneceu esse diferencial.

O que não significa dizer que não haviam comportamentos e posturas fora do padrão. Muito pelo contrário, a criação de um órgão como o *Hays Office* serviu justamente para garantir que esse lado de Hollywood nunca pudesse ser visto. Tanto esforço para ocultar só demonstra o quanto de construção havia nos padrões estéticos e comportamentais que a indústria cinematográfica queria impor a si mesma.

No início de 1941, Franklin Roosevelt, fez seu marcante discurso sobre as quatro liberdades, defendendo a liberdade de fala (*freedom of speech*) como um desses direitos universais e inalienáveis. Mesmo assim, o presidente condenava a prática de um certo tipo de “propaganda venenosa por aqueles que procuravam destruir a unidade e promover a discórdia nas nações que ainda estão em paz”. Palavras seriam tão ruins quanto tiros de armas no meio da luta pelo “estilo de vida democrático”, que corria sérios riscos naqueles anos críticos.⁶

A intervenção total do governo em Hollywood era algo abominável, mas a presença do Estado não podia ser completamente dispensada. Segundo Erica Monteiro, um princípio de flerte entre indústria do cinema e governo já começava a se desenrolar antes mesmo dos EUA envolverem-se efetivamente na guerra:

Quando a Alemanha, em 1940, e a Itália, em seguida, proibiram a veiculação de filmes norte-americanos, nos territórios por eles ocupados, caía por terra um dos maiores obstáculos para a realização de filmes políticos por parte dos estúdios hollywoodianos. A proibição fez com que, além dos incentivos que a indústria tinha para colaborar com o governo, se removesse um dos maiores empecilhos para se estabelecer a parceria público/privado: o medo de que ao produzirem filmes que pudessem ofender o público estrangeiro, o mercado de exportação de suas produções viesse a diminuir. Afinal, o mercado externo, sobretudo o europeu, era fundamental para os lucros dos estúdios norte-americanos. (MONTEIRO, 2014,

⁶Trechos do discurso “Four Freedoms” transmitido nacionalmente via rádio no dia 6 de Janeiro de 1941. Disponível em <http://millercenter.org/president/speeches/#fdroosevelt>. Acesso no dia 24/02/2014.

p. 167-168)

Para Noam Chomsky a aliança entre política e propaganda visa mostrar à sociedade o quão perigoso pode ser a formação de divisões internas da opinião pública. A partir do começo da década de 1940, conforme o cisma entre EUA e Eixo tornava-se irremediável, só cresciam as demandas políticas pelo estabelecimento de um consenso com relação à guerra. *Sergeant York* e outras produções lançadas nos cinemas durante esse período não podem ser consideradas como propaganda. Mesmo assim elas não estão isentas das influências e dos interesses que marcaram o período de transição de um país em posição de neutralidade para o estado de guerra. A perspectiva de Chomsky ainda é pertinente pois dá uma ideia de como esse jogo de forças se dá.

Confrontar o poder é custoso e difícil; altos padrões de evidência e argumento são exigidos, e análise crítica é naturalmente não bem-vinda por aqueles que estão em posição de reagir vigorosamente e determinar o nível de recompensas e punições. Conformidade com uma “agenda patriótica”, em contraste, não impõe tais custos. (CHOMSKY, 1989, p.19)

Não é mera coincidência que *Sergeant York* foi lançado nesse mesmo período de mudanças e disputas no âmbito político e cinematográfico. O filme foi o maior sucesso de bilheteria do ano do seu lançamento.⁷ Com as temáticas levantadas pelo filme, ele ainda mexia com a sensibilidade do público da época em decorrência da situação cada vez pior da guerra na Europa e uma nova incursão americana num conflito estrangeiro parecendo cada vez mais iminente. Apesar de se passar durante a Primeira Guerra Mundial, o filme dialoga intensamente com o contexto histórico de sua produção e consumo.

O conceito da *Jornada do Herói* pode ser utilizado para que se observe como a narrativa do filme é construída. Sendo assim, é mostrado a seguir como o filme coloca em uso alguns dos elementos da *Jornada* e com quais intenções. Com a referência do modelo narrativo em três atos, a análise proposta aqui também se divide em três momentos.

PRIMEIRO ATO

Alvin York (interpretado por Gary Cooper) começa o filme como um homem perdido e frustrado. As terras de que depende para sustentar a mãe e os dois irmãos é

⁷ Fonte: www.imdb.com. Acesso em 14/10/2014.

difícil de trabalhar e pouco produtiva. Não tem dinheiro o bastante para um dote de casamento nem para comprar uma porção de terra melhor para a nova família que planeja construir. Sua fraqueza e escapatória são o vício pela bebida. Ao atingir o fundo do poço, é na religião que York encontra a saída para sua desorientação. Seguindo uma filosofia de paz ele reencontra o equilíbrio que há muito procurava e uma nova disposição para alcançar seus objetivos.

Com a sua convocação para a guerra, novos dilemas vão se colocar no caminho de Alvin. Agora decisões de fora o obrigam a voltar a seguir um caminho de violência, indo contra tudo que sua fé determina. No campo de treinamento, os problemas causados pela sua opção religiosa e as diferenças culturais com outros soldados e superiores começam a ser superadas quando York passa a se destacar durante o treinamento, chegando ao ponto de receber uma oferta de promoção de patente pelo Major do quartel.

No entanto, Alvin se vê obrigado a recusar a oferta, confessando ao oficial sua dificuldade em aceitar a condição que lhe foi imposta pela guerra e o alistamento. Disposto a dar ao soldado uma chance, o Major oferece a ele um livro sobre a História dos EUA para que o soldado possa ver que existem boas razões para lutar. Num discurso que mistura referências a Daniel Boon e Abraham Lincoln, o Major tenta mostrar ao recruta que a liberdade pode ser uma dessas motivações. Após receber um tempo para pensar na proposta, York volta para casa no Tenesse e passa dias em meditação para achar uma solução aos seus questionamentos. Ele encontra a saída num momento de iluminação, em que uma corrente de ar vira as páginas de sua Bíblia até conduzi-lo ao versículo “Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.

A história, mostrando a jornada de crescimento, amadurecimento, os fracassos e a redenção de Alvin York, inicialmente toma uma postura crítica quanto à guerra e à exposição de vidas aos riscos da frente de batalha. A forte conotação religiosa só intensifica essa impressão com a mensagem pacifista que o protagonista começa a propagar após sua conversão para a Igreja.

Muito além do que estabelecer o universo em que a história se passa, o primeiro ato insere conflitos e questões que já são desenvolvidas e solucionadas em parte dentro dele mesmo. O mote desse ato inicial pode ser resumido a uma história de redenção. O

protagonista é um personagem assombrado por responsabilidades e desejos que não consegue concretizar, redimindo-se posteriormente por seus equívocos ao encontrar uma saída para a conciliação e paz interior na religião. Até esse ponto, a *Jornada* e seus elementos não foram colocados em cena. Ela efetivamente começa após os diversos percalços no Mundo Comum, quando York recebe a carta de convocação.

A temática religiosa é muito significativa para o desenrolar da história. Antes da ida para o campo de treinamento, o pastor de York tenta liberá-lo da convocação ao apontá-lo como um opositor consciente à guerra. Tal categoria existiu durante a Primeira Guerra Mundial; correspondia a indivíduos que seguissem princípios ou fizessem parte de congregações que proibissem qualquer envolvimento em guerras ou atos de violência. Sendo assim, em certos casos os opositores eram dispensados ou realocados para serviços militares que não envolvessem combate. Os problemas e brechas dessas exceções eram inúmeros. Muitos convocados que assumiram tal postura eram hostilizados durante seu período de serviço ou chegavam a ser julgados por corte marcial e presos (CHATFIELD, 1992, pp. 45-46). Algo similar é reconstituído no filme. Esses problemas são superados quando York encontra com a figura do Mentor, que lhe dá as pistas para resolver os conflitos internos que o impediam de prosseguir com a jornada.

Tudo muda quando York é apresentado a um outro “livro sagrado”: a História dos Estados Unidos da América. A partir desse momento da película, o espectador começa a acompanhar a trajetória de York para vencer seus próprios dilemas e, junto com ele, encontra uma forma de legitimar a guerra e conciliá-la com o discurso religioso da primeira parte do filme.

A presença de uma cultura histórica americana também é construída a partir das referências ao mito da fronteira e ao personagem Daniel Boon. Também baseado numa figura real, a imagem de Boon que se consolidou no imaginário americano surgiu pela primeira vez no livro *The Discovery, Settlement and Present State of Kentucke*, de John Filson. O livro corresponde a um estudo geográfico, histórico e político. A única exceção corresponde justamente ao segmento denominado “The Adventures of Col. Daniel Boon”, em que o autor faz uma dramatização literária da história de Boon, transformando o explorador pioneiro na ocupação da região do Kentucky no “herói arquetípico da fronteira americana” (SLOTKIN, 1973, p. 269).

Como todo mito, a história de Daniel Boon transcendeu os limites da obra original de Filson, ganhando diversas releituras dentro e fora dos EUA. Dos elementos

que podem ser extraídos do legado mitológico de Boon com o qual *Sergeant York* dialoga, deve-se mencionar, primeiramente o aspecto religioso. A conversão de Alvin York na primeira parte do filme é sucedida pela sua convocação à guerra. A primeira mudança na trajetória do personagem (do primeiro ao segundo ato) ocorre quando o protagonista consegue conciliar a filosofia pacifista que sua igreja lhe ensinou e a necessidade de lutar que o serviço militar impunha. Richard Slotkin aponta que uma das ideias fundamentais por traz do mito da fronteira e da história dos Estados Unidos é a de regeneração pela violência. Desde os mitos fundadores surgidos no período colonial, como o próprio Boon, a cultura americana foi construída e alimentada por indivíduos que:

(...) viam na América uma oportunidade de regenerar sua sorte, seus espíritos, e o poder de sua igreja e nação; mas, ao fim, os meios para essa regeneração tornaram-se os meios da violência, e o mito da regeneração pela violência tornou-se a metáfora estruturante da experiência americana. (SLOTKIN, 1973, p. 5)

Se os mitos representam a repetição e reprodução dos valores e aspectos de uma sociedade, a referência a tais ideias em *Sergeant York* representam mais uma volta desse círculo. Essa compreensão de mundo implica no indivíduo, representando a civilização, domando a natureza selvagem (*wilderness*) e conquistando seus objetivos através desse processo. Tal civilização é, antes de mais nada, uma civilização cristã, cujo sucesso significa o cumprimento do destino de todos aqueles considerados como filhos de Deus (SLOTKIN, 1973, p. 34). *Sergeant York* reinsere o movimento civilizatório agora numa realidade em que ele se expande para além da fronteira americana. O paradigma não era mais o de uma guerra interna contra o indígena, o mexicano ou o confederado, mas uma guerra para acabar com todas as guerras.

A própria estrutura narrativa das aventuras de Boon é recriada no filme. Em seu trajeto de eterno ir e vir:

Boone penetra a natureza selvagem num estado de inocência e ingenuidade, incerto sobre suas motivações e do resultado definitivo de suas aventuras, mas confiando na força de seu caráter e na bondade da natureza para gerar grandes dons da confusão do presente. Essa imersão confiante na natureza selvagem finalmente resulta no ganho de auto-conhecimento e na compreensão do projeto divino – um estado de consciência que Boone adquire quando ele consegue abstrair-se de sua experiência, observá-la do exterior, e exercer sua razão sobre ela para reduzi-la ao essencial. (SLOTKIN, 1973, p. 280)

Processo idêntico ocorre com York. Quando ele é forçado a tomar uma decisão, é no isolamento em meio à natureza que ele busca a resposta para seu dilema. O conhecimento surge, literalmente, dos céus, ao lhe ser indicada a passagem bíblica que

sintetiza toda a resposta que ele precisava para solucionar seu conflito interno.

SEGUNDO ATO

York retorna à sua posição, aceita a nova responsabilidade junto ao Exército e rumo a França para travar o seu próximo combate. No fronte, agora com a patente de cabo, York consegue o feito miraculoso de capturar mais de cem soldados inimigos liderando um grupo de apenas oito homens.

Alvin York encarna com toda força a figura do soldado-cidadão. Esse arquétipo da cultura norte-americana diz respeito à figura idealizada daqueles que abrem mão de seu próprio conforto e segurança para lutar em nome do bem da maioria, contrapondo-se à ideia do guerreiro profissional completamente absorvido e integrado à lógica da instituição militar.

Nenhum deles [dos soldados-cidadãos] é um aventureiro militar. Eles lutam porque sua nação os convocou para o serviço militar e seu dever tem de ser cumprido. Eles querem que a América se mantenha honesta e democrática, e a restauração da paz é seu objetivo. (GERSTLE, 2008, p. 54)

Os aspectos morais presentes nessa construção de personagem remetem à uma memória da Primeira Guerra Mundial como o conflito entre autocracia e democracia para garantir a sobrevivência dessa última e, conseqüentemente, de tudo um modelo de civilização. O Alvin York soldado deriva do Alvin Tork civil, homem de família, religioso. Sua ingenuidade e simplicidade só exaltam os padrões morais e comportamentais que ele cumpre tão perfeitamente. No seu desenrolar, o filme mostra que foi a união daqueles dois lados da persona de York que fizeram dele tão acima da média.

Tal valorização da moral é outra questão que o filme resgata e traz para sua contemporaneidade. Durante e após o envolvimento americano na Primeira Guerra, não faltaram medidas de controle social como as ofensivas contra áreas de prostituição, especialmente aquelas próximas de quartéis e áreas de treinamento de recrutas; a 18ª Emenda, proibindo a produção e comércio de bebidas alcoólicas em escala nacional, também surgiu desse movimento reformista impulsionado pela guerra (O'BRIEN, 2006,

p. 237).

TERCEIRO ATO

Quando as notícias do feito se espalham, o novo herói recebe prêmios e congratulações de todas as partes. Mas a maior recompensa de todas vem quando ele pode reencontrar-se com a família e, para sua surpresa, o herói vê que a terra que ele não havia podido comprar para sua mãe e para a futura noiva tinha sido dada a ele como presente por todo o povo do Tenesse pela sua realização. Seu sacrifício foi recompensado e agora ele podia enfim viver a vida simples e digna que sempre quis.

O clímax da história chega junto com o fechamento do ciclo. Através da jornada, o herói se modificou, tornando-se uma pessoa melhor e trazendo para casa os melhores aspectos daquilo que aprendeu. No entanto, esse tipo de história não é a mesma contada em filmes de períodos anteriores. Apesar do Alvin York de Gary Cooper lembrar muito as protagonistas essencialmente bons, com trajetórias edificantes, como aqueles dos filmes do auge da carreira de Frank Capra, durante a década de 1930, o tempo vai marcar as diferenças entre tais formas de cinema. Lary May aponta que, durante os anos 1930, o cinema norte-americano destacou-se por apresentar histórias com uma “narrativa de conversão” (ou, por que não, regeneração?) caracterizada pelo “espírito do New Deal”. Os personagens dos filmes desse período realizavam jornadas que transcendiam os interesses individualistas para se centrarem na solução coletiva de problemas: “eles agora alinhavam-se com grupos étnicos ou raciais num esforço comum para concretizar uma cultura moderna enraizada em abundância e uma revolução nos valores morais”. Com a guerra, a “narrativa de conversão” na Hollywood da década de 1940 será bem diferente. “Agora, a base da autoridade foi realinhada da base da sociedade para as instituições oficiais e as causas patrióticas dedicadas a salvar a nação do estrangeiro mais do que do inimigo interno” (MAY, 1996, pp. 79-81).

Como já mencionado, para Michel de Certeau, táticas são manobras realizadas nos momentos de incerteza e instabilidade. Quando se está fora dos esquemas de poder e controle, é por entre as brechas do sistema que os indivíduos conseguem garantir sua sobrevivência e a reprodução de suas práticas. As ferramentas e os exemplos para tais

atitudes podem ser encontradas em diversas fontes. Para uma sociedade como a norte-americana, onde o cinema se tornou a forma de expressão mais representativa desde seus primeiros passos, a “pulsão de ler” as imagens sempre esteve presente. Essa mídia será o lugar em que serão buscadas os instrumentos para que se possa encarar os momentos de ruptura. A iminência de uma nova guerra trouxe a procura por filmes como *Sergeant York*, que resgatassem um legado histórico e mostrasse quais as possíveis ações a serem tomadas nesse novo contexto.

Outro conceito significativo é o de estratégia, que diz mais respeito aos produtores e realizadores desses filmes. Apropriando-se do jargão militar, Certeau entende a estratégia como a forma a partir da qual sujeitos “de querer e poder” administram suas relações com uma “exterioridade distinta”. Para tanto, é necessário que esses sujeitos se isolem em espaços próprios para o exercício de sua força (CERTEAU, 1998, p. 46); o exato oposto da tática, que se concretiza no não-lugar, na fronteira, na margem. As estratégias produzem, mapeiam e impõem (CERTEAU, 1998, p. 92). A indústria cinematográfica e os sistemas de estúdios e estrelas que a organizavam, assim como um quartel general, faziam uso de estratégias para garantir o público nas salas de cinema.

PERMANENTEMENTE À SOMBRA DA GUERRA

Quando a guerra estourou definitivamente para a sociedade norte-americana, as motivações para lutar passaram a revestirem-se de uma aura mítica. A guerra como um rito de passagem; não como um fim em si mesma, mas como o trajeto da jornada que conduz a um encerramento satisfatório para os indivíduos que a realizam. A partir de 1942, Hollywood viu o potencial que poderia haver em atender à nova demanda do público por filmes que apresentassem histórias com os mesmos dramas, impasses e glórias daqueles convocados para a luta pela liberdade e democracia ou cujos filhos, irmãos e amigos estavam sendo arrastados para essa batalha.

Susan Faludi contempla o caminho percorrido pelos homens que viveram o “Século Americano”, após a Segunda Guerra Mundial. O legado dos que lutaram ou protestaram contra a Guerra do Vietnã está ligado, segundo a autora, à herança das suas figuras paternas, que viveram a última guerra convencional. Esses combatentes do fascismo e do nazismo, além de também terem de lidar com o legado de seus próprios pais, trabalharam para definir uma imagem de masculinidade para si mesmos em

relação à ideia da guerra como um rito de passagem; uma fronteira mítica que garante que os meninos sejam transformados em homens.

A narrativa dominante traçada nas frentes de batalha da Segunda Guerra Mundial, exposta em inúmeras colunas, noticiários e filmes, era a crônica de uma paternidade bem-sucedida e da transformação masculina: meninos, cujos pais da era da depressão não puderam sustentar ou orientar até se tornarem homens, foram colocados sob as asas benevolentes de um vasto orfanato dirigido por homens, chamado Exército, e mandados para o combate. Lá, oficiais mais velhos, firmes porém gentis, atuando como pais substitutos, os assistiam enquanto eram temperados no calor de uma luta heroica contra inimigos malévolos, transformando-se em homens. Uma ruptura entre pai e filho na nação fora sanada: os meninos, salvos e transformados em homens, voltariam para encontrar suas esposas, formar suas famílias e assumir seus lugares como homens adultos na comunidade de uma nação que estava tomando o seu lugar como a potência adulta no mundo. (FALUDE, 2006, p. 29)

Fora o sucesso nas bilheterias e a arrecadação de dois Oscars (Melhor Edição e Melhor Ator para Gary Cooper), o filme ainda gerou polêmicas junto a membros do movimento isolacionista que integravam o legislativo norte-americano. Certos senadores da oposição começaram a levantar suspeitas quanto ao teor apologético de algumas produções hollywoodianas a respeito da guerra ou do antagonismo com os regimes autoritários do Eixo. *Sergeant York* chegou a entrar numa lista de filmes entregue ao Subcomitê do Senado para Propaganda de Guerra, estando contido no grupo de produções que seriam investigadas com o objetivo de discriminar se elas estariam trabalhando a favor de qualquer propaganda pró-guerra (FRIEDRICH, 1988, p. 62).

O insucesso dessas ofensivas contra filmes que colocavam nas telas novas temáticas que dialogavam com o tempo presente demonstra que as estratégias e táticas mobilizadas naquele período tornavam a demanda por tais filmes muito mais forte do que as forças que se opunham a eles. *Sergeant York* e outras obras traziam à tona uma série de ideias e conceitos que a iniciativa de produtores de cinema e a resposta do público mostravam que precisavam ser reforçados.

Retomando as ideias de John Lukacs, as duas guerras mundiais foram os eventos que marcaram o início da “americanização” do mundo (LUKACS, 1992, p. 18). Nos vinte anos que unem esses eventos, os Estados Unidos conseguiram transformar uma população de etnias e origens completamente heterogêneas. Eles passaram a compartilhar as crenças e as referências que compunham o que era “ser americano”. Porém, esse ideal aparentava estar em risco novamente por um perigo externo, representado pela ameaça do “outro”, dos alemães e japoneses. Quando Pearl Harbor é atacada em dezembro de 1941, a possibilidade passa a ser um fato. O imaginário norte-americano já havia sido construído, mas agora ele precisava ser protegido. Se a

intervenção era necessária, ela foi legitimada por esses preceitos de idealismo e defesa das virtudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZÉMA, Jean-Pierre. “A guerra”. In: Por uma História política (org.) René Rémond. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2º edição, 2003
- BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: Por uma História política (org.) René Rémond. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2º edição, 2003
- BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (Org.) A América em Teoria. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1993.
- CAMPBELL, Joseph. Hero with a Thousand Faces. Princeton University Press, Nova Jersey, Segunda Edição, 2004
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Editora Vozes, Petrópolis, Terceira Edição, 1998
- CHATFIELD, Charles. The american Peace movement. Twayne Publishers, Nova York, 1992
- CHOMSKY, Noam. Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies. South End Press, Boston, 1989.
- DUTRA, Roger A. “Da historicidade da imagem à historicidade do cinema”. Projeto História, PUC, número 21, 2000
- FALUDI, Susan. Domados – Como a cultura traiu o homem americano. Rocco, Rio de Janeiro, 2006.
- FRIEDRICH, Otto. A Cidade das Redes – Hollywood nas anos 40. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- GERSTLE, Gary. Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da guerra. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 13, no 25, 2008.
- KERSHAW, Ian. Dez decisões que abalaram o mundo – 1940-1941. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.
- LUKACS, John. American History: The Terminological Problem. In: The American Scholar, Vol. 61, No. 1, Washington D.C. 1992.
- LUKACS, John. Uma nova república – História dos Estados Unidos no século XX. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2006.
- MATTOS, A. C. Gomes de. Do cinetoscópio ao cinema digital – breve história do cinema americano. Rocco, Rio de Janeiro, 2006.
- MAY, Lary. Making the american consensus> the narrative of conversion and subversion in World War II films. In.: ERENBERG, Lewis; HIRSCH, Susan (org.). The war in american culture – society and conciousness during World War II. The University of Chicago Press, Chicago, 1996.
- MONTEIRO, Érica Quando a guerra é um negócio – A cooperação das empresas

privadas norte-americanas nos projetos desenvolvidos pelo governo F. D. Roosevelt para a América Latina no contexto da II Guerra Mundial. Editora Prisma, Curitiba, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. “A história depois do papel”. In: Carla Pinsky (org). Fontes Históricas, Editora Contexto, São Paulo, Segunda Edição, 2010.

O’BRIEN, Kenneth. “The United States, war, and the twentieth century”. In: The Cambridge companion to modern american culture. Cambridge University Press, Nova York, 2006.

SLOTKIN, Richard. Regeneration through violence. Harper Perennial, 1973

VOGLER, Christopher. A Jornada do Escritor. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, Segunda Edição, 2006.

MEMORIA E TRAUMA NA ZONA DE COMBATE: UMA ABORDAGEM LITERÁRIA DA GUERRA DO VIETNÃ

Fabício Paiva Araújo – UFMG (fabriciopaiva@yahoo.com.br)

RESUMO

Esse artigo analisa como as narrativas de guerra do Vietnam representam as experiências dos veteranos que vivenciaram a guerra. As representações dessas experiências têm maior foco na hostilidade que se passa no pós-guerra na América do que durante a guerra no Vietnam. Minha atenção se volta para os motivos que levaram os veteranos a escrever sobre suas memórias traumáticas, assim como as tensões que se dão, nas narrativas, entre fato e ficção. Contudo, o relato autobiográfico escrito por Ron Kovic, que é narrado em *Born on the Fourth of July*, servirá de base para ilustrar tais representações. O soldado escritor, o pós-guerra e a vergonha serão os principais assuntos abordados, assim como, entender se tais representações tiveram resultados significativos na vida dos veteranos que lutaram na Guerra do Vietnam.

Palavras-chave: Guerra do Vietnã; Literatura de Guerra; Pós-guerra.

“Uma verdadeira história de guerra nunca é moral”

Tim O’Brien

Os principais motivos que levaram os veteranos da guerra do Vietnã a escreverem sobre suas experiências de guerra e o significado desses relatos traumáticos é o que se procura entender no decorrer deste artigo¹. As tensões, entre fato e ficção, narradas nos romances sobre a guerra do Vietnã sempre marcaram as discussões relacionadas às experiências dos veteranos americanos que lutaram nessa guerra. Os processos que os veteranos se submetem para escrever a respeito de suas experiências de guerra não podem passar despercebidos. Uma das razões que fazem com que esses soldados escritores sejam únicos é o fato de que as experiências vividas no Vietnã misturam-se constantemente com suas experiências pessoais. Tudo o que esses escritores viram, viveram e sofreram por causa do Vietnã, se transformou de alguma forma, nos relatos de suas memórias traumáticas. Mesmo que a veracidade de suas produções escritas corra o risco de ser contestada, o que importa é o fato dos veteranos escreverem sobre o que eles vivenciaram por causa da guerra. Sendo assim, a interseção entre o momento histórico que os veteranos viveram durante o período de guerra e a literatura que eles produziram como consequência da guerra não pode ser ignorada. A produção literária dos veteranos pode ser vista, dentre outras perspectivas, como a representação de suas memórias traumáticas. Portanto, entendem-se melhor as narrativas da guerra do Vietnã quando história e literatura trabalham juntas. Embora as experiências dos veteranos sejam, em um sentido mais amplo, muito parecidas, existem particularidades, fatos que pertencem unicamente a cada um deles. Percebe-se então, que o registro desses fatos é visto como a própria voz literária dos veteranos da guerra do Vietnã.

As narrativas da guerra do Vietnã mostram a representação da história como um trabalho pós-moderno e que a história não pode ser vista simplesmente como um progresso linear de eventos. O relacionamento entre história e literatura não pode ser evitado, “quando história e literatura trabalham juntas, os conceitos já estabelecidos sobre história e literatura ficam abalados. A história passa a ser vista com um sentido mais amplo e não somente no que diz respeito a fatos e eventos cronológicos, mas como uma descrição mais abrangente da realidade humana, levantando assim, questões de

¹ Todas as citações desse artigo foram traduzidas do inglês pelo autor.

interesses antropológico e sociológico, assim como as questões já levantadas por historiadores tradicionais” (THOMAS, 1991, p. 226).

Thomas entende que uma obra de arte é um tipo de “documento histórico” e que a literatura abrange interesses que vão além da antropologia e revela as tendências verdadeiras da história. Por outro lado, críticos têm questionado se “a veracidade dos fatos históricos pode ser puramente e objetivamente conhecida. É menos provável que eles vejam a história como sendo linear e progressiva do que sendo desenvolvida em direção ao presente” (THOMAS, 1991, p. 228).

Quando literatura e história trabalham juntas, a noção sólida dos seus conceitos é desestabilizada. A intercessão entre literatura e história sugere um “novo” conceito que envolve a “transferência do interesse literário da própria obra literária para a obra literária compreendida pelo contexto histórico” (CULLER, 2000, p. 288). Portanto, o texto histórico caracteriza a história extensivamente, não apenas como um relato dos fatos e eventos, mas também para explicar o comportamento humano e o contexto no qual esse comportamento está inserido. Consequentemente, o texto se torna não apenas significativo para o leitor, mas também interessante.

Os motivos que levaram os veteranos do Vietnã a escreverem sobre suas experiências de guerra são variados e complexos. Loren Baritz, historiador e professor da Universidade de Massachusetts, em seu livro sobre a guerra do Vietnã, *Backfire*, argumenta que ele escreve sobre o Vietnã para “esclarecer a cultura americana” (BARITZ, 1985, p. 11). Baritz assume que a guerra do Vietnã abrange aspectos que mostram como os americanos pensam e agem. Ele aborda os mitos da cultura americana e expõe as ilusões nacionais, como por exemplo, a convicção da supremacia moral, a suposição de que os americanos são mais idealistas do que outras pessoas e a fé em uma tecnologia que supostamente os faz invencíveis. Ele também revela como a guerra do Vietnã mudou a cultura norte-americana, com os sucessos e fracassos da burocracia Washington para a destruição do código militar tradicional de honra.

O interesse dos veteranos em escrever sobre o que eles vivenciaram durante o período de guerra é maior do que apenas registrar o período histórico da guerra. O relato de suas experiências de guerra, seja ficção ou não, vai além da compreensão daqueles – jornalistas e a imprensa em geral – que não estiveram diretamente envolvidos com a guerra do Vietnã. Muitos soldados clamam que eles são os únicos que realmente podem nos dizer o significado de ser atormentado pelas memórias traumáticas geradas pela guerra. Ron Kovic, por exemplo, serviu o exército americano no Vietnã como fuzileiro

por dois anos. Após ser baleado em 1968, Kovic teve seu corpo paralisado da cintura para baixo, desde então, precisa de uma cadeira de rodas para se locomover. Em seu clássico romance anti-guerra, *Born on the Fourth of July*, Kovic declara esperançoso alguns motivos que o levou a escrever sobre a guerra: “Eu quero que as pessoas saibam o que realmente significa estar numa guerra – levar um tiro e se ferir, ter que lutar pela minha vida debaixo de um tiroteio intenso – e não o mito que nós crescemos acreditando” (KOVIC, 1976, p.3). Kovic usa sua escrita para ensinar as pessoas sobre a verdade que se esconde por trás da guerra e também para mostrar o quão destrutivo as consequências da guerra podem ser. Ele entende que a nação americana é de alguma forma manipulada por um mito que persuade os americanos a apoiar a guerra, como se ela fosse necessária, um dever que tem que ser feito pelo bem da humanidade. Baritz afirma que esse mito está de alguma forma intrínseco na cultura americana, ele explica que “os americanos acreditam instintivamente, que eles foram escolhidos para liderar o mundo moralmente e instruí-lo nas virtudes políticas. Eles acreditam que é um ato de bondade, um dever destruir todos aqueles que se opõem a liberdade e são inimigos da virtude e de Deus” (BARITZ, 1985, p. 27).

Os americanos são educados e induzidos a acreditar que apoiar os Estados Unidos e suas guerras é uma atitude virtuosa. Apoiar a nação americana demonstra patriotismo e fé. Se voluntariar para guerra é uma questão de honra e orgulho. Os americanos acreditam que depois de terem doado e ariscado suas vidas em combates para defender a América, ao retornar para casa sua nação irá se preocupar e cuidar de suas necessidades e seu futuro. Porém, as experiências vividas por Kovic e outros veteranos no pós-guerra mostram outra realidade. Kovic escreve para tentar convencer os americanos da necessidade de repensar os conceitos que lhes foram impostos, alertando-os sobre o mito da guerra, a forma de pensar e sentir a guerra. O mito imposto aos americanos é baseado em interesses que favorecem apenas aqueles que controlam a guerra e não a nação americana como um todo. De acordo com Kovic, “O governo americano defende uma política de engano, distorção, manipulação e negação, fazendo tudo o que pode para esconder do povo americano as suas verdadeiras intenções” (KOVIC, 1976, p. 3). Uma vez que os veteranos e a nação americana estiverem conscientes do engano e da ilusão imposta pelo governo americano e quando eles entenderem as razões que os levaram a acreditar em tal mito, um dos propósitos de Kovic em escrever sobre a guerra terá uma função significativa.

Antes de Kovic retornar para casa, ele estava servindo o exército americano pelo seu segundo ano no Vietnã, logo depois de ser baleado no campo de batalha, ele escreve sobre sua experiência de guerra durante o tratamento no acampamento do batalhão. Quando ele escreve estas cartas, suas razões para escrever eram completamente diferentes, ele ainda não tinha que lidar com a realidade do pós-guerra. O mito americano que um dia ele acreditou ainda estava encravado no seu coração, e era esse mito que o instigava a continuar lutando por sua pátria. Deitado na cama do hospital militar improvisado no Vietnã, ele escreve:

Estou neste lugar por sete dias e sete noites. Escrevo meus rascunhos em um papel para me dizer, repetidas vezes, que eu vou sair deste lugar e que eu vou viver. Eu aperto bolas de borracha com as mãos para tentar ficar forte novamente. Eu escrevo cartas para o meu pai e minha mãe, eu as digo para uma mulher chamada Lucy, que está com a U.S.O². Eu falo para o meu pai e para minha mãe que eu estou muito machucado, mas que eu fiz isso pela América e que isso vale a pena. Eu falo para eles não se preocuparem. Eu estarei em casa logo. (KOVIC, 1976, p. 26)

Nesta passagem, Kovic declara pra si mesmo, através de sua escrita, que ele espera se livrar da péssima situação que ele se encontra. Ele quer viver e ele luta por isso, acreditando que as coisas estão sob controle e que não há motivo algum para se preocupar. Quando Kovic escreve seus rascunhos no papel, ele está deliberadamente tentando se livrar da dor física e psicológica da guerra. Analisando os veteranos do Vietnam, Appy explica que durante a guerra, muitos soldados usavam as áreas relativamente seguras dos acampamentos para tentar refletir um pouco sobre o que estava acontecendo no Vietnam. Para descansar a mente do fardo físico e psíquico imposto pela guerra, “muitos soldados ouviam música, bebiam cerveja, escreviam cartas e faziam outras atividades diversas” (APPY, 1993, p. 207). Portanto, a área de acampamento do batalhão foi o lugar que iniciou Kovic como escritor da guerra do Vietnam e onde a realidade da guerra começou a se misturar com o trauma de ser inválido pelo resto de sua vida. Mesmo assim, naquele momento, Kovic acreditava que ele havia cumprido sua obrigação, não existia razão para ele ficar pensando em possíveis situações problemáticas ou qualquer outra coisa que poderia cooperar para piorar a situação na qual ele se encontrava.

Depois de estar severamente machucado, Kovic retorna pra casa aleijado pensando que iria morrer logo. Então ele decide escrever sobre o que ele vivenciou durante o período da guerra. Ele entende que sua escrita é uma forma de registrar o que

² The United Service Organization Inc. (USO) é uma organização privada e sem fins lucrativos que providencia serviços que contribuem com a reintegração moral e recreacional dos militares americanos.

ele viu e viveu como um combatente da guerra do Vietnã. Como ele mesmo explica: “Eu trabalhei com intensidade e fúria, como se isso fosse meu último desejo e testamento, e de muitas maneiras eu senti que era” (KOVIC, 1976, p. 16). Kovic escreve sobre suas experiências na guerra do Vietnã para mostrar que ele não era uma vítima, mas alguém que está tentando ir além da tragédia terrível e da injustiça terrível daquela guerra. Sendo assim, o romance de Kovic é o registro de suas memórias traumáticas herdadas na guerra do Vietnã. A guerra foi um período muito difícil na vida de Kovic e conseqüentemente ele viveu experiências horrendas, não apenas no campo de combate, mas principalmente quando ele retorna para casa, onde sua dor e tristeza se agravaram interruptamente.

Em sua narrativa, Kovic revela sua luta em ver um mundo sem guerras. Seu romance é uma tentativa de dizer não para a insanidade e a loucura que são geradas pelas guerras. Por isso, Kovic direciona seus relatos para os veteranos do Vietnã, lembrando-os:

Já faz algum tempo que muitos de nós prometemos que nunca iríamos permitir que o que aconteceu com a gente no Vietnã se repetiria. Nós temos a obrigação, a responsabilidade como cidadãos, como americanos, como seres humanos, de levantar as nossas vozes em protesto. Nós nunca poderemos esquecer os hospitais, o tratamento intensivo, os feridos a nossa volta lutando pra sobreviver, aqueles longos e dolorosos anos depois que voltamos pra casa e as noites de solidão. Tinham vidas para serem salvas dos dois lados, homens e mulheres jovens que foram desfigurados e mutilados, mães e pais que perderam seus filhos e filhas, esposas e pessoas amadas que sofrerão por décadas se nós não fizermos tudo o que estiver ao nosso alcance para parar o que impulsiona esse momento de loucura. (KOVIC, 1976, p. 22)

Agora Kovic escreve para protestar, para declarar firmemente e enfaticamente sua objeção pela guerra. Ele escreve para afirmar sua total desaprovação desse ato de destruição em massa. Ele escreve para se sentir vivo e inspirar outros a protestar em favor da paz. Os relatos de Kovic funcionam como armas que lutam não apenas contra a guerra do Vietnã, mas qualquer outra guerra, pois as conseqüências desastrosas das guerras são semelhantes. Para amenizar as conseqüências da guerra e tentar evitar que o “Vietnã” se repita na vida dos veteranos, Kovic protesta e escreve sobre as causas que os levaram a lutar no Vietnã. Denunciar os ultrajes que levaram os veteranos a se envolverem na guerra, se torna nas palavras de Kovic, uma “responsabilidade” e uma “obrigação” (KOVIC, 1976, p. 22). Em março de 2005, em uma de suas atividades anti-guerra, Kovic declarou:

A cicatriz estará sempre aqui, uma recordação viva da guerra, mas ela agora se tornou algo bonito, algo de esperança, fé e amor. Eu tive a oportunidade de sair das trevas da alma e ir para outro lugar e ganhar entendimento, conhecimento, e ver a vida completamente diferente. Hoje eu entendo que sofri por uma causa e achei uma razão

para viver no meu compromisso com a paz. Minha vida tem sido uma benção, até mesmo com a dor e a grande dificuldade causada pela minha deficiência física. É uma benção poder falar em nome da paz e alcançar um número tão grande de pessoas³.

Muitos anos se passaram desde que a guerra do Vietnã terminou, mesmo assim, Kovic não parou de protestar e escrever contra as guerras Americanas. Sua luta continua e tem inspirado outros veteranos e civis a abraçar sua causa. Assim como Kovic, muitos outros veteranos se engajaram em protestos contra as guerras americanas e decidiram revelar os crimes que eles foram treinados para cometer. Em 1971, quase no final da guerra, o veterano da guerra do Vietnã e primeiro tenente William Crandell, da 199ª infantaria da brigada Light da divisão Americana, entendeu sua responsabilidade e obrigação. Em sua declaração aberta durante a audiência conhecida como “Winter Soldier Investigation”⁴, Crandell e muitos outros veteranos expressaram suas dores:

Nós pretendemos dizer quem nos deu aquelas ordens; quem criou a política e estabeleceu o padrão dos limites da guerra em um completo e total genocídio. Nós pretendemos demonstrar que My Lai⁵ não foi um acontecimento extraordinário, a não ser, talvez, pelo número de pessoas assassinadas em um mesmo lugar, na mesma hora e pelo nosso mesmo pelotão. Nós pretendemos mostrar que a política da Divisão Americana que inevitavelmente resultou em My Lai foram também as políticas de outro Exército e Divisões de Fuzileiros Navais. Nós pretendemos mostrar que os crimes de guerra no Vietnam não começaram em março de 1968, ou na vila de Son May, ou com o tenente William Calley⁶. Nós pretendemos incriminar aqueles que realmente foram responsáveis por My Lai, pelo Vietnã, e pela tentativa de genocídio. (VIETNAM, 1972, p. 1)

Os veteranos testemunharam cenas chocantes e violentas no campo de batalha e suas narrativas são uma das formas que eles encontraram para confessar esses crimes de guerra. Portanto, os veteranos escrevem para não esquecerem o Vietnam e aqueles que foram responsáveis em ensiná-los a destruir deliberadamente a vida das pessoas. Assim, a voz literária do veterano também trabalha para lembra-los que todos os crimes que

³ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Ron_Kovic

⁴ “Winter Soldier Investigation” foi um evento de mídia patrocinado pela organização Vietnam Veterans Against the War – VVAW – (Veteranos do Vietnã Contra a Guerra) em 31 de janeiro de 1971 até 02 de fevereiro de 1971. A intenção do evento era divulgar os crimes de guerra e as atrocidades cometidas pelas forças armadas dos E.U.A e seus aliados na guerra do Vietnã.

⁵ My Lai foi um assassinato em massa que aconteceu em 16 de março de 1968 durante a guerra no sul do Vietnã. Estima-se que 347 a 504 civis desarmados foram surpreendidos pelas forças norte americanas conhecida como Companhia “Charlie” do 1º batalhão, 20º Regimento de Infantaria, 11ª Brigada da Divisão Americana. A maioria das vítimas foram mulheres, crianças (incluindo bebês) e idosos. Muitos foram estuprados, espancados e torturados, e alguns corpos foram mutilados. Fonte: “Murder in the Name of War – My Lai.” BBC. 20 de julho, 1998.

⁶ William Calley Leis é um ex-oficial do Exército dos Estados Unidos. Ele foi considerado culpado pelo assassinato de 22 civis sul-vietnamitas desarmados no Massacre de My Lai, em 16 de março de 1968, durante a Guerra do Vietnã.

aconteceram durante a guerra são também consequências das políticas e ordens dadas pelo seu próprio governo.

Paul Simon não deixa os veteranos esquecerem o motivo pelo qual eles foram enviados ao Vietnã, “ao longo da fronteira eles nos enviaram para matar e lutar por uma causa que eles haviam há muito tempo esquecido” (VIETNAM, 1972, p.1). Mas os veteranos não esqueceram os motivos da guerra e suas narrativas trabalham para ajudá-los a manterem suas memórias vivas. O governo Americano, portanto, parece ter esquecido os veteranos e o Vietnam, mas as narrativas dos veteranos também trabalham para justificar e explicar que eles não são os únicos responsáveis pelos crimes cometidos durante a guerra. Os veteranos não comandaram ou promoveram a guerra. Durante a guerra esses jovens soldados foram usados e abusados ao máximo, até que a guerra chegasse ao fim, e para muitos desses jovens soldados, o fim foi a própria vida. Os veteranos escrevem para exigir justiça e o fim dos julgamentos que os culpam e os acusam como únicos responsáveis pelos crimes de guerra, que na verdade, são frutos da irresponsabilidade daqueles que fizeram a guerra. Os veteranos escrevem para manter seus testemunhos vivos e encaram suas confissões como uma tarefa ou uma ordem que deve ser cumprida e não pode ser esquecida.

Michael Bibby explica que, “ao testemunhar os soldados procuram expiar sua própria cumplicidade em crimes de guerra e apresentar provas desses crimes” (BIBBY, 1996, p. 151). Por isso, os veteranos não estão fugindo de suas responsabilidades em termos de assumir o que aconteceu no Vietnã. Eles não querem fugir de suas obrigações ou evitar falar dos crimes cometidos durante a guerra. Na verdade, os veteranos têm a necessidade de confessar, e uma das maneiras de expressar essa confissão é através de suas narrativas. Eles querem mostrar através de suas histórias a realidade vivida no campo de batalha antes e depois da guerra. As narrativas mostram que os relatos dos veteranos tendem a ser o mais preciso possível, uma representação do que viram e viveram durante este período ultrajante. Os veteranos fazem questão de salientar os crimes de guerra e confessar a verdade vivida no Vietnã.

Crandell, um dos representantes da organização anti-guerra, Vietnam Veterans Against the War - VVAW, explica que a intenção dos soldados americanos era preservar a paz, mas o testemunho deles mostra que o que eles fizeram foi exatamente o oposto. Eles incendiaram toda a Indochina, não defenderam os vietnamitas e cometeram um verdadeiro genocídio contra os cidadãos do Vietnã. O testemunho dos veteranos mostra que eles foram lutar pela liberdade e garantir os direitos da população do sul do

Vietnã, mas invés disso, eles transformaram o Vietnã em uma série de campos de concentração e os forçaram a viver debaixo de um sistema governamental corrupto e ditatorial. Os veteranos foram para o Vietnã para preservar a irmandade e a igualdade, mas seus testemunhos mostram que suas estratégias e táticas eram permeadas pelo racismo. Eles foram para proteger os E.U.A., mas acabaram vendo sua própria nação se voltar contra eles e sendo dividida em razão do que eles fizeram no Vietnã. (VIETNAM, 1972, p. 1).

Os veteranos da Guerra do Vietnã escrevem porque eles não querem que os seus testemunhos morram. Eles fazem questão de preservar seus testemunhos para mostrar ao mundo a verdade que se esconde por traz dos crimes que eles foram induzidos e treinados a cometer. O veterano Willian Calley assumiu sua participação no Massacre de May Lai afirmando que recebeu ordens para “matar o inimigo”, entendendo assim, que deveria matar todos que não faziam parte do exército americano. Em seu depoimento pessoal, ele afirma:

Fui obrigado a ir lá e destruir o inimigo. Esse era meu trabalho naquele dia. Essa foi a missão que me foi dada. Eu não parei para pensar se o inimigo seria homens, mulheres ou crianças. Eles foram todos classificados como sendo o mesmo, e essa é a classificação que nós lidávamos lá, apenas como o inimigo. Pensei e ainda creio que agi como fui direcionado, e eu executei a ordem que me foi dada e eu não me sinto mal por ter feito isso⁷.

Os veteranos querem que seus leitores entendam as razões que fizeram toda uma nação os desprezarem por eles não conseguirem ganhar a guerra. Uma vez que os testemunhos dos veteranos são lembrados, uma vez que suas experiências são recordadas em suas narrativas de guerra, a possibilidade de haver um acordo social entre os veteranos é maior. Então, a escrita dos veteranos é também uma maneira de mantê-los unidos para continuar lutando pelos seus direitos, por paz e por um mundo sem guerras. Grande parte dos veteranos tem a necessidade de dizer suas histórias traumáticas, quando eles escrevem suas histórias de guerra, elas reafirmam em suas mentes um forte “sentido de sobrevivência”, seus testemunhos também podem trabalhar para dar a suas narrativas um “significado eticamente pragmático no contexto de salvar o país” (BIBBY, 1996, p. 152). Sendo assim, os relatos dos veteranos também são uma tentativa de transformar sua vergonha em mérito heroico, mesmo que eles não tenham ganhado a guerra.

⁷ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/William_Calley

Kali Tal, explica que, “um dos temas mais fortes na literatura do trauma é o desejo de dar o testemunho, carregar o conto do horror de volta ao lugar da ‘normalidade’ e testificar a verdade da experiência”. (TAL, 1996, p. 120). Aparentemente, o que permanece para os veteranos escritores é justamente escrever sobre suas experiências de guerra, o que normalmente está carregada de traumas. Além disso, Tal explica que o “trauma é uma experiência transformadora, e aqueles que são transformados nunca poderão retornar inteiramente a um estado de inocência anterior” (TAL, 1996, p. 119). Portanto, o trauma tem um papel importante no estudo das narrativas da guerra do Vietnã, ele é abordado frequentemente nas histórias contadas pelos veteranos e parece ser um dos maiores legados deixados por aqueles que lutaram na guerra. Essas narrativas geralmente tratam o trauma dos veteranos como se fosse uma maldição que interrompemente atormenta suas mentes.

O sobrevivente da guerra não pode voltar à normalidade, aponta Lawrence Langer, ele não sai para a guerra em “um estado normal para um estado bizarro e volta para um estado normal, mas sim, do normal para o bizarro e voltando para uma normalidade tão permeada pelo encontro bizarro com a atrocidade, que esse estado jamais será purificado novamente. Os dois mundos perseguem um ao outro...” (LANGER, 1982, p. 88). Quando os veteranos escrevem suas histórias de guerra, eles recordam suas experiências, objetivando dar a elas um significado que jamais existiu. Eles tentam explicar a si mesmos, o que aconteceu no Vietnã e porque eles foram responsáveis por arcar com os resultados da guerra. Eles também nunca entenderam por que as pessoas que eram contra a guerra eram também contra os veteranos. Consequentemente, suas narrativas mostram a desesperança que permeava os pensamentos e o discurso dos veteranos. Kovic por exemplo, afirma que “o Vietnã matou Deus” (LOMPERIS, 1987, p. 52). Portanto, pensamentos e atitudes normais da vida de Kovic já não se encaixavam em um conceito socialmente aceitável. Os cidadãos Americanos constantemente taxavam os veteranos como estranhos, perigosos e assassinos, um tipo de tratamento que os veteranos tiveram que aprender como lhe dar. Os veteranos expuseram seus traumas, criaram, imaginaram e contaram suas histórias. A forma como eles se envolveram e o sacrifício feito para defender a América resultou em amargas consequências. Os escritores das narrativas do Vietnã usam seus relatos e esperam através de sua escrita se livrar do pesar, das frustrações, da inocência irreconciliável e dos desejos que provavelmente nunca se realizarão.

Existem muitos outros escritores veteranos da guerra do Vietnã que carregam com eles muitas outras histórias sobre a guerra. Cada um dos veteranos ao voltar para a casa trouxe consigo o seu próprio Vietnã e produziram de acordo com o que eles viveram durante a guerra, suas próprias histórias. Existem veteranos que criaram seus próprios personagens para contar suas experiências de guerra e essa criação é uma mistura dos eventos históricos da guerra com a ficção. Porém, esse processo de escrita ficcional levantou entre os veteranos questões que confrontam a veracidade das histórias abordadas por eles. Discussões estas, que procurou entender, por exemplo, como diferenciar o fato da fantasia. Para David Winn, “o que é ‘real’ no Vietnã também se transforma em surreal” (LOMPERIS, 1987, p. 144). O esforço em querer lembrar faz com que os “fatos” do passado sejam selecionados em meio a muitos outros fatos, enquanto outros fatos podem não ser lembrados e podem até mesmo ser excluídos. Ao escrever seus relatos de guerra, os veteranos passam por um processo que envolve uma constante mistura de recordações de eventos. Sendo assim, eventos vividos na guerra podem ser confusos, paradoxais e contraditórios, parecendo ser impossível separar a realidade da ficção. Para O’ Brien, “na guerra você perde o sentido do que é definitivo, conseqüentemente, o seu senso da verdade em si, sendo assim, é seguro dizer que, em uma história verdadeira sobre a guerra nada é absolutamente verdade” (O’BIEN, 1999, p. 88). Sejam os relatos das narrativas de guerra verdadeiros ou não, o que podemos afirmar é que as narrativas da guerra do Vietnã são “pertinazes e vivas. Mesmo durante seus anos mais escassos, elas não deixam que os veteranos esqueçam a guerra do Vietnã” (LOMPERIS, 1987, p. 44). Por isso, os veteranos escrevem não só para lembrar suas experiências de guerra, mas também para fazer com que essas experiências nunca morram, não importando se sua escrita demande o uso da imaginação para criar, por exemplo, um personagem ou uma história que de fato não aconteceu. Observando os veteranos escritores e suas narrativas, O’ Brien avalia que: “é como se os escritores estivessem sendo mantidos prisioneiros pelos fatos de suas próprias experiências do Vietnã. O resultado é um fechamento da imaginação, previsibilidade e melodrama, a estreiteza do tema, e uma falta de vontade de esticar as possibilidades fictícias” (LOMPERIS, 1987, p. 46). Portanto, o veterano escritor da guerra do Vietnã se transforma em um escritor único de um período único, prisioneiro de suas próprias experiências, mas sempre pronto para reinventar a realidade e as maneiras de comunicar a experiência de guerra.

Quase quarenta anos já se passaram desde o fim da guerra do Vietnã, os militares reformados que escreveram sobre suas experiências de guerra continuam a extrair lições desse período hediondo e ultrajante. Alguns veteranos escritores ainda tem dificuldade em se expressar de uma maneira mais completa o que eles experimentaram no campo de batalha e em seu retorno para casa. A dificuldade que os veteranos têm em se expressar ao escrever sobre suas experiências ocorre principalmente por que nem todos os fatos e argumentos são precisamente iguais. Outra razão seria o fato do ato traumático da guerra ainda ser um fardo a carregar, um castigo que muitos deles sentem subjugados a pagar.

Contudo, as narrativas dos veteranos do Vietnã mostram que não existe uma regra específica que padroniza o que eles escreveram ou as razões pela qual eles escreveram suas experiências de guerra. Cada veterano tem sua própria maneira de escrever, suas próprias razões para expor o que eles viveram durante o período de guerra e uma maneira pessoal de dizer sua verdade sobre o Vietnã que eles viveram. Os veteranos pertencem à era da guerra do Vietnã e suas narrativas são o resultado de um profundo contato e envolvimento com essa guerra. A guerra do Vietnã permanece viva na mente e na alma do soldado americano que participou desse período traumático, ensinado valores reais, lições de vida e reafirmando em muitos veteranos a esperança e virtudes necessárias para continuar a sobreviver.

As narrativas dos veteranos trouxeram outro sentido para as suas vidas e um significado para suas experiências de guerra. A busca por esperança se tornou constante para aqueles que acreditam que foram traídos pelos Estados Unidos e pelo governo americano. Por isso, a Literatura da Guerra do Vietnã também fortalece os veteranos que sofreram uma transformação dramática através de patriotas pró-guerra e dos dissidentes anti-guerra. Mesmo assim, a guerra ainda está acontecendo em suas mentes e corações e os relatos dos veteranos permanecem como um componente vital que mostra a trajetória deles entre o Vietnã e as outras guerras.

Sem um significado aparente, a guerra do Vietnã assemelha-se a um jogo de quebra cabeças, confusa e difícil de acompanhar. A maioria dos veteranos afirma que suas produções literárias são essenciais para mantê-los em sintonia com o passado. Suas narrativas trabalham como um elo que liga a era da guerra do Vietnã e as pessoas que sofreram nessa guerra. A voz literária do veterano funciona como um clamor que se estabelece em sua mente e trabalha para honrar aqueles que perderam suas vidas no campo de batalha, bem como aqueles que sobreviveram. Ela traz de volta a memória

dos veteranos para o período vivido na guerra e não deixa que eles esqueçam a triste perda dos vários jovens soldados americanos que nunca puderam regressar para suas casas. E para aqueles que vieram depois e não vivenciaram o período da guerra, a Literatura da Guerra do Vietnã é o legado dos veteranos para o mundo, é uma tentativa de transmitir suas experiências através dos fatos e ficções que suas mentes, frequentemente traumatizadas, são capazes de suportar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPY, G. Christian. *Working-class war: American combat soldiers and Vietnam*. University of North Carolina Press. 1993.
- BAL, MIEKE, JONATHAN CREWE AND LEO SPITZER. (Eds.). *Acts of Memory: Cultural Recall in the Present*. Hanover: University Press of New England, 1999.
- BARITZ, Loren. *Backfire: A History of How American Culture Led Us into Vietnam and Made Us Fight the Way We Did*. New York: W. Morrow, 1985.
- BIBBY, MICHAEL. *Hearts and minds: bodies, poetry, and resistance in the Vietnam era*. Rutgers University Press, New Brunswick, New Jersey, 1996.
- CAPPS, WALTER. *The Vietnam Reader*. Routledge, New York, 1991.
- CAPUTO, PHILIP. *A Rumor of War*. New York: Ballantine, 1978.
- CARUTH, CATHY. *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.
- CHAMBERS II, JOHN WHITECLAY. *The Oxford Companion to American Military History*. Ed. John Whiteclay Chambers II. New York: Oxford University Press, 1999.
- CULLER, JONATHAN. "The Literary in Theory". Butler, Judith; John Guillory and Kendall Thomas. *What's Left of Theory: New Work on the Politics of Literary Theory*. New York: Routledge, 2000.
- EASTLAKE, WILLIAM. *The Bamboo Bed*. New York: Simon & Shuster, 1969.
- ELLSBERG, DANIEL. *Papers on the War*. New York: Simon and Schuster, 1972.
- FITZGERALD, FRANCES. *Fire in the Lake: The Vietnamese and the Americans in Vietnam*. Boston: Little, Brown & Co., 1970.
- FRANKLIN, H. B. *Mythmaking in America*. Lawrence Hill, New York, 1992.
- HALBWACHS, MAURICE. *On collective Memorie*, Chicago University Press, 1992.
- HANLEY, LYNNE. *Writing War: Fiction, Gender, and Memory*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1991.
- HENDIN, HERBERT, AND ANN POLLINGER HAAS. *Wounds of War*. New York: Basic Books, 1984.
- HEINEMANN, LARRY. *Paco's Story*. Faber and Faber, London, 1989.
- HERMAN, JUDITH. *Trauma and Recovery*. New York: Basic Books, 1992.
- HERR, MICHAEL. *Dispatches*. New York: Avon Books, 1980.
- HERZOG, TOBEY C. *Vietnam War Stories: Innocence Lost*. Routledge, New York, NY, 1992.

- KOVIC, RON. *Born on the Fourth of July*. New York: Pocket Books, 1976.
- LANGER, LAWRENCE. *Versions of Survival: The Holocaust and the Human Spirit*, Albany: State University of New York Press, 1982.
- LIFTON, ROBERT JAY. *Home From the War*, New York: Pocket Books, 1976.
- LINDY, JACOB. *Vietnam: A Casebook*. New York: Brunner/Mazel, 1988.
- LOMPERIS, TIMOTHY J. “*Reading the Wind*” *The Literature of the Vietnam War*. Durham: Duke University Press, 1987.
- NEIL. ARTHUR G. *National Trauma and Collective Memory: extraordinary events in the American experience*. M.E. Sharpe, New York, 2005.
- O’NAN, STEWARD. *The Vietnam Reader*. New York: Anchor, 1998.
- O’BRIEN, T. *The Things They Carried*. New York: Broadway Books, 1999.
- SCHULZINGER, ROBERT D. *A Time for War: The United States and Vietnam, 1941-1975*. New York: Oxford University Press, 1997.
- SLOTKIN, RICHARD. *Gunfighter Nation: The Myth of the Frontier in Twentieth-Century America*. New York: Harper Perennial, 1992.
- TAL, KALI. *Worlds of Hurt: Reading the Literature of Trauma*. Cambridge University Press, 1996.

EDMUND BURKE NOS EUA DA GUERRA FRIA: UM ESTUDO DE RECEPÇÃO

Gabriel Romero Lyra Trigueiro – doutorando do Programa de História Comparada da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) /
gabrielromerotrigueiro@gmail.com

RESUMO

A interpretação canônica da política norte-americana invariavelmente identificou/destacou o predomínio da tradição liberal sobre as demais tradições políticas. Até o início da segunda metade do século XX, era comum afirmar que o liberalismo norte-americano era a única tradição relevante naquele país. No entanto, com a emergência das primeiras articulações de um movimento conservador mais coeso e fortalecido, durante o período da Guerra Fria, deu-se início à procura de uma contranarrativa que fosse capaz de responder ao predomínio das ideias liberais. Era preciso “inventar uma tradição”. É a partir daí que analisaremos a importância da figura de Edmund Burke no imaginário do movimento conservador do período da Guerra Fria – o político irlandês que, durante o século XVIII, no Parlamento britânico, teceu uma das críticas mais poderosas à Revolução Francesa. O presente estudo é uma análise da recepção da complexa figura de Burke nas hostes conservadoras norte-americanas do pós-guerra e de seu lugar na constituição de uma tradição política reativa e crítica ao liberalismo.

Palavras-chave: Edmund Burke, conservadorismo norte-americano, liberalismo norte-americano.

É possível afirmar com segurança que a figura intelectualmente mais importante para o surgimento do movimento conservador norte-americano foi Edmund Burke (1729-1797). Sobretudo se levarmos em consideração a corrente conservadora tradicionalista que emergiu no pós-guerra. No entanto, para compreendermos esta, digamos, paternidade intelectual, é preciso primeiramente analisar em que termos se deu a recepção das ideias burkeanas nos EUA. Mais que isso, é igualmente importante a análise de como foi construída uma narrativa na qual o parlamentar e homem de letras britânico figurava (e figura) como uma espécie de “pai fundador” desta mesma tradição política e intelectual. O primeiro passo é examinarmos a importância desempenhada pela aparição de um sem-número de estudiosos (e de centros de pesquisa) interessados nas chamadas “leis naturais” como campo de estudo a partir do final da década de 1940 nos EUA.

O conceito de “leis naturais” é pelo menos tão antigo quanto as tradições judaica, muçulmana, hindu, budista e chinesa. A ideia central está ligada à noção de “absoluto”. Isto é, tratar-se-ia de um sentido de transcendência que emanaria de Deus (ou da natureza) e ao qual submeteria todos os desígnios humanos e terrenos – a própria lei positivada dos homens, por exemplo. Para o propósito deste artigo, convém examinar apenas a acepção que diz respeito à tradição cristã ocidental. Se recuarmos até a Idade Média, fica claro que a jurisprudência era um estatuto intimamente ligado à teologia. Os costumes deveriam estar sempre em compasso com os desígnios divinos. A ideia básica era a de que havia uma noção fundamental de Bem – e essa noção deveria ocupar uma posição superior à ocupada pela moralidade dos homens. Ao contrário, esta deveria estar sempre subordinada àquela.

Embora a ideia de “leis naturais” tenha estado presente nos EUA desde a sua fundação – lembrar, por exemplo, de James Wilson e Joseph Story (2013:172) –, trata-se de um campo de conhecimento que ficou muito tempo circunscrito ao meio jurídico. O comprometimento com uma noção nacionalmente enraizada de “pluralismo religioso” e a crença na ideia de “direitos do homem” atuou por muito tempo como uma espécie de “antídoto natural” aos preceitos subjacentes às “leis naturais” nos EUA.

É interessante pensar que o apelo retórico às “leis naturais” (e à força moral que as subleva diante da lei positivada dos homens) poderia ter se casado à perfeição com a agenda política dos liberais norte-americanos ao longo do século XX. Como Drew

Maciag recorda¹, basta pensarmos na luta contra a segregação advinda da Jim Crow e do recrutamento militar obrigatório, por exemplo. No entanto, liberais raramente se viram à vontade com “o mistério” da doutrina. Já os conservadores norte-americanos, ao contrário, se valeram frequentemente da invocação das “leis naturais” em seus discursos. Sobretudo os burkeanos, diga-se. Essas ideias filosóficas só ganhariam uma audiência mais ampla com “a mistura de tradição, religião e conservadorismo” que ocorreria no pós-guerra (2013:173).

O interesse no estudo, na compreensão e na adoção das “leis naturais” como grade analítica, a partir da década de 1940, esteve intimamente ligado à gradual movimentação da religião católica em direção ao *mainstream* da sociedade norte-americana. Em 1947, o University of Notre Dame College of Law criou o primeiro Natural Law Institute – em “tempos modernos”, ao menos. Para o Padre John Cavanaugh, reitor de Notre Dame na época, o principal objetivo do instituto era fornecer oposição vigorosa aos principais males de sua época: o relativismo e o positivismo.

É igualmente instrutivo examinarmos os argumentos do advogado de Minneapolis, Ben Palmer. Segundo ele, em seu “The Natural Law and Pragmatism”, o declínio da Civilização Ocidental começara em 1859: a partir da publicação da “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin, e do nascimento do filósofo John Dewey. Palmer, um católico convertido, lançava duras cargas em direção ao que acreditava ser o “relativismo” inerente ao *corpus* filosófico de Dewey – alguém que advogava a transitoriedade e multiplicidade da ideia de “verdade”, segundo ele. Alguém, de acordo com a leitura de Palmer, que negava a existência de absolutos morais e de um sentido de transcendência na vida.

Além disso, Palmer atacara o reitor de Harvard, Charles Eliot, por este ter sido responsável por uma inflexão secularista na universidade. Este último tema, aliás, seria retomado por William Buckley Jr. em seu “God and Man at Yale”. Voltando a Palmer, ele também marcara posição contrária à dos antropólogos de seu tempo. Segundo ele, estes estariam radicalmente equivocados ao apontarem a impermanência dos sistemas éticos e religiosos nas diversas sociedades. Ademais, de acordo com o argumento antropológico, esses sistemas religiosos, por exemplo, longe de se basearem em princípios absolutos de transcendência, eram derivativos de “mitos primitivos,

¹ Cf. MACIAG, Drew. *Edmund Burke in America: The Contested Career of the Father of Modern Conservatism*. New York: Cornell University Press, 2013 [Edição Kindle].

superstições e costumes” (idem).

Em resumo, a visão de Palmer se estruturava como adversária frontal daquilo que ele classificava como sendo a inflexão (“ocorrida nos últimos cem anos”) para o positivismo, o relativismo e o empiricismo da Ciência Política, da Economia, da Sociologia, da Antropologia, da História, da Psicologia, da Filosofia e da educação jurídica nos EUA (2013:174). A ênfase, para a sua contrariedade, passava a ser “nas mudanças, e não na estabilidade” (idem). Seu argumento era afirmativo de um sentido de absoluto, de eterno e de transcendente. Era o simétrico oposto à primazia do materialismo e da contingência que ele atacava, portanto.

Argumentos análogos aos de Palmer foram utilizados pelo juiz federal Robert Wilkin, no segundo Natural Law Institute, em 1948. De acordo com ele, o principal inimigo da sociedade norte-americana era o positivismo. Para Wilkin, tratava-se do responsável, por um lado, por minimizar a importância da “função judicial” e, por outro, de superestimar o papel dos “atos administrativos”. Além disso, ele acreditava que o positivismo exercia um efeito negativo na “Declaração de Independência” e na Constituição norte-americana.

Wilkin argumentava que o abandono das “leis naturais”, como chave interpretativa da realidade, retirava dos indivíduos os parâmetros morais e éticos confiáveis e absolutos que sempre foram imperativos em nossas vidas. Portanto seria apenas uma questão de tempo até que o homem caísse em um abismo sem fundo de niilismo – algo que precipitaria um cenário de arbitrariedades e tiranias intermináveis. Segundo Wilkin, as leis estavam perdendo gradativamente seu caráter (e excepcionalismo) “anglo-americano”. Para ele, elas estavam cada vez mais, bem como a jurisprudência nos EUA, se tornando semelhantes aos princípios ensinados por Maquiavel. A exemplificação histórica deste processo, de acordo com Wilkin, poderia ser ilustrada à perfeição “no fascismo italiano e na *Realpolitik* de Hitler” (2013:175).

A crítica de Wilkin era dirigida menos a questões concretas e objetivas e mais ao ambiente vagamente difuso de progressismo que pairava diante de seus olhos – sobretudo no reformismo de algumas cortes e na geração de jovens juízes e professores de Direito que dava de ombros para o conceito de “leis naturais”.

Maciag atenta para o fato de que, em momento algum, Wilkin defendeu as “leis naturais” evocando o nome e a autoridade de Burke. Na verdade, praticamente nenhum dos membros dos cinco Natural Law Institutes existentes à época lançou mão deste recurso retórico. No entanto, era apenas uma questão de tempo até que ocorresse uma

aliança tácita entre os conservadores proponentes das “leis naturais” (*natural law conservatism*) e os “conservadores da Guerra Fria” (*Cold War conservatism*). Uma vez ocorrida a aliança, Burke passaria a figurar com grande proeminência no discurso de ambos os grupos.

Um aspecto importante desta dinâmica histórica é o fato de que os conservadores do pós-guerra não acessaram as “leis naturais” através de Burke. Na verdade, a figura de Edmund Burke se tornou apenas o catalisador, *a posteriori*, de um processo que ocorria em paralelo à redescoberta de seus escritos. Maciag aponta que apenas na década de 1940 ocorrera pela primeira vez (a fim de um mesmo propósito retórico e intelectual) a união de Burke e as chamadas “leis naturais”. Na década de 1950, isso passaria a ser um padrão recorrente nas disputas políticas ocorridas nos EUA.

As primeiras conferências sobre as “leis naturais”, em Notre Dame, demonstravam que os conservadores interessados no tema eram meramente indivíduos tradicionalistas afinados à ideia de “segurança moral e intelectual”. Suas principais preocupações tinham pouco ou nada a ver com o desenlace da política cotidiana nos EUA. Ou em outros termos: sua principal preocupação era com transcendência e não com imanência.

O conservadorismo tradicionalista que se ocupava das “leis naturais” emergiu, em um primeiro momento, como algo mais próximo ao “novo humanismo”², de pensadores como “Irving Babbit” e “Paul Elmer More” (*idem*), e não tão próximo da apologia ao livre-mercado dos libertários e da agenda dos conservadores anticomunistas da época. Como Maciag recorda, o conservadorismo tradicionalista apologeta das “leis naturais” começara como um movimento “contra-evolucionista”. Isto é, como um impulso crítico à Modernidade e à filosofia que a subscrevia. Algo acentuadamente diferente dos “contrarrevolucionários dedicados a combater uma ameaça externa”, portanto (2013:176).

Outro ponto interessante é o exame das interseções entre 1) a gradual passagem da religião católica do *underground* ao *mainstream* da sociedade norte-americana e 2) o renovado interesse nas “leis naturais” que ocorria naquele momento. Maciag destaca que o pendor natural do catolicismo para “o mistério, a hierarquia e a autoridade” o colocava como o contraponto do processo de liberalização/secularização de grande parte

² O Novo Humanismo foi um movimento ocorrido nos EUA entre 1910 e 1930. Seus proponentes se baseavam nas teorias sociais e literárias do poeta inglês Matthew Arnold e tinham o objetivo de resgatar aquilo que de melhor havia sido pensado e produzido no passado – em oposição ao que classificavam como o relativismo e o materialismo do presente.

das instituições norte-americanas que estava em curso naquela época. Além do fato de o Natural Law Institute ter sido criado pela mais famosa universidade católica do país, os bispos católicos de Buffalo e Indianápolis chegaram a presidir honorariamente as duas primeiras conferências. Ademais, o pedido para que ocorresse uma terceira teria partido de ninguém menos que o próprio papa – o que conferiu um caráter inequivocamente análogo a uma “cruzada confessional” ao movimento gerado pelos apologetas das “leis naturais” (idem).

Além disso, é importante recordar que o renascimento no pós-guerra do interesse nas ideias de Edmund Burke, teve como principais vetores instituições católicas. Por exemplo, não foi à toa que a Burke Society tenha surgido na Fordham University, uma instituição jesuíta, fundada em 1945 com a intenção de resgatar “princípios, valores e tradições cristãs”. O periódico “Burke Newsletter”, publicado entre 1959-67, também surgiu a partir da iniciativa de outra instituição católica jesuíta: a Detroit University. Ademais, neste mesmo período, três dos quatro primeiros americanos a publicarem trabalhos sobre Burke eram católicos – Moorhouse Millar, Ross Hoffman e Paul Levack. O quarto, Russell Kirk, fora um católico convertido, é bom frisar (ibidem).

Em primeiro lugar, podemos examinar os argumentos lançados por Millar, um padre jesuíta responsável pelo departamento de Filosofia Política da Fordham University, em seu artigo “Burke and the Moral Basis of Political Liberty” – publicado no periódico “Thought”, da própria universidade, em 1941. Embora Millar não utilize textualmente em seu argumento a expressão “leis naturais”, ele com frequência faz uma defesa inequívoca da ideia. Mais que isso, ele defende que Burke teria recorrido igualmente ao seu auxílio discursivo – quando, por exemplo, investira contra Hastings³. O parlamentar britânico argumentara que há uma lei imutável, eterna e com ascendência sobre as leis dos homens. De acordo com Millar, o apelo burkeano às “leis eternas de Deus” não era meramente um recurso retórico estilístico. Para ele, tratava-se da “barreira moral” que deveria ser erigida sob a pena de que “as usurpações do mero arbitrário” obtivessem graves incidências nas vidas dos homens (2013:177).

Muito embora o artigo de Millar não seja lembrado com frequência hoje em dia, trata-se de um documento histórico de grande importância. Essa afirmação se justifica na medida em que “Burke and the Moral Basis of Political Liberty” não foi estruturado como mera análise histórica com pretensões de cientificismo e imparcialidade. Ao

³ Consultar o capítulo 13 de DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke* (*Cambridge Companions to Literature*). New York: Cambridge University press, 2012 [Edição Kindle].

contrário, trata-se de uma clara “chamada às armas” (idem). O binarismo do qual Millar se valeu se articulava da seguinte maneira: 1) de um lado, se encontravam as vãs esperanças acalentadas pelos “mitos humanos” e 2) do outro, restava o “realismo” de Burke, os “princípios tentados” e as tradições responsáveis pela criação da cristandade ocidental (ibidem).

Outros membros da Burke Society, Ross Hoffman e Paul Levack, professores de Fordham, publicaram uma antologia dos escritos de Burke em 1948. Essa compilação, “Burke’s Philosophy of Politics”, contava com uma introdução de vinte e seis páginas escrita por Hoffman (e como Maciag recorda, muito intelectualmente influenciada por Millar) e se tornaria um guia de ação política para um sem-número de conservadores do pós-guerra.

Hoffman havia largado o secularismo da New York University, em detrimento do ambiente jesuíta de Fordham. Como um tradicionalista entusiasta do cristianismo medieval, sua interpretação das ideias burkeanas foi extremamente conservadora. Além disso, ele se ocupou em evocar explicitamente um Edmund Burke simpático às “leis naturais”.

A partir desta leitura de Hoffman, para Burke a fundação de uma “boa comunidade” era a presença de um ordenamento de “leis naturais” sancionadas por Deus. Segundo essa interpretação, Burke afirmaria a existência de “direitos naturais” do homem – ainda que estes estivessem sempre subordinados às “leis naturais” divinas. De acordo com Hoffman, a crença burkeana na existência de “direitos naturais” diferia significativamente da doutrina dos “direitos do homem” de Paine e dos jacobinos franceses. O ponto fundamental, para Burke, era a ideia de que a existência de uma “lei moral universal” restringiria a capacidade discricionária dos governantes e demais mandatários⁴.

Aqui o ponto mais importante a ser destacado, é o fato de que “Burke’s Philosophy of Politics”, como lembra Maciag, foi um dos primeiros documentos históricos norte-americanos a emergir a partir da dinâmica política da Guerra Fria. Igualmente digno de nota, é o fato de que Hoffman adotou uma postura evidentemente contrarrevolucionária e combativa – algo em flagrante contraste aos intelectuais vinculados à Notre Dame, por exemplo.

⁴ Para uma excelente discussão acerca do papel da ideia das “leis naturais” na epistemologia burkeana, ler o capítulo 9 de DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke (Cambridge Companions to Literature)*. New York: Cambridge University Press, 2012 [Edição Kindle].

Por fim, o aspecto fundamental da argumentação de Hoffman, era a ideia de que havia uma espécie de continuum histórico ligando “os erros racionalistas de Rousseau e Paine” ao surgimento do socialismo, do comunismo e do fascismo no século XX. Tratava-se, aliás, de uma ideia que seria repetida com frequência inaudita pelo movimento conservador que até então era incipiente, embrionário. Para Ross Hoffman, os EUA surgiram no sistema internacional, no pós-Segunda Guerra Mundial, como os principais fiadores das causas conservadoras. A saber: a manutenção/conservação da lei e da liberdade – sobretudo diante da ameaça externa totalitária. Os principais males advindos da Modernidade (o relativismo, o comunismo ateu, o positivismo e o fascismo) só poderiam ser combatidos por uma disposição conservadora afinada com um sentido de absoluto e de permanência derivado das chamadas “leis naturais”.

Em que pese o importante papel exercido por Moorhouse Millar, Ross Hoffman e Paul Levack, no processo de atrelar Edmund Burke aos princípios das “leis naturais”, inegavelmente o trabalho de maior proeminência foi o artigo de Russell Kirk “Burke and Natural Rights”, publicado em 1951, na *Review of Politics* da Notre Dame University. Naquele mesmo ano Kirk publicara “John Randolph of Roanoke”, no qual não por acaso apontara Roanoke como o “Burke americano”. Dois anos depois, lançaria o seu *best-seller* “The Conservative Mind” – o que lhe renderia o status de intelectual conservador mais influente dos EUA. Além disso, de acordo com Maciag, Kirk contribuíra, mais que qualquer um, para a glorificação da figura de Edmund Burke como figura intelectual de proa do movimento conservador nos EUA.

No artigo de Kirk, “Burke and Natural Rights”, há uma distinção traçada entre dois planos: a) moralidade tradicional e b) moralidade especulativa. De acordo com o argumento, Burke estaria afinado à primeira e se colocava na direção oposta à segunda. Além disso, Kirk resgatava o embate Edmund Burke x Thomas Paine –instrutivo na compreensão de que, enquanto o primeiro era um apologista das “leis naturais”, o segundo era um entusiasta daquilo que chamava de “direitos do homem”⁵. Para Kirk, havia uma relação diretamente proporcional e simétrica entre as “leis naturais” e a “moralidade tradicional”, de um lado, e “os direitos do homem” e a “moralidade especulativa”, do outro. Havia ainda uma escala valorativa: o primeiro sistema seria virtuoso (e deveria ser defendido e conservado), o segundo não (e como tal, deveria ser combatido com ardor).

⁵ LEVIN, Yuval. *The Great Debate: Edmund Burke, Thomas Paine, and The Birth of Right and Left*. New York: Basic Books, 2013 [Kindle Edition].

Em “Burke and Natural Rights”, o homem de letras e parlamentar britânico é interpretado por Kirk de modo análogo à interpretação (essencialmente religiosa) feita por Millar e Hoffman. Maciag, entretanto, se apressa a contestar essa caracterização de Burke, eivada de tintas religiosas. De acordo com ele, não era possível argumentar como Kirk e classificar Burke como “piedoso” ou “devoto” (2013:179). Na verdade, Maciag afirma, o interesse de Burke dirigido à religião cristã se dava apenas na medida em que ela era parte significativa de uma herança da civilização européia – uma tradição a ser preservada, portanto. Além disso, para Maciag, Burke se importava mais com o efeito de coesão social e harmonia dos sistemas religiosos do que com seus aspectos metafísicos e transcendentais.

Segundo Drew Maciag, restava um problema lógico à associação entre “leis naturais” e Edmund Burke, operada por Kirk. Uma vez que o autor irlandês fizera poucas menções às referidas “leis naturais” em seus escritos, coube a Kirk justificar essa ausência apelando para a defesa burkeana do “mistério” e do “desconhecido”.

Além disso, para Maciag, Kirk conscientemente optou por ignorar as inúmeras ambivalências no pensamento burkeano. Por exemplo, embora Burke defendesse noções de comando e deferência e o apelo às tradições que haviam passado pelo “teste do tempo”, ele jamais ignorou a importância da contingência e do fortuito em suas análises. Ademais, Burke sempre conciliou seu conservadorismo contingencial com um impulso reformista. As perguntas “Que tradições/princípios conservar?” e “Que tradições/princípios reformar?”, para Burke, só poderiam ser respondidas a partir de circunstâncias históricas e culturais específicas, particulares. Tratava-se, portanto, de uma visão difícil de conciliar com a leitura feita por Kirk dos argumentos burkeanos.

Isto é, o principal objetivo de Russell Kirk era enumerar alguns princípios (claros e objetivos) que fossem capazes de sintetizar com rigor o conservadorismo norte-americano que estava emergindo no pós-guerra. Para tanto, era preciso “inventar uma tradição”. Edmund Burke fora alçado por Kirk ao posto de “pai fundador” dessa tradição – que precisava, àquela altura, de uma genealogia intelectual respeitável. No entanto, para cumprir esse propósito, Kirk teve que lançar mão de um Burke afinado à ideia de absoluto, de transcendência – e pouco afeito ao historicismo e à contingência. Um recurso completamente questionável, sobretudo se pensarmos no conjunto da obra de Burke. Talvez seja grave falar em “falsificação histórica”, mas seguramente é apropriado falar em um recorte extremamente seletivo e parcial dos fatos.

Para Maciag, a interpretação kirkeana da aceção de Burke das “leis naturais”

fora intencionalmente vaga. Isto é, o argumento era o de que não cabia aos homens terem acesso racional às “leis naturais”, nem tampouco aos seus limites. O que bastava, ao contrário, era apenas que eles se deixassem “guiar” por elas. Muito embora a proposição contenha uma estrutura lógica formalmente trôpega, a ideia da existência de uma régua moral que apelasse às noções de absoluto, verdade e transcendência, em um mundo aparentemente relativista, apelava inequivocamente aos corações conservadores.

O argumento de que Burke teria sido um entusiasta das “leis naturais” ganharia reforço com a publicação da obra-prima de Kirk: “The Conservative Mind: From Burke to Santayana” – sua tese de doutorado convertida em livro. Segundo Kirk, Burke argumentava que os homens têm acesso aos princípios morais universais através da “revelação” e da “intuição”. A esfera moral se daria a partir de impulsos pré-cognitivos, portanto. Além disso, para Kirk, a teologia cristã compunha o eixo central da epistemologia burkeana – algo difícil de afirmar a partir da obra do próprio Burke, aliás.

Para Drew Maciag, Kirk se valia também de um estilo de argumentação similar ao burkeano. Isto é, sua retórica parecia estar sempre pautada por um sentido de urgência e de combate em uma “missão apocalíptica” (2013:181). O efeito colateral mais evidente disso era o de “pregar para convertidos”. Além disso, segundo Maciag, o discurso kirkeano possuía outro elemento análogo ao de Burke. Ambos frequentemente se valiam de meras suposições, ou “asserções não provadas”, e as apresentavam como “conclusões estabelecidas” (idem). Ainda de acordo com Maciag, o principal problema dos dois era o fato de que ambos escreviam argumentos lógicos apenas quando os fatos já corroboravam com suas premissas. Quando não havia fatos, ou quando eles seguiam na mão oposta, lançava-se mão do “mistério” e do recurso “ao vago, ao poético e ao intuitivo”, como uma espécie de *Deus ex machina* retórico.

É difícil discordar de Maciag quando ele afirma que embora o conservadorismo tradicionalista reivindique para si argumentos assentados na história e na experiência, é preciso frequentemente adotar uma “memória seletiva e uma sensibilidade romântica” (ibidem) em ordem de criar uma coerência discursiva.

Na verdade, a adoção do legado de Edmund Burke por Russell Kirk se deu prioritariamente a partir do fato de que este desejava restaurar aquilo que chamava de “tradição histórica anglo-americana”. Para ele, os Estados Unidos e a Inglaterra estavam afinados sob uma mesma “sensibilidade cultural”. A anglofilia kirkeana se estruturava sobretudo a partir de um profundo ceticismo dirigido à Europa continental. Para ele, havia uma inquestionável linha de continuidade entre os ideais e eventos da Revolução

Francesa, no século XVIII, e as duas guerras mundiais e a expansão do comunismo no século XX.

Como afirmado anteriormente, no início do pós-guerra o movimento conservador nos EUA ainda se encontrava em um estágio incipiente e inarticulado. Parte significativa dos intelectuais liberais da época sequer lhe reconhecia a existência. Portanto, para os tradicionalistas de então era imperativo “inventar uma tradição” que lhes desse respaldo próprio e coerência política discursiva. No estágio inicial deste processo, se impunha o fato de que era preciso criar uma genealogia intelectualmente clara e objetiva para o movimento. A figura de Edmund Burke surgiu em resposta a esta necessidade premente – e tem que ser entendida nestes termos, é certo. Algumas questões específicas o alçaram ao nome escolhido para capitanear a tradição intelectual conservadora norte-americana. É importante que examinemos cada uma delas.

Em primeiro lugar, havia um sentimento recorrente de anglofilia nos conservadores dos EUA. Se aproximar do legado intelectual e político de Burke, neste sentido, era a um só tempo fortalecer uma antiga tradição anglo-americana e se opor aos sistemas políticos e filosóficos da Europa continental.

Em segundo lugar, Burke era protestante – o que sem dúvida alguma foi positivo para a recepção de suas ideias nos EUA. Mas é importante ressaltar que Burke não era meramente protestante, e sim um anglicano. O fato de sê-lo, o colocava mais próximo do catolicismo dos conservadores do pós-guerra (afeito à tradição, ao mistério, à hierarquia e à cerimônia) (2013:188).

Em terceiro lugar, havia o fato de que Burke simpatizara com a Revolução Americana. Isso por si só o distanciava da crítica de outros conservadores e mitigava a sua defesa do monarquismo (idem).

Em quarto lugar, embora Burke fosse um defensor da aristocracia, ele havia sido igualmente um *self-made man*. Além disso, sua defesa do *laissez-faire*, nos termos de Adam Smith, era uma ideia radical e contrária aos interesses da elite hereditária de sua época. Sua trajetória pessoal era perfeitamente compatível com o ethos norte-americano, portanto.

Em quinto lugar, desde os debates Burke x Paine que os conservadores norte-americanos tiveram a percepção de que, na batalha ideológica, o parlamentar irlandês estava a seu lado. A partir dos termos que foram definidos neste debate, criou-se um léxico político que seria apropriado pelas duas grandes tradições de pensamento nos EUA: liberais (Paine) e conservadores (Burke).

Em sexto lugar, os escritos contrarrevolucionários de Burke se adaptaram à perfeição ao combate à ameaça comunista da década de 1950. Bastava que fossem feitos discretos ajustes discursivos aqui e acolá e a invectiva retórica já estava praticamente estruturada.

Em sétimo e último lugar, Burke exibia um domínio sem igual da língua inglesa. Como recorda Maciag, sem esse aspecto, nenhum dos demais teriam sido possíveis.

Muito embora a figura de Burke esteja hoje em dia completamente naturalizada no léxico político conservador (mas não apenas nele) como uma figura de proeminência, a construção deste lugar de destaque não se deu de forma “natural” ou mesmo “automática”. A intenção deste artigo foi evidenciar algumas variáveis que se alinharam a partir de determinados nexos de causalidade histórica e constituíram a realidade política do moderno conservadorismo, nos EUA, tal qual nós hoje o conhecemos. Conhecer a dinâmica intelectual que precipitou esses fatos, é conhecer melhor a arquitetura política de uma das principais (e mais influentes) tradições políticas daquele país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora UNB, 1997.

BROMWICH, David. *The Intellectual Life of Edmund Burke*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014 [Kindle Edition].

DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke (Cambridge Companions to Literature)*. New York: Cambridge University press, 2012 [Edição Kindle].

HIMMELFARB, Gertrude. *Os Caminhos para a Modernidade: Os Iluminismos Britânico, Francês e Americano*. São Paulo: É Realizações, 2011

LEVIN, Yuval. *The Great Debate: Edmund Burke, Thomas Paine, and The Birth of Right and Left*. New York: Basic Books, 2013 [Kindle Edition].

MACIAG, Drew. *Edmund Burke in America: The Contested Career of the Father of Modern Conservatism*. Nova York: Cornell University Press, 2013 [Edição Kindle].

O PAN-AMERICANISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL *CHICAGO TRIBUNE*: A AMÉRICA DO SUL NA EXPOSIÇÃO DE CHICAGO (1889-1894)

Gabriela Xabay Gimenes¹

RESUMO

O pan-americanismo do Secretário de Estado James Blaine marcou uma nova página na história das relações interamericanas. Foi neste momento que grupos industriais norte-americanos vislumbraram a América Latina como um novo e interessante mercado consumidor. O desenvolvimento da economia dos Estados Unidos a partir do estreitamento das relações comerciais com a “outra América” passou a ser defendido por alguns veículos da imprensa do país. Exemplo disso foi o *Chicago Tribune*, um dos principais jornais norte-americanos do período, que advogou esse projeto. O impresso se manifestou favorável ao pan-americanismo, argumentando em prol da redução de algumas tarifas alfandegárias (política de reciprocidade) e até mesmo de uma ferrovia intercontinental. A Exposição Universal de Chicago (1893) e seus preparativos foram discutidos dentro dessa reorientação da política hemisférica norte-americana. Durante o período estudado (1889-1894), o *Tribune* forjou ideias de aproximação, amizade e fraternidade entre os Estados Unidos e suas “repúblicas irmãs”. Um dos objetivos deste artigo é apresentar como a ideia do pan-americanismo e diversas outras representações e imagens sobre a América Latina, e especialmente a América do Sul, apareceram através desse jornal. Outro intuito deste trabalho é entender como o pan-americanismo de Blaine circulou para fora das relações diplomáticas, se infiltrando também dentro da cultura norte-americana, aparecendo em notícias de jornais e na Exposição de Chicago.

Palavras-chave: Pan-americanismo; Imprensa norte-americana; Exposições universais; Relações interamericanas.

¹ Mestranda no Programa de História Social da FFLCH-USP, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: gabrielaxabay@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, os Estados Unidos redefiniram sua política externa para o continente americano, em um movimento que ficou conhecido como pan-americanismo. A nova política hemisférica norte-americana começou a ser discutida e arquitetada na década de 1880, mas só foi colocada em prática a partir de 1889, ano em que James Blaine assumiu pela segunda vez o cargo de Secretário de Estado².

James Blaine foi um dos principais personagens da política norte-americana no século XIX. Originário da Pensilvânia, Blaine fez sua carreira política dentro do Partido Republicano, apoiando Lincoln e a União na Guerra Civil norte-americana (1861-1865)³. Na Convenção Republicana de 1876, seu nome foi cogitado para uma candidatura presidencial, situação que se repetiria nas eleições seguintes. Em 1884, Blaine conseguiu enfim emplacar sua candidatura à presidência, mas perdeu a disputa para o democrata Grover Cleveland. Derrotado, James Blaine conseguiu recuperar seus status político em 1889, quando foi chamado para assumir o Departamento de Estado pelo presidente republicano Benjamin Harrison. Apesar de ficar pouco tempo na pasta (1889-1892), Blaine é apontado por muitos políticos, cientistas sociais e historiadores como o “estadista” responsável pelo fim da “política isolacionista” norte-americana⁴.

A historiografia tradicional sobre o assunto colocou o pan-americanismo como o resultado evidente do desenvolvimento da indústria norte-americana e da necessidade de se buscar novos mercados consumidores para a produção industrial excedente do país. Segundo a maior parte desses autores, após a Guerra Civil e com o período da Reconstrução, os setores mais ligados à indústria – e, portanto, ao norte do país – triunfaram sobre os produtores agrícolas do sul norte-americano. Dessa forma, esses

² James Blaine tornou-se Secretário de Estado, pela primeira vez, em 1881. Em seu curto mandato, interrompido pelo assassinato do presidente James Garfield, Blaine já indicava uma política externa voltada para o continente americano.

³ O Partido Republicano dominou a cena política dos Estados Unidos durante a maior parte da segunda metade do século XIX. Os republicanos daquela época eram considerados políticos mais “progressistas”, ligados, por exemplo, a luta antiescravista, imagem que destoava do conservadorismo do partido nos dias atuais.

⁴ Apesar de acreditar que Blaine foi um personagem importante para o pan-americanismo, penso que essa leitura tem algumas insuficiências. O período que vai da independência (ou da Guerra anglo-americana de 1812) até a última década do século XIX não pode ser caracterizado como “anos de isolacionismo”. A “marcha para o Oeste” foi um processo de avanço territorial sobre regiões que não eram norte-americanas a princípio, resultando inclusive em uma guerra com o Estado mexicano.

industrialistas e comerciantes passaram a dominar o cenário político norte-americano, controlando inclusive a política externa do país⁵.

Essa visão historiográfica, apesar de muitos méritos, tem algumas limitações. A primeira delas é entender a política externa norte-americana como algo previamente resolvido, sem grandes disputas internas. O pan-americanismo de Blaine foi intensamente debatido e criticado nos Estados Unidos, tanto pelo Congresso Nacional quanto pela imprensa do país. Uma das explicações para o fracasso dessa política externa, que foi pouco efetiva em relação as suas principais propostas, está justamente no plano interno, nas divisões partidárias e no próprio regionalismo do país. É certo que a baixa adesão dos países latino-americanos às propostas do pan-americanismo foi fundamental para decretar o seu fracasso nesses primeiros anos, contudo, a esta análise deve-se acrescentar uma investigação sobre a dinâmica da política doméstica dos Estados Unidos⁶.

O pan-americanismo norte-americano era um projeto adotado por um grupo específico dentro dos Estados Unidos. Era uma proposta que concorria com outras ideias, como, por exemplo, o fortalecimento dos mercados internos. O pan-americanismo não foi uma política externa hegemônica dentro do país nesse período, sofrendo duras críticas dos setores agrícolas, que ainda tinham bastante poder no Congresso, do partido Democrata e do próprio partido Republicano⁷.

A política externa norte-americana do final do século XIX era um campo aberto de disputas e uma das melhores formas de perscrutar esses debates é por intermédio da imprensa da época. Os grandes jornais norte-americanos do *fin de siècle* agiam como uma força ativa na sociedade, interagindo muito entre si e em um espaço mais amplo de disputas, como nas decisões sobre a política externa dos Estados Unidos. O jornal é entendido aqui não como uma fonte passiva, mas como um espaço onde se agrupam opiniões, onde inimigos são construídos e projetos políticos, articulados⁸.

⁵ Cf. BUENO, Clodoaldo. “Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na História das relações hemisféricas (1826-2003)”. *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n.º. 1, 2004, p. 3-5.

⁶ Sobre o desinteresse dos países latino-americanos em relação aos primeiros anos do pan-americanismo, ver: DULCI, Tereza. *As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 2008 (*mimeo*).

⁷ Grande parte dos quadros do Partido Republicano era a favor de uma política tarifária mais protecionista. Era o caso de William McKinley, futuro presidente dos Estados Unidos e grande opositor de Blaine na época. McKinley conseguiu aprovar uma legislação tarifária que praticamente inviabilizava a “política de reciprocidade”, um dos principais pontos do pan-americanismo de Blaine.

⁸ Cf. CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n.º 35, jul-dez de 2007, p. 253-270.

O PAN-AMERICANISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL *CHICAGO TRIBUNE*

O *Chicago Tribune* era um dos principais veículos da imprensa norte-americana no final do século XIX, conhecido especialmente por sua página editorial⁹. O jornal foi criado em 1847, apenas 13 anos após a fundação de Chicago – na época, a cidade ainda era um pequeno entreposto ferroviário. O periódico assumiu feições republicanas, após Joseph Medill, um republicano radical, assumir sua direção em 1855. Com Medill, o impresso foi ganhando aos poucos o status de grande imprensa. O sucesso do jornal foi tão significativo, que Medill tornou-se uma figura pública de bastante influência, assumindo cargos políticos. Medill, por exemplo, fez-se prefeito de Chicago após o grande incêndio que arrasou a cidade em 1871, mobilizando votos por intermédio da página editorial do *Tribune*. Assim como outros jornalistas e editores da época, Joseph Medill era um personagem muito interessado em política e tal característica respingava em seu jornal.

O projeto editorial do impresso tinha como bandeiras a redução dos salários e custos das indústrias, bem como a diminuição de algumas tarifas alfandegárias e o incentivo à exportação de bens industriais. O *Chicago Tribune* era um jornal ligado ao setor industrial que despontou após o período de Reconstrução, e especialmente associado ao polo industrial e financeiro de Chicago¹⁰.

O periódico foi um dos maiores defensores do projeto pan-americanista de Blaine. O impresso chegou a se intitular como o “maior defensor de Blaine no Oeste”¹¹ e, por esse motivo, acabou conquistando desavenças com outros jornais, especialmente com a imprensa de Nova Iorque, com a qual já não mantinha um bom relacionamento, e com a maioria dos jornais democratas¹².

⁹ Durante os anos 1880 e 1890, inúmeros jornais norte-americanos aboliram a “página editorial”, mas Joseph Medill – então dono do impresso – optou por mantê-la. O periódico possuiu uma linha editorial constante, que manteve certa coerência política por décadas. Diferentemente da maioria dos jornais, que trocavam constantemente de mãos, o *Tribune* foi comandado por uma mesma pessoa – politicamente engajada – por quase 40 anos. Para um comentário sobre o editorial do *Tribune*, ver: JONES, Robert. *Journalism in the United States*. New York: Dutton, 1947, p. 264.

¹⁰ O jornal fazia inúmeras referências aos magnatas de Chicago, como Philip Armour e George Pullman. O *Tribune* também cobria com interesse as movimentações da *Illinois Central Railroad*.

¹¹ “It opens a new world”. *Chicago Tribune*, Chicago, 11 de fev. de 1891, p. 7. Essa associação entre o pan-americanismo e a figura política de Blaine era recorrente. A palavra pan-americanismo era, por muitas vezes, substituída por “diplomacia de Blaine”, “política de Blaine” ou “esquema de Blaine”.

¹² Exemplos dessas contendas entre jornais: “Unjustifiable Spanish-american complaints”. *Chicago Tribune*, Chicago, 8 de abr. de 1892, p. 4. Nessa matéria, em específico, o *Tribune* caracterizou o *Evening Post* como antiamericano. *New York Times vs. Chicago Tribune*: “Blaine Said to Prefer Chicago to New York for the World's Fair”. *Chicago Tribune*, Chicago, 14 de out. de 1889, p. 4; “Politics in the big Fair, the fine Italian hand of James G. Blaine”. *New York Times*, Nova Iorque, 6 de dez. de 1890, s.p.; “The

Três grandes temas ligados ao pan-americanismo ocuparam as páginas do impresso: a política de reciprocidade, a construção de uma ferrovia intercontinental e a Exposição de Chicago (1893).

POLÍTICA DE RECIPROCIDADE

Durante a cobertura do *Chicago Tribune* sobre a Primeira Conferência Pan-americana (1889-1890), o impresso tornou-se defensor da chamada política de reciprocidade. Tal política previa a promoção de tratados bilaterais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos que reduzissem as tarifas alfandegárias de alguns produtos em específico. Enquanto os norte-americanos exportariam bens industriais e alguns artigos primários, como a farinha de trigo, a América Latina ficaria responsável por exportar produtos tropicais, ou seja, que não encontravam concorrência com a agricultura interna dos Estados Unidos¹³. Não era, portanto, uma argumentação em prol da criação de uma área de livre comércio ou de uma união aduaneira, e sim de tratados formatados com cláusulas de “reciprocidade” entre países, negociadas caso a caso. Por este motivo, o *Tribune* pediu ao Congresso Nacional a revisão da política tarifária dos Estados Unidos que permitisse facilitar a negociação de acordos com os países latino-americanos:

“Quem sabe alguns desses congressistas imbecis serão, hoje, prudentes o suficiente para perceber no que eles erraram e estarão dispostos a reunir o apoio necessário para uma política [política de reciprocidade] – a qual precisa apenas de autorização legal – que nos dará pela primeira vez o controle comercial da situação e que terá como consequência legítima um grande aprofundamento da nossa força política entre as nações do mundo.”¹⁴

Para o jornal, a Primeira Conferência Pan-americana ilustraria “a disseminação de ideias americanas e o aumento da influência dos Estados Unidos” e mostraria a “posição de comando” que o país ocuparia nas relações internacionais¹⁵. Um dos principais objetivos da Conferência era estreitar o comércio hemisférico, o que fortaleceria a economia norte-americana. Um dos diagnósticos do *Chicago Tribune* era

New York papers and the Fair”. *Chicago Tribune*, Chicago, 30 de maio de 1891, p. 4; “The New York Times” and Mr. Blaine”. *Chicago Tribune*, Chicago, 17 de jun. de 1891, p. 4.

¹³ “A narrow view of the benefits of reciprocity”. *Chicago Tribune*, Chicago, 19 de ago. de 1891, p. 4.

¹⁴ “Reciprocity in trade”. *Chicago Tribune*, Chicago, 3 de out. de 1891, p. 4.

¹⁵ “Three great conferences”. *Chicago Tribune*, Chicago, 27 de set. de 1889, p. 4.

de que os mercados da América Latina estavam tomados por produtos europeus e um dos objetivos do pan-americanismo era justamente desviar esse comércio para os Estados Unidos¹⁶:

“A verdade é que esses países [latino-americanos] olham para nós em busca de associação, amizade e alianças políticas. Por muitos anos, eles pagaram tributos para a Grã-Bretanha, Alemanha e França, agora, naturalmente, eles viraram suas atenções para a maior de todas as republicas americanas, desejando simpatia política, relações mais próximas e o aumento do comércio.”¹⁷

Há uma ideia muito presente nas páginas editoriais do *Tribune* de que os mercados latino-americanos pertenceriam por direito aos norte-americanos, por conta da posição de comando dos Estados Unidos como nação mais rica e poderosa do hemisfério¹⁸. Para o jornal, o aumento das relações comerciais seria mutualmente positivo, pois abriria novos mercados, estreitaria laços de amizade, alianças políticas, levando “riqueza e civilização”, além de tornar o hemisfério mais pacífico e próspero¹⁹.

Para o *Chicago Tribune*, os Estados Unidos exerceriam um tipo de poder sobre a América Latina bastante diferente do imperialismo europeu. Em um editorial, por exemplo, o jornal rebateu uma publicação hispano-americana, “*America en Paris*”, que era bastante crítica à política externa hemisférica norte-americana. Segundo o *Tribune*, os latino-americanos eram todos ingratos e não conseguiam reconhecer a paciência com que os Estados Unidos estavam conduzindo sua política externa para a região. Sobre o caso Baltimore, também criticado pela “*America en Paris*”, o *Tribune* responde²⁰:

“A paciência e a leniência apresentada pelos Estados Unidos merece o mais alto louvor e contrasta nitidamente com os métodos ásperos e rápidos com os quais as nações europeias recorreriam dentro de circunstância similares para obter reparação.”²¹

¹⁶ Prejudicar o comércio inglês, em especial, era usado na defesa do pan-americanismo: “Onde quer que Blaine possa expulsar os britânicos da posição que eles ocupam no continente americano, ele se esforçará para substituir a influência do comércio inglês pelo americano”. Cf. “Evolution of an ideia”. *Chicago Tribune*, Chicago, 30 de out. de 1891, p. 12.

¹⁷ “Reciprocity with pan-america”. *Chicago Tribune*, Chicago, 24 de out. de 1890, p. 12.

¹⁸ “Bienvenida!/Welcome!”. *Chicago Tribune*, Chicago, 20 de dez. de 1889, p. 1.

¹⁹ “Reciprocity with South America”. *Chicago Tribune*, Chicago, 3 de mar. de 1891, p. 7; “Pan-americans adjourn”. *Chicago Tribune*, Chicago, 20 de abr. de 1890, p. 3.

²⁰ O caso Baltimore foi uma crise diplomática entre os Estados Unidos e o Chile que aconteceu no final de 1891 e se arrastou até os primeiros meses de 1892. Dois marinheiros norte-americanos do *USS Baltimore* foram mortos por insurgentes chilenos nas intermediações do porto de Valparaíso. Uma grande controvérsia a respeito de uma possível indenização aos Estados Unidos se instaurou. O caso ganhou grande repercussão na imprensa norte-americana e parte dos jornais pediu uma intervenção militar no Chile. O governo chileno, governado por Jose Manuel Balmaceda, cedeu às pressões norte-americanas e pagou uma reparação aos Estados Unidos pelo incidente.

²¹ “Unjustifiable Spanish-american complaints”. *Chicago Tribune*, Chicago, 8 de abr. de 1892, p. 4.

Outro diagnóstico do jornal era de que o comércio dos Estados Unidos com a América Latina era prejudicado pela falta de informação que o país tinha sobre a região. Os agentes e comerciantes norte-americanos não possuíam o domínio da língua espanhola e não tinham conhecimento sobre os hábitos, gostos e necessidades dos povos latino-americanos²². Para preencher esse “vazio de conhecimento”, expressão muito adequada do historiador Ricardo Salvatore²³, o *Chicago Tribune* defendeu o aumento do corpo diplomático e começou a publicar, sob esse mesmo pretexto, inúmeros artigos sobre a região²⁴. Reportagens sobre imigração, geografia, política, transportes, mulheres, indígenas, Amazônia e etc. começaram a aparecer no jornal diariamente e especialmente aos domingos, dia em que o impresso ganhava tons mais lúdicos. A América Latina passou a ocupar, dessa forma, as seções de curiosidades do impresso.

Ao mesmo tempo em que o *Chicago Tribune* argumentava que os negociantes dos Estados Unidos deveriam saber mais sobre as nações latino-americanas, o periódico mostrava pouco critério ao nomear a região. Expressões como “ao sul de nós”, “países sulistas”, “ao sul do rio grande”, ou ainda confusões sobre quais países pertenceriam a América Central e do Sul eram bastante comuns. O que mostra que o jornal já tratava esses países como uma região ou um bloco mais ou menos indiferenciado²⁵. Alguns países, no entanto, ganharam certo protagonismo nas páginas do *Tribune*, como era o caso do Brasil, visto como a nação mais influente da América do Sul, do México e de Cuba – que na época já era alvo dos sonhos anexionistas da imprensa norte-americana²⁶.

FERROVIA INTERCONTINENTAL

Outro tema ligado à política do pan-americanismo que apareceu com frequência nas páginas do *Chicago Tribune* foi a proposta da construção de uma ferrovia intercontinental. A partir de 1889, o jornal começou a advogar pelo “grande esquema de Blaine”, que era implantar um sistema de transportes que interligasse a malha

²² “Trade with Latin America”. *Chicago Tribune*, Chicago, 7 de maio de 1891, p. 7.

²³ SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un império: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006, p. 29.

²⁴ “Another specimen of democratic economy”. *Chicago Tribune*, Chicago, 12 de abr. de 1892, p. 4.

²⁵ Conclusão e exemplos parecidos podem ser encontrados no trabalho de DULCI, Tereza. *Op. cit.*, p. 37-38.

²⁶ Segundo o *Chicago Tribune*, “é o destino manifesto dos Estados Unidos saber mais sobre Cuba, ter interesse sobre suas fortunas e encontrar, através da reciprocidade comercial, um novo e compreensível princípio de proteção continental”. Cf. “Reciprocity with Cuba”. *Chicago Tribune*, Chicago, 23 de jan. de 1891, p. 9.

ferroviária dos Estados Unidos com as ferrovias da América Latina, e especialmente, da América do Sul. Dessa forma, “(...) os dois continentes se uniriam por uma contínua corrente de ferrovias”²⁷.

O ambicioso projeto previa a construção de uma ferrovia que ligasse Cartagena a Buenos Aires pela Cordilheira dos Andes, perpassando as principais capitais do continente sul-americano. Em relação ao trecho que uniria a Colômbia aos Estados Unidos, duas propostas foram ventiladas. A primeira delas era investir em uma ferrovia sobre a América Central, que interligasse Cartagena diretamente com o sistema do Vale do Mississipi. A segunda hipótese era de aproveitar o porto de Cartagena para aproximá-lo ao de Nova Orleans, que se conectaria por meio de ferrovias à Chicago. A cidade de Chicago, portanto, ocuparia um papel central na comunicação ferroviária pan-americana:

“Os interesses envolvidos na reunião do Congresso Pan-americano e na grande celebração do descobrimento do Novo Mundo, que será comemorado na Exposição de Chicago de 1892, são de grande importância e nenhum outro lugar no continente americano é mais bem preparado para avançar essas questões e acelerar os esforços para uma comunicação ferroviária direta entre a América do Norte e do Sul do que Chicago, o grande centro ferroviário do país”²⁸.

Essa comunicação ferroviária direta com Chicago desviaria o comércio latino-americano dos portos de Nova Iorque, que até então era a única rota de comércio dos Estados Unidos com a América do Sul. Para o *Chicago Tribune*, “a maioria dos artigos que compõe a exportação são produzidos dentro do alcance de Chicago e nos parece anormal que esse comércio deva ficar inteiramente nas mãos de Nova Iorque”²⁹. Em 1890, Chicago já era a segunda maior cidade dos Estados Unidos e disputava com Nova Iorque o status de centro econômico e cultural do país³⁰.

O *Tribune* também argumentou que a ferrovia intercontinental impossibilitaria a interferência britânica no comércio hemisférico, especialmente em uma situação de

²⁷ “Open up South America”. *Chicago Tribune*, Chicago, 18 de jan. de 1890, p. 10.

²⁸ “Railroad communication with South America”. *Chicago Tribune*, Chicago, 9 de dez. de 1889, p. 4. A Exposição de Chicago aconteceu apenas em 1893, devido a atrasos nas obras.

²⁹ “Trade with foreigners”. *Chicago Tribune*, Chicago, 2 de out. de 1891, p. 8.

³⁰ No final do século XIX, havia um movimento intelectual nos *western states*, dos quais Illinois fazia parte, que bradava sua independência cultural e originalidade em relação aos estados costeiros. A Exposição Universal de Chicago foi palco da primeira apresentação da “Tese da fronteira” de Frederick Turner, que dialogou fortemente com esse ambiente cultural do Oeste. Não por menos, Turner decidiu mudar o eixo de visão da história norte-americana em seu ensaio “*The significance of the frontier in American history*” (1893), em um verdadeiro manifesto pró-Oeste. Um historiador que fez uma reflexão muito interessante sobre o assunto foi HOFSTADTER, Richard. “Turner and the Western Revolt”. In: *The progressive historians: Turner, Beard, Parrington*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1969, p. 47-83.

guerra contra o país europeu. O sentimento contrário a Europa foi trazido novamente à tona para justificar a construção do sistema ferroviário pan-americano:

“Quando os europeus, que controlaram por tanto tempo o comércio com a América do Sul, escutarem o primeiro apito das locomotivas americanas ecoando nos Andes, e ao longo das grandes planícies ao leste, eles irão “arrumar suas malas” e chamarão seus vapores de volta, na medida em que o comércio com esse continente inevitavelmente passará para as mãos dos “ianques””.³¹

Além de promover o comércio, nos moldes dos acordos de reciprocidade, tal sistema ferroviário permitiria o turismo para a América do Sul, especialmente, para “o cenário selvagem dos Andes”, para as “terras desoladas e inúteis da Patagônia”, e quem sabe os norte-americanos poderiam “passar parte do verão na Terra do Fogo”³². Seria então possível, “embarcar em um *vagão de trem da Pullman* aqui em Chicago e fazer uma viagem tranquila para a Patagônia”³³.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE CHICAGO (1893)

Além dos acordos de reciprocidade e dos projetos que facilitariam o transporte de mercadorias entre os Estados Unidos e a América Latina, a política do pan-americanismo previa o aperfeiçoamento da inteligência mercantil no comércio entre as regiões. Com esse propósito foi criado o *Bureau of American Republics*, órgão vinculado ao Departamento de Estado norte-americano, que emitia relatórios anuais com informações gerais sobre a América Latina e sobre as possibilidades comerciais nos mercados desses países. A Exposição de Chicago de 1893 e a participação latino-americana nesse evento foram articuladas dentro dessa lógica de aproximação econômica e cultural da política do pan-americanismo.

A Exposição de Chicago foi um dos eventos mais impactantes do final do século XIX nos Estados Unidos³⁴. Sob o pretexto da celebração dos 400 anos da chegada de

³¹ “Blaine’s Pan-American Intercontinental Railway”. *Chicago Tribune*, Chicago, 20 de maio de 1891, p. 4.

³² “Railroads in South America”. *Chicago Tribune*, Chicago, 20 de jan. de 1890, p. 4; “To Terra del fuego”. *Chicago Tribune*, Chicago, 24 de abr. de 1892, p. 25.

³³ “Great power in Chile”. *Chicago Tribune*, Chicago, 19 de maio de 1891, p. 8. (grifo meu). A companhia Pullman fabricava vagões de trens que foram utilizados nas ferrovias norte-americanas durante boa parte dos séculos XIX e XX. A expressão “*Pullman car*” se referia a um tipo luxuoso de trem, no qual era possível descansar e dormir. George Pullman, um dos grandes magnatas dos Estados Unidos, era dono da empresa que tinha sede em Chicago.

³⁴ A Exposição de Chicago foi o segundo evento dessa natureza que os Estados Unidos sediaram, porém o primeiro a ter uma grande projeção internacional. Foi também um dos eventos mais noticiados da virada do século XIX na imprensa norte-americana, Cf. MOTT, Frank. *American Journalism. A history of*

Colombo às Américas, os Estados Unidos conseguiram reunir 53 nações, que se distribuíram em numerosos e gigantescos prédios e pavilhões no *Jackson Park*³⁵. A Exposição de Chicago contou com a expressiva presença dos países americanos, que, em geral, enviaram representantes e investiram em exposições próprias. A relação do evento com o pan-americanismo ainda não foi plenamente estudada, contudo existem indícios que comprovam a ligação da Exposição com essa política externa³⁶.

As exposições dos países latino-americanos na Exposição de Chicago começaram a ser negociadas já na Primeira Conferência Pan-americana com os representantes ali presentes³⁷. Posteriormente, o Departamento de Estado decidiu mandar oficiais da Marinha dos Estados Unidos, que já tinham algum conhecimento prévio ou passagem na América Latina, para negociar os pavilhões e exposições desses países. Segundo o *Chicago Tribune*, esses homens da *U.S. Navy* foram instruídos por James Blaine e levaram recomendações específicas sobre o que esses países latino-americanos deveriam apresentar em Chicago³⁸. Além desses oficiais, William Curtis, o primeiro diretor do *Bureau of American Republics*, tornou-se responsável pelo Departamento Latino-americano da Exposição. Curtis era considerado o braço-direito de Blaine na política do pan-americanismo e foi o principal nome na organização das exposições das Américas Central e do Sul³⁹. Além dessa rede “semi-diplomática”, comerciantes, empresários e cientistas norte-americanos promoveram a Exposição no continente latino-americano⁴⁰.

newspapers in the United States through 250 years (1640 – 1940). New York: Macmillan, 1941, p. 577-578.

³⁵ Além dos países que participaram voluntariamente, a Exposição de Chicago contou também com exposições de países promovidas por indivíduos e companhias. As exposições sobre a China, por exemplo, não foram autorizadas pelo governo do país, mas estavam presentes em Chicago por conta desses agenciadores. Cf. HANDY, Moses. *Official directory of the World's Columbian Exposition – A Reference Book*. Chicago: Publishers to the World's Columbian Exposition, 1893, p. 105.

³⁶ De modo geral, as exposições universais foram pouco estudadas sob a perspectiva das relações internacionais, por se tratarem de eventos “semioficiais”, ou seja, que mesclavam a participação dos Estados nacionais com a iniciativa privada – algo muito distante das relações diplomáticas consideradas mais convencionais.

³⁷ “Would visit Uncle Sam”. *Chicago Tribune*, Chicago, 30 de set. de 1889, p. 2.

³⁸ “Came to load guns”. *Chicago Tribune*, Chicago 3 de jan. de 1891, p. 6.

³⁹ Sobre William Curtis, ver: COATES, Benjamin. “The Pan-american lobbyist: William Eleroy Curtis and U.S. Empire, 1884-1889”. *Diplomatic History* (2013). Oxford: Oxford University Press, 2013.

⁴⁰ Entre esses cientistas, destaca-se a participação de etnógrafos. Um dos grandes objetivos da Exposição foi promover uma mostra antropológica que abarcasse a “história natural dos três continentes”. Cf. PUTNAM, Frederick. “American Ethnology”. *Chicago Tribune*, Chicago, 31 de maio de 1890.

Diversos etnógrafos e arqueólogos foram mandados para a América Latina e Europa como “*relic hunters*” dos “povos primitivos” das três Américas. Durante o evento, esse material foi organizado numa “escala evolutiva”, nomeada de “Marcha dos aborígenes para a civilização”. Nesta mostra os índios norte-americanos foram apresentados como mais evoluídos que os índios da América Latina.

O *Chicago Tribune* apresentou a Exposição como “uma ótima oportunidade para promover as relações sociais, comerciais e políticas entre os povos dos três continentes americanos” e que, portanto, “as repúblicas irmãs deveriam estar adequadamente representadas”⁴¹. Constavam nas instruções dadas pelo Departamento de Estado que a Exposição deveria promover os acordos de reciprocidade entre as duas regiões. Além disso, esses países deveriam construir, dentro de suas possibilidades, prédios com suas arquiteturas típicas e “peculiares”, trazer produtos naturais e tropicais, fazer mostras sobre seus nativos, sua história e apresentar antiguidades⁴².

Os países latino-americanos, com algumas exceções, acataram esse plano e colaboraram para a formação de algumas imagens que circularam nos Estados Unidos sobre seus países. A maior parte dessas nações promoveram pavilhões com arquiteturas típicas, exceto o México porfirista, que optou por uma mostra mais industrial. Todos os países latino-americanos, com exceção da Argentina, levaram objetos e relíquias de seus povos indígenas, que ao final da Exposição foram doados ao recém-criado *Field Museum*⁴³. Uma mostra histórica sobre o Descobrimento das Américas foi montada sob a supervisão do Departamento Latino-americano da Exposição, aquele comandado por William Curtis, e contou a colaboração de todos os países das Américas participantes.

A Exposição de Chicago estava alinhada com os interesses das elites locais desses países, que estariam interessadas em promover o comércio de seus produtos primários⁴⁴. Por mais que esses países tivessem uma liberdade bastante razoável para negociar e selecionar o que eles apresentariam nos Estados Unidos, quase a totalidade optou por seguir as instruções gerais do Departamento de Estado norte-americano.

A AMÉRICA DO SUL NAS PÁGINAS DO *TRIBUNE*

A América do Sul foi retratada pelo *Chicago Tribune* como um continente de oportunidades, de países amigos, de repúblicas irmãs e vizinhos amigáveis. Ao mesmo tempo, contudo, foi apresentada como local de frequentes revoluções, de governos

⁴¹ There’s nothing in writing”. *Chicago Tribune*, Chicago, 29 de dez. de 1890, p. 3.

⁴² “Departing on their missions”. *Chicago Tribune*, Chicago, 19 de jan. de 1891, p. 5.

⁴³ Esse material doado pelos países expositores ou apropriado pelos “caçadores de relíquias” enviados a América Latina ainda está no *Field Museum*, que hoje conta com um grande acervo sobre os Incas e os Maias – um dos maiores fora da América Latina.

⁴⁴ Na exibição brasileira, por exemplo, o café foi o grande produto privilegiado, ocupando completamente o primeiro andar do prédio erguido especialmente para o país em Chicago. Era interessante para as elites paulista e fluminense promover o comércio deste produto nos Estados Unidos.

instáveis, de políticos tiranos e corruptos, de patriotas loucos e de mortes violentas. No mesmo artigo que exaltou o projeto de construção da ferrovia intercontinental, o *Tribune* também escreveu a respeito do espírito de procrastinação dos sul-americanos, o único empecilho nessa empreitada⁴⁵.

Da mesma forma, o *Chicago Tribune* equiparou Washington a Bolívar e a San Martín, elogiou a “*Bill of Rights*” da Venezuela, comparou o 9 de julho argentino com o 4 de julho norte-americano e denominou o Chile como “ianques da América do Sul”. Comentou também, entretanto, sobre a inabilidade desses países em lidar com seus “índios selvagens” e os representou como crianças malcriadas e irritantes.

Enquanto forjava imagens de aproximação e de unidade, muito por conta de sua defesa pelo projeto do pan-americanismo, o *Chicago Tribune* deixava claramente marcado as diferenças entre a América Latina e os Estados Unidos, que para o impresso já se encontravam em um estágio bastante superior. Em um editorial sobre os 400 anos da chegada de Colombo às Américas, o jornal repetiu tal construção. Retomando a história dos países do continente americano, século a século, o *Tribune* traçou uma perspectiva sobre o futuro do hemisfério:

“As províncias canadenses sucumbirão ao destino manifesto e a necessidade econômica e se tornaram Estados americanos da grande União (...). Ao sul, os Estados Unidos não desejam ir além de sua fronteira. A marca inapagável da Espanha está sobre os povos além do Rio Grande. Eles são índios astecas com um revestimento espanhol. Eles não podem ser absorvidos vantajosamente e devem ser deixados sozinhos. Mas o destino das Índias Ocidentais, ou de grande parte delas, é se juntar sobre as asas protetoras da grande águia columbina. Esses países são necessários pelas suas produções de açúcar tropical, frutas, café, tabaco, madeiras nobres e sua contiguidade pela água. Também pode ser previsto que ainda no início do quinto século [século XX] o canal da Nicarágua estará completo, possuído e controlado por esta República [Estados Unidos]. E que o comércio recíproco será estendido e desenvolvido até que poucas tarifas alfandegárias restem para a livre relação comercial entre as repúblicas dos dois continente columbinos e os grupos em conexão nas ilhas.”⁴⁶

Em conclusão, ainda que o *Chicago Tribune* percebesse como vantajoso o comércio com os países latino-americanos, buscando se aproximar da região por meio de um discurso pan-americanista, mostrava claramente os limites dessa retórica fraternal quando demarcava a diferença e superioridade dos Estados Unidos no hemisfério. Se as repúblicas das Américas eram apresentadas como irmãs, imagem bastante trabalhada pelo periódico, a república dos Estados Unidos era a “irmã mais velha” (*elder sister*), aquela capaz de guiar os interesses de todo o continente.

⁴⁵ “To Terra del fuego”. *Chicago Tribune*, Chicago, 24 de abr. de 1892, p. 25.

⁴⁶ “Progress of the four centuries since Columbus”. *Chicago Tribune*, Chicago, 23 de out. de 1892, p. 28.

BIBLIOGRAFIA

BENNETT, Tony. “The exhibitionary complex”. In: DIRKS, Nicholas, ELEY, Geoff e ORTNER, Sherry (org.). *Culture/Power/ History. A reader in contemporary social theory*. New Jersey: Princenton University Press, 1994, p. 123-154.

BUENO, Clodoaldo. “Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na História das relações hemisféricas (1826-2003)”. *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n.º 1, 2004.

COATES, Benjamin. “The Pan-american lobbyist: William Eleroy Curtis and U.S. Empire, 1884-1889”. *Diplomatic History* (2013). Oxford: Oxford University Press, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n.º 35, jul-dez de 2007.

DULCI, Tereza. *As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 2008 (mimeo).

GILBERT, Joseph. “Close Encounters”; SALVATORE, Ricardo. “The enterprise of knowledge: Representation machines of informal empire”. In: GILBERT, Joseph, LEGRAND, Catherine e SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Close Encounters of Empire: Writing the cultural history of U.S.-Latin American Relations*. Durham/London: Duke University Press, 1998, p. 3-46 e 69-104.

HANDY, Moses. *Official directory of the World’s Columbian Exposition – A Reference Book*. Chicago: Publishers to the World’s Columbian Exposition, 1893.

HOFSTADTER, Richard. “Turner and the Western Revolt”. In: *The progressive historians: Turner, Beard, Parrington*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1969, p. 47-83.

JONES, Robert. *Journalism in the United States*. New York: Dutton, 1947.

KINSLEY, Philip. *The Chicago Tribune: Its First Hundred Years, vol.2 (1865-1880)*. Chicago: The Chicago Tribune, 1946.

_____. *The Chicago Tribune: Its First Hundred Years, vol.3 (1880-1900)*. Chicago: The Chicago Tribune, 1946.

MOTT, Frank. *American Journalism. A history of newspapers in the United States through 250 years (1640 – 1940)*. New York: Macmillian, 1941.

MUCCIGROSSO, Robert. *Celebrating the New World – Chicago’s Columbian Exposition of 1893*. Chicago: I.R. Dee, 1993.

PESAVENTO, Sandra. *Exposições Universais: Espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RYDELL, Robert. *All the World's Fair: Visions of Empire at American International Expositions, 1876-1916*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un império: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: A social history of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

TURNER, Frederick. *The frontier in American history*. 2ª edição. Tucson: The University of Arizona Press, 1992.

WENDT, Lloyd. *Chicago Tribune: The rise of a great American newspaper*. Chicago: Rand McNally, 1979.

PERSPECTIVA SOCIAL ORGÂNICA, A FÉ COMO AGENTE CONSTRUTOR DAS COMUNIDADES PURITANAS NO NOVO MUNDO

Guidyon Augusto Almeida Lima
Universidade Federal de Minas Gerais
guidyonaugusto@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta comunicação é analisar o aspecto orgânico da comunidade puritana da Nova Inglaterra no período colonial, articulando aspectos sociais e políticos à profunda religiosidade de seus membros. Buscaremos fazer tal discussão a partir da noção de “intelectuais orgânicos” elaborada por Antonio Gramsci, bem como de suas perspectivas sobre cultura e ideologia. Juntamente com tais discussões embasadas num referencial teórico gramsciano, temos o intuito de trazer para a reflexão, as concepções de culturas políticas e imaginário, nas linhas de Serge Berstein e François Laplantine, respectivamente. Inicialmente, buscaremos fazer uma breve discussão das características gerais do puritanismo de meados do século XVI, especialmente suas perspectivas teológicas, eclesiásticas, políticas e de organização social. Na sequência, faremos uma breve discussão das já citadas contribuições teóricas de Gramsci e das ainda pouco exploradas possibilidades que elas apresentam para as análises de grupos religiosos. A parte final será reservada para a construção dessa figura “social orgânica” nas comunidades puritanas, onde a Fé permeia todas as instâncias de relações em sociedade, e seus membros convivem dentro de uma realidade pautada pela visão de mundo instituída dentro desta lógica coletiva, de valores, ações e diretrizes político-sociais.

Palavras-chave: Puritanismo; Gramsci; História dos Estados Unidos; Religião e Política.

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir.

Antonio Gramsci

Começamos nossa análise nos valendo das palavras de Gramsci sobre a constatação, de que indivíduos sempre pertencem a um determinado grupo. Mas estes “grupos” têm de possuir determinados elementos que atribuam aos seus membros, um sentimento de pertença e de unidade. Desenvolvendo essa perspectiva de um corpo social, onde indivíduos compartilham ideias e atitudes, para a América Colonial do século XVII, encontramos uma sociedade que nos mostra o quão real e interiorizado pode ser esta lógica: as comunidades de colonos puritanos, na Nova Inglaterra.

Os Puritanos eram protestantes de confissão calvinista que possuíam uma forte crença na real aplicabilidade das Sagradas Escrituras em suas vidas – especialmente nas prescrições do Velho Testamento sobre como o “povo de Deus” deveria viver em sociedade. Podemos elencar outras características, que correspondem ao pensamento dos puritanos de acordo com Resende;

Sua principal característica era a crença na autoridade suprema de Deus sobre os homens, sobre os quais exerce onipresença e onipotência. Aceitando a noção de predestinação, em que Deus escolhe, já no nascimento, as almas que serão salvas e as que serão condenadas, os puritanos se viam impelidos a manter vigilância constante sobre si à procura de sinais da “graça divina”. Dito de outra forma, buscava-se sinais de eleição que lhes distinguiriam como “povo eleito”, razão pela qual incentivavam narrativas públicas de conversão, quando compartilhavam experiências do “toque divino”. (RESENDE, 2009, p. 178)

Na Inglaterra da virada do século XVI para o XVII, configuraram-se como um grupo de “radicais”¹ que rejeitava tanto a Igreja Católica, quanto as “impurezas” da Igreja Anglicana oficial. A luta puritana tinha por objetivo livrar o anglicanismo das reminiscências do culto católico, redirecionando seu foco para a pureza das escrituras. A perseguição religiosa instituída no início do século XVII durante o reinado dos Stuart, somada à crença na perspectiva de “escolhidos” (os quais buscavam em toda a Bíblia o embasamento para tal), propiciou junto às expectativas de possibilidades que o “Novo Mundo” oferecia, os motivos para o “êxodo” puritano, para América Colonial.

¹ Tomemos nota sobre a terminação “radicais” aqui empregada. Os puritanos em íntegra foram reformistas, que compuseram críticas à estrutura episcopal da Igreja Anglicana, desejosos pelo retorno as formas de práticas e ensinamentos cristãos mais antigos, considerados “puros”, em detrimento aos métodos litúrgicos que eram empregados pelo anglicanismo.

Atentemos-nos aqui para o conjunto de elementos que compõem os puritanos como um grupo, sendo na verdade um elemento de coesão, como nas palavras de Gramsci: “O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de Fé.” (GRAMSCI, 1999, p. 109). Essas características de ordem religiosa acabaram por unir pessoas de arranjos sociais diferentes, em uma mesma perspectiva, a qual foi se consolidando no trajeto para a posterior Nova Inglaterra.

Um dos principais momentos dessa trajetória puritana, e da construção que realizariam em novas terras, pode-se ter como marca as discussões realizadas no *Arbella*, onde o discurso de John Winthrop baseado na *sola scriptura*, alinhou o que seria o pensamento puritano – e o sentido de sua “missão” - no Novo Mundo.

Devemos ter em mente que seremos como uma cidade sobre uma colina. Os olhos de todos estão voltados para nós. De maneira que, se lidarmos com falsidade com nosso Deus, nessa tarefa que empreendemos (...) abriremos a boca dos inimigos para falar mal dos caminhos de Deus (...). Cobriremos de vergonha os caminhos de muitos dos valorosos servidores de Deus, fazendo com que suas orações se transformem em maldições contra nós, até sermos expulsos da boa terra para a qual nos dirigimos. (Trecho do sermão de John Winthrop a bordo do *Arbella* – 1630)

O Trecho do sermão de Winthrop para os colonos puritanos, nos mostra como a retórica baseada no texto bíblico, foi utilizada na ritualística da construção dos ideais para a comunidade puritana. Segundo Bercovitch, o sermão faz uma referência direta “ao quinto capítulo de Mateus, que fala do crente individual, da peregrinação (por graça) da alma redimida.” (BERCOVITCH, 1981, p.145). Winthrop em seu discurso “... preserva seu significado, mas amplia sua aplicação ao incluir um grandioso desígnio profético.”.

Este “desígnio profético” segue junto aos puritanos durante todo o processo de colonização. A “Cidade sobre uma colina” é um valor carregado no cerne da sociedade puritana, e contribui para sua formação de valores. A figura do discurso pautado no texto bíblico pode ser considerada como um símbolo² da cultura puritana, tomando cultura segundo Gramsci como “o exercício do pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causa e efeito.” (GRAMSCI, 1981, p. 47).

Entendo que no *Arbella* foram lançadas as bases concretas do imaginário político das comunidades puritanas no Novo Mundo e que, como trabalhado por Bercovitch, seriam bases fundamentais para se entender o “mito da América”. Cidades

² Consideramos aqui, a partir das perspectivas de François Laplantine, o símbolo, como um componente polissemântico e polivalente, que pode se amparar em um referencial real, mas podendo assim como os signos, ser baseados em imagens concretas ou abstratas, as quais lhe propiciam sentido.

fundadas por puritanos como Plymouth ou Boston, tinham como habitantes pessoas com um pensamento extremamente enraizado na concepção de que eram uma nação eleita, e que, assim como aqueles que fugiram do Egito no Velho Testamento, seguiam para “uma terra que emana leite e mel”, a terra prometida, sendo a nova Israel. Karnal nos confirma isso ao dizer:

Tal como os hebreus no Egito, também eles foram perseguidos na Inglaterra. Tal como os hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra e (...), são frequentes as referências ao “pacto” entre deus e os colonos puritanos. (KARNAL, 2007, p. 41)

A organicidade do pensamento torna-se a base dessa nova sociedade. Os puritanos instituem um arranjo social baseado nessa postura religiosa, fortemente incorporada à sua identidade. Podemos apontar que os mesmos foram muito além de somente uma relação indivíduo com a religião e seus preceitos, mas que na verdade, assumiram um intrínseco senso de ação comunal em sua relação para com Deus. Resende nos diz que:

Na verdade, a concepção puritana de vida percebia a coletividade como uma unidade orgânica, funcionando com um objetivo claro e inequívoco: refundar a Igreja. Dessa forma, os puritanos que se estabeleceram na Nova Inglaterra se viam ligados uns aos outros por laços invioláveis. Eles não se percebiam como um mero agrupamento de indivíduos, mas sim como uma congregação de eleitos. (RESENDE, 2009, p.188)

Assim a perspectiva de uma sociedade orgânica puritana, toma por base o cotidiano de atividades e relações de seus membros. O atento com os costumes, valores morais, a instituição do culto mais centrado na palavra e sua interpretação quase que praticamente literal do texto toma a vida dos colonos.

“Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. Vós, que em outro tempo não éreis povo, mas agora sois povo de Deus; que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia. Amados, peço-vos, como a peregrinos e forasteiros, que vos abstenhais das concupiscências carnis que combatem contra a alma; Tendo o vosso viver honesto entre os gentios; para que, naquilo em que falam mal de vós, como de malfeitores, glorifiquem a Deus no dia da visitação, pelas boas obras que em vós observem.” (I Pedro, capítulo 2, versículo 9 ao 12)

O trecho acima, retirado da primeira epístola de Pedro, nos ilustra bem uma perspectiva de valores morais e de comportamento social que veio a ser assumido nas comunidades puritanas. Afinal, as escrituras eram consideradas como modelos a ser seguidos, em uma sociedade que por si, possui um “pacto com Deus”, e como a “Nova Israel”.

Esta visão de se assumirem como a “Nova Israel”, atravessa o oceano no imaginário dos colonos puritanos, e se instituí como uma dos pilares a basearem sua nova sociedade. E como comunidade, como a “cidade no topo da colina”, a qual tende ser um exemplo a serem seguidos pelo mundo, as escrituras expõem premissas a serem consideradas pelo “povo escolhido”.

Pois assim também, buscavam um paralelo com a “palavra do senhor” no intuito de obter orientação, principalmente em situações de adversidade quando, a base religiosa, mais que nunca era pautada:

“A PALAVRA que veio a Jeremias, da parte do SENHOR, dizendo: Ouvi as palavras desta aliança, e falai aos homens de Judá, e aos habitantes de Jerusalém. Dize-lhes pois: Assim diz o SENHOR Deus de Israel: Maldito o homem que não escutar as palavras desta aliança; Que ordenei a vossos pais no dia em que os tirei da terra do Egito, da fornalha de ferro, dizendo: Dai ouvidos à minha voz, e fazei conforme a tudo quanto vos mando; e vós sereis o meu povo, e eu serei o vosso Deus: Para que confirme o juramento que fiz a vossos pais de dar-lhes uma terra que manasse leite e mel, como se vê neste dia. Então eu respondi, e disse: Amém, ó SENHOR.” (Jeremias, capítulo 11, versículos 1 ao 5)

Como na Israel do Velho Testamento, o pecado e as injúrias contra a lei de Deus haviam de ser pautadas por todos. Nesta perspectiva, temos mais um elemento que agia como ligação entre os indivíduos, questão moral, e a erradicação do pecado da sociedade. Pois, como temos nas Sagradas Escrituras, os puritanos encontravam-se como os escolhidos, como outrora os israelitas, foram, e tinham os exemplos de suas ações, e da ação divina em consequência:

Mas os israelitas foram infiéis com relação às coisas consagradas. Acã, filho de Carmi, filho de Zinri, filho de Zerá, da tribo de Judá, apossou-se de algumas delas. E a ira do Senhor acendeu-se contra Israel. (Josué, capítulo 7, versículo 1)

Tendo por base a interpretação bíblica, o fator moral regrava-se pelo cuidado da comunhão da comunidade, que teria de pagar pela ofensa a lei de Deus como um todo, caso houvesse a injúria de um, como nos diz Karnal: “idéia de uma moral coletiva onde o erro de um indivíduo pode comprometer o grupo é também um diálogo com a concepção da moral hebraica no deserto. O pacto deus-povo é com todos os eleitos.” (KARNAL, 2007, p. 41)

A constante leitura e interpretação das escrituras pelos puritanos indica uma propagação do processo de alfabetização nas comunidades da Nova Inglaterra. Uma característica do protestantismo, a defesa ao acesso do texto bíblico e sua interpretação, culminaram no interesse e em preocupação para com a educação escolar. A construção, manutenção e pagamento de professores, cabiam à comunidade ou ao governo de cada

colônia, elevando os níveis de letrados, o que contribuía para a própria formação religiosa dos colonos, visto que todos poderiam ter conhecimento das escrituras, e assim, interiorizar seus conceitos. Esse processo de instituição escolar contribuiu em muito para o surgimento de intelectuais na colônia, principalmente de suas primeiras universidades, como Harvard (1636) – Massachusetts e William and Mary (1693) – Virgínia. Karnal aponta que:

Em todos os documentos sobre educação há a mesma preocupação: o conhecimento das coisas relativas à religião. Do ensino primário ao superior, o conhecimento da *Bíblia* parece ter orientado todo o projeto educacional das colônias inglesas. Quando Samuel Davies escreve sobre as *Razões para fundar universidades*, insiste na necessidade de formar líderes religiosos para uma população que crescia sem parar. (KARNAL, 2007, p. 43)

Esta formação de intelectuais, principalmente na área de teologia, e no entendimento das leis, contribuiu em muito para a assimilação cada vez mais forte em outras instâncias da vida colonial, de ideias com características religiosas incluídas. Gramsci lança uma luz a esse processo de presença de princípios religiosos, como agente de ligação entre os indivíduos, quando diz:

A religião, e uma Igreja determinada [no caso a Igreja Puritana], mantém a sua comunidade de fiéis [...] na medida em que mantém permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento com argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestam à fé pelo menos a aparência de dignidade do pensamento. (GRAMSCI, 1999, p. 110)

As ideias comunais na sociedade puritana englobaram de forma praticamente completa as instâncias sociais, e também político-administrativas dos colonos ao longo do século XVII. As decisões seguiam a perspectiva do “Mayflower Compact”, onde:

...diante de Deus e de cada um de nós, uma aliança [covenant] e a constituição de um corpo político civil para nos garantir uma ordem e uma proteção maiores, e a busca dos objetivos precedentemente citados; em virtude dos quais, decretar, redigir e conceber, quando se fizer necessário, justas e igualitárias leis, autorizações, atos, constituições e ofícios, segundo o que parecer melhor responder ao interesse geral da colônia, à qual prometemos toda a submissão e obediência que lhe são devidas. (11 November 1620, onboard the *Mayflower*)

Vemos aqui o intuito judiciário, e as medidas administrativas (que assembleias, congregações e conselhos), que decidiam os caminhos e leis para a coletividade, seguiam uma base de preceitos já pré-estabelecidos nas Escrituras. Claro que não podemos pensar que esses preceitos fossem dados como únicos e exclusivos, como nos expõe Resende:

... a lei se encontrava na própria Bíblia, cujos preceitos seriam as palavras diretas de Deus e, como tais, deveriam ser aceitas e seguidas por todos: de magistrados a

ministros, de pobres a ricos, de convertidos a infiéis. Onde as Escrituras não haviam estabelecidos regras, caberia a coletividade, pelos seus governantes, criar normas básicas, mas sempre em acordo e em observância à lei divina (RESENDE, 2009, p. 189)

O cotidiano nas comunidades puritanas condizia então com este cenário de ligação íntima com a fé. O pacto social estabelecido pendia para esta situação, algo que não podemos admitir que fosse 100 % aceito, mas o consenso social é de fato, inegável, e pautou um dos pilares do discurso de pertencimento americano através dos séculos.

Mas, como manter de forma presente, e assimilada esta perspectiva orgânica de base religiosa em uma terra as condições de vida ainda eram tão complicadas? Os colonos tiveram de passar por várias adversidades, desde condições climáticas, dificuldades com o plantio, alimentação até as desavenças com as comunidades ameríndias. Essa questão nos leva outro símbolo da comunidade puritana, o discurso da chamada “Jeremiada”.

O discurso da “Jeremiada” pode ser caracterizado como um “retorno a consciência de valores”, sendo destes os principais: a moral da comunidade, e a afirmação do “pacto com Deus”, e por conseqüente o aproveitamento da graça divina. O fator preponderante é o próprio discurso, o poder da palavra pautada nas escrituras, e a exposição das bases ideológicas consagradas desde o início do movimento, e reafirmados na fundação da colônia: “Verdadeiramente bom é Deus para com Israel, para com os limpos de coração. Quanto a mim, os meus pés quase que se desviaram; pouco faltou para que escorregassem os meus passos.” (Salmo 73. Versículos: 1-2);

Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora, e ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo: não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte; Nem se ascende a candeia e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão na casa. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus. (Mateus, capítulo 5, versículos 18 e 19)

Encontramos pessoas cada vez mais intelectualizadas tomando a palavra no púlpito, diante de sua comunidade de fiéis. O advento desta figura de intelectuais orgânicos a seus grupos sociais, é crível dizer que fora deveras importante à manutenção da lógica puritana. O domínio e articulação da palavra, por meio do discurso da “jeremiada”, instituiu outro elemento de ligação dos membros da congregação.

A palavra retirada de forma literal das Escrituras era dita e interpretada pelo pastor (em primazia, mas a lógica do discurso pode – e foi – ampliada para usos políticos, legislativos etc.), cabendo aos presentes uma interpretação (e assimilação) própria. Um dos maiores diferenciais da ordem de religiosidade protestante, para a

estrutura do catolicismo, foi à interpretação do texto, e a função da igreja, sendo a primeira um canal de diálogo entre o indivíduo e Deus, diferente da segunda, onde a Igreja era considerada o meio único detentor da salvação.

O processo de livre acesso e conseqüente interpretação do texto abriu margem à apropriação do discurso, ainda mais em uma sociedade de perspectivas extremamente ligadas à *sola scriptura*. Esta interpretação de ordem pessoal sofre influência devido aos desígnios incorporados ao pacto de toda a comunidade com Deus, base de sua concepção de mundo. Esta concepção, como já elencamos em apontamentos anteriores, se encontra enraizada em praticamente todas as esferas das atividades sociais puritanas. Entretanto esta premissa tem de ser reafirmada diariamente, e principalmente em momentos de crises, para que sua ideologia³ comporte a massa dos pensamentos de seus membros. Gramsci aponta que:

...o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como “premissa” teórica implícita (...) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (GRAMSCI, 1999, p.98-99)

O discurso da “Jeremíada” age justamente como elemento que traz luz as práticas sociais implícitas no cotidiano puritano, seus valores morais, sua perspectiva escolar, jurídica e legislativa. Sua cultura articula o pensamento de pertencimento e identidade, características fundamentais ao futuro sentimento de unidade nacional.

Esta “autoidentificação”, reforçada pelo discurso “jeremíada”, seguiu como um pilar do pensamento puritano nas colônias. Sua ideologia coletiva marca uma das maiores amostras de construção da identidade de um grupo, e seus anseios de ação, reconhecimento e construção social.

... a identidade é politicamente importante porque seria o foco em torno do qual os indivíduos se mobilizam a fim de transformar suas condições de vida e de perseguir seus objetivos sociais. A identidade deviria, portanto, ser entendida como um fluxo através do qual o sentimento de pertencimento pode ser construído, definido, refeito, modificado e revisto através de processos cognitivos internos e de práticas sociais. (RESENDE, 2009, p. 216)

³ Utilizemos aqui a perspectiva de Gramsci sobre o que é ideologia: “... “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1999, p. 98-99)

Acima, Resende infere sobre a questão da identidade, como marco de alinhamento de indivíduos, pautado em imagens, símbolos e em uma ideologia comum. A perspectiva social orgânica puritana, ao menos ao longo do século XVII, tem por base a comunhão desta identidade, com o sentimento de reconhecimento para com seus pilares: as escrituras, o “pacto com Deus”, seus valores morais, e sua comunidade.

Em suma, nossa análise se incumbiu da tentativa de articular a perspectiva de valores religiosos dos grupos puritanos, com sua construção de uma estrutura social na empreitada de colonização do Novo Mundo. Os colonos puritanos da Nova Inglaterra compuseram uma ideologia onde sua sociedade partilhava de um enraizado conceito de coletividade, baseando suas esferas de relações: política, administração, religião, educação e imaginário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Ferreira de. (trad.) A Bíblia Sagrada. São Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BERCOVITCH, Sacvan. “A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América”. In: *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Graal, Rio de Janeiro, 1988, p. 141 – 158.

GABRECHT, Ana. “O olhar de Gramsci sobre a cultura”. In: *A atualidade do pensamento de Gramsci para a História Política*. (org.) RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Rumos da História, Vitória, PPGHis – UFES. 2005, p. 7-18.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

KARNAL, Leandro. O início. In: *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2010.

RESENDE, Erica Simone Almeida. “A Genealogia do Discurso de Americanidade”. In: *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. São Paulo. Universidade de São Paulo, USP, 2009, p. 176 - 220.

CIÊNCIA E RELIGIÃO NO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO (1910-1925)

Henrique Rodrigues Caldeira (UFMG)

henriquercaldeira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para as investigações sobre a relação entre ciência e religião na primeira fase do movimento fundamentalista cristão nos Estados Unidos, isto é, da publicação de *The Fundamentals* em 1910 ao julgamento do professor John Scopes em 1925. Percebendo que os grandes embates entre fundamentalistas e secularistas no período não se caracterizam como disputas de religião *versus* ciência, mas sim como disputas pela definição do que é a “verdadeira ciência”, pretendemos (1) analisar as características do que seria ciência “verdadeira” e “falsa” para os fundamentalistas, (2) compreender historicamente seus argumentos e (3) observar de onde parte essa discussão e qual seu alcance. Nossa principal hipótese é de que a noção de verdadeira ciência no fundamentalismo se apoia em uma noção de ciência do período moderno (especialmente o empirismo de Francis Bacon e a filosofia do Senso Comum de Thomas Reid) oposta, portanto, à ciência chamada especulativa e hipotética que conquista grande espaço no século XIX.

Palavras-chave: Ciência, religião, fundamentalismo

INTRODUÇÃO

O termo fundamentalismo é correntemente utilizado para designar ações religiosas consideradas radicais e herdeiras de uma mentalidade ultrapassada, irracionalista. A violência física, indisposição ao diálogo e anacronismo são características que muitos associam a este conceito. O termo também é bastante utilizado de forma pouco mais cuidadosa para enquadrar movimentos militantes de quaisquer tradições religiosas que tenham como característica a antissecularização. Neste trabalho, no entanto, trataremos por fundamentalismo um movimento histórico, cronológica e geograficamente restrito: o movimento religioso protestante estadunidense autoproclamado fundamentalista do início do século XX, muito distinto do chamado fundamentalismo árabe e mesmo do fundamentalismo protestante estadunidense da atualidade.

Até a primeira metade do século XX, o fundamentalismo foi interpretado como uma reação à perda de influência do pensamento religioso conservador diante da ordem moderna. Esta interpretação se apoiava sob a ideia da cultura americana como um consenso, que, em determinados momentos, estaria sob disputa mais turbulenta, como nos anos 1920.

Na década de 1960, a ideia de uma cultura americana consensual perdeu forças diante da ideia da cultura americana fragmentada. Segundo esta, o fundamentalismo deveria ser entendido enquanto uma visão conservadora autêntica em diálogo com seu próprio tempo, não mais como uma aberração efêmera ou um resquício de uma mentalidade consensual do passado. (MARSDEN, 2006, 199-202)

As primeiras interpretações do fundamentalismo também o consideravam um fenômeno social decorrente do encontro da cultura rural com a urbana. Este encontro teria sido dinamizado especialmente pela Primeira Guerra Mundial, que mobilizara nas mesmas trincheiras e gabinetes grupos totalmente distintos e antes isolados uns dos outros. O avanço das mídias de massa nesta mesma época, destacadamente o rádio, tornariam ainda mais explosivo o contato entre as diferentes *américas*.

Segundo George Marsden, no início do século XX, o pensamento liberal tinha maior representatividade entre os mais ricos e cosmopolitas. Os fundamentalistas estavam entre os jovens, migrantes e aqueles à margem dos centros de cultura. As igrejas próximas do fundamentalismo não eram tradicionais no sentido de transmitirem

uma herança cultural – seus frequentadores eram majoritariamente conversos. Diz o autor:

“Unlike the radical Holiness and Pentecostal groups, however, fundamentalism was not likely to exist simply on the fringes of society. Its radicalism was tempered by traditionalist identification with the middle-class ideals of the older Protestant establishment. Fundamentalism appealed to some well-to-do, and some poor, but also and especially to the “respectable” Protestant and northern European working class, whose aspirations and ideals were essentially middle-class Victorian.” (MARSDEN, 2006, 202)

O tremor cultural provocado pela Primeira Guerra também se deu de forma intensa entre os Estados Unidos e demais países europeus, especialmente a Alemanha, onde ganhavam forças diversas ciências e filosofias assustadoras para os estadunidenses mais conservadores, desde a teologia liberal até a eugenia. Segundo Paul Carter, “...fundamentalism may have been not so much one of the causes of that wartime and postwar intolerance, as has so often been assumed, as it was one of its victims” (MARSDEN, 2006, 207).

Após a Primeira Guerra, o movimento fundamentalista que tinha cunho quase exclusivamente doutrinal tomou contornos políticos fortíssimos cada vez mais indiferentes a diretrizes teológicas.

Feitas estas considerações, devemos ressaltar que os chamados “fundamentalistas” nunca formaram um grupo homogêneo; nem antes nem depois das grandes guerras. Os fundamentalistas não pertenciam a uma mesma confissão, a uma mesma igreja ou a organizações permanentes comuns. Contudo, como já antecipado, podemos identificar um denominador comum entre eles: o sentimento de crise espiritual e intelectual profunda iniciada com o século XX, especialmente na forma do modernismo, o grande responsável por minar os fundamentos bíblicos da “civilização americana”.

THE FUNDAMENTALS

Concebido no sul da Califórnia por um milionário do petróleo, Lyman Stewart, e editado por acadêmicos em assuntos bíblicos e evangelistas populares, a coletânea de ensaios em doze volumes *The Fundamentals* foi publicada de 1910 a 1915. Três milhões de cópias foram distribuídas para pastores, missionários, professores universitários, alunos e professores de teologia, YMCA, YWCA etc. Contudo, não houve recepção imediata tão significativa quanto era esperado. Segundo George

Marsden, esta publicação teve uma importância apenas simbólica para o movimento fundamentalista e ajuda a traçar os contornos do movimento em emergência.

Essencialmente, os volumes eram uma resposta à teologia liberal alemã e à nova ciência, especialmente o darwinismo e a geologia da terra antiga.

A teologia liberal, inaugurada por Schleiermacher (1768-1834), caracterizou-se pela relativização da autoridade da Bíblia e pela grande preocupação com aspectos históricos, antropológicos e linguísticos das Escrituras. A Bíblia, para os teólogos liberais, é estudada, tanto internamente quanto externamente, como um livro produzido e transformado por humanos, portanto, contestável e até prescindível para uma relação autêntica com Deus e para a Salvação.

Contra essa relativização interpretativa, os *Fundamentals* pretendiam estabelecer aquilo que era fundamental, inquestionável no Livro e seus assuntos. Estes fundamentos eram: (1) inspiração e inerrância da Bíblia, (2) a Trindade, (3) nascimento virginal e a divindade de Cristo; (4) a queda do homem e o pecado original; (5) a morte expiatória de Cristo para a salvação dos homens; (6) a ressurreição corporal e a ascensão; (7) o retorno pré-milenar de Cristo; (8) a salvação pela fé e o novo nascimento; (9) o juízo final. (SCHUNEMANN, 2008, 68).

Estes fundamentos são muitas vezes interpretados como anticientíficos, mas não devemos perder de vista a historicidade da própria ciência e seus métodos. Os próprios autores dos *Fundamentals* faziam questão de discutir a ciência à qual se opunham em termos científicos, não teológicos. Contudo, a tradição científica tão valorizada pelos fundamentalistas não era aquela das especulações, percursos e hipóteses, mas a das leis, dos fatos e da universalidade. Os chamados pais da ciência moderna, Francis Bacon e Isaac Newton, eram as principais referências dos fundamentalistas para definir o que caracterizava verdadeira ciência ou falsa ciência.

Tendo isso em vista, é importante lembrarmos que nos tempos de Bacon e Newton, nem a história natural nem a filosofia experimental eram pensadas como suficientemente exatas para serem chamadas de ciência; a primeira porque era um empreendimento histórico, a última porque era pensada como conduzindo a conhecimentos meramente prováveis e não demonstráveis (HARRISON, 2007, 1-33). Para os modernos, a natureza era um livro escrito por Deus, da mesma forma que a Bíblia, e tinha sua própria linguagem universal e imutável apreensível pela investigação.

A filosofia do Senso Comum sistematizada por Thomas Reid também foi de grande importância para os fundamentalistas. Segundo essa filosofia até hoje muito

popular nos Estados Unidos, a Verdade é completamente acessível aos sentidos, basta que a mente esteja livre de preconceitos para que se atinja a compreensão pura das coisas. Se todos encarassem a Natureza livres de hipóteses e credices, todos teriam a mesma apreensão desta, não havendo espaço para interpretação e relativizações.

Esta visão de ciência é evidentemente incompatível com o pensamento científico emergente dos séculos XIX e XX que Max Weber define como “estritamente especialista e no qual nenhum lugar podia ser encontrado para questões mais amplas de valor e significado” (HARRISON, 2007, 8).

O equívoco dessa nova ciência para os fundamentalistas era exatamente essa crueza que descartava o sobrenatural e não se responsabilizava por suas repercussões morais. Segundo Torrey, segundo editor dos *Fundamentals*, “true science does not start with an *a priori* hypothesis that certain things are impossible, but simply examines the evidence to find out what has actually occurred.” Sem uma rejeição *a priori* do milagroso, as Escrituras seriam compatíveis com os altos padrões da ciência e da racionalidade. (MARSDEN, 2006, 120)

FUNDAMENTALISMO E DARWINISMO

Os maiores embates entre essas duas ciências se deram quanto aos assuntos da origem e progresso da humanidade. De um lado, os chamados modernistas defendiam a evolução darwiniana randômica, amoral e materialista. Do outro, os fundamentalistas agarravam-se ao criacionismo, em muitos pontos próximo à teoria da evolução de Darwin, no entanto, defensor da evolução planejada, inteligentemente conduzida e positivamente progressiva.

Segundo Schunemann, o criacionismo científico servia aos fundamentalistas como legitimação de sua racionalidade em um mundo governado pelo domínio tecnológico e, também, funcionava como instrumento para o controle do conteúdo ensinado nas escolas públicas dos Estados Unidos. (SCHUNEMANN, 2008, 78).

O confronto mais emblemático entre esses dois pensamentos científicos ocorreu em 1925, quando um jovem professor, John Thomas Scopes, foi a julgamento por ensinar a teoria da evolução de Darwin em uma escola pública de Dayton, Tennessee. Esse caso pequeno e local acabou tomando proporções gigantescas. O popularíssimo político democrata William Jennings Bryan ofereceu-se para representar o povo de Dayton contra John Scopes. Já o acusado foi defendido por um grupo de

advogados nacionalmente importantes liderados por Clarence Darrow e custeados pela ACLU, American Civil Liberties Union.

O julgamento de John Scopes sintetiza vários dos pontos discutidos neste trabalho: o encontro forçado de diferentes *américas*; o impacto no cenário religioso estadunidense da Primeira Guerra Mundial, que causou em William Jennings Bryan grande preocupação e certa paranoia com os rumos macabros da nova ciência vistos na experiência alemã; e a incompatibilidade dos pensamentos fundamentalista e secularista sobre a ciência.

John Scopes foi declarado culpado e condenado a pagar uma multa no valor de cem dólares. No entanto a ampla cobertura jornalística do caso fez com que os fundamentalistas saíssem como os verdadeiros perdedores, fortemente ridicularizados, nacional e internacionalmente. Esta impopularidade nacional dos fundamentalistas provocaria um certo isolamento destes em suas próprias comunidades até a década de 60, quando, então, retornariam à esfera pública mais organizados do que nunca.

BIBLIOGRAFIA

HARRISON, Peter. “Ciência” e “Religião”: construindo os limites. *Revista de Estudos da Religião* (PUC/SP). São Paulo, março de 2007, p. 1-33.

MARSDEN, G. M. *Fundamentalism and American Culture*. Nova York, Oxford University Press, 2006, p. 3-8, 118-123, 199-228.

ROBERTS, Jon. H. Reações religiosas ao darwinismo. In: HARRISON, Peter (Org.) *Ciência e religião*. Trad. Eduardo Rodrigues da Cruz. 1. ed. São Paulo: Ideias & letras, 2014. p. 109-135.

SCHUNEMANN, H. E. S. O papel do “criacionismo científico” no fundamentalismo protestante. In. *Estudos de Religião*, Ano XXII, n. 35, 64-86, jul/dez. 2008.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Daniel. Combatendo pela alma da nação: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. *História Agora*, v. 13, p. 108-123, 2013

**CIVIL RIGHTS AND WOMEN’S ACTIVISM AT THE INTERSECTION OF
LOCAL AND NATIONAL MOBILIZATION.**

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

Licenciado em História pela UFMG

Bacharelado em História pela UFMG

goulart.historia@gmail.com

ABSTRACT

This presentation aims at discussing the role undertaken by black women activists during the modern Civil Rights Movement, mainly focusing on Ella Baker’s activism. In order to do so, it engages in deconstructing what became known in recent American historiography as the movement’s “dominant narrative” and its “classical phase”. According to historian Jacquelyn Dowd Hall, this traditional understanding of the movement – which highlighted the period between the 1954 *Brown x Board of Education* and the passage of the Civil Rights Act (1964) and Voting Rights Act (1965) – represents a political use of the past, triggered by a white conservative backlash that has taken place in American politics since the 1970s. Such a reaction gave birth to a story of the Civil Rights movement that has frequently overshadowed black female activists’ engagement in favor of an alleged prominence attributed to male religious leaders. Lastly, this presentation engages in a brief discussion regarding the meanings and implications of black women activists’ leadership within the Civil Rights struggle. In this sense, activists such as Ella Baker played a crucial role in shaping the modern movement by emphasizing group-centered activism and highlighting the importance of grassroots organizers – the “Little People”. Through their local struggle these people supported and made the broader black freedom movement possible.

INTRODUCTION : HISTORY, WOMEN AND THE MOVEMENT

Up until the late 1990s, the historiography of the Civil Rights Movement had greatly overlooked the role of women in the struggle for black freedom. In the late 1960s and early 1970s, a first generation of scholars who began to write historical accounts of the movement, focused on leaders and events which achieved national prominence (top-down perspective), in the media, and in the popular imagery associated with it. Their approach to the history of the movement was based upon the understanding that this struggle, political in its essence, focused primarily in acquiring legislative and judicial triumphs in the national arena (Lawson, 1991, pp. 456-457). According to Sundiata K. Cha-Jua and Clarence Lang:

“Works written in this vein tended to be ‘top-down’ accounts that emphasized national issues. Often implicitly following a resource mobilization framework, they credited the movement’s success to Dr. Martin Luther King’s charisma, white liberal politicians, northern white patronage, the labor-liberal alliance, and/or the media’s televised exposure of Southern racial violence” (Cha-Jua & Lang, 2007, p.266).

By mobilizing these two strands – formal male leadership and nationwide legal events – first generation scholars chose 1954-1955 as the starting landmark for the Civil Rights Movement, privileging Supreme Court ruling in *Brown x Board of Education of Topeka* – outlawing segregation in public schools – as well as the demonstrations during the Montgomery Bus Boycott. On the other side, they picked the passing of Supreme Court legislation against Jim Crow (Civil Rights Act and Voting Rights Act, 1964-1965) as the accomplishment of the Movement’s political goals and, thus, pointed them out as the final events of their timeframe (Hall, 2005, p.1234).

While scholarly production focused, then, in the interpretation of official documentation from civil rights organizations - which seemed to reveal a political history closely related to the events in Washington, D.C. - historians didn’t ignore theoretical advances produced by social history regarding labor, gender, and African American history. These concerns, which aimed at highlighting the everyday lives of ordinary people, were not employed, however, until a second generation of scholars came along in the late 1970s and early 1980s. In turn, this accounted for a shift in historical analysis that distanced from the tensions between civil rights organizations and the Federal Government by heading into local communities and the grassroots activism within them.

It was only in the 1990s, however, that historians began looking into a more comprehensive and interactive model for narrating the Civil Rights Movement. By expanding their scope of analysis to include the interactions between national and local spheres, they were able to examine the way external - media and philanthropic foundations - and internal - leadership, gender, and race dynamics - influences impacted African Americans' struggle for freedom (Lawson, 1991, pp. 457-459).

Only relatively recent, thus, historians began to challenge certain assumptions of top-down historians regarding the black freedom struggle. In this sense, when referring to this shift in history-making, Charles Payne argued that

“scholars advocating a more bottom-up approach are [were] not denying the critical importance of national institutions, but they are [were] contending that traditional top-down scholarship has tended to focus on them so exclusively as to make it impossible to understand just how complex the movement really was and how varied the sources of dynamism were” (Lawson & Payne, 2006, p. 127).

As pointed out by Payne, such a failure of acknowledging the movement's complexity - rooted in the tensions within the black community itself - accounted for an incomplete synthesis of its historical process. Among other things, it left the role played out by women activists largely unattended.

Considering the recent production regarding women in the Civil Rights Era, this article focuses on the political engagement of Ella Baker and aims at pointing out the ways through which women voiced their opinions and asserted their condition as historical agents of change. Through their political activism, social organizing, and leadership in the Black Freedom Movement - and even though they were frequently overshadowed by an alleged prominence attributed to male leaders - women activists were key figures in the building of the modern struggle for racial equality. They were largely responsible for laying out the foundations of mass participation in the movement by galvanizing participants at the local level. The work female activists developed within black communities (grassroots level) entailed a particular understanding of the role of leadership and political engagement which frequently contrasted with that of male formal leaders, leading to debates concerning the structure, goals, and the strategies regarding African American resistance to oppression.

CHALLENGING THE CLASSICAL PHASE: THE “LONG CIVIL RIGHTS MOVEMENT”

First, in order to analyze the work female activists performed in the Civil Rights Movement, it is necessary to engage in a brief overview of the so-called “classical phase” of the Movement (1954/55-1964/65) and its deconstruction performed by recent African-American historiography. Such an effort is vital to reflecting upon the role played out both by black men and women activists in the Movement.

After the release of the book *Freedom North: Black Freedom Struggles outside the South, 1940-1980* organized by Jeanne Theoharis and Komozi Woodard, another generation of scholars elaborated a new interpretation strand of the Movement named as the “Long Civil Rights Movement”. According to Cha-Jua and Lang, such theoretical approach became a new paradigm within the scholarship regarding African American social movements since it concentrates four interrelated conceptualizations that challenge previous interpretations¹:

The four propositions are: (1) *Locality*, the modern Civil Rights (and Black Power) movement(s) was a series of local struggles rather than a national social movement; (2) *Reperiodization*, the modern Civil Rights (and Black Power) movement(s) transcends the historical period 1955-1975; (3) *Continuity*, the Civil Rights and Black Power movements are not distinct social movements, but rather a single continuous struggle for black freedom; and (4) *The South was not distinct*, the differences between southern *de jure* and northern *de facto* racial oppression were exaggerated, and racism is nationwide (Cha-Jua & Lang, 2007, p.265).

In this sense, scholars such as Jeanne Theoharis, Komozi Woodard, Jacquelyn Dowd Hall, Matthew Countryman, Robert O. Self, and Nikhil Pal Singh – among others – have argued in favor of restructuring the studies regarding African-American resistance against racial oppression. Starting at an enlarged timeframe – 1940 to 1980 – they aim at increasing the explanatory and political potential of their studies way beyond the “classical phase” of the Movement (Cha-Jua & Lang, 2007, p.267) by tackling what Hall calls the “dominant narrative” (Hall, 2005, p.1234). According to her, the latter was built upon a fundamental pillar: the Movement’s “classical phase”, a periodization defined by the “grand” events and representations of the Civil Rights Era including the Montgomery Bus Boycott, Supreme Court judicial battles, the 1963 March on Washington, the prominence of male religious leadership, among others. Following these events, the dominant narrative built a story of the Movement’s

¹ In accordance to the purposes and limits of this article we’ll only analyze the second conceptualization – reperiodization – mentioned in the citation of Cha-Jua and Lang above. Furthermore, we won’t engage in discussing the important criticism these two authors have made on the “Long Movement” scholarship.

declension associated with the War on Vietnam, student and urban uprisings, and Black Power in the late 1960s and throughout the 1970s (Hall, 2005, p.1234).

After the so-called declension, a white conservative backlash would take over american policy-making by changing its political discourse in order to demobilize the most radical and critical aspects within the Civil Rights Movement's political agenda. Such an effort was, according to Hall, first started by the media. Initially it had fully covered the Southern campaigns but afterwards, when the movement reached North through urban black uprisings and Black Power in the mid-1960s, media coverage would change abruptly its sympathetic view towards black mobilization and engage in a narrative breach between the public opinion of "the movement", as well as between the Southern and Northern scenarios (Hall, 2005, pp.1235-9).

However, the dominant narrative would only consolidate its power in the 1970s when american politics presented the rebuilding of Old Right conservatism and the emergence of the New Right. Given the undisputable legal victories achieved by the Movement in the 1950s and mid 1960s, the former was forced to reconstruc its political discourse by veiling their outspoken racism as well as their oposition to the Movement's goals and achievements:

"Reworking that narrative for their own purposes, these new 'color-blind conservatives' ignored the complexity and dynamism of the movement, its growing focus on structural inequality, and its 'radical reconstruction' goals. Instead, they insisted that color blindness – defined as the elimination of racial classifications and the establishment of formal equality before the law – was the movement's singular objective, the principle for which King and the *Brown* decision, in particular, stood" (Hall, 2005, p.1237).

Originated in New Right think tanks, "color-blind discourse"² became central to conservatives' "war of ideas" beginning in the late 1960s with Richard Nixon's administration. It was during the 1980s with Ronald Reagan's presidency, though, that this racially coded discourse would definitely integrate United States' mainstream politics and start to be largely employed in justifying cutting down on Welfare and the War on Drugs (Alexander, 2012, pp. 1-19).

² Colorblindness may be defined, then, by its adherents' efforts to eliminate racial classifications and by the argument that the Movement's goals were the establishment of blacks' formal equality under the law. As argued by Hall, however, this political strand would refuse to go any further by opposing a series of remedies devised in the 1960s and 1970s by the Movement such as majority-minority voting districts, affirmative action, two-way busing for public school black and white students, among others (Hall, 2005, p. 1237).

It is clear, thus, that conservative discourse – once openly racist and segregationist – would assume, during the 1970s and 1980s with the New Right, a more subtle and racially coded approach regarding African-Americans’ inclusion in mainstream American society. In this sense, conservatives argued that since landmark civil rights legislation was achieved by Supreme Court ruling and racism was formerly banned from United States’ institutions, African-Americans would then be free to compete in the free-market and encounter equal – or at least similar – conditions as the rest of the population. Colorblindness adherents’ mischievous conclusion pointed out, then, that once integrated to free-market capitalism, blacks would have to bear the onus of their own failure or success. After that, in their view, in case deep group differences and inequalities still prevailed “black attitudes, behavior, and family structures were to blame” (Hall, 2005, p. 1237).

Color-blind discourse represented a vital part of the process of appropriation of the Civil Rights Movement narrative put forward by a white conservative backlash taken place with the rise of New Right politics to power. Entrenched in power, as mentioned before, in the form of governmental policies, racially coded language deeply contributed to conform popular imagery and memory regarding the Movement. In doing so, it helped to create the so-called “dominant narrative” and strengthen certain historical implications – the “classical phase” among them. Deconstructing these two aspects of a conservative political use of the past implies, thus, in bringing back to life the Movement’s most critical – and even radical – aspects of American society. In Hall’s words – a “Long Movement” scholar – it implies in making “(...) civil rights harder to simplify, appropriate, and contain” (Hall, 2005, p. 1235).

Finally, to our purposes, this also implies in reconsidering the prominence attributed to male leadership in expense of women’s intense and widespread activism in the struggle for black freedom – an attempt that will lead the following analysis on Ella Baker’s political engagement throughout the decades. Our intention here – in accordance with recent historiography and “Long Movement” proponents – is to recognize, through Baker’s example, the importance of female activism in enabling the Movement’s goals and in its overall success, a step only made possible by the rejection of the dominant narrative and its exclusion of black women’s activism.

ELLA BAKER: UPBRINGING AND POLITICAL ENGAGEMENT

"In order for us as poor and oppressed people to become a part of a society that is meaningful, the system under which we now exist has to be radically changed (...). I use the term radical in its original meaning - getting down to and understanding the root cause. It means facing a system that does not lend itself to your needs and devising means by which you change that system" (Ransby, 2003, p. 1).

This statement, made by Ella Baker in 1969, sets the tone for the biographical analysis developed by historian Barbara Ransby in the book *Ella Baker and the Black Freedom Movement: a radical democratic vision*. To the purposes of this essay - echoing here, to a great extent, Ransby's analysis - the understanding of Baker as a radical activist and democratic leader is very revealing of her role in the broader Black Freedom struggle. Furthermore, Baker's view on social and political activism was based, throughout the years, on a deeply democratic perspective of leadership and cooperative work, which, in turn, informed her peers about the role of African American women in the movement. However, in order to comprehend these issues, it is necessary to first explore the historical background that underlies Baker's positions.

Ella Jo Baker was born in December 13, 1903, in Norfolk (Virginia) in the midst of a very strong and supportive community where black women played a prominent role in both celebrating their achievements as hard-working, religious individuals as well as in dedicating themselves to the uplift of their less fortunate members (Ransby, 2003, p. 14). Her parents' household reflected some of the trends of the larger community in which Baker grew up: her father, Blake Baker, worked as a waiter in a Norfolk steamer line, which required him to be constantly away from home. Her mother, Anna Baker, was left in charge of not only the household but also of overseeing the children's education, an extremely valued aspect of Ella Baker's upbringing. Raised to become an upstanding member of her rural community, Ella's education and religious orientation played a pivotal role. Both her parents had completed secondary school and her mother, a trained teacher, fostered the children's education by teaching them grammar, writing, and speech before they began attending school.

Religion and middle-class status were also very important factors in Baker's early years. As a young member of the black community, she was taught by her mother to abide by the values of female respectability as well as by the sense of responsibility for other less fortunate individuals. She learned to be "ladylike" while complying with

the Christian principles of humility and service to those in need³. Within her Baptist Church community, Ella observed the work of committed women who were engaged in running various charity programs such as orphanage, grammar schools, and the provision of financial aid to the elderly, the sick, and black college students. These church-sponsored activities, coordinated by African American women, were performed with significant autonomy, providing the larger community - and the young Baker - with examples of respectability and strength through collective organizing.

Women's activities within the Church were not confined, however, to religious affairs. These individuals - Anna Baker among them - actively indulged in secular activism: through a woman-centered philosophy they rejected female stereotypes of passiveness and reaffirmed their desire to impact change in their communities. In this sense, the women's missionary movement was oriented by a "type of feminist theology" which prompted them to action, stressing the importance of hands-on service in compliance with an "ethos of mutual aid that had shaped black communities since slavery and Reconstruction" (Ransby, 2003, p.19).

Apart from her mother, whose strong personality and dignity would not conceive any deference to white and/or male authority, Baker was really influenced by her maternal grandmother, Josephine Elizabeth Ross. The latter, a former slave, instilled Ella Baker with the spirit of resistance by passing down the stories of her stand against sexual violence from white slave-owners in the plantation where she lived. Josephine Ross' demeanor and stories instigated Ella to take pride in protecting her womanhood as well as reminded her of the proximity of the past - and its continuity in the present - of racial violence. Unlike the overall trend, Ella's family was significantly nonconventional as far as gender dynamics and sexual attributes were concerned. Later in her life, this would certainly become an influence in the way she constructed her own gender identity (Ransby, 2003, p. 33). Going against many of the constraints imposed on black womanhood in her time, Baker would refuse to abide by the behaviors and choices expected from her. Breaking away from her mother's life experience, she would not accept to teach – one of the very few activities socially accepted for educated,

³ Despite focusing on the community, according to Christian principles of mutuality and good deeds, Ella Baker would later take a step further and also "reject the strictures of middle-class womanhood and the dominant ideologies of her society, and affiliate herself with the poor black people whom she saw the most oppressed and the most able to transform the world through collective action" (Ransby, 2003, p. 15).

middle-class black women – nor would she have children and get married in conventional fashion.⁴

When Ella was seven years old, her family - with the exception of her father who had to stay in Norfolk for work - moved to Littleton, North Carolina, following Anna Ross' desire to live closer to her kinfolk and look for better education for the children. Ella attended a local school until 1918 when she was sent to Shaw boarding school in Raleigh. There, in later years, she would also attend college. The years at Shaw University were instrumental for Baker's self-identification as a rebellious intellectual and political organizer (Ransby, 2003, p. 47).

As most black colleges in the South, Shaw was established by northern missionaries whose ideology reflected in the school's adoption of social conservatism and paternalistic views regarding their selective body of students. Not only that, but the school administration resonated accommodationist views regarding race relations in the United States. Drawing from a religious bedrock, students at Shaw were trained to become an "elite group of their race", whose upheld dignity and exceptionality would supposedly place them above the larger black masses and "adequately" represent African Americans in white society. Ironically, thus, those same students who excelled in their academic endeavors - and were so highly regarded by the school administration - constituted also the ones who, once out in the Jim Crow system, would have to face, just like the broader black community, a world of second-class citizenship, as it was the case in the South.

Actively confronting these contradictions, Ella Baker would challenge the school's anti-democratic principles, rooted on sexism and class bias. Through the solid education provided by her mother, she'd skillfully employ spoken language and writing as weapons for protesting. By challenging the school's strict set of rules - including dress codes - she sought to break away from the accommodationist behavior expected from students; Ella was, as argued by Ransby, a "polite dissident" who gradually adopted radical ideas - as well as a secular stance - that would later inform her intellectual and political activity (Ransby, 2003, p. 59).

Ella Baker moved to New York in late 1927. Later that decade and throughout the '30s, she "came of age politically and began to formulate the worldview and

⁴ These patterns were not exclusive to Ella Baker. Anne Moody, a Mississippi bridge leader in the late 1950s and early 1960s would follow the same trend of defiance and reassurance of her gender identity while emphatically rejecting her mother's plea for her to quit working in the movement and become a teacher (Moody, 1968).

theoretical framework that influenced her organizing work for the next fifty years”. According to Ransby,

“in this historic decade, she evolved from an idealistic and tentative young rebel into a savvy and determined organizer committed to achieving justice through radical social change” (Ransby, 2003, p. 66).

In Harlem, she would then be in touch with a political and cultural context favorable of the development of radical thinking and intellectual growth. Through three major African American institutions⁵, Baker would engage herself in an impressively wide range of activities. From a black history group, the Adult Education Experiment, the Young People’s Forum to the Young Negroes’ Cooperative League (YNCL), she would work as an intermediary, bringing different sectors - genders, ages, classes - of the black community together. Moreover, her proximity with Harlem leftists during the 1930’s and her work at YNCL would help to consolidate many of Baker’s democratic principles regarding movement organization and leadership. Later in life, she’d eventually carry these principles throughout various organizations while working and employing them in the training of young political activists.

From then on, it may be argued that Ella Baker’s particular take on movement and leadership entailed a radically democratic view which sought to impact social change through cooperative social work very much in the way she witnessed within her childhood community⁶. The meaning of radical - as defined in the 1969 statement quoted above - is explained as “getting down to and understanding the root cause”. In order to change society at it’s foundations - it’s roots - it would be necessary for people to think radically, to devise the means - which were not available to them - for their own uplift in society. The breakdown of racial discrimination would be, in Baker’s reasoning, a product of cooperative work, a constant and persistent struggle always highlighting the “means” - and thus downplaying the “ends” - for achieving it (Ransby, 2003, p. 1).

Conceiving the movement as “an ongoing struggle” raised, necessarily, the issue of leadership. From a democratic standpoint, Ella Baker was extremely critical of hierarchical, top-down, and charismatic conceptions of organizing. She believed that in order to effectively devise the “means by which you change the system”, it was

⁵More specifically, the Harlem Branch Library, Harlem YMCA, and the 137th Street YMCA (Ransby, 69-75).

⁶ Baker would, however, as mentioned before, question the class bias among women from Norfolk.

imperative to foster education and leadership training amongst the “little people”, the “average” men and women (Ransby, 2003, p. 1). Only then, they would be able to rely on education as a source of personal empowerment but also, and most importantly, as a vital tool for impacting change. In this sense, Ella’s refusal of becoming a teacher is once again revealing of her democratic radicalism since it reflected her view that education should not be used to reinforce patterns of oppression - as it often happened in black colleges and to numerous teachers she knew (including her mother) - but to raise social awareness and prompt people into questioning these very patterns.

Through the understanding of education as a tool for African American liberation, Baker also tackled conventional assumptions regarding leadership. Learning, she defended, should be a shared and interactive experience among individuals that translated, in the context of a social movement, into the mutual training of activists. In their own way, each activist would enact their leadership whenever they worked cooperatively - group-learning - and shared common experiences within the movement (Ransby, 2003, p. 359). All of this accounted for Baker’s focus on defending community organizing and grassroots activism as the most crucial arena for direct action.

Ella Baker heartily defended her community-based stance on political organizing and sought to put it into practice. She was also very critical of male leadership - especially clergymen - for their charismatic and hierarchical constituency. An adept of group-centered activism, Baker was very displeased with the ministers’ - notably Martin Luther King and Ralph Abernathy - lack of experience. Notwithstanding their inexperience, King and Abernathy were chosen the leaders of the Southern Christian Leadership Conference (SCLC), an umbrella organization created in 1957 after the success of the Montgomery Bus Boycott. King, however, fulfilled the mainstream requirements and qualities expected from a black leader which appealed to the general African-American public: “he was educated, a man, and a minister capable of charismatic appeal” (Robnett, 1997, p. 75).

Baker started working in the SCLC in the 1950’s after moving out from the NAACP - where she worked during the late 1930’s and throughout the 1940’s. Due to her convictions and assertive personality, she was constantly clashing with the head of the organization. Her job in the Crusade for Citizenship - a program that held meetings encouraging blacks to register to vote and to instruct them on their civil rights - was frequently overlooked by the clergymen.

As uncoordinated student protests throughout the South (sit-ins, picketing, and boycotts) provided the movement with some momentum in the early 1960's, Ella Baker decided to part ways with the SCLC. Frustrated with the under-appreciation for grassroots education programs, she sought to develop a national student organization in order to keep students' momentum up by pushing for coordinated direct action and recruitment. With that in mind, she called a meeting at Shaw University (Raleigh, North Carolina) to discuss the creation of a student organization. As various groups of college students participated, Baker feared that the influence of the SCLC over students would undermine their spirit and energy. Ella resisted, then, to the clergymen's attempts to control the new organization: SNCC (Student Non-Violent Coordinating Committee).

Notwithstanding SNCC's autonomy from SCLC, it still resonated some of the general trends regarding movement organization. There, male leaders still held formal positions - the ones who held titled positions within the organizations and were largely publicized by the press - more often than women. The spotlight they attracted from the media contrasted with the work largely developed by female activists in the backstage of the movement. Women were frequently the ones who constituted the backbone of community and field workers, as well as held office positions within their organizations. This, however, didn't stop them from being assertive and outspoken participants. As organizers and leaders themselves, black women frequently went beyond what was expected of their formal roles within civil rights organizations and performed a comprehensive set of activities within the movement (Robnett, 1997, pp. 109-114). Despite the sexism which prevailed at the time, female participation was not disregarded by male leadership; to the contrary, cooperation between the genders was instrumental for the overall effectiveness of the movement (Robnett, 1997, pp. 36-44).

Even though women's access to formal leadership was significantly restricted, they held positions of leadership as organizers at the grassroots level. By largely practicing face-to-face direct action - picketing, registering to vote, sit-ins, workshops, among others - often in hostile areas, female activists were intimately related to the communities where they worked. There they played a pivotal role in recruiting and teaching future activists in a crucial effort to keep the movement's momentum going.

CONCLUSION: LEADERSHIP AND WOMEN'S AGENCY

Women - and men too - with whom Ella Baker worked, intensively applied her teachings regarding instruction of the poor on the grounds of civil rights and movement leadership. Due to its democratic principles, Baker's philosophy was available to larger segments of African Americans, granting them an opportunity to locally engage in a struggle in which they recognized themselves. Her perspective on leadership focused at group-centered activism rather than privileging hierarchical and charismatic patterns present in great part of the black clergymen. By aiming the philosophy of work and the strategies of action at the needs of African-American communities, both sides - activists and locals - became empowered in the process and benefitted from the experience.

In this context, women were an essential part of the struggle by reaching out to people in areas that were extremely hostile to change and, along the way, asserted their womanhood and gained recognition for the work they developed. Thus, women empowerment was as much of a consequence as it was a requirement for their role as historical agents at the grassroots level - and occasionally in titled positions within organizations. Nowhere this was made more evident than in SNCC, the organization in which Ella Baker figured as an iconic example to young activists.

Furthermore, by actively attacking the obstacles against black liberation, Baker called for an understanding of the basis - the roots - of the racial discrimination system in order to devise the means for overthrowing it. She called for an "ongoing process" of struggle that took the resistance of local communities into a context of a broad, mass resistance against oppression.

Finally, the analysis of Ella Baker's engagement challenges traditional accounts of the Civil Rights Movement in the sense that it calls for a reevaluation concerning black women's participation in the movement. Therefore, throughout different generations and historiographical trends, scholars have been making the effort of deconstructing the prominence assigned to male leadership - as well as various other aspects within the dominant narrative - by pointing out the issues of gender within the Movement's dynamics and enabling a broader and more complete picture of this period.

References

- ALEXANDER, Michelle. (2012). *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. The New Press.
- CHA-JUA, Sundiata K., & LANG, Clarence. (2007). The "Long Movement" as vampire: temporal and spatial fallacies in recent Black Freedom Studies. *The Journal of African American History* , 92 (2), 265-288.
- HALL, Jacquelyn D. (2005, March). The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past. *The Journal of American History* , 1233-1263.
- LAWSON, Steven F. (1991). Freedom Then, Freedom Now: The Historiography of the Civil Rights Movement. *The American Historical Review* , 96 (2), 456-471.
- LAWSON, Steven F., & PAYNE, Charles. (2006). *Debating the Civil Rights Movement, 1945-1968*. Rowman & Littlefield Publishers.
- MOODY, Anne. (1968). *Coming of Age in Mississippi*. New York: Bantam Dell.
- RANSBY, Barbara. (2003). *Ella Baker and the Black Freedom Movement: a radical democratic vision*. Miami: Chapel Hill.
- ROBNETT, Belinda. (1996). African-American Women in the Civil Rights Movement, 1954-65: Gender, Leadership, and Micromobilization. *American Journal of Sociology* , 101 (6), 1661-1693.
- ROBNETT, Belinda. (1997). *How long? How Long? African American-Women in the Struggle for Civil Rights*. New York: Oxford University Press.
- SPRINGER, Kimberly. (1999). *Still lifting, still climbing: african-american women's contemporary activism*. New York: New York University Press.
- THEOHARIS, Jeanne & WOODARD, Komozi. (org). (2003). *Freedom North: Black Freedom Struggle outside the South, 1940-1980*. New York: Palgrave Macmillan.

“JOY! FREEDOM TODAY! HURRAH FOR UNCLE ABE”: ABRAHAM LINCOLN E AS VISÕES DA LIBERDADE DAS TROPAS NEGRAS DA GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)

Lara Taline dos Santos
Mestranda – PGHIS/UFPR
larataline@yahoo.com.br

RESUMO

Na obra *Visões da Liberdade*, Sidney Chalhoub procura submergir nas racionalidades e sentimentos dos escravos com relação à liberdade e à escravidão, reconstruindo suas percepções dos processos que envolviam a possibilidade de alforria. Desta forma, junta fragmentos, interpretando seus significados, voltando-se para detalhes sutis que podem ser a chave para entender como os agentes históricos do passado viam suas próprias lutas. É preciso compreender sistemas de valores, crenças, estratégias de ação e articulação entre os sujeitos, bem como a construção simbólica de personagens que figuram como protagonistas dos processos de mudança. Ao nos voltarmos para a experiência histórica da Guerra Civil Americana, percebemos que Abraham Lincoln passou por um processo de construção simbólica desde sua eleição. No exército, as representações do 16º presidente americano eram muito frequentes e permeavam o ideário de quem lutava. Entre as tropas de negros, especificamente, Lincoln era, muitas vezes, visto como um pai bondoso que guiava seus filhos através da guerra para uma terra de liberdade. Mas também havia oposição. Alguns soldados cobraram da administração central e do presidente uma ação firme para garantir aos escravos liberdade e direitos civis. Tendo em vista essa relação, por vezes dúbia, entre os soldados negros e a figura presidencial, e utilizando da metodologia proposta por Chalhoub na leitura de 22 missivas produzidas pelos próprios soldados negros que serviam tropas nortistas, o objetivo da comunicação é perceber como o mito que cerca Abraham Lincoln foi sendo construído dentro da instituição militar, logrando permear as visões de liberdade dos soldados negros que viam no presidente um símbolo de força e justiça disposto a trabalhar pela liberdade geral e irrestrita nas esferas jurídicas, alguém por quem valia a pena lutar e morrer.

Palavras-chave: soldados negros, guerra civil americana, emancipação, Abraham Lincoln.

INTRODUÇÃO

Na obra *Visões da Liberdade*, Sidney Chalhoub procura submergir nas racionalidades e sentimentos dos escravos com relação à liberdade e à escravidão, reconstruindo suas percepções dos processos que envolviam a possibilidade de alforria. Desta forma, junta fragmentos, interpretando seus significados, voltando-se para detalhes sutis que podem ser a chave para entender como os agentes históricos do passado viam suas próprias lutas. É preciso compreender sistemas de valores, crenças, estratégias de ação e articulação entre os sujeitos, bem como a construção simbólica de personagens que figuram como protagonistas dos processos de mudança.

Ao nos voltarmos para a experiência histórica da Guerra Civil Americana, percebemos que Abraham Lincoln passou por um processo de construção simbólica desde sua eleição. No exército, as representações do 16º presidente americano eram muito frequentes e permeavam o ideário de quem lutava. Entre as tropas de negros, especificamente, Lincoln era, muitas vezes, visto como um pai bondoso que guiava seus filhos através da guerra para uma terra de liberdade. Mas também havia oposição. Alguns soldados cobraram da administração central e do presidente uma ação firme para garantir aos escravos liberdade e direitos civis.

Tendo em vista essa relação, por vezes dúbia, entre os soldados negros e a figura presidencial, e utilizando da metodologia proposta por Chalhoub na leitura de 22 missivas produzidas pelos próprios soldados negros que serviam tropas nortistas, civis, capelães e oficiais, o objetivo da comunicação é perceber como o mito que cerca Abraham Lincoln foi sendo construído dentro da instituição militar, logrando permear as visões de liberdade dos soldados negros que viam no presidente um símbolo de força e justiça disposto a trabalhar pela liberdade geral e irrestrita nas esferas jurídicas, alguém por quem valia a pena lutar e morrer.

“VISÕES DA LIBERDADE”: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA GUERRA CIVIL AMERICANA

Tratando do caso brasileiro, Sidney Chalhoub trabalha com a possibilidade de identificar e compreender visões da liberdade e da escravidão a partir da recuperação das concepções, lutas, sentimentos e atitudes das personagens históricas. Ser escravo

não impossibilitava o cativo de tomar atitudes e criar visões próprias sobre sua condição, nem tão pouco fazia de todos eles bravos guerreiros a favor da liberdade. Dessa forma, é preciso considerar que escravos e libertos produziam seus próprios valores, resultantes de experiências particulares e coletivas. É preciso voltar o olhar para as pequenas diferenças, desvios, nuances que existem em um grupo onde, a princípio, só se via homogeneidade – como uma tropa, por exemplo.

Tendo em vista essa orientação, o pesquisador volta-se para as fontes, para o trabalho investigativo intenso que possibilita dar voz às pessoas do passado. Sob a perspectiva defendida por Chalhoub, mesmo os documentos que em um primeiro momento poderiam parecer não ter potencial para revelar muitas informações importantes – como cartas pessoais de soldados negros rasos e de pouca instrução, por exemplo – são também vestígios que auxiliam o historiador na tarefa de tentar, minimamente, adentrar o universo singular e complexo da vida e dos sentimentos das pessoas do passado, compreendendo como indivíduos ou grupo inteiros pensavam os acontecimentos contemporâneos a eles. (CHALHOUB, 1990, p. 16) As cartas que serão aqui analisadas, por exemplo, são de uma riqueza e de uma densidade únicas, podendo revelar detalhes da vida e da forma de pensar e sentir dos soldados negros da guerra civil, de suas famílias, comandantes e capelães.

Visando reconstruir as lutas particulares e coletivas dos agentes históricos, Chalhoub articula a leitura das fontes ao desejo de compreender os determinantes das mudanças e permanências do processo histórico. Desta forma, o pesquisador passa a juntar fragmentos, interpretando e compreendendo seus significados, voltando-se a detalhes antes esquecidos por parecerem desinteressantes. Ao contrário, podem ser justamente esses pormenores, esses detalhes sutis, a chave para o historiador acessar realidades passadas e entender como as pessoas que nela viviam compreendiam seus aspectos. É preciso voltar-se justamente para aquilo que é impreciso, indeterminado e imprevisível se quisermos compreender como os agentes históricos do passado viam suas próprias lutas. (CHALHOUB, 1990, p. 20)

Tendo em vista essa perspectiva, Chalhoub critica as explicações estritamente econômicas da escravidão. Para o autor, limitar a explicação de um trauma histórico a aspectos econômicos consiste “(...) da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais.” (CHALHOUB, 1990, p.19)

Ao se tratar do tema da escravidão, é preciso ter em mente que estamos lidando com um trauma histórico – e esse é um trabalho complexo e difícil. Segundo Rusen, ao tratar de um trauma o historiador tem que utilizar o sofrimento também como um conceito-chave no procedimento de interpretação histórica.

Desta maneira, pensamos que narrando a vida e a luta daqueles que sentiram os horrores do cativeiro, tem-se a oportunidade de superar o etnocentrismo, a dor e o trauma que a escravidão significa na história. Conforme explicitado por Paul Ricoeur, "As penas, sejam elas quais forem, tornam-se suportáveis se as narrarmos ou fizermos delas uma *história*". (RICOEUR, 2003, p.07. Grifo no original)

Experiências históricas traumáticas - como a escravidão - criam uma distância abissal entre o passado de violência e opressão e o futuro que se desenha menos abusivo. Essa relação desconexa entre passado e presente reflete na formação da identidade, atrelando-a ao sofrimento e a dor, tornando-a exclusivista, dominante, díspar, etnocêntrica. Para reverter isso, é preciso voltar-se para o início dos processos de formação de identidade e incluir em seu desenvolvimento aqueles que cometeram atos violentos e opressores, suas vítimas e todos aqueles que de alguma forma partilham a herança de um período traumático. O sofrimento necessita representação, não esquecimento. Somente desta maneira é possível libertar as vítimas de uma identidade histórica da angústia.

Os trabalhos de rememoração e narrativa, aliados ao esforço psicológico do pesar, levam a dimensão crítica do saber histórico à adentrar o seio do trabalho de memória e de luto. A partir disso, pode-se iniciar o árduo processo de cura de um trauma. Desta maneira, recordar e contar a história daqueles que sofreram abusos no passado é dever de todos. Por mais doloroso que seja, é preciso voltar o olhar ao passado e, de forma sensível, contar a história daqueles que sofreram e sofrem, libertando-os, assim, de seu fardo de dor. (RUSEN, 2009, pp.163-164)

Todavia, Sidney Chalhoub sabe que esse trabalho é bastante complexo. Além disso, o autor também assume que a metodologia proposta por sua obra – semelhante a empregada por Darnton e Ginzburg, por exemplo – pode apresentar dificuldades ao pesquisador.

(...) como pensar os fatos culturais e ideológicos também como instituintes do devir social, e não como fatos subordinados, determinados por outra instância – por fatos de ‘outra natureza’ por assim dizer - da formação social em questão? Ou seja, como integrar s conflitos em torno de normas e de valores na análise de transformações sociais específicas? (CHALHOUB, 1990, p.22)

Segundo Chalhoub, E. P. Thompson talvez tenha nos indicado uma solução para essa questão. O autor inglês assinala a possibilidade de se compreender o processo histórico pesando também os aspectos culturais e ideológicos que moviam os sujeitos, os conflitos de sistemas interpretativos, de crenças e valores diferenciados, as alternativas comportamentais variadas. É preciso enxergar velhos problemas com um novo olhar, sob a luz de uma nova perspectiva, alargando os horizontes de reflexão. (CHALHOUB, 1990, p.23)

Desta maneira, Chalhoub ressalta a importância do estabelecimento de diálogos entre a história social e a antropologia social – como aquela proposta por Thompson – visando o estudo mais aprofundado dos conjuntos de valores, crenças e símbolos que permeavam, por exemplo, a construção simbólica de figuras que foram imortalizadas como grandes heróis do conflito. (CHALHOUB, 1990, p.22)

Em nossa pesquisa percebemos que é fundamental a reflexão sobre esses aspectos. Os soldados lutavam por liberdade de uma maneira geral, porém as perspectivas e entendimentos sobre o processo de obtenção dela diferiam significativamente entre si. Os projetos de emancipação eram os mais variados possíveis, levando em conta um sem fim de variáveis. Havia incontáveis estratégias para obter a liberdade, estando esses planos atrelados à leituras diferenciadas do ambiente do exército, das relações estabelecidas e das ações militares. Além disso, havia diferenças substanciais entre as tropas – mesmo quando estavam lutando mesmo lado. Cada soldado, ou grupo deles, tinha uma forma diferente de compreender as mudanças históricas que a guerra e a emancipação haviam trazido, bem como suas ações afetavam de forma diferente as famílias que deixaram para trás. Ademais, é fundamental compreendermos a articulação – ou não - desses grupos com a elite branca que tomava as decisões.

Para o caso americano, apesar do grande volume de sobre guerra civil emancipação, ainda é recente o emprego de uma metodologia que parta dos vestígios daqueles que viam com maior expectativa o processo de abolição, mas que não são considerados seus protagonistas. Desde Howard Zinn (1922-2010) a historiografia norte-americana vem avançando nessa discussão. Os trabalhos posteriores de Perman, Genovese, Berlin, Redkey, Foner e outros, sobretudo a partir dos anos 1970, vem privilegiando esse ponto de vista dos que vem “de baixo”, buscando compreender o significado a liberdade e como isso se constituiu entre escravos, senhores e lideranças governamentais. Segundo Chalhoub, esses historiadores procuravam encontrar uma

alternativa à “resolução do aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta de práticas culturais autônomas por parte dos escravos”. (CHALHOUB, 1990, pp.18-26)

É nesta linha historiográfica que se insere este trabalho – e talvez aí resida a contribuição brasileira à historiografia americana citada no título. Os escravos criavam e organizavam um mundo próprio, tinham entendimentos únicos sobre a guerra e aspiravam mudar a realidade opressiva em que viviam levando a cabo movimentos variados, orientados para o fim da escravidão. Para compreender isso não basta olhar para as estratégias econômicas e os jogos de poder da elite branca, é preciso voltar-se para aqueles que experienciaram a luta pela liberdade em suas diferentes faces, para os laços sensíveis que criavam no âmbito militar, bem como para os conflitos internos da instituição, para o cotidiano do fronte de batalha; enfim, para as sutilezas que estão presentes, ou não, nas fontes. (CHALHOUB, 1990, p.22)

Para tanto, voltamo-nos para a documentação epistolar. As missivas são oriundas de dois volumes de documentos, a obra *A Grand Army of Black Men – Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*, organizada por Edwin Redkey, e do projeto *Freedmen and Southern Society*, da Universidade de Maryland, que mantém disponível em seu acervo on-line um número considerável de missivas do período escolhido para este estudo.

A utilização de documentação epistolar vem auxiliando os historiadores a pensar vínculos pessoais e redes sociais, partindo das relações construídas pelos atores sociais com o objetivo de compreender como sua ação pode mudar contextos históricos. O potencial da análise de missivas pessoais é enorme e vem sendo, relativamente, pouco empregado - ou, ao menos, pouco utilizado no sentido que será pensado no presente artigo, qual seja, o de auxiliar na compreensão das inter-relações pessoais, no mapeamento de concepções próprias sobre o processo de conquista da liberdade e de construção de valores e ideias com as quais os indivíduos atuam e se relacionam entre si. (BUENZA e RUIZ, 2011)

A correspondência epistolar privada, especificamente, parece ter um potencial ainda maior a ser explorado. Com a crescente atenção que tem recebido dos historiadores, ela pode auxiliar aqueles que querem trazer o sujeito ao primeiro plano como agente da história – sem estar necessariamente subordinado a estruturas mentais, classes sociais, bases demográficas e econômicas – consistindo no ponto de partida da escrita de uma história que leve em consideração as “configurações coletivas afetivas”

das pessoas do passado. Segundo Buenza e Ruiz, “(...) a correspondência epistolar privada, como meio de comunicação entre pessoas, é a única fonte documental que revela interações diretas – não matizadas institucionalmente – entre os atores sociais.” (BUENZA e RUIZ, 2011)

Esperamos, com isso, demonstrar que é possível apreender a experiência histórica dos soldados negros, de seus oficiais e familiares, reconstruindo minimamente aspectos relativos à forma com que se sentiam, pensavam e agiam, como eles estabeleciam relações com os senhores, comandantes, representantes políticos e a elite branca. São, portanto, valores, crenças e comportamentos de sujeitos históricos dinâmicos e complexos que perseguimos e que desejamos colocar em perspectiva histórica sob a luz da proposta interpretativa de Sidney Chalhoub. (CHALHOUB, 1990, pp.19-27)

As visões sobre a liberdade e a escravidão foram forjadas sob a égide do trauma do cativo e isso seguiu aqueles que lograram chegar ao exército nortista. Foram também suas atitudes e motivações que ajudaram no dismantelamento da instituição escravista e na redefinição dos rumos do país. A história das lutas dos soldados negros e de seus familiares por liberdade e igualdade ao longo do século XIX é parte essencial da história dos Estados Unidos - e ninguém melhor para contá-la do que os próprios agentes. Assim, é preciso mergulhar o universo complexo de suas experiências e traumas. (CHALHOUB, 1990, pp 27-33). Segundo Rusen, “É preciso compreender os agentes, se se deseja saber o que realmente aconteceu por causa de suas ações”. (RUSEN, 2007, p.139)

UM MITO AMERICANO: A INFLUÊNCIA DE ABRAHAM LINCOLN NAS VISÕES DA LIBERDADE

Desde o princípio de seu mandato, o presidente Abraham Lincoln tinha a árdua e desgastante tarefa de guiar uma nação dividida, enfraquecida e dilacerada por uma guerra civil de grandes proporções. Apesar da incapacidade evidente da administração Lincoln em lidar com a questão escravista, muitos soldados negros, sobretudo aqueles que vinham de um passado de escravidão, entendiam que a luta pela liberdade passava diretamente pela ação do presidente.

No exército, a imagem de Lincoln como o grande expoente da luta abolicionista baseou o entendimento de muitos sobre a questão da emancipação e permeou o ideário americano em períodos posteriores, chegando até a contemporaneidade. Para muitos recrutas das tropas negras, a luta que se dava no campo de batalha, com o sacrifício de centenas de milhares de vidas, era necessário para que as mudanças pudessem se dar também no âmbito legislativo.

Desde as primeiras batalhas escravos negros viram no exército uma chance de obter a liberdade. Foi desde o princípio também que alguns soldados procuraram estabelecer uma relação entre ganhos sociais e a ação executiva de Lincoln. Por mais que houvessem reveses, a atuação presidencial era digna de grande confiança, apresentando-se como um caminho viável para obtenção da liberdade e de conquistas sociais.

O soldado William H. Johnson – um dos poucos soldados negros que serviu regularmente em tropa branca - relatou a realidade da primeira batalha de *Bull Run* (ou *Manassas*) na Virgínia em julho de 1861. O conflito ocorrido no *deep south*¹ foi o primeiro grande enfrentamento entre as forças da União e da Confederação, e – para a surpresa dos 50.000 soldados da União que a carta diz terem participado do embate - terminou com a vitória dos rebeldes sulistas. Os soldados federais, desordenados, bateram em retirada para a capital Washington. Ao longo da correspondência o soldado Johnson credita a vitória confederada à suposta utilização de escravos em combate, salientando que a União só sairia vitoriosa do conflito – que ainda estava em seu primeiro ano – se empregasse regularmente homens negros no serviço militar. Conforme aponta o soldado, talvez a concessão de direitos civis atraísse mais negros para o exército e enfraquecesse a investida confederada.

One week ago we marched into Virginia with the Stars and Stripes proudly floating in the breeze, and our bands playing Yankee Doodle! We had but one thought, and that was of success. What! 50,000 brave and Union loving men get beaten? No, it could not be. No one would have believed it for a moment, who saw the firm and soldierly tread of Uncle Sam's men, and the glittering of their bayonets as they moved onward and passed through Fairfax Court House, and tore down the Secession flag, and hoisted the Stars and Stripes in its place. (...) But we were all disappointed and the under-rated enemy proved too much for us. It was not alone the white man's victory for it was won by slaves. Yes, the Confederates had three regiments of blacks in the field, and they maneuvered like veterans, and beat the Union men back. This is not guessing, but it is a fact. It has angered our men, and they say there must be retaliation. There is much talk in high places and by leading men, of a call being made for the blacks of the North; for Africa to stretch forth her dusky arms, and to enter the army against the Southern slaves, and by opposing, free them. Shall we do it? Not until our rights as men are

¹ Termo geral que designa a região no extremo sul americano, logo, o espaço que abrangia os estados secessionistas durante a Guerra Civil.

acknowledged by the government in good faith. We desire to free the slaves, and to build up a negro Nationality in Hayti; but we must bide our own time, and choose the manner by which it shall be accomplished. (REDKEY, 1992. pp.11-12)

Diante da derrota, o autor da carta salienta o desejo unionistas por retaliação, afinal, os soldados do “Tio Sam” não poderiam aceitar uma derrota tão humilhante, mas, sobretudo, não poderiam ser coniventes com o fato de que a vitória dos brancos sulistas só tinha se dado mediante o sacrifício de negros que provavelmente nada ganhariam com o êxodo confederado, uma vez que ainda mantinham-se subjugados pela escravidão.

Ao longo da correspondência, o soldado Johnson aborda a questão da convocação feita pelos líderes da nação para que os negros do norte alistassem-se no exército. O próprio Lincoln explorou o potencial das tropas negras, compreendendo que sua utilização era fundamental para a vitória do conflito. Para tanto, o presidente procurou aumentar exponencialmente seu poder para convocar homens negros, integrando formalmente as tropas de negros ao serviço militar regular e garantindo que ex-escravos fugidos do sul também tivessem a oportunidade de serem recrutados.

Assim, os homens negros eram exortados a defender as cores da União e o governo Lincoln, mesmo quando o oponente do outro era um outro negro, um escravo, como muitos que lutavam pela causa federal haviam sido. Isso se dava porque somente com vitórias no campo de batalha, o presidente poderia aumentar a extensão da Proclamação de Emancipação, abarcando também os estados do sul, libertando aqueles que morriam por senhores confederados que nunca os libertariam. Partindo desse princípio, muitos soldados passaram a defender uma ideia de emancipação que atrelava-se à luta armada, à guerra e, sobretudo, à ação executiva de Lincoln.

Assim, muitos soldados negros assumiram essa relação entre o exército e o poder executivo, compreendendo que a liberdade não seria plena se não passasse pela ação direta do presidente. Uma visão de liberdade que baseavam-se na confiança em Lincoln e na sua atuação nas esferas burocráticas do poder criou-se entre muitos soldados e parece ter se perpetuado por boa parte da comunidade negra. Confiantes na ação executiva de Lincoln, muitos viram que a relação entre a vitória no campo de batalha e os esforços do presidente para destruir a escravidão poderiam trazer benefícios ainda maiores do que a libertação dos cativos.

Esse aspecto também é evidenciado na correspondência de Johnson. Ao longo da missiva o soldado fala sobre a confiança no presidente, porém, reclama a concessão

de direitos civis aos soldados. Os homens que marchavam agiam de boa-fé, em prol da liberdade, espera-se o mesmo do governo no qual depositaram todas as suas esperanças.

Contudo, isso não significava necessariamente uma discordância com o plano de emancipação levado a cabo pelo presidente. A confiança do soldados nos propósitos presidenciais nos parece absoluta. Johnson salienta que o objetivo maior da luta é a libertação dos escravos de acordo com os preceitos republicanos e presidenciais, contemplando, por exemplo, a colonização². O autor da carta salienta o desejo próprio e de seus companheiros de construção de uma comunidade no Haiti – ideia plenamente difundida por Lincoln e seus partidários que não acreditavam numa coexistência pacífica entre brancos e negros. Para Johnson é preciso mais que um bom desempenho no campo de batalha, é preciso paciência e confiança no presidente, na sua capacidade de escolher o que é melhor para os negros.

Concepções como essa também são observadas em cartas enviadas por aqueles que ocupavam cargos mais altos na hierarquia militar. Em geral o comando das tropas negras ficava a cargo de oficiais brancos. Eles também perceberam e reafirmaram, muitas vezes, concepções que relacionavam a obtenção da liberdade à administração Lincoln. É o que relata o comandante da Divisão Militar do Mississippi, Major General W.T. Sherman, em correspondência remetida do Quartel General da Divisão Militar do Mississippi em 16 de janeiro de 1865.

I. The islands from Charleston, south, the abandoned rice fields along the rivers for thirty miles back from the sea, and the country bordering the St. Johns river, Florida, are reserved and set apart for the settlement of the negroes now made free by the acts of war

² A ideia de colonização ganhou força a partir de 1817 com a fundação da American Colonization Society. A organização liderada por políticos do *upper south* fortaleceu-se com os debates sobre a proibição da escravidão. Seus participantes defendiam o envio de negros para fora dos Estados Unidos, para países latino-americanos de clima tropical ou para o continente africano, opondo-se aos ideais de grupos abolicionistas. Os integrantes da *American Colonization Society* compreendiam que a demanda abolicionista por uma emancipação imediata e sem compensação era radical. O plano de libertação dos escravos apresentado pelos defensores da colonização previa sua execução de forma lenta, gradual e compensada, afim de minimizar possíveis danos e prejuízos à economia dos estados escravistas. Desta maneira, a *American Colonization Society* definia-se apenas como uma organização antiescravista, visando marcar a diferença de grupos abolicionistas que ela considerava extremistas. Essa ideologia nos parece bastante presente nas ações executivas e nos discursos do presidente Lincoln. Se desde o princípio ele deixou patente seu desprezo pela instituição escravista, isso não significa que ele vislumbrou a possibilidade de igualdade racial nos Estados Unidos. Possivelmente influenciado pela ideologia do trabalho de John Locke, Lincoln procurou defender que a escravidão rompia com a lei natural que assegurava que todos os homens poderiam tentar viver de seu próprio trabalho. Para ele, os negros eram pessoas que haviam sido violentadas ao serem tiradas de sua pátria mãe, entretanto, por sua desvantagem racial e pelo componente estrangeiro, eles jamais seriam compatriotas americanos. Os negros deveriam gozar dos direitos naturais da humanidade, mas esses direitos naturais, contraditoriamente, não compreendiam os direitos civis ou políticos. Ademais, isso deveria acontecer fora dos Estados Unidos - daí a importância da colonização. Sobre a ideia de colonização e sua influência em Lincoln, ver: FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. W.W Norton & Company, New York - NY, 2010.

and the proclamation of the President of the United States. II. At Beaufort, Hilton Head, Savannah, Fernandina, St. Augustine and Jacksonville, the blacks may remain in their chosen or accustomed vocations—but on the islands, and in the settlements hereafter to be established, no white person whatever, unless military officers and soldiers detailed for duty, will be permitted to reside; and the sole and exclusive management of affairs will be left to the freed people themselves, subject only to the United States military authority and the acts of Congress. By the laws of war, and orders of the President of the United States, the negro is free and must be dealt with as such. He cannot be subjected to conscription or forced military service, save by the written orders of the highest military authority of the Department, under such regulations as the President or Congress may prescribe. Domestic servants, blacksmiths, carpenters and other mechanics, will be free to select their own work and residence, but the young and able-bodied negroes must be encouraged to enlist as soldiers in the service of the United States, to contribute their share towards maintaining their own freedom, and securing their rights as citizens of the United States. Negroes so enlisted will be organized into companies, battalions and regiments, under the orders of the United States military authorities, and will be paid, fed and clothed according to law. The bounties paid on enlistment may, with the consent of the recruit, go to assist his family and settlement in procuring agricultural implements, seed, tools, boots, clothing, and other articles necessary for their livelihood. (SHERMAN, 1865. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/sfo15.htm> Acesso em: 27 de outubro de 2014)

O autor endossa a ideia de que os escravos só foram libertados devido as ações oficiais do presidente. A emissão dos dois *Confiscation Acts*³, do *Militia Act*⁴ e da Proclamação de Emancipação⁵ garantiram a liberdade de centenas e mudaram a

³ Os *Confiscation Acts* foram leis aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos durante a Guerra Civil. O primeiro *Confiscation Act*, outorgado em 1861, definia, basicamente, os parâmetros legais para a apreensão de propriedades e bens, incluso escravos, em posse de pessoas que aderiram ou auxiliaram a rebelião confederada. O segundo *Confiscation Act*, aprovado em 1862, estabelecia que o crime de traição era passível de multa mínima de 10,000 dólares, podendo chegar a pena de morte. Os condenados perderiam imediatamente todas as suas terras e bens, que seriam utilizados em prol do esforço de guerra unionista. Qualquer oficial confederado, militar ou civil, que não se rendesse no prazo de 60 dias a partir da aprovação da lei teria seus escravos libertados em processo penal. Além disso, com o novo ato escravos de todos os senhores rebeldes - quer houvessem sido utilizados na guerra ou não - poderiam ser libertados e empregados no serviço militar unionista. Com isso, Lincoln buscava uma maior autonomia executiva, acabando com o dilema relativo à incorporação de homens negros no exército. Contudo, este ato era aplicável apenas em territórios confederados que já tinham sido ocupados pelo exército da União. Sobre os *Confiscation Acts*, ver: SYRETT, John. *Confiscation Acts. Failing to Reconstruct the South*. Fordham University Press, New York -NY, 2005.

⁴ O *Militia Act* foi aprovado juntamente ao segundo *Confiscation Act* em 1862. O documento vinha revisar um primeiro ato de mesmo nome emitido em 1792 convocando a formação de uma milícia nacional, organizada com fins de suprimir insurreições, repelir invasões e executar as leis federais. O ato conferia ao presidente total autoridade - em concordância com a Constituição - para aprovar o recrutamento de negros para atuar no exército e na marinha, concedendo-lhes o direito de nomear os oficiais que ficariam no comando. Além disso, o *Militia Act* buscava situar modelos quanto ao recrutamento, treinamento e armamento de todos os combatentes, além de assegurar legalmente a manutenção do tratamento desigual entre soldados brancos e negros de mesma patente. Sobre o *Militia Act*, ver: FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. W.W Norton & Company, New York - NY, 2010.

⁵ A Proclamação de Emancipação foi uma proclamação presidencial emitida pelo presidente Abraham Lincoln em 01 de janeiro de 1863 como medida de guerra durante a Guerra Civil. O documento era dirigido à todas as áreas em rebelião e a todos os segmentos do Poder Executivo (incluindo o Exército e Marinha) dos Estados Unidos. Em seu conteúdo proclamou-se a liberdade dos escravos nos dez estados que ainda estavam em rebelião, excluindo as áreas controladas pela União, aplicando-se, assim, a 3 milhões dos 4 milhões de escravos que viviam nos Estados Unidos na época. A proclamação foi baseada na autoridade constitucional do presidente como comandante-chefe das forças armadas, ou seja, não foi uma lei aprovada pelo Congresso. A proclamação também ordenou que as pessoas “adequadas” entre os

paisagem nos estados do sul. De acordo com o relato do general Sherman, escravos haviam abandonado as antigas plantações de arroz nas quais eram obrigados a trabalhar. Tudo mudara, tudo era novo e – para ele - isso era fruto do trabalho da gestão Abraham Lincoln. O presidente havia garantido aos negros aquilo que fundamentava a própria nação norte-americana: o direito a auto-gestão. É citado que em algumas regiões eles seriam responsáveis pela gerência de suas próprias comunidades, estando uma possível intervenção apenas a cargo da instância máxima do poder legislativo - o Congresso - e do exército.

O autor da missiva salienta que, como qualquer outro cidadão, afro-americanos não poderiam ser obrigados a servir ao exército – salvo uma ordem direta de uma alta autoridade militar. É claro que aqueles em idade e condições de serviço deveriam ser encorajados à procurar a carreira militar, porém nenhum negro poderia ser obrigado a cumprir qualquer tipo de trabalho que não estivesse disposto a realizar. O estímulo ao serviço nas forças armadas deveria vir da própria pessoa, do sentimento de dever em cultivar a liberdade, em contribuir para a manutenção de um país onde todos fossem livres e tivessem seus direitos assegurados pelo Estado.

Reiterar que os negros eram livres – e deviam ser tratados como tal – porque o presidente havia ordenado que assim o fosse, era provavelmente um discurso bastante difundido e, muitas vezes, defendido pelos oficiais brancos que ficavam a cargo das tropas de cor. Esse tipo de concepção – possivelmente atrelado a ideais patrióticos – certamente serviu como instrumento para manter a moral das tropas elevadas e exortar os soldados a darem o seu melhor no campo de batalha.

A carta do Major Sherman levanta ainda uma outra questão singular na concepção das tropas negras. O oficial salienta que os negros alistados, organizados em tropas, batalhões e regimentos específicos de sua cor, receberiam – de acordo com a legislação vigente – uniformes, alimentação e soldo adequado. Os valores relativos ao alistamento poderiam ser, inclusive, remetidos diretamente para a família do novo recruta, auxiliando no seu sustento.

libertados poderiam ser inscritas no serviço pago das forças armadas norte-americanas, e ordenou que o Exército da União (e todos os segmentos do Poder Executivo) deviam reconhecer e zelar pela manutenção da liberdade dos ex-escravos. A proclamação não previa compensação financeira aos antigos senhores de escravos, mas também não proibiu a escravidão, além de não conceder cidadania aos ex-escravos, reiterando que o desejo presidencial se referia unicamente à restauração da União, não à proibição explícita da escravidão ou a incorporação dos ex-escravos como sujeitos de direitos da sociedade americana. Sobre a Proclamação de Emancipação, ver: FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. W.W Norton & Company, New York - NY, 2010.

Contudo, o que se percebe em grande parte do conjunto documental é o descumprimento dessas medidas. Soldados e suas famílias foram, muitas vezes, completamente abandonados por aqueles que lhes prometeram auxílio mediante ingresso nas forças armadas. Enquanto isso, inúmeros senhores de estados sulistas e *border states*⁶ tornavam a vida daqueles que ficavam muito penosa, e os soldados tinham seu empenho afetado pelo fato de que seus entes queridos sofriam. (MARSZALEK, 2007. p. 121)

Neste contexto, muitos se manifestavam com relação as políticas da administração republicana. O sentimento de desapontamento com a gestão Lincoln muitas vezes mesclava-se à gratidão pela emissão da Proclamação de Emancipação.

Esse tipo de concepção parece ser se exacerbado durante a corrida presidencial de 1864, como podemos observar na correspondência do soldado anônimo “Africano”, que em 2 de setembro de 1864, escreveu de um hospital de campanha no *border state* de Maryland.

When Mr. Lincoln stabbed slavery, had he followed up his political victory by stabbing the monster to death, and eternally hiding its foul stain, by immediately eradicating it from the entire country, today it would have been dead, buried, and grown out of the memory even of those who fostered, idolized and made it the center of their affections; and the Union would have been restored, the chivalry made to repent of their audaciousness, and the beloved institution would have perished without having found so many thousands of "poor white trash" totally in her defense, to the detriment of the pride and glory of this great country, seeing that the foundation of the political fabric of this – called Confederacy had crumbled to ruin. In this, as in many other things, Mr. Lincoln has shown his inefficiency as a statesman, and though we abhor him when we consider the many injustices he has allowed to be practiced on colored men, we cannot but think him a better object than George B. McClellan. (REDKEY, 1992. pp. 212-213)

O soldado reitera a concepção de que foi Lincoln o grande emancipador dos escravos, que foi sua briosa atitude de emitir a Proclamação de Emancipação que desestabilizou todo o sistema escravista. Contudo, o autor da carta reconhece as limitações do documento e acusa Lincoln de negligência com a causa. Se o presidente houvesse tido força política para estender a proclamação a todos os estados escravistas – e podemos supor que isso inclui aqueles leais à União – a vitória da liberdade seria verdadeira. Da forma com que a abolição foi levada a cabo a conquista foi apenas parcial. A União não havia sido restaurada e a escravidão ainda era legalmente praticada

⁶Os *border states* eram estados escravistas que não declaram secessão a União desde 1861. Eram eles: Missouri, Delaware, Maryland e Kentucky. Em 1863, West Virginia separou-se do estado confederado da Virginia e também tornou-se um *border state* ao ser aceito como um novo estado escravista na União

em quatro estados. Lincoln havia falhado; falhado com a comunidade negra, mas mais que isso, o presidente havia falhado com seu país.

Entretanto, ele ainda parecia infinitamente melhor que o candidato democrata à presidência, George McClellan. A ineficiência de Lincoln enquanto estadista que não conseguiu minar com o conflito seccional não apagava totalmente seus feitos. Para a maioria, ele ainda era o melhor candidato e certamente o único que representava alguma esperança para os negros de todo o país. Assim, o soldado “Africano” salienta que o atual presidente era um homem muito melhor que seu oponente e merecia mais um voto de confiança da população norte-americana.

Aquém das limitações da Proclamação de Emancipação e do evidente fracasso de Lincoln nas tentativas de acabar com a guerra, boa parte da comunidade afro-americana ainda tinha uma confiança inabalável no presidente. Mesmo com o voto sendo proibido aos negros na grande maioria dos estados, Lincoln encontrou nos soldados de cor uma base sólida de apoio. Popular entre brancos e negros no âmbito civil e militar e contando com dissidências no Partido Democrata, o candidato à reeleição venceu com certa tranquilidade no outono de 1864. Dentre os 25 estados que participaram da votação – já que 11 haviam declarado secessão à União - Lincoln só não conseguiu vencer em três deles; nos escravistas Kentucky e Delaware e em New Jersey – estado natal de seu adversário democrata.

Desta maneira, o presidente Lincoln, representante do Partido da União Nacional⁷, estava reeleito para um novo mandato, no qual prometia dar um fim ao conflito que ceifava a vida de centenas de americanos brancos e negros, bem como efetivar a Proclamação de Emancipação no estados ainda rebelados. Para tanto, contou com o apoio maciço de muitos civis e militares negros que não cessaram, mesmo após as eleições, de demonstrar sua gratidão e apoio ao presidente.

Em 1865, o soldado negro “Arnold” demonstra bem esse sentimento em uma correspondência remetida desde a ocupação da União em Wilmington, Carolina do

⁷ Tradução da autora, no original *National Union Party*. Este novo partido constitui apenas uma mudança no nome do Partido Republicano - que usou isto como estratégia eleitoral durante a campanha de Lincoln. Visando atrair os votos de unionistas dos *border states* e alas do Partido Democrata que não votariam no atual presidente caso sua candidatura fosse lançada pelo Partido Republicano, o nome do partido foi alterado, porém sem modificar em nada sua estrutura e plataforma política. Nos estados, o nome Partido Republicano foi oficialmente mantido. Sobre o tema ver: SCHLESINGER JR, Arthur (org). *History of U.S Political Parties: vol II: 1860-1910, the Gilded Age of Politics*. Chelsea House, New York – NY, 1973.

Norte. O autor, um religioso negro que provavelmente serviu no 4º USCI⁸, relata a exaltação da população local com a chegada das tropas negras da União e a relação que essas pessoas estabeleciam entre a conquista da liberdade e a ação executiva do presidente Lincoln.

It would be a mere attempt for one such as myself to describe the manner in which the colored people of Wilmington welcomed the Union troops - cheer after cheer they gave us - they had prayed long for their deliverance, and the 22d day of February, 1865, realized their earnest hopes. Were they not happy that day? Free, forever more! The streets were crowded with them, old and young; they shook hands with the troops, and some exclaimed, "The chain is broken!" "Joy! Freedom today!" "Hurrah for Uncle Abe!" (REDKEY, 1992. pp.165-170)

Segundo Arnold, os escravos saudavam as tropas federais com o entusiasmo de quem esperou e lutou uma vida inteira por liberdade. Jovens e velhos tomaram as ruas, cumprimentavam os soldados com gratidão e bradavam elogios ao presidente. De acordo com a correspondência, a relação estabelecida com Lincoln parecia ser um misto de admiração, proximidade e gratidão, pois era o trabalho do “Tio Abe” que havia quebrado os grilhões da escravidão.

A confiança no presidente, por vezes, parecia absoluta e inabalável. Ele poderia representar a esperança de uma vida diferente, de uma vida de liberdade. Essa confiança perpassava os ideais de libertação dos soldados negros que já haviam obtido sua emancipação e daqueles que foram libertados mediante a proclamação e avanço das tropas federais, mas também alimentava as esperanças daqueles que ainda eram escravizados. É o caso de Annie Davies, que em 25 de agosto de 1864, corajosamente dirigiu uma carta ao próprio presidente demonstrando seu desejo de torna-se livre.

Mr president It is my Desire to be free. to go to see my people on the eastern shore. my mistress wont let me you will please let me know if we are free. and what i can do. I write to you for advice. please send me word this week. or as soon as possible and oblidge. (REDKEY, pp.165-170)

A existência de cartas como a de Annie evidenciam a construção de uma noção de proximidade entre o escravo e o presidente - hipoteticamente solícito e justo. A escrava de Maryland, assim como tantos outros escravos de senhores de *border states*, não havia sido beneficiada pela Proclamação de Emancipação emitida por Lincoln.

O fato a proclamação não abarcar os estados fronteiriços leais à União certamente gerou muitas dúvidas entre os escravos que aguardavam ansiosamente sua

⁸ Os regimentos de infantaria compostos por negros que integravam o serviço militar norte-americano eram designados pela sigla USCI – *United States Colored Infantry*.

emissão. Annie parece bastante confusa sobre sua condição, sobretudo quando suplica que o presidente informe-a sobre sua situação, pois ela não tem certeza sobre a emancipação e sua dimensão.

Expressando abertamente seu profundo e verdadeiro desejo por liberdade, a escrava suplica que o presidente a responda com brevidade – na mesma semana se possível. Porém, o Bureau de Tropas Coloridas⁹ realizou apenas uma anotação do lado de fora da carta dizendo tão somente "arquivo" e nenhuma resposta a Annie Davis apareceu entre as cópias das cartas enviadas pela Mesa ou por outros escritórios do Departamento de Guerra, o que indica que o pedido da escrava não foi atendido, sendo altamente improvável que sua carta tenha chego efetivamente as mãos da mais alta autoridade do país.

Contudo, o ponto mais importante parece ser o fato de que Annie não vê nas tropas negras ou nos escravos que lutavam por liberdade o protagonismo das ações contra a escravidão. É em Lincoln, e unicamente nele, que parecem repousar todas as suas – possivelmente frustradas – esperanças.

Ao que tudo indica, muitos outros construíam visões de liberdades bastante semelhantes a da escrava Annie. Para esses, o assassinato do presidente em 15 de abril de 1865, constituiu uma perda dolorosa e inestimável, que deixava desamparada toda uma nação, mas sobretudo, os negros recém-libertos ou que ainda lutavam por liberdade nas localidades que não haviam adotado a proclamação por não terem declarado secessão à União.

Esse sentimento de pesar é manifestado pelo soldado negro Henry Carpenter Hoyle, que, em agosto de 1865, escreveu diretamente da ocupação da União no Texas. Com o findar do conflito e a vitória da União, os soldados tiveram – provavelmente pela primeira vez em muito tempo – a oportunidade de refletir com maior afinco sobre as transformações pelas quais o país havia passado. Alistamento e organização formal de soldados negros em tropas, a rotina do campo de batalha, o contato com pessoas de estados distantes e extremamente diferentes, a emancipação dos escravos, a situação daqueles que viviam nos *border states* e a ação executiva e assassinato de Lincoln pelo simpatizante confederado John Wilkes Booth, eram temas que demandavam ponderações profundas dos soldados.

⁹Tradução da autora, no original *Bureau of Colored Troops*. O órgão foi criado pelo Departamento de Guerra dos Estados Unidos em maio de 1863. Seu objetivo era resolver quaisquer assuntos relativos à organização das tropas negras. Sobre o Bureau de Tropas Coloridas ver: MCPHERSON, James M. *The Negro's Civil War*. Pantheon Books, New York – NY, 1965.

A morte do presidente era, certamente, um dos assuntos mais presentes nos debates e conversas que aconteciam no seio do exército nortista naquele momento. Hoyle, um soldado de baixa patente alistado no 43º USCI, escreve palavras de profundo pesar e desgosto com a morte daquele que era mais que um presidente, era um protetor para os negros.

God has willed it, that he has taken our beloved father, Abraham Lincoln, from us. But although dead, yet he lives. He brought liberty to the slaves, both North and South, and gave us in the North the freedom of speech in a proper manner, and I have no doubt we will get our rights as men and citizens of the United States. (REDKEY, 1992. pp.199-200)

O soldado lamenta a vontade divina de tirar do convívio dos homens, um sujeito de tão extraordinárias prerrogativas, o amado pai de todos os negros. Porém, salienta que sua luta não morreria com ele. Caberia aos que ficaram continuar levando seu legado de justiça e liberdade a todos os cantos do país. Era Lincoln quem havia livrado os cativos dos grilhões da escravidão no norte e no sul, era ele que havia introduzido ideais de liberdade de expressão e direitos civis para os negros em todo o país e essa herança de luta e coragem não havia de morrer jamais.

Lincoln estava, portanto, imortalizado. Seja nas páginas da história ou na memória daqueles que ficaram, seu legado permaneceria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais querido e admirado presidente dos Estados Unidos é uma unanimidade entre norte-americanos de todas as etnias e regiões do país ainda hoje. Mesmo entre o movimento negro, em épocas de notórias convulsões sociais devido à luta do movimento *Civil Rights* por direitos igualitários, a imagem do ex-presidente é invocada como exemplo de luta e doação a causa da liberdade e da igualdade.

O presidente nunca se identificou enquanto abolicionista, mas desde que abraçou a causa da emancipação, procurou construir a imagem de uma carreira política voltada para o confronto contra os senhores de escravos. Em seus discursos e aparições públicas, Lincoln buscou demonstrar que a luta pela liberdade dos negros era também sua, comprometendo-se a orientar sua política de forma a confrontar os conservadores que não estivessem dispostos a colaborar.

Conforme o fracasso da ideia de colonização foi ficando evidente, Lincoln passou a defender uma maior integração entre negros e brancos, salientando que os

homens de cor não teriam porque auxiliar a União na vitória contra os confederados se não obtivessem nenhuma vantagem com isso. A liberdade irrestrita a todos os escravos do país era uma promessa feita pela sua administração, e promessas eram feitas para serem cumpridas. Além disso, não se pode pedir que alguém dê a vida por uma causa que não é a sua. A causa da União e da emancipação, deveria ser a causa de todos aqueles que amavam o país – brancos e negros. (MARSZALEK, 2007, p. 122)

Desta maneira, o estadista Lincoln construía sua imagem de aliado e protetor dos negros. Como um pai que deseja o melhor para todos os seus filhos, o presidente aspirava a liberdade para todos – como antes haviam desejado os Pais Fundadores. A construção de analogias com a figura do pai, do libertador, do grande unificador do país, bem como suas referências constantes a momentos fundadores da nação ajudaram na construção de uma imagem que era reiterada e perpetuada nos campos de batalha, tendo um efeito muito forte naqueles que precisavam de esperança para seguir lutando.

Paralelamente, o presidente atacava os Estados Confederados do Sul com críticas a um entendimento ilegítimo dos princípios sobre os quais a nação havia sido construída. A escravidão era uma doença que precisava ser extirpada do corpo da nação para que ela continuasse progredindo. O sistema escravista como um todo perpetuava uma série de atrocidades contra todas as liberdades do indivíduo – políticas, econômicas e religiosas. (MARSZALEK, 2007, p.140) Os rebeldes haviam traído a democracia e teriam de responder por isso.

Em contrapartida, o presidente salientava o papel do norte como grande libertador e sua posição de comando frente a ele. (MARSZALEK, 2007, p.140) Assim, Lincoln conclamava os soldados federais – brancos e negros – a lutarem com confiança pelo ideal histórico da União. (MARSZALEK, 2007, p.135) Segundo White Jr, “(...) ele havia se referido ao passado, honrado o que os soldados haviam feito no presente e agora falado no tempo presente sobre a responsabilidade dos ouvintes”. (MARSZALEK, 2007, p.137. Tradução da autora)

Ele não mais proclamava uma velha união, mas sim, uma nova, liberta do conservadorismo da escravidão. A nova União nasceria cumprindo suas promessas de liberdade, dando um passo adiante onde até mesmo os Pais Fundadores haviam falhado. Desta maneira, “Lincoln passou a ver a guerra civil como um ritual de purificação. Para atingir uma nova liberdade, a velha União tinha de morrer”. (MARSZALEK, 2007, p.138. Tradução da autora)

Com uma nova União, nasceria uma nova era de liberdade. (MARSZALEK, 2007, p.138) Foi com a propagação desta ideia que Lincoln conseguiu ganhar a confiança de tantos, a ponto de orientar a sua visão individual e coletiva do processo de obtenção da liberdade. Era Lincoln o grande protagonista da emancipação. Por mais que o ingresso de soldados negros no exército houvessem mudado o rumo da guerra, Lincoln era visto por muitos como o grande responsável pela vitória da União e da emancipação.

A promessa de liberdade de Lincoln motivava muitos, e a emissão da Proclamação de Emancipação figurou como o cumprimento – mesmo que parcial - dessa promessa. De qualquer forma, era muito mais do que a maioria dos soldados negros jamais tinha esperado de um político. Muitos acreditavam que sem Lincoln as tropas negras jamais teriam tido a chance de lutar e, mais do que isso, jamais existiria emancipação. Isso determinou ainda mais aqueles que já vinham tendo a tempos uma participação heroica na guerra, que vinham carregando nas suas baionetas as esperança de todos aqueles escravizados e oprimidos pelo sistema escravista e pelos valores preconceituosos e aristocráticos de uma sociedade que nascera em meio a desigualdade – por mais que os defensores da Revolução Americana discordassem dessa constatação. (MARSZALEK, 2007, pp. 122-129)

Porém, mesmo com toda a confiança depositada na capacidade executiva do presidente, a 13ª Emenda – que aboliu definitivamente a escravidão - não foi a solução de todos os problemas que envolviam as relações raciais nos Estados Unidos e a reconstrução da nação não passou de um plano. As emendas constitucionais que se seguiram procuraram resolver esses problemas, com o reconhecimento da cidadania dos negros – na 14ª Emenda – e a proteção ao seu direito de voto – na 15ª Emenda. Porém, o ex-escravos – mesmo que alçados a condição de cidadãos – continuaram a sofrer com a opressão e a desigualdade de uma sociedade que reproduzia um estilo de vida baseado em ideais racistas. Segundo Marszalek: “A reunificação da nação depois da Guerra Civil foi realizada através de um acordo entre americanos brancos de manter os negros em sua posição subordinada, com as emendas constitucionais ou não”. (MARSZALEK, 2007, p. 126. Tradução da autora)

Por outro lado, a emissão dos atos, proclamações e emendas constitucionais ajudaram a confirmar a imagem de Lincoln como grande pai da nação. Com uma retórica elaborada e de grande apelo popular, Lincoln despontou como uma figura proeminente, refinando sua retórica com a experiência política adquirida em comícios,

aliada ao vocabulário jurídico contraído nas cortes de Illinois. Segundo White Jr, “Durante sua presidência, a retórica de Lincoln cresceu e mudou, exibindo novas dimensões tanto em conteúdo quanto em estilo. Lincoln era um orador mais que um escritor.” (MARSZALEK, 2007, p. 131. Tradução da autora)

Em suas aparições públicas, sobretudo após a emissão da Proclamação de Emancipação, o presidente procurou construir a ideia de que sua luta por liberdade para os escravos era fruto de um envolvimento pessoal com a causa. Essa ligação sentimental entre Lincoln e a abolição deixava implícita a ideia de que o presidente sempre esteve ao lado dos escravos, introduzindo a ideia de que o conceito de liberdade não era estático. Mesmo quando fazia referências aos Pais Fundadores, aos grandes ideais do passado, procurava salientar que cada geração devia compreender a liberdade ao seu modo. Os Estados Unidos ainda eram um experimento em desenvolvimento, e a ideia de federação mostrara sua fragilidade diante do tema da escravidão. Neste interim, o discurso de Lincoln tem um ponto de inflexão das ideias do passado para as realidades do presente. (MARSZALEK, 2007, p. 137) Os poderes legislativo e executivo tinham se responder a essas reformulação acerca da liberdade, sobretudo porque o presidente depositava sua confiança na força das leis. Segundo White Jr, “Lincoln acreditava na referência às leis, que acreditava que se transformaria na *religião política* da nação.” (MARSZALEK, 2007, p. 132. Tradução da autora. Grifo no original.)

Frequentemente, o presidente utilizava-se do “nós” para se reportar a civis e militares. Incorporando elementos do discurso religioso – como o emprego de metáforas, linguajar popular e vocábulos específicos – Lincoln mantinha-se muito atento com as palavras, empregando técnicas de comunicação de massas - tema que começava a crescer exponencialmente entre aqueles que se ocupavam das políticas econômicas do país. Frisando aspectos de continuidade histórica, ele descobriu na repetição uma ferramenta importante e eficaz. Enfatizando sua posição de pai amoroso e lutador ferrenho das liberdades individuais, o presidente atingiu com força a comunidade negra, que passou a ver nele um amigo em que se podia confiar. O discurso de Lincoln tomou dimensões tão peculiares que influenciou a maioria dos retóricos dos direitos civis que vieram depois dele. Cem anos mais tarde, por exemplo, Martin Luther King Jr., utilizava-se novamente do poder da repetição. (MARSZALEK, 2007, p. 133)

Durante décadas o imaginário popular e as páginas dos livros de história perpetuaram essa ideia. Só muito recentemente, novas linhas historiográficas tem buscado devolver aos negros o protagonismo da luta por sua própria liberdade.

Buscando desconstruir a ideia de que a emancipação se deu apenas através dos debates de homens brancos em salas fechadas do Congresso, recentes trabalhos procuram demonstrar a força e o impacto dos sentimentos, racionalidades e ações individuais e coletivas dos ex-escravos. Com a peculiaridade de cada um, com a sua história, suas experiências, amores, esperanças e frustrações ele pegaram em armas para lutar por aquilo que acreditavam ser mais valioso: o direito de ser livre, de ser cidadão, de viver em paz e com dignidade. Assim, os soldados negros mudaram a guerra civil e a história dos Estados Unidos para sempre com a entrega profunda e melancólica de homens que sofreram, lutaram e morreram nos campos de batalha, mas que acima de tudo, viveram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

BUENZA e RUIZ, José Maria Imízcoz e Lara Arroyo. “Redes sociales y correspondência epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas” In: *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*. Vol. 21, número 4, Dezembro de 2011. Disponível em: http://revista-redes.rediris.es/html-vol21/vol21_4.htm Acesso em 27 de outubro de 2014.

FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. W.W Norton & Company, New York - NY, 2010.

MARSZALEK, John F. “Marching to Freedom: The U.S. Colored Troops”. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Southern Illinois University Press, Carbondale - IL, 2007

REDKEY, Edwin S (org). *A Grand Army of Black Men – Letters from African-Americans Soldiers in the Union Army, 1861-1865*. Cambridge University Press, New York, 1992

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Conferência escrita e proferida em inglês a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título: “Memory, history, oblivion” no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia Acesso em: 27 de outubro de 2014.

RUSEN, Jörn. "Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture". In: *Historiein*, vol. 11, 2011.

_____; "Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história". In: *História da Historiografia*, nº 02, março de 2009. Traduzido por Valdeir Araujo e Pedro S. P. Caldas, revisão de Estevão de Rezende Martins.

_____; *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SCHLESINGER JR, Arthur (org). *History of U.S Political Parties: vol II: 1860-1910, the Gilded Age of Politics*. Chelsea House, New York – NY, 1973.

SYRETT, John. *Confiscation Acts. Failing to Reconstruct the South*. Fordham University Press, New York -NY, 2005.

FONTES

“Carta de William H. Johnson”, 24 de julho de 1861/3 de agosto de 1861. 2ª Infantaria de Connecticut, Washington D.C. In: REDKEY, Edwin S. (org). Op. Cit. Carta 1, pp. 11-12.

“Ordem do comandante da Divisão Militar do Mississippi, Major General W.T. Sherman”. Ordens especiais de campo, número 15, Quartel General da Divisão Militar do Mississippi, 16 de janeiro de 1865. Ordens e Circulares, ser. 44, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washington, D.C. Carta 145. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/sfo15.htm> Acesso em: 27 de outubro de 2014.

“Carta de ‘Africano’”, 2 de setembro de 1864/24 de setembro de 1864. Hospital do Regimento, Point Lookout, Maryland. In: REDKEY, Edwin S. (org). Op. Cit. Carta 90. pp. 212-213.

“Carta de ‘Arnold’”, 29 de março de 1865/15 de abril de 1865. Wilmington, North Carolina. In: REDKEY, Edwin S. (org). Op. Cit. Carta 67, pp.165-170.

“Carta de Annie Davies para o presidente”, 25 de Agosto de 1864, D-304 1864, Cartas Recebidas, ser. 360, Divisão de Tropas Coloridas, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Carta 139, Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/adavis.htm> Acesso em: 27 de outubro de 2014.

“Carta do soldado Henry Carpenter Hoyle”, 28 de agosto de 1865/25 de setembro de 1865. 43ª USCI, Brownsville, Texas. In: REDKEY, Edwin S. (org). Op. Cit. Carta 85, pp.199-200.

MODERNIDADE, ENSAIO E POÉTICA NO *PRÓLOGO AL POEMA DEL NIÁGARA* DE JOSÉ MARTÍ.

Autor: Lucas Machado dos Santos, Doutorando em História Social da Cultura pela PUC
RIO. E-mail: dossantoslucas14@gmail.com

RESUMO

Escrito pelo cubano José Martí (1856-1895) e publicado em Nova York (1882) como prólogo ao livro *Poema del Niágara*, de autoria do escritor venezuelano Antonio Pérez Bonalde (1846-1892), e depois em Cuba na *Revista de Cuba* (1883), este ensaio, mais do que uma breve apresentação do livro de Bonalde e sua poesia, se estende em uma reflexão acerca dos dilemas da produção intelectual na vida moderna. Buscamos aqui a inquirição acerca das representações, prenes de variações intensas, acerca da modernidade, e do lugar nessa modernidade, dedicado à produção da arte e da vida intelectual. Perguntamo-nos sobre a variação enorme de significado e forma das imagens apresentadas em suas crônicas intituladas *Escenas Norteamericanas*. Esta é, de fato, uma questão instigante e o estudo deste prólogo pode permitir uma introdução a este tema deveras complexo.

Palavras-chave: José Martí; Ensaio; Modernidade.

O fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades das grandes cidades é a intensificação da vida nervosa, que brota da mudança acelerada e ininterrupta das impressões interiores e exteriores.

George Simmel, “As grandes cidades e a vida do espírito”.

Escrito pelo cubano José Martí¹ (1853-1895) e publicado em Nova York (1882) como prólogo ao livro *Poema del Niágara*, de autoria do escritor venezuelano Antonio Pérez Bonalde² (1846-1892), e depois em Cuba na *Revista de Cuba* (1883), este ensaio, mais do que uma breve apresentação do livro de Bonalde e sua poesia, se estende em uma reflexão acerca dos dilemas da produção intelectual na vida moderna. Buscamos aqui a inquirição acerca das representações, prenhes de variações intensas, acerca da modernidade, e do lugar nessa modernidade, dedicado à produção da arte e da vida intelectual. Perguntamo-nos sobre a variação enorme de significado e forma das imagens apresentadas em suas crônicas intituladas *Escenas Norteamericanas*. Esta é, de fato, uma questão instigante e o estudo deste prólogo pode permitir uma introdução a este tema deveras complexo.

Enfrentamos um problema teórico, sobre como as ideias adquirem forma em meio à modernidade. Um diálogo com pontos do ensaio de George Simmel³ (1903) *As grandes cidades e a vida do espírito*, pode ajudar a elucidar certos aspectos das reflexões de Martí acerca da modernidade, ideia e problema que está constantemente presente em seus diversos escritos. Sobretudo a relação presente na modernidade entre

¹ José Martí, nascido na cidade de Havana, em 1853, desde jovem Martí esteve envolvido na luta pela independência de Cuba. Com apenas dezesseis anos de idade, foi preso por sua participação no movimento independentista, e posteriormente deportado para a Espanha – tendo vivido lá entre 1871 e 1874, e se formado em Direito, Filosofia e Letras na Universidade de Madrid e Saragoça. Voltou para o continente americano em 1875, e entre este ano e 1881 viveu em diferentes localidades, como México, Guatemala e Venezuela. Por conta da ocorrência de divergências políticas com os governos destes países (Porfirio Díaz no México, Justo Rufino Barrios na Guatemala e Antonio Guzmán Blanco na Venezuela), Martí optou pelo exílio em Nova York, onde fixou residência em 1881. Ele viveu nesta cidade até 1895, ano de sua morte, que ocorreu em batalha durante a guerra de independência que acabara de se iniciar. Foi dos Estados Unidos que Martí articulou a fundação do PRC (Partido Revolucionário Cubano), em 1892, entre as comunidades de cubanos exilados. Foi um escritor prolífico de cartas, poemas, ensaios e crônicas jornalísticas publicadas nos periódicos hispano-americanos mais importantes da época.

² Juan Antonio Pérez Bonalde (1846-1892), escritor e poeta venezuelano. Viveu em diferentes países além da Venezuela, passou sete anos na condição de exilado em Nova York (1870-77) durante a guerra civil que grassava a Venezuela e que resultou na vitória do General (muitas vezes referido como *caudillo*) Antonio Guzmán Blanco. Em viagens de negócios, conheceu países da Europa, África e Ásia. Passou a ser considerado posteriormente enquanto um dos mais importantes poetas venezuelanos de sua geração e um dos precursores do modernismo.

³ Georg Simmel (1858 -1918), sociólogo e ensaísta alemão.

cultura objetiva e cultura subjetiva, uma das discussões centrais de Simmel sobre a modernidade que, acreditamos, pode contribuir para a interpretação da modernidade em Martí. Em segundo momento, é feita uma incursão introdutória acerca das possibilidades que as reflexões acerca do gênero ensaístico carregam para a interpretação da linguagem da prosa modernista de José Martí, buscamos, em particular, realizar um diálogo com a reflexão acerca do ensaio desenvolvida por Georgy Lukács⁴ na introdução do livro *A alma e as Formas*⁵ (1910). Terminamos com uma breve apresentação das imagens temporais apresentadas no prólogo em sua relação de tensão com aspectos contraditórios analisados sobre a modernidade, nos deteremos mais especificamente sobre uma delas, cujos desdobramentos, que se revelam ao ser explorado, podem ser surpreendentes.

MODERNIDADE E POÉTICA

¡Ruines tiempos!- ¡No para el hombre en junto, que saca, como los insectos, de sí propio la magnífica tela en que ha de pasear luego el espacio; sino para estos jóvenes eternos; para estos sentidores exaltables, reveladores y veedores, hijos de la paz y padres de ella, para estos creyentes fogosos, hambrientos de ternura, devoradores de amor, mal hechos a los pies y a los terruños, henchidos de recuerdos de nubes y de alas, buscadores de sus alas rotas, pobres poetas! (MARTÍ, J, 1992, p.223-224).

Logo em seu início o *prólogo* apresenta a poesia e, podemos tomar por extensão, a vida intelectual, enquanto expressão de um mal estar ou de uma resistência às características de um mundo cada vez mais governado por impulsos utilitários. Sendo assim, fica delineada uma pergunta central; qual seria o papel da arte nesta vida moderna em que, segundo Martí, os sacerdotes estão desacreditados e os poetas não ainda cumpriram o papel de se alçarem à altura dos sacerdotes⁶, como se as massas de homens no mundo moderno estivessem ausentes de orientação em sentido espiritual? Deparamo-nos aqui com um problema que, acredito, pode ser abordado como a questão do lugar, sempre deslocado, da poesia na vida moderna⁷.

⁴ Georgy Lukács (1885-1971), filósofo húngaro.

⁵ No original, *Soul and Form* (1970).

⁶ *¡Ruines tiempos, en que los sacerdotes no merecen ya la alabanza ni la veneración de los poetas, ni los poetas han comenzado todavía a ser sacerdotes!* (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.223). Estamos falando da poesia moderna, no limiar entre a crítica racional e o sentimento de revelação religiosa.

⁷ Octavio Paz notou em seu magistral ensaio sobre poética “*O arco e a lira*” que o poeta moderno “movido pela necessidade de fundamentar sua atividade em princípios que a filosofia lhe recusa e a teologia só lhe concede em parte, (...) se desdobra em crítico” (O arco e a lira, 2012, p.239-240). Paz nota no trecho citado que o poeta concebe sua atividade como uma revelação que se lhe é apresentada como um resgate do essencial do homem ou do reencontro do homem com sua interioridade última. Esta concepção se aproxima da noção religiosa de revelação sem, porém, deixar que a religião englobe e subsuma a poesia. Os poetas são chamados a serem os sacerdotes dos novos tempos porque a promessa

Estamos aqui, diante de uma pergunta que pode ser entendida no sentido da busca por vislumbrar uma conexão entre espírito e vida em meio à modernidade. Trata-se da busca por encontrar a conexão entre cultura espiritual e vida em um mundo onde as imagens sagradas foram desnudadas. A pergunta sobre a possibilidade de conexão entre cultura objetiva e cultura subjetiva⁸ está presente nesta reflexão em que Martí defende uma concepção de cultura oposta ao utilitarismo da vida moderna. A arte e a reflexão intelectual aparecem então enquanto um modo de buscar, mesmo que através de um esforço que inclui o sofrimento e o sacrifício, uma conexão entre vida e espírito. Mais do que isso, o estabelecimento desta conexão entre vida e espírito através da arte, apenas seria possível através deste esforço inaudito. Este aspecto negativo aqui ressaltado é, porém, apenas uma das faces da reflexão martiana acerca da modernidade presente no *prólogo*. A característica expansiva da modernidade quanto às suas possibilidades de permitir o desenvolvimento individual também está aqui presente. A questão da cultura aparece como uma pergunta acerca de que linguagem e que forma deve assumir a poesia e a reflexão intelectual na vida moderna, frente às transformações tecnológicas e sociais que caracterizam a época.

Como para mayor ejercicio de la razón, aparece en la naturaleza contradictorio todo lo que es lógico; por lo que viene a suceder que esta época de elaboración y transformación espléndidas, en que los hombres se preparan, por entre los obstáculos

cristã da vida eterna não mais conforta as almas. O poeta consagra o instante, o aqui e o agora, e é esse instante que revela o ser, o homem anterior à palavra e ao nome. O escritor finessecular se vê na difícil situação de abrigar em si o espírito da crítica moderna e racional dirigida à religião, sem permitir a substituição de uma pela outra. Ou seja, a poesia persiste como promessa de conexão do homem com a esfera do sagrado e, portanto, mais próxima da noção religiosa de revelação do que das concepções ligadas à esfera da crítica racional e da filosofia. Estes apontamentos expressam o caráter ambíguo e complexo do tipo de reflexão que estamos abordando. Em um primeiro aspecto, vemos o poeta se desdobrar em crítico ao não encontrar nas filosofias e teologias de seu tempo uma explicação razoável para as características de sua atividade espiritual. Trata-se, portanto, de um modo particular do exercício da crítica, limítrofe e tensionado em relação às filosofias que circulavam à época, visto a crescente valorização do cientificismo. As implicações desta tomada de posição ficarão mais claras ao abordarmos, na segunda parte do presente artigo, o problema das características do exercício da crítica de arte em meio à modernidade.

⁸ Segundo Simmel: “O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pela preponderância daquilo que se pode chamar espírito objetivo sobre o espírito subjectivo, isto é, na linguagem e no direito, na técnica produtiva e na arte, na ciência e nos objectos do âmbito doméstico encarna uma soma de espírito, cujo incremento quotidiano é acompanhado apenas de modo muito incompleto e a uma distância cada vez maior pelo desenvolvimento espiritual dos sujeitos. Se, por exemplo, percorrermos com o olhar a cultura ingente que, desde há 100 anos, se corporificou em coisas e em conhecimentos, em instituições e em conforto, e a compararmos com o progresso cultural dos indivíduos no mesmo período – pelo menos nas classes mais elevadas –, surge uma terrível diferença de riqueza entre as duas, e até, em muitos pontos, um retrocesso da cultura dos indivíduos no tocante à espiritualidade, à delicadeza e ao idealismo. Esta discrepância é, sobretudo, o resultado da crescente divisão do trabalho; pois esta exige do singular uma actividade cada vez mais unilateral, cuja intensificação extrema deixa, com assaz frequência, atrofiar a sua personalidade como um todo” (SIMMEL, 1903, p.17). Sobre a relação entre cultura subjetiva e cultura objetiva na modernidade, ver também: Simmel, George. *On individuality and social forms*. (org) por Donald Levine. Chicago, The University of Chicago press, 1971.

que preceden a toda grandeza, a entrar en el goce de sí mismos, y a ser reyes de reyes, es para los poetas, -hombres magnos, -por la confusión que el cambio de estados, fe y gobiernos acarrea, época de tumulto y de dolores, en que los ruidos de la batalla apagan las melodiosas profecías de la buena ventura de tempos venideros, y el trasegar de los combatientes deja sin rosas los rosales, y los vapores de la lucha opacan el brillo suave de las estrellas en el cielo. Pero en la fábrica universal no hay cosa pequeña que no tenga en sí todos los gérmenes de las cosas grandes, y el cielo gira y anda con sus tormentas, días y noches, y el hombre se revuelve y marcha con sus pasiones, fe y amarguras; y cuando ya no ven sus ojos las estrellas del cielo, los vuelve a las de su alma. De aquí esos poetas pálidos y gemebundos; de aquí esa nueva poesía atormentada y dolorosa; de aquí esa poesía íntima, confidencial y personal, necesaria consecuencia de los tiempos, ingenua y útil, como canto de hermanos, cuando brota de una naturaleza sana y vigorosa, desmayada y ridícula cuando la ensaya en sus cuerdas un sentidor flojo, dotado, como el pavón del plumaje brillante, del don del canto (MARTÍ, J, 1992, p.224).

Este trecho ressalta que, frente às mudanças do mundo moderno, a poesia assume, observem, como consequência *necessária* de uma época, um caráter de confidencia pessoal e expressão subjetiva relativamente isolada de uma conexão com o mundo que lhe é exterior. As estrelas do céu se veem embotadas pelos vapores das mudanças do mundo, e os poetas, sem conseguir enxergar no exterior deste mundo objetivo, um enlace de espiritualidade, se encimam e se voltam para dentro. Isso nos leva a questionar se não há neste trecho a observância de uma dimensão psicológica da vida do espírito nas condições da cidade moderna, palco das transformações sociais e tecnológicas a que Martí se refere no prólogo. Ou seja, tal como nota George Simmel, os processos mentais do indivíduo na grande cidade sofre o impacto de uma densidade cada vez maior, e também de uma intelectualização do mundo subjetivo em relação ao mundo objetivo. Ou seja, o homem na cidade moderna, isolado, se volta para dentro, se intelectualiza. Na visão martiana acerca da modernidade, sua poesia não poderia ser outra senão íntima e confidencial. Trata-se de uma época de confusões eternas, o que antes era tomado como lógico, se apresenta, como que em nova roupagem, contraditório e vário. A poesia destes tempos seria expressão deste mundo onde tudo é cambiante e contraditório, mas também, voltamos a repetir, é tentativa de conciliação entre espiritualidade e vida.

Segundo Martí, nestes novos tempos, um homem que profere uma sentença enquanto verdade, no íntimo, se encolhe e se pergunta⁹. Em uma formidável imagem plástica, formosas feras interiores roem o punho daquele que escreve¹⁰, daí a poesia se

⁹ “*Nadie tiene hoy su fe segura. Los mismos que lo creen, se engañan*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.225).

¹⁰ “*Los mismos que escriben fe se muerden, acosados de hermosas fieras interiores, los puños con que escriben*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.225).

revestir de um caráter doloroso e atormentado. A ausência de verdades e solidez nas relações com o mundo exterior e esta vida intelectual atormentada se corresponde e se completam. Essa imagem poderia nos levar a uma conclusão assaz apressada e pessimista acerca da avaliação das condições da vida espiritual no mundo moderno inclusa no prólogo, porém, vale o risco insistir nela.

Partindo de si mesmo ao encarar o mundo exterior através de um olhar subjetivo, na se pode deter em nada, pois que o cérebro, confuso, não sabe o que desejar, o espírito se compraz em *deleite* e *náusea* frente o dia que morre¹¹. A relação entre forma e espírito deixa de poder ser fixa, pois a alma nauseabunda possui o estado do transitio. Também a época da busca por engastar o espírito em formas permanentes, esculpidas, mais particularmente em obras grandiosas, teria se passado e, portanto, se impõem nesta visão da modernidade que as formas são instáveis, necessariamente transitórias tanto quanto os estados da alma que não se fixam em meio ao torvelinho. Da modernidade é ressaltado o transitio e o movimento.

Ni líricos ni épicos pueden ser hoy con naturalidade y sosiego los poetas; ni cabe más lírica que la que saca cada uno de sí propio, como si fuera su propio ser el asunto único de cuya existência no tuviera dudas, o como si el problema de la vida humana hubiera sido con tal valentía acometido y con tal ansia investigado, -que no cabe motivo mejor, ni más estimulante, ni más ocasionado a profundidad y grandeza que el estudio de sí mismo. Nadie tiene hoy su fe segura. Los mismos que lo creen, se engañan (MARTÍ, J, 1992, p.225-226).

A modernidade abre uma época de implosão da forma, cada pessoa saca a verdade de si próprio e dá-se o resultado de que essas “verdades” não são, evidentemente, comensuráveis. Estamos diante do mito de babel. Porém, note-se, o estudo de si mesmo ou este referido estudo do mundo a partir de si não é aqui desprovido de grandeza e se os cérebros da vida moderna se encontram nauseados, a busca por localizar-se no torvelinho gera excitação e resposta. Revolvendo-se as entranhas de sangue fervido, não é mais possível permanecer constante, o estado de excitação do cérebro atormentado pela busca das verdades, mesmo sem conseguir obtê-las é, pois, a única sensação permanente.

Escrever longas histórias em versos latinos não seria mais possível, pois a alma não se deixa fixar. “*De todas partes solicitan la mente ideas diversas -y las ideas son como los pólipos, y como la luz de las estrellas, y como las olas de la mar*” (MARTÍ, J,

¹¹ *¡Un inmenso hombre pálido, de rostro enjuto, ojos llorosos y boca seca, vestido de negro, anda com pasos gravea, sin reposar ni dormir, por toda la tierra, -y se ha sentado en todos los hogares, y ha puesto su mano trémula en todas las cabeceras! (...) ¡qué sentir a la par deleite y náusea en el espíritu, náusea del día que muere, deleite del alba!* (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.225).

1992, p.227). As ideias não se fixam e mal tomam forma, se despedaçam e se espriam como as ondas. Porém, note-se, são como pólipos, ou seja, são porosas e se espalham com facilidade, viajam e penetram as mentes pelos poros, em outras palavras, as ideias na modernidade adquirem, sobretudo, um caráter expansivo tanto quanto são transitórias e cambiáveis. Esse estado cambiável do espírito se dá, também, pelas suscetíveis experiências de choque a que os indivíduos estão sujeitos na modernidade. Está aqui presente uma dimensão fragmentária da modernidade:

La elaboración del nuevo estado social hace insegura la batalla por la existencia personal y más recios de cumplir los deberes diarios que, no hallando vías anchas, cambian a cada instante de forma y vía, agitados del susto que produce la probabilidad o vecindad de la miséria” (MARTÍ, J, 1992, p.228).

A possibilidade ou a proximidade com a miséria deixa a todos inseguros, e a própria luta pela existência pessoal muda constantemente de forma. A vida se apresenta tão insegura e incerta quanto às ideias no cérebro, que não alcançam o tempo para adquirir forma.

É interessante notar que a mencionada luta dos indivíduos por compreender-se em meio ao torvelinho, é também uma busca por repor no mundo o nexos entre vida e espírito. Essa luta que cambia incessantemente de forma e a que não é possível agarrar busca vislumbrar, mesmo que, sem sucesso, uma conciliação, algo a que Martí se refere enquanto um *evangelho novo* ou um *Cristo ressurgido*. Às antigas imagens antes reverenciadas e que foram desnudas e desacreditadas, deveriam surgir novas imagens, situadas no futuro e que, portanto, não se sabe o rosto nem a forma. Antes de desenvolver mais esse ponto, nos concerne indagar acerca do que Martí entendeu enquanto este novo *estado social* que marca e caracteriza sua época. A época das anteriores certezas, marcada pela estabilidade, corresponde na visão martiana ao antigo regime e aos estados coloniais nas Américas. As grandes obras escritas em versos dilatados “*aquellas celosas imitaciones de gentes latinas*” (MARTÍ, J, 1992, p.229) teriam sido possibilitadas pela calma certeza de que o bom índio amassava o pão, o bom rei fazia a lei e mãe igreja dava abrigo e sepultura¹². A modernidade aparece para Martí então, enquanto uma ruptura com este passado de estabilidades e certezas, que se por um lado, gera insegurança e instabilidade, gera por outro, expansividade e crescimento.

Em todo homem repousa uma coroa sobre a cabeça e seria por isso que teria passado a época das grandes obras que se destacavam como cumes elevados. A

¹² “*en la beatífica calma que ponía en el espíritu la certidumbre de que el buen indio amasaba el pan, y el buen rey daba la ley, y la madre Iglesia abrigo y sepultura*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.226).

modernidade expansiva é também niveladora: “*Ahora los árboles de la selva no tienen más hojas que lenguas las ciudades*” (MARTÍ, J, 1992, p.229). E as próprias ideias são também expansivas, polvilham as mentes e além de ligeiras, não crescem em uma cabeça isolada, sendo, portanto, resultado do intercambio e da troca de informações. Ele se refere aqui, evidentemente, à imprensa, e de um modo otimista ressaltando seu caráter de meio de intercambio de ideias e sua expansividade, sem deixar de notar, porém, seu caráter dissolvente:

Con un problema nos levantamos; nos acostamos ya con otro problema. Las imágenes se devoran en la mente. No alcanza el tiempo para dar forma a lo que se piensa. Se pierden unas en otras las ideas en el mar mental, como cuando una piedra hiere el agua azul, se pierden unos en otros los círculos del agua” (MARTÍ, J, 1992, p.227).

As ideias tão logo tomam forma, se expandem e se dissolvem como círculos na água. Por isso a modernidade seria fatalmente uma época de pequenas obras fugidias. Porém este fato é encarado com otimismo; com a perda de qualidade e de forma, se ganharia a expansividade e democratização das qualidades antes retidas numa classe de poucos indivíduos privilegiados. No entanto não temos como deixar de notar um vocabulário que denota a possibilidade de que as qualidades elas mesmas se dissolvam e se percam. A ambiguidade da seguinte frase é o suficiente para fazer notar essa questão: “*Se diluyen, se expanden las cualidades de los priviegiados a la massa*” ” (MARTÍ, J, 1992, p.228). As qualidades dos anteriormente privilegiados ao mesmo tempo em que se expande à massa, se diluem. A ambiguidade do termo, repito, é iniludível. A mesma questão é reposta no trecho que sublinha os gênios individuais se destacarem menos por lhes faltar os detalhes dos contornos que antes realçavam sua estatura¹³. O nivelamento entre os homens, que os torna *massa de homens*, os faz perder os detalhes dos contornos.

O *prólogo* mantém, porém, um tom otimista no qual as características dissolventes da modernidade se equilibram com as características expansivas; ainda assim ao artista não seria possível aspirar a uma poesia autentica senão por meio de um sacrifício; uma poesia autentica deveria necessariamente ser escrita com as mãos postas nas entranhas e, portanto, de dentro para fora como uma expressão de tempos contraditórios e sem estabilidade. Sem buscar uma expressão para as contradições que saltam aos olhos e povoam a vida moderna não seria possível a autenticidade na criação intelectual. “*Hoy Dante vive en sí, y de sí. Ugolino roía a su hijo; mas él a sí propio;*

¹³ “*Los genios individuales se señalan menos, porque les va faltando la pequeñez de los contornos que realizaban antes tanto su estatura*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.228).

no hay ahora mendrugo más denteado que un alma de poeta: si se ven con los ojos del alma, sus puños mondados y los huecos de sus alas arrancadas manan sangre” (MARTÍ, J, 1992, p.229). Como o monstro da *Divina Comédia* que comia a si mesmo o poeta não cria algo novo sem sofrimento. É deste modo que interpretamos o famoso trecho amplamente citado como definição da apreciação de Martí acerca do modernismo literário: *La vida personal dudadora, alarmada, preguntadora, inquieta, luzbérica; la vida íntima, febril, no bien enquistada, pujante, clamorosa, ha venido a ser el asunto principal y, con la naturaleza, el único asunto legítimo de la poesía moderna* (MARTÍ, J, 1992, p.231).

Se se quer pintar um quadro da vida moderna, não se pode fazê-lo senão de dentro para fora, a poesia aparece então como um esforço de conhecer-se e como produto de um sofrimento expresso em palavras. Mas também, para ter uma apreciação completa do significado deste trecho, há de se perguntar acerca da natureza, que junto com a vida foi citada enquanto único assunto legítimo da poesia. Esta referencia à natureza leva em conta uma noção da cultura enquanto cultivo que se desenvolve de dentro para fora ou do mundo subjetivo em direção ao mundo objetivo. Esse desenvolvimento da espiritualidade individual não seria possível de se realizar através das convenções sociais estabelecidas que, nesta acepção, *deformam* o espírito por lhes impor uma forma estranha ou artificial. Em José Martí, natureza e espontaneidade se contrapõem ao mundo da externalidade e das convenções artificiais.

(...) No hay más difícil faena que esta de distinguir en nuestra existencia la vida pegadiza y postadquirida, de la espontánea y prenatal; lo que viene con el hombre, de lo que le añaden con sus lecciones, legados y ordenanzas, los que antes de él han venido. So pretexto de completar el ser humano, lo interrumpen. No bien nace, ya están en pie, junto a su cuna con grandes y fuertes vendas preparadas en las manos, las filosofías, las religiones, las pasiones de los padres, los sistemas políticos. Y lo atan; (MARTÍ, J, 1992, p.230).

Vale a pena lembrar aqui que com apenas 16 anos de idade Martí foi preso em Cuba e deportado para a Espanha por seu envolvimento com a luta independentista. Sofreu na pele, portanto, a falta de liberdade a que se refere e também a opressão das instituições ligadas ao Estado colonial. A tradição aqui enfaixa o homem e o deforma por tentar tolher-lhe o espírito e o apresentar numa forma pré-fixada. Já o desenvolvimento espiritual segundo a natureza seria como uma planta que se deixa crescer de modo espontâneo; com as palavras de Martí, permitindo ao espírito encontrar

sua sedutora forma própria¹⁴: “*Ni la originalidad literaria cabe, ni la libertad política subsiste mientras no se asegure la libertad espiritual. El primer trabajo del hombre es reconquistarse*” (MARTÍ, J, 1992, p.230). Se enxergar com os olhos da alma; buscar o secreto de si; reconquistar-se; percebemos o delineamento de um vocabulário que indica o desenvolvimento da cultura através de um direcionamento de dentro para fora e regido unicamente pela espontaneidade.

Porém, a natureza assume nos escritos martianos e, mesmo no interior deste ensaio, significados diversos. Sem explorar o conjunto destes significados, buscaremos compreender a importância deste conceito para a compreensão da argumentação acerca da possibilidade de estabelecimento de conexão entre espírito e vida na modernidade: “*Y fatigado de buscar en vano hazañas en los hombres, fue el poeta a saludar la hazaña de la naturaleza. Y se entendieron (...)*” (MARTÍ, J, 1992, p.233).

Por não conseguir atribuir sentido preciso ao mundo que lhe é exterior, o poeta se afasta dos homens, incertos e confusos e se aproxima da natureza. A natureza se converte numa fonte de verdades essenciais e em sentido metafísico, fixas e imutáveis. O mundo natural aparece como promessa de ser guia potencial aos indivíduos imersos na confusão das situações particulares e concretas do mundo social. Quanto ao artista, a natureza se apresenta a ele por uma revelação, em suas palavras: A torrente emprestou sua voz ao poeta¹⁵. A natureza faria revelar ao poeta o secreto do mundo. Aos olhos do artista, seria dado enxergar as verdades ocultas do mundo para que assim ele pudesse aos outros expressa-las. É evidente que esta concepção atribui à arte uma conotação ao mesmo tempo espiritual e religiosa, sendo assim, possibilidade de aproximar o indivíduo à divindade. Ao contrário das imagens do mundo dos homens, que sofreram a perda do halo, da possibilidade de serem reverenciadas de modo sagrado, a natureza mantém sua espiritualidade ou sua conexão com o divino, nas palavras de Martí: “*!El poema del Niágara! El halo de espíritu que sobrerodea el halo da agua de colores*” (MARTÍ, J, 1992, p.231-232). Porém é necessário frisar que o poeta ao vislumbrar o encontro das águas revoltas, enxerga no choque da espiral de espumas a si mesmo. No prólogo martiano a natureza é imagem da revelação poética, permite ao homem encontrar-se e ao fazê-lo não pode senão traduzir suas angustias. A batalha das torrentes que caem em cascata é a batalha do homem moderno que na vida não encontra sossego.

¹⁴“(…) *dejar a los espíritus su seductora forma propia;*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.230).

¹⁵“*El torrente prestó su voz al poeta.*” MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.233.

Parafrazeando-o, a natureza, imagem da revelação poética¹⁶, demanda da vida seu segredo.

Deste modo compreendemos a natureza, junto da vida ela mesma e sua confusão inerente, terem sido eleitas por Martí enquanto assunto único e legítimo da poesia moderna. Trata-se da busca por possibilidades do encontro entre espírito e vida em uma época na qual as imagens não se deixam fixar na cabeça e a busca por encontrar para a expressão do espírito, uma forma, se apresenta fugidia. Sendo assim, ao poeta só é permitido ser original mediante o sacrifício de exprimir ao mundo suas próprias contradições internas, revolvendo as entranhas.

MODERNIDADE E ENSAIO

Gostaríamos de agora, retomar uma questão apresentada no início deste artigo e ainda não desenvolvida, se o referido *Prólogo al Poema del Niágara* de José Martí pode ser abordado a partir da mirada do ensaio, nos termos em que este gênero de escrita foi definido por Georgy Lukács na introdução do livro *Soul and Form* (1971). Trata-se da carta endereçada a Leo Popper e escrita de Florença em outubro de 1910, de título *On the Nature and Form of The Essay*¹⁷. O livro *Soul and Form* consiste na reunião de um conjunto de ensaios cuja forma particular é questionada nesta carta. A carta inclui a inquirição, tal como indica seu título, sobre a natureza e forma do ensaio, no sentido de buscar argumentar sobre se a especificidade de uma forma em particular que uniria os diversos textos desta coletânea.

Especificamente, nos perguntamos acerca do que ajuda essa reflexão para a interpretação das especificidades da forma do prólogo e, por extensão, da prosa modernista de José Martí, ressaltando que este texto é apenas um exemplar dentre outros deste tipo que foram publicados na América Hispânica em fins do século XIX. Cabe aqui, também, antecipar algumas questões. Ao nos perguntarmos sobre a existência ou não de similitude do prólogo martiano com as definições sobre o ensaio elaboradas por Lukács, não estamos, evidentemente, indicando uma postura consciente

¹⁶ “A revelação é criação. A linguagem poética revela a condição paradoxal do homem, sua “outridade”, e assim o faz realizar o que é”. Octavio Paz, 2012, p.163.

¹⁷ Para verificar importantes comentários acerca desta carta de Lukács vale a pena conferir o escrito de Theodor Adorno, *O ensaio como forma* (1954), que realiza uma importante avaliação da prática da escrita do ensaio na Alemanha, inspirado nos trabalhos de autores como o jovem Lukács, e também, Georg Simmel, Kassner e Walter Benjamim. Segundo Adorno, o “jovem Lukács” notadamente se aproximou das reflexões de Georg Simmel para elaborar suas próprias ideias sobre a forma do ensaio.

do escritor ou do ensaísta para com a natureza do esforço intelectual que ele realiza nestes termos. Apenas estamos verificando as potencialidades que a reflexão acerca do gênero *ensaio* carrega para a interpretação do prólogo martiano.

Sobre as características do ensaio, em primeiro lugar, ele é tomado explicitamente enquanto um gênero híbrido. Longe das certezas emitidas pela esfera da ciência, e, também, da gélida perfeição final a que aspira a filosofia, Lukács admite que o ensaio ou o exercício da crítica da arte é, de fato, uma forma de arte e não uma ciência (LUKÁCS, 1971, p.2-3). Dito isso, a pergunta central seria buscar entender em que consiste o ensaio, qual é sua natureza e se ele possui, tal como a obra de arte uma forma em particular, e já que adiantamos uma resposta positiva para este último questionamento, em que consistiria a forma própria do ensaio.

Lukács parte de certas opiniões então correntes acerca do ensaio, para poder a partir delas, aprofundar seus próprios questionamentos. Um exemplo, não existe muita dúvida acerca de afirmar que um ensaio deve ser *bem escrito*, porém essa característica não aponta a natureza do ensaio. Em primeiro lugar, segundo o autor, não são dignos do nome *ensaio* os escritos que se contentam em expor fatos e traçar relações entre eles. Essa opinião vai à direção contrária do senso comum ao notar que um ensaio não consiste ou não pode consistir em apenas servir de instrução ou explicação acerca de uma obra de arte, embora muitas vezes, este seja exatamente o ponto de partida de um ensaio. Se diferenciando da ciência, que nos afeta pelos seus conteúdos, e se aproximando da arte, que nos oferece alma e destino, o ensaio se caracteriza pela inquirição acerca dos dilemas essenciais da alma e do destino através de estimular a pergunta sobre o significado das formas pelas quais o espírito alcança expressão, ou seja, da alma expressa nas formas, a obra de arte.

Trata-se de escrever sobre as artes e por intermédio delas, refletir sobre a vida, seus questionamentos e problemas vitais. Nem todo ensaio, porém, parte de uma obra de arte, um quadro, um livro ou um poema. Segundo Lukács, Platão, que teria sido o maior ensaísta, partiu da vida ela mesma em seus questionamentos (vale a pena notar aqui que, embora ele não afirme isso, parece haver uma indicação de que o ensaio ele mesmo possa ser uma forma de filosofia). A definição de ensaio aqui presente é ampla e elástica, claramente não restrita à moderna crítica de arte. Neste ponto abordaremos a tentativa, adiantamos desde já provisória, de diferenciar a forma da poesia da forma do ensaio. A poesia faria dar forma ao espírito através da busca por expressá-lo em imagens criadoras (*image-creating*). Não seria da ordem da poesia a busca por atribuir à

realidade das coisas a suposição de um significado (*significance-supposing*) (LUKÁCS, 1971, p.4-7). A poesia não adereça perguntas às coisas, apenas as considera como imagens, únicas, incomparáveis e relacionáveis. Já no ensaio ou na verdadeira crítica não existiria vida das coisas, não haveria imagem, mas apenas a transparência de tentar agarrar o transfundo da imagem, o significado que lhe é subjacente. No ensaio, são endereçadas perguntas acerca das formas e seu sentido tangente. Agiriam deste modo os místicos e os platônicos.

Não é difícil notar que se trata aqui de um exercício de abstração. Em uma poesia, seus significados latentes são, em verdade, engastados em imagens. Separar significado e imagem é aqui um exercício analítico, pois em realidade essa separação não seria possível. O próprio Lukács o afirma. Em um gênero híbrido como a prosa modernista na Hispano-América, dificilmente seria possível separar a reflexão sobre a arte e as formas empregadas para expressar essa reflexão. A narrativa martiana possui, ela mesma, uma forma e linguagem situada em uma fronteira próxima à literatura. Já pudemos desenvolver acima o modo como José Martí busca no *prólogo*, incessantemente, imagens para expressar os dilemas da vida do espírito na modernidade e as formas que a alma busca para se expressar em um mundo de constantes transformações. Afirmamos anteriormente também, que a forma da vida do espírito na modernidade se apresenta fugidia, as imagens não conseguem tempo para adquirir forma no cérebro, do que resulta que são transitórias, não conseguem se firmar. Se o prólogo exercita uma reflexão sobre a forma da arte, e através desta preocupação, enuncia o que seriam os dilemas essenciais da cultura de sua época, sua linguagem não é opaca nem transparente, não aspira a uma ausência de forma ou apenas atingir o significado que reside por trás das formas.

Na definição de Lukács, a poesia não busca simplesmente o significado, mas expressa e relaciona imagens criadoras. Não seria isso o que faz Martí quando afirma que “Uma tempestade é mais bela do que uma locomotiva” (MARTÍ, 1992, p.234)¹⁸? Observando a linguagem do prólogo, notamos que as imagens criadoras são veículo para a expressão das dúvidas e angústias que tomavam conta de sua geração de escritores. A linguagem poética, metafórica, angustiada e luxuriante está presente nesta narrativa tanto quanto o esforço por caracterizar através desta linguagem, sua época. Empregando suas palavras: “*Como este poema es obra representativa, hablar de él es*

¹⁸ “*Una tempestad es más bella que una locomotora*” (MARTÍ, J, 1992, O.C.V.7, p.234).

hablar de la época que representa” (MARTÍ, 1992, p.232). Como já afirmamos a separação entre imagem e significado é apenas um exercício de pensamento e Lukács de fato volta a juntar as duas pontas, a do ensaio e a da poesia, sendo que, deste modo, vale a pena continuar a seguir pela trilha por ele indicada. Voltamo-nos aqui para a pergunta fundamental expressa no título desta carta, qual seria mesmo a natureza íntima do ensaio? Arriscamos uma citação:

I mean intellectuality, conceptuality as sensed experience, as immediate reality, as spontaneous principle, of existence; the world-view in its undisguised purity as an event of the soul, as the motive force of life. The question is posed immediately: what is life? What is destiny? But posed as a question only: for the answer, here, does not supply a “solution” like one of the answers of science or, at pure heights, those of philosophy. Rather, as in poetry of every kind, its symbol, destiny and tragedy (LUKÁCS, 1971, p.7).

O ensaio, não tendo a pretensão de enunciar respostas definitivas tais como as da ciência ou de se elevar às puras alturas da filosofia, se aproxima da linguagem poética, sem ser, no entanto, poesia. O valor do ensaio reside menos nas respostas a que chega e mais no processo necessário e tortuoso, ele mesmo, da busca para se chegar a uma resposta. No ensaio vale o processo de se perguntar sobre a arte e, através dela, sobre a vida e o destino. Na fórmula de Lukács, mais vale o processo que o julgamento¹⁹. Acredito podermos dizer, também, que as formas e imagens empregadas no processo de elaboração do ensaio constituem grande parte deste valor que não se esgota nas respostas finais a que se chega. Esta poética do ensaio entrecortada entre a ciência e a filosofia se aproxima em nosso entendimento da linguagem martiana expressa no prólogo e até de algumas de suas definições sobre a linguagem da poesia, que diferentemente da ciência ou da filosofia, sugere mais do que afirma²⁰. Sendo assim, o que nos motiva a ler, contemporaneamente, o *Prólogo al Poema del Niágara?* Não seriam nem os comentários acerca da poesia de Pérez Bonalde, nem simplesmente as respostas que este ensaio dá aos problemas da vida moderna. Interessa mais as formas através das quais as perguntas acerca destes problemas são feitas. Na definição de Lukács, em específico, forma e destino se confundem, pois o específico da poesia residiria na relação entre destino e forma. As formas se apresentam, então, enquanto determinações de destino.

¹⁹ Lukacs, George. *Soul and Form*. Translated by Anna Bostock. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 1971, p.18.

²⁰ A vida em retalhos, poesia de retalhos (*A vida a retazos, poesia de retazos*). MARTÍ, J, 1992, O.C.V.22, p.309.

Quanto ao ensaio, ele carrega o peso de uma ironia que lhe é inerente, acredita-se pelo senso comum que a crítica de arte consegue atingir os problemas da vida apenas em seus aspectos mais lúdicos, decorativos e até superficiais, meros ornamentos da vida real. Porém, forma e realidade se confundem na escrita de um crítico. Seria trivial buscar diferenciar um comentário sobre a vida expressa em formas através da arte, de um comentário sobre a vida ela mesma, efetuado sem intermediações. A vida, na escrita do crítico, se apresenta pelas formas. Podemos interpretar deste modo José Martí não separar vida e arte e a poesia da vida hodierna. Em sua consideração, a poesia expressa sua época. No seu exercício de crítico, não é separada vida e poesia, a poesia é expressão representativa da vida.

É importante aqui reafirmar o fato de que as definições de Lukács sobre o gênero do ensaio, embora carregue possibilidades criativas para a abordagem do prólogo martiano, não se coincidem, evidentemente, com a investigação acerca do como Martí ele mesmo concebeu a atividade da escrita. Porém, mesmo nesse nível é possível encontrarmos aqui e ali uma similitude, sobretudo no aspecto das diferenças entre a linguagem da poesia em relação à ciência e a filosofia. Martí, no entanto, não separou e talvez, nem o poderia separar, a atividade do poeta e do crítico nos termos colocados por Lukács. Em Lukács, o poeta compartilha com o crítico a aspiração por expressar os problemas fundamentais da vida e do espírito, sem, porém, compartilhar a forma. Na reflexão de Martí, a fronteira entre o poeta e o crítico não possui definição assim tão clara, a linguagem abertamente poética e metafórica é o tempo todo, empregada no exercício da crítica. Possibilidade esta de estilo que foi também notado por Lukács em sua carta.

HÁ GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Para concluir, gostaríamos de propor uma breve reflexão sobre o tempo. As imagens poéticas construídas no *prólogo* nos permite uma abordagem da interpretação do enlace entre presente, passado e futuro na modernidade. Deparamo-nos com uma dificuldade. As imagens temporais apresentam enorme variação, não se pode concluir delas interpretações unívocas. Podemos falar até em uma pluralidade de tempos ou de noções temporais que se entrelaçam. Focalizamos duas, o tempo da poesia e da expressão poética e o tempo da história. Para tornar claro o argumento gostaríamos de citar um trecho:

Los vientos corrientes le batian las sienas; la sed de nuestros tiempos le apretaba las fauces; ¡lo pasado, todo es castillo solitario y armadura vacía!; lo presente, ¡todo es pregunta, negación, cólera, blasfemia de derrota, alarido de triunfo!; lo venidero, ¡todo está oscurecido por el polvo y vapor de la batalla! (MARTÍ, 1992, p.233).

Este trecho apresenta a noção de um presente marcado notadamente pela sensação de incerteza. O passado, armadura vazia, não mais se apresenta como guia seguro aos homens imersos nas batalhas do presente. Também o futuro possui imagem incerta. Notamos aqui uma noção de temporalidade preenchida de significados, não se trata de uma apresentação linear do tempo, o tempo da História, tempo do progresso, tempo homogêneo e vazio. A própria experiência humana preenche aqui o tempo, se funde a ele e o carrega de significado. É nesta constatação que reparamos o aparecimento de um tempo diferente daquele linear, o tempo da História e do Progresso no qual o futuro possui imagem coerente e certa. Falamos aqui do tempo qualitativo, tempo do ser, tempo da poesia²¹. Nele, a História possui o contrário de um direcionamento linear, o movimento da história marcaria em seu desenlace, um retorno, o do homem consigo, vislumbre de um reencontro do ser em meio às turbulências do presente. *¿Ni en qué vuelta irán, si con el polvo del combate que hace un siglo empezó y aún no termina, están oscurecidas hoy las vueltas?* (MARTÍ, 1992, p.224). Encontramos aqui a expressão *vuelta*, metáfora espacial circundante, movimento circular em torno de um ponto, deslocamento, volta e reencontro. A expressão sugere uma noção do tempo marcado por um movimento circular e possibilitada pela experiência poética. Temos então uma noção do tempo marcada igualmente pelo movimento de circularidade e pela sensação de incerteza.

Porém, já abordamos acima, na primeira parte do artigo, que a modernidade, tal como apresentada no *prólogo*, estabelece uma relação instável entre expansividade, crescimento e dissolução das qualidades entre os homens. É esta relação de tensão que nos permite uma interessante observação acerca do tempo. Para apresentar esta tensão,

²¹ Segundo Octavio Paz: “Para ser presente, o poema precisa estar presente entre os homens, encarnar-se na história. Como toda criação humana, o poema é um produto histórico. Filho de um tempo e de um lugar; mas também é algo que transcende o histórico e se situa anterior a toda história, no princípio da história. Antes da história, mas não fora dela. Antes, por ser realidade arquetípica, impossível de datar, começo absoluto, tempo total e autossuficiente. Dentro da história – e mais – história – porque só vive encarnado, reengendrando-se, repetindo-se no instante da comunhão poética” (PAZ, 2012, p.193). O poema é, em relação à história, o começo, tempo arquetípico e fundador, revelação e criação do homem em um tempo que se renova e que é constantemente recriado e que não pode ser datado, medido, mesurado. Por isso, ele escapa à história e lhe é anterior, da mesma forma que se realiza nela, o poema se encarna na história e ao fazê-lo revela o homem, cria o homem, gera a história, engendra e reengendra. Com as palavras de Paz, é fonte e jorro.

Martí conjugou a imagem da comparação entre os cumes montanhosos e as planícies, *llanuras*. No passado, tínhamos picos que se destacavam como cumes elevados, os grandes gênios e as grandiosas obras que lhes correspondiam, o antigo tempo das tranquilidades e certezas dos letrados envoltos no anteriormente citado ambiente plácido onde o bom rei fazia a lei, o bom índio amassava o pão e a mãe igreja dava abrigo e sepultura. No presente, temos a modernidade, oscilante entre o ímpeto irresistível de crescimento, expansividade e dissolução. Uma espiral que confunde os homens e os fazem se chocar. Não se enxerga nem se pode vislumbrar uma imagem coerente do futuro, obscurecida pelo pó e vapor levantado no transcurso da batalha pela vida, que fatalmente a todos os homens encobre, trata-se, de fato, de um futuro em aberto. Encolhido, encimado, o poeta põe os olhos sobre a alma não encontrando coerência no exterior do mundo. Mas existe outra possibilidade, situada no nível das expectativas e que apresenta uma imagem mais positiva acerca do futuro:

Una gran montaña parece menor cuando está rodeada de colinas. Y esta es la época en que las colinas se están encimando a las montañas; en que las cumbres se van deshaciendo en llanuras; época ya cercana de la otra en que todas las llanuras serán cumbres. Con el descenso de las eminencias suben de nivel los llanos, lo que hará más fácil el tránsito por la tierra (MARTÍ, 1992, p.228).

Observando esta imagem notamos que a expansividade e crescimento ensejados pela modernidade levam os homens a serem projetados ao alto, precipitados a um estado em que o nivelamento entre os homens gera o contrário da imagem de uma dissolução. Os cumes elevados, projetados pelos gênios de outrora, que se nivelaram e se dissolveram a altura das planícies, voltariam a se erguer, só que desta vez, não isolados e destacados da multidão como antes. A própria multidão é lançada ao alto, se converte em cume, criando uma situação surpreendente. As *llanuras* deste novo espaço virtual situado no futuro o são apenas na aparência, pois seriam formadas pela contiguidade dos novos cumes precipitados pelas massas de homens nas cidades.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor, “O ensaio como forma” (p. 15-45). In: Adorno, W. T., **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida, Editora 34, Coleção Espírito Crítico, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos. **Ideias Para um Programa de História Intelectual**. Argentina: Universidade Nacional de Quilmes 2006. Tradução de Norberto Guarinello. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a01v19n1.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. V.1. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense: 2012.

LACAPRA, Dominic. *Repensar la Historia Intelectual e leer textos*, In: Palti, Elías José **"Giro lingüístico" e historia intelectual**: Stanley Fish, Dominick Lacapra, Paul Rabinow y Richard Rorty, p.237-292. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Colección Intersecciones. 1998.

LUKACS, George. *On the Nature and Form of the Essay*, In: **Soul and Form**. p.1-18. Translated by Anna Bostock. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 1971.

MARTÍ, José. *Prólogo al Poema del Niágara*, In: **Obras Completas**. O.C.V.7, p.223-238. *La Habana: Editorial de Ciencias Sociales*. 1992.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito**. MANA 11(2): 577-591, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext

_____ **On individuality and social forms**. (org. por Donald Levine). Chicago, The University of Chicago press, 1971.

ABOLICIONISMO, ANTIABOLICIONISMO E MERCADO

Uma análise das repercussões de *A Cabana do Pai Tomás* (1852) nos Estados Unidos¹

Marcelle Braga
Universidade Federal de Ouro Preto
marcelledcbraga@gmail.com

RESUMO

“A cabana do Pai Tomás” (1851-1852) foi um dos romances mais lidos e vendidos nos Estados Unidos oitocentistas. A obra escrita por Harriet Beecher Stowe instigou as discussões já afloradas sobre a legitimidade da escravidão no país, atraindo um número extraordinário de leitores (atingindo 3.000 cópias vendidas no primeiro dia de seu lançamento em formato de livro²). A ficção causou grande impacto no mercado e estimulou o surgimento de inúmeros subprodutos que dialogavam com as histórias narradas, entre eles destacam-se romances e outras narrativas que se propuseram a respondê-la, fosse para elogiá-la ou criticá-la. Na comunicação aqui proposta, analisamos a repercussão desse best-seller no país na década de 1850, com ênfase na produção dos romances que se propunham a defender a instituição escravista dos ataques da autora (gênero que ficou conhecido como “anti-tom”). Com isso percebemos que os estados que mais publicaram obras foram Nova York e Pensilvânia, estados localizados no que era compreendido como “Norte”. Assim, destacamos, entre outros pontos, que a simpatia pela causa pró-escravista era mais complexa e fluida do que a distribuição geográfica da instituição escravista. E ressaltamos também que o romance de Stowe conseguiu movimentar não só o posicionamento sócio-político de um grande público leitor (a favor ou contra a causa abolicionista), mas também um mercado que multiplicava seus produtos, dialogando com a obra.

Palavras-chave: Estados Unidos, romances anti-tom’s, Harriet Beecher Stowe, A cabana do Pai Tomás

¹ Este trabalho é fruto de minha pesquisa de mestrado financiada pela Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP.

² HAMAND, Wendy F. "No Voice from England": Mrs. Stowe, Mr. Lincoln, and the British in the Civil War. In: *The New England Quarterly*. Published by: The New England Quarterly, Inc. Vol. 61, No. 1 (Mar., 1988).IN: <http://www.jstor.org/stable/365218>. Acessado em: 10/11/2010, p. 03.

INTRODUÇÃO

A Cabana do Pai Tomás, escrito por Harriet Beecher Stowe, foi publicado em forma de folhetim no jornal *National Era* entre os anos de 1851 e 1852. O romance dialogava diretamente com seu momento histórico, convocando o leitor a se posicionar frente a legitimidade da escravidão no país. No último capítulo, o narrador afirma a veracidade das histórias, em resposta a cartas que a autora do livro teria recebido de seus leitores.

Segundo o filósofo Jacques Rancière, a ficção não precisa ser imitação ou reprodução exata do real. Isso significa que o autor da literatura articula linguagens, ações e discursos, conferindo um sentido a toda essa diversidade. Assim, busca estabelecer “estruturas inteligíveis” para a realidade. (RANCIÈRE, 2009, p. 53). É desta forma que compreendemos a afirmação de Stowe de que *A Cabana do Pai Tomás*:

[...] foi uma coleção e arranjo de incidentes reais, das ações realmente realizadas, de palavras e expressões muito pronunciadas, agrupados com referência à um resultado geral, da mesma forma que os grupos de artistas de mosaico montam seus fragmentos de várias pedras em uma imagem geral. Os deles são mosaicos de pedras preciosas - este é um mosaico de fatos.³ (STOWE, 1853, p. 05)

Ao afirmar que seu romance era um “mosaico de fatos”, Stowe admitia que rearranjava acontecimentos, ações e expressões, de modo a oferecer um sentido para todos esses elementos presentes nos Estados Unidos oitocentistas. E para unir todas essas fontes e para amenizar a escravidão procurou refúgio na imaginação, não buscando mentir sobre o que acontecia no Sul, mas tentando demonstrar formas de relações entre senhores e escravos nas fazendas. (RANCIÈRE, 2009, p. 59) Sua tentativa de amenizar as crueldades da escravidão busca não distanciar o leitor escravista, levando adiante um antiescravismo que tenta não agredir a imagem dos sulistas ou do Sul como um todo. Atacando a instituição no seu cotidiano, mas sem ignorar que a mesma abria margem para senhores tirânicos que castigavam severamente seus escravos.

³ [...] has been a collection and arrangement of real incidents, of actions really performed, of words and expressions really uttered, grouped together with reference to a general result, in the same manner that the mosaic artist groups his fragments of various stones into one general picture. His is a mosaic of gems—this is a mosaic of facts.

1. VENDAGENS E PUBLICIDADE

A proposta do romance foi feita por Stowe e enviada ao editor do jornal *National Era*. Gamaliel Bailey aceitou a proposta e anunciou o romance desde 8 de maio de 1851, o que permitiu quase um mês de publicidade do romance antes de ser publicado, em 5 de junho.

Sra. Stowe é uma das mais talentosas e populares escritoras norte-americanas. Anunciamos sua história com antecedência, para que nenhum dos nossos assinantes perca o começo, e que aqueles que desejam ler a produção, já que vão aparecer em números sucessivos do *Era*, podem nos enviar seus nomes na temporada.^{4 5}

A obra foi publicada semanalmente na forma de folhetim até 1 de abril de 1852. Mas em 20 de março, antes mesmo de acabar de ser publicada no jornal, o romance foi lançada no formato de livro, com uma edição de cinco mil cópias emitida no dia 20 de março.⁶ Com um contrato firmado entre os Stowe e John P. Jewett & Co. (assinado por Calvin Stowe, pois a lei proibia que mulheres estabelecessem tais contratos).

Jewett afirmou em entrevista que não havia lido a obra quando a mesma foi publicada na forma de folhetim, mas sua esposa havia lido e afirmava que a obra tinha grande potencial. Jewett afirma ter lido o romance somente quando a obra estava completa, na forma de livro. (FORMAN, 1883, p. 30).

O próprio jornal *National Era* vendia o exemplar em seu escritório, aceitando encomendas que poderiam ser enviadas para as casas dos interessados. Bailey anunciava até mesmo os preços do livro no jornal, facilitando as vendas.⁷ O livro recebeu uma grande investida dos dois editores no sentido de divulgação, sendo anunciado em vários outros jornais do país.

O romance vendeu três mil (3000) cópias no primeiro dia de lançamento. (STOWE, 1890, p. 159). Na Inglaterra, a primeira publicação do romance foi em maio e rapidamente se tornou um grande sucesso, com uma aceitação ainda maior do que nos

⁴ Unsigned Gamaliel Bailey. *The National Era*. Washington, D.C.: 8 May 1851. In: <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01at.html>. Acesso em: 21-08-2013.

⁵ Mrs. Stowe is one of the most gifted and popular of American writers. We announce her story in advance, that none of our subscribers, may lose the beginning of it, and that those who desire to read the production as it may appear in successive numbers of the *Era*, may send us their names in season.

⁶ Unsigned (Gamaliel Bailey). Uncle Tom's Cabin. In: *The National Era*. Washington, D.C.: 1 April 1852. <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01et.html>. Acesso em: 28-08-2013.

⁷ Unsigned (Gamaliel Bailey). Uncle Tom's Cabin. In: *The National Era*. Washington, D.C.: 1 April 1852. <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01et.html>. Acesso em: 28-08-2013.

Estados Unidos. Os editores de Londres venderam cerca de 10 mil exemplares por dia, durante cerca de quatro semanas. E mais de um milhão de cópias foram vendidas até o fim do ano. Só perdia em vendas para a Bíblia e os livros de oração. Logo surgiram traduções em outros lugares do mundo (WINSHIP, 2007). Fora essas vendas oficiais existiram também as edições pirateadas do romance, que foram estimadas em cerca de meio milhão de cópias vendidas na Inglaterra e suas colônias até 1853. (MEER, 2005, p. 04).

Stowe tentou impedir a publicação não autorizada de seu romance na tradução germânica, mas falhou. Na Europa também se tornou rapidamente um Best-seller, com versões em italiano, francês, espanhol, etc.. Dezenas de edições não autorizadas somaram mais de 1,5 milhão de cópias impressas na Inglaterra nas primeiras semanas de lançamento.⁸

2. O SURGIMENTO DE UM COMÉRCIO

A *Cabana do Pai Tomás* foi comprado, discutido, imitado e citado em uma escala incomum para um romance escrito por uma mulher norte-americana. Virou música, peça de teatro e inspirou a produção de uma vasta série de mercadorias. Inúmeros artigos de luxo surgiram com base na obra: pinturas, quebra-cabeças, cartões, jogos, pratos, colheres, bonecos, papel de parede, estatuetas de porcelana e ornamentos de bronze. Esses subprodutos ficaram conhecidos como “uncle Tomitudes” e suas confecções ocorriam geralmente fora dos Estados Unidos, no norte ou oeste da Europa.⁹ Paralelas às versões refinadas de *souvenirs* surgiram versões mais baratas. Os empresários envolvidos neste comércio, de peças sofisticadas ou de peças mais grosseiras, geralmente, não retornavam parte dos lucros para Stowe, (ADILETTA, 2003) até porque não existia lei internacional de direitos autorais. (HALLORAN, 2013, p. 21)

Em geral, os “uncle tomitudes” retratavam cenas marcantes do romance, como a fuga de Eliza com seu filho nos braços, correndo sobre os blocos de gelo do Rio Ohio, fugindo do novo dono; Tom/Tomás salvando Eva que havia caído no rio; Eva brincando

⁸ *The Encyclopedia of the Novel*. John Wiley & Sons, 2011, p. 215.

⁹ No site do arquivo digital encontram-se os vários subprodutos do romance: <http://utc.iath.virginia.edu/tomituds/tohp.html>. Acesso em: 01-11-2013.

no colo de Tom/Tomás; cena de castigo dos escravos; cenas de Eva com a escrava Topsy; etc.. O arquivo disponibiliza imagens dos “Uncle tomitudes”, porém, geralmente, não se tem conhecimento da autoria ou data de produção das peças. Alguns jogos possibilitavam visualizar toda a história do romance, seguindo a sequência das imagens coloridas. Para ter uma boa compreensão, seria ideal que se tivesse lido também a obra. Observe:



Presente de Alice Barlow ao Harriet Beecher Stowe Center, Hartford CT. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/tomituds/puzzleL.html>. Acesso em: 30-11-2014.

Na primeira fileira: Na primeira imagem, a escrava Eliza ouve a conversa do Sr. Shelby com o traficante de escravos, Sr. Haley. Na 2ª imagem, Eliza despede-se dos amigos da fazenda. Na 3ª imagem, Eliza foge sobre os blocos de gelo do Rio Ohio, perseguida pelos capatazes; Na 4ª imagem, Eliza consegue abrigo na casa do Senador Bird (que votou a favor da lei do Escravo Fugitivo, que proibia o acolhimento de escravos fugidos do estado de Kentucky).

Na segunda fileira: Na 1ª imagem, Tom é levado pelo traficante de escravos, Sr. Haley. Na 2ª imagem, Haley compra outros escravos, com destaque para a resistência das famílias e a força utilizada para separá-los; na 3ª imagem, Tom salva Eva, que havia caído no rio; Na quarta, o Sr. St. Clare compra Tom de Haley, sob pedido de Eva; na 5ª imagem, os escravos fugidos (Eliza, George e Harry) na casa dos *quakers*

Na terceira fileira: o confronto dos escravos fugidos e os homens contratos para resgatar os escravos; na segunda, a escrava Topsy dança para os Sr. St. Clare e Sra. Ophelia; na terceira, a escrava Topsy interage com a nova dona, Sra Ophelia; na quarta, o leito de morte de Eva; Eva aparece como fantasma para Tom.

Na quarta fileira: Sr. St. Clare aparece ferido (ferida a qual o levará a morte); na segunda, Tom aparece com seu novo dono, Sr. Legree, com os cachorros e seus escravos; na terceira, Tom aparece morto, o Sr. George Shelby aparece conversando com o Sr. Legree e os escravos, Quimbo e Sambo, que serviam de capatazes aparecem na janela; na última peça, os escravos fugidos, Eliza e George, chegam ao Canadá onde encontram um missionário.

É interessante observar que os personagens permanecem com as mesmas roupas ao longo das cenas, o que facilita a interpretação das imagens. A história contada através das imagens se inicia em uma das cenas do primeiro capítulo (embora não seja realmente a primeira). Mas não tem o mesmo desfecho do livro, pois é concluída antes. No romance, depois dos escravos conseguirem a ajuda do missionário, vão para a França, onde George recebe instrução e depois demonstra intenção de partir para a África. O desfecho do livro foi bastante criticado pelos leitores, que afirmavam que a autora parecia pregar a ideia de que os libertos deveriam deixar o país, e que não teriam identificação com essa terra onde somente sofreram violências físicas e psicológicas. Assim, negligenciava a ideia de que esses libertos estavam há muitas gerações no país, contribuindo para sua riqueza, e tendo desenvolvido vários laços sociais e culturais.

Mas é importante destacar que essa ideia de libertação dos escravos e do envio destes para a África aparece nos discursos dos Beecher sobre uma imagem de benevolência, de amor cristão. A aparente docilidade do discurso humanitário e de cuidado com o próximo.

Na convenção de 1853, os representantes da Sociedade Americana e Estrangeira Antiescravista apresentaram resistência às ideias colonizacionistas. Eles apontavam que parte significativa dos libertos do país se sentia parte dos Estados Unidos e não se identificavam com a África. Segundo Rafael Marquese, os escravos do país naquele período eram, majoritariamente, naturais da América, portanto, não se tratava de africanos importados pelo tráfico ilegal a serem repatriados. (MARQUESE, 2004, p. 241) Segundo Thomas Graham, um dos representantes da Sociedade na convenção pediu à Stowe para que, se ela fosse reescrever o romance, ela não enviasse os negros livres para a África. Mas, em 1856, ela escreveu *Dred* e novamente defendeu a colonização. (GRAHAM, 1973, p. 620-621).

Não acreditamos que Stowe simplesmente queria os negros longe do país, por pensamentos racistas, mas que talvez ela realmente temesse as futuras violências que os libertos poderiam sofrer. Acreditamos que Stowe poderia compartilhar de ideias de seu pai. Lyman Beecher, e a Sociedade de Colonização ressaltavam que os libertos viviam em situação miserável no país, vítimas da pobreza, ignorância e corrupção moral. E duvidavam da possibilidade de um futuro digno para os negros na América. . Por outro lado, temiam que o aumento da população de cor, sem a melhoria de sua condição

social, pudesse gerar rebeliões. Acreditavam que o preconceito racial dos brancos era um obstáculo praticamente intransponível. (THOMPSON Jr., 1973, p. 94-95).

2.1. DRAMATIZAÇÕES

O romance *A cabana do pai Tomás* foi criticado na forma teatral desde o período de sua serialização no jornal, antes do lançamento na forma de livro. (LOTT, 1993, p. 220). Dawn Adiletta, curadora do *Harriet Beecher Stowe Center*, afirma que o romance foi amplamente dramatizado nos Estados Unidos e no exterior, sem que Stowe concedesse aprovação ou recebesse algum lucro. (ADILETTA, 2003) Tais apresentações serviram para aumentar ainda mais o sucesso da obra. As peças de teatro e as mostras itinerantes alteraram os enredos, simplificaram personagens e incorporaram as tradições dos menestréis, ficando conhecidas como “Tom Shows”. Foram apresentados nos teatros de Baltimore, Boston, Troy, Filadélfia, Nova York, Nova Orleans, Chicago e Detroit, além do exterior por 75 anos, depois da publicação do livro, em 1852. (MEER, 2005, p. 105).

2.2. CARTAS

Nos Estados Unidos surgiram respostas nos mais diversos formatos (cartas, editoriais, teatros urbanos, romances, etc.). Um pró-escravista escreveu 27 cartas direcionadas a Stowe e as publicou na forma de um livro sob o pseudônimo de Nicholas Brimblecomb, intitulado *Uncle Tom Cabin in ruins* (A Cabana do Pai Tomás em Ruínas). Sua obra se propunha a desconstruir o romance de Stowe *pari passu* ao desenvolvimento das histórias e personagens. Não encontramos registros de o escrito ter sido publicado em algum jornal ou se circulou na forma de folhetim.

Brimblecomb se apresentou como um senhor de escravos, uma parte do sistema escravista e, por isso, considerou-se em posição mais estratégica para falar sobre a escravidão do que a nortista Harriet B. Stowe. Defendeu o direito dos proprietários de escravos acima de qualquer noção de humanidade proposta por Stowe, afirmando a ilegitimidade da constituição de famílias escravas ou do matrimônio entre escravos, apoiando a total liberdade da reprodução da propriedade escrava para fins lucrativos e distribuição desta mão-de-obra para os estados escravistas.

Brimblecomb propôs-se a comentar o romance ao longo de seu desenvolvimento, já que seu objetivo era fazer um exame aprofundado do livro. A figura mais defendida da obra foi o comerciante de escravos, Sr. Haley. Dessa forma, para o autor, o Sr. Haley se tratava de um simples comerciante, tão respeitável quanto um vendedor de qualquer outra mercadoria, que simplesmente exercia uma profissão lícita e digna. (BRIMBLECOMB, 1853, p. 08). Ou seja, em oposição à Stowe, o escritor o apontou-o como um homem puro, que realizava um serviço que não era pior que nenhum outro, mas, muito pelo contrário, desempenhava um trabalho virtuoso e decente

Ao ler as cartas de Brimblecomb percebemos que a defesa do traficante de escravos desembocou na defesa da expansão da escravidão e da *plantation*, como um todo. Ressaltando que novas plantações baseadas no trabalho escravo eram recentemente estabelecidas no sudoeste, e ainda tendiam a crescer muito.

Sua escrita *anti-tom* foi muito diferente das várias defesas dos romances do gênero. Enquanto estes¹⁰ defendiam que a instituição era boa para senhor e escravo, que possuíam relações de amizade, onde se cuidavam mutuamente, Brimblecomb foi radicalmente pelo caminho oposto. Defendeu a escravidão puramente como uma necessidade e como um bem, que se expandia para o benefício de um comércio florescente. Sem negar as violências que eram empregadas aos escravos, apontando-as como importantes para a gerência da plantação. E mais, que não só os sulistas estavam envolvidos com o comércio, como também havia grande participação de nortistas interessados.

¹⁰ Como os romances anti-tom: EASTMAN, Mary Henderson. *Aunt Phillis's Cabin; or, Southern Life As It Is*. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co, 1852; SMITH, W. L. G.. *Life at the South; or, Uncle Tom's Cabin As It Is*. Buffalo: Geo. H. Derby & Co, 1852; Criswell, Robert. *"Uncle Tom's Cabin" Contrasted With Buckingham Hall, The Planter's Home*. New York: D. Fanshaw, 1852; RUSH, Caroline. *The North and the South; or, Slavery and Its Contrasts*. Philadelphia: Crissy & Markley, 1852; McINTOSH, Maria J.. *The Lofty and the Lowly; or, Good in All and None All-Good*. New York: Appleton, 1853; BUTT, Martha Haines. *Antifanaticism: A Tale of the South*. Philadelphia: Lippincott, Grambo, and Co., 1853; PAGE, J. W.. *Uncle Robin in His Cabin in Virginia, and Tom Without One in Boston*. Richmond: J. W. Randolph, 1853; HALE, Sarah J.. *Liberia; or, Mr. Peyton's Experiments*. New York: Harper & Brothers, 1853; HENTZ, Caroline Lee *The Planter's Northern Bride*. Philadelphia: T. B. Peterson, 1854.

2.3. OS ROMANCES ANTI-TOM'S

Sarah Meer afirma que já em 1852 muitos periódicos, tanto do Sul quanto do Norte, convidaram seus leitores a responder Stowe na forma de romance – como os jornais *Southern Literary Messenger*¹¹, da Virgínia, e *Pennsylvanian*, da Pensilvânia (MEER, 2005, p. 75). Autores oriundos do sul ou do norte – que já havia circulado por outros estados – escreveram histórias para opor uma nova imagem do sul a imagem construída por Stowe. Estas obras passaram a constituir o que se tornou um gênero de escrita: os romances *anti-tom*. Estes compunham tanto respostas incisivas, como também algumas mais moderadas às representações de Stowe.

O surgimento de toda uma literatura de resposta à obra de Stowe pode ser um desdobramento da capacidade que os editores de periódicos tinham de impactar os autores e o público nos Estados Unidos oitocentistas. Ian Watt já destacava que na Inglaterra setecentista: “os livreiros tinham grande poder de influência sobre autores e público; assim, cabe examinar se esse poder se relacionou de algum modo com o surgimento do romance” (WATT, 2010, p. 56). No caso americano, o mercado editorial, e não somente os livreiros, abriu suas portas para a publicação de *anti-tom's*. Não pretendemos afirmar que isto foi unicamente determinante, mas acreditamos que essa abertura auxiliou no surgimento de tantos romances.

Alguns romances conseguiram significativo destaque: *Aunt Phillis's Cabin* (1852) vendeu entre 20.000 e 30.000 em um ano.¹² *Uncle Tom's Cabin as it is* (1852) vendeu 15 mil cópias em quinze dias. *The Master's House* (1854) teve diversas edições.¹³ *The Lofty and the Lowly* (1853) vendeu 8.000 cópias nas primeiras semanas de publicação.¹⁴ Todos conseguiram pouca popularidade quando comparada às 300.000 cópias vendidas do romance de Stowe. Mas não podemos desconsiderar a notoriedade que alcançaram.

No gráfico abaixo conseguimos vislumbrar o número de publicações de romances “anti'tom's” lançados na década de 1850 (mais precisamente nos anos 1852,

¹¹ O arquivo digital disponibiliza os números deste jornal desde 1834 a 1864: <http://quod.lib.umich.edu/m/moajrnl/browse/journals/sout.html>. Acesso em: 01-11-2013.

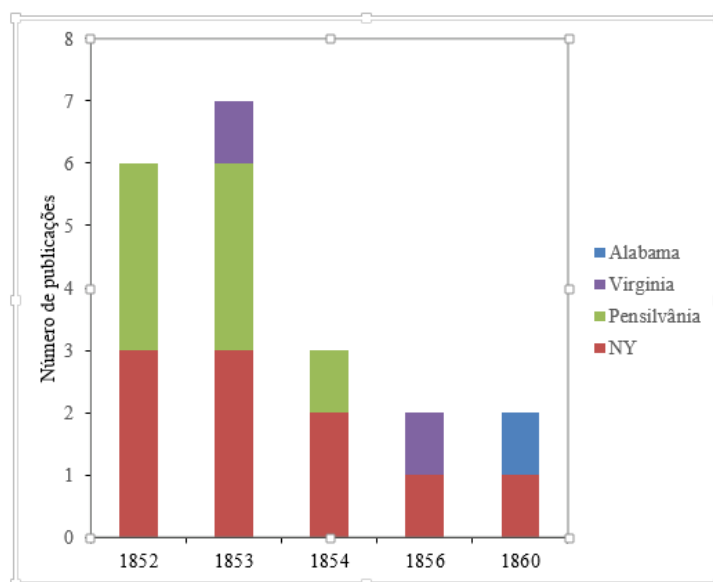
¹² Arquivo digital *Uncle Tom's Cabin and American Culture a multi-media archive*

¹³ Idem, ibidem, p. 77.

¹⁴ <http://utc.iath.virginia.edu/proslav/mcintoshhp.html>

1853, 1854, 1856 e 1860, sendo que nos anos intermediários não encontramos publicações deste gênero) por estado da União. Nele percebemos que os anos 1852 e 1853 tiveram maior número de obras publicadas. Sendo que Nova York liderou os lançamentos ao longo da década:

Gráfico 1. Número de publicações por ano e por estado



Desta forma, percebe-se que Nova York e Pensilvânia, estados do conhecido “Norte”, publicavam obras de cunho antiescravista, mesmo sendo estados onde a escravidão era proibida. Com isso, percebe-se que conseguiam certo espaço de “liberdade de imprensa”, o que não significa que a população não reagisse às publicações de forma, muitas vezes, violenta.

Segundo Parfait, no verão de 1852, pró-escravistas dos estados sulistas começaram a tomar medidas contra o romance de Stowe, usando várias estratégias para tentar reprimir sua circulação. Cópias do romance foram queimadas publicamente em Athens, Geórgia, nos meses que seguiram a sua primeira publicação na forma de livro. Com o passar dos anos, a situação foi se tornando mais tensa. Em 1856, um livreiro de Mobile, Alabama, foi expulso da cidade por vender três livros antiescravistas; exemplares de *A Cabana do Pai Tomás* estavam entre eles. Em 1857, em Maryland, um negro livre foi condenado a 10 anos de prisão por ter em seu poder documentos antiescravistas, um dos quais era o romance. (PARFAIT, 2007, p. 96).

Em 1853, em carta pessoal, Stowe afirmou acreditar que a circulação de seu livro foi proibida porque estava causando grande impacto na população, pois a leitura da

obra estava convencendo senhores de emancipar seus escravos. Além de ser uma tentativa de abafar os leitores sulistas que possuíam simpatia pelo livro, mas que tinham que se manter em segredo, temendo serem pegos e penalizados. A escritora afirma em carta ao lorde Morpeth, 7 janeiro de 1853:

Eles interditarão o meu livro na [maioria] das [Livrarias] do sul e por quê? Porque viram que tocou a consciência – Três casos chegaram ao meu conhecimento onde causou a emancipação imediata dos escravos – esta é a razão pela qual é proibido – por que não há um fim ao abuso amargo dele. Muitos me odeiam, [pobres almas], ignorantemente, porque se eles pudessem ler em silêncio e desapaixonadamente estariam perfeitamente de acordo comigo, mas muitos pensam como eu, e secretamente frequentam o livro e não se atrevem a dizê-lo.^{15 16}

Parfait assinalou que muitas notas de jornais apontavam que escravos, depois de ler ou ouvir o romance, se sentiram encorajados a fugir e assim o fizeram, o que configuraria outro motivo para a proibição da obra. Segundo o jornal *Provincial Freeman* (Toronto, Ontário), as fugas pela *Underground Railroad* aumentaram significativamente depois da publicação. (PARFAIT, 2007, p. 96). Não podemos afirmar com certeza se essas notícias condiziam ou não com histórias reais, mas também não almejamos analisar isto. Destacamos que a produção e circulação de tais notícias ressaltam o efeito do romance sobre a imprensa, fortalecendo uma ideia de que o livro, em si, possuía um poder sobre os leitores, agindo como instrumento iluminador das mentes e libertador do cativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse texto, buscamos demonstrar que o romance de Harriet Beecher Stowe conseguiu movimentar pensamentos de indivíduos dos dois lados do Atlântico, fosse a favor ou contra a causa abolicionista. Foram inúmeras as formas que os leitores escolheram para expressar sua simpatia em relação à obra. Tal mobilização nos auxilia a ressaltar a grandiosidade que a questão da legitimidade da escravidão tomava ao redor do mundo.

¹⁵ Carta de Stowe para o lorde Morpeth, 7 janeiro de 1853. Barrett Collection, University of Virginia. In: <http://utc.iath.virginia.edu/proslav/prostowelet2.html>. Acessado em: 15-03-2014.

¹⁶ They have interdicted my book in [most] many of the southern [store] book stores & why? Because they saw it touched the conscience - Three cases have come to my knowledge where it caused the immediate emancipation of slaves - this is the reason why it is forbidden - why there is no end to the bitter abuse of it. Many hate me, [poor souls,] ignorantly, who if they only were permitted quietly & dispassionately to read would perfectly agree with me, & many think as I do, & secretly patronise the book who dare not say so.

Buscamos destacar também que a simpatia pela causa pró-escravista era mais complexa e fluida do que a distribuição geográfica da instituição escravista, ou seja, não existia um Norte abolicionista contra um Sul escravista, os indivíduos tinham sua própria percepção da questão. Houve indivíduos que se expressavam com moderação e aqueles que adotaram o radicalismo, mas percebemos que os moderados conseguiram maior visibilidade, tendo em vista o número de exemplares vendidos.

A *Cabana do Pai Tomás* teve um impacto tão grandioso que toda a bibliografia que se refere ao romance afirma que o presidente do período, Abraham Lincoln, teria dito à autora: “So this is the *little woman who wrote* the book that started this *great war*” (então, você é a senhorinha que escreveu o livro que iniciou essa grande guerra). Lincoln se referia a guerra civil norte-americana. Não acreditamos que somente Stowe causou a guerra, mas que os debates suscitados e estimulados por ela alimentaram as tensões que deram início a esse conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILETTA, Dawn C. A “Tomitude” Hog River Journal Winter 2003. In: www.hogriver.org. Acesso em: 10-10-2013.

BRIMBLECOMB, Nicholas. *Uncle Tom's Cabin in ruins: Triumphant defense of Slavery! In Series of letters to Harriet Beecher Stowe*. Boston: Charles Waite, 1853.

FORMAN, William Henry. Uncle Tom's Cabin. In: *The Manhattan*. New York: January 1883. In: <http://utc.iath.virginia.edu/articles/n2ar37at.html>. Acessado em 21-08-2013.

GRAHAM, Thomas. Harriet Beecher Stowe and the Question of Race. In: *The New England Quarterly*. Published by: The New England Quarterly, Inc. Vol. 46, No. 4 (Dec., 1973), pp. 614-622. IN: <http://www.jstor.org/stable/364818>. Acessado em: 03/02/2011.

HALLORAN, Fiona Deans. *Thomas Nast: The Father of Modern Political Cartoons*. Univ of North Carolina Press, 2013.

LOTT, Eric. *Love & Theft: Blackface Minstrelsy and the American Working Class*. New York: Oxford University Press, 1993.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, Missionários da Mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660- 1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MEER, Sarah. Copycat Critics: the Anti-tom Novel and the Fugitive Slave. In: *Uncle Tom Mania: Slavery, minstrelsy & Transatlantic Culture in the 1850's*. University of Georgia Press, 2005.

PARFAIT, Claire. *The Publishing history of Uncle Tom's Cabin: 1852-2002*. Ashgate Publishing limited, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos da ficção. *A partilha do sensível*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

STOWE, Charles Edward (ed.). Chapter IV. *Life of Harriet Beecher Stowe*. Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1890.

STOWE, Harriet Beecher. *A Key to Uncle Tom's Cabin*. Boston: John P. Jewett & CO.; Cleveland, Ohio: Jewett, Proctor & Worthington; London: Low and Company, 1853.

The Encyclopedia of the Novel. John Wiley & Sons, 2011.

THOMPSON JUNIOR, J. Earl. Lyman Beecher's Long Road to Conservative Abolitionism. In: *Church History*, Vol. 42, No. 1 (Mar., 1973), pp. 89-109. Published

by: Cambridge University Press on behalf of the American Society of Church History. IN: <http://www.jstor.org/stable/3165048>. Acesso em: 03/09/2013.

Unsigned (Gamaliel Bailey). Uncle Tom's Cabin. In: *The National Era*. Washington, D.C.: 1 April 1852. <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01et.html>. Acesso em: 28-08-2013.

Unsigned (Gamaliel Bailey). Uncle Tom's Cabin. In: *The National Era*. Washington, D.C.: 1 April 1852. <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01et.html>. Acesso em: 28-08-2013.

Unsigned Gamaliel Bailey. *The National Era*. Washington, D.C.: 8 May 1851. In: <http://utc.iath.virginia.edu/notices/noar01at.html>. Acesso em: 21-08-2013.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

WINSHIP, Michael. *Uncle Tom's Cabin: History of the Book in the 19th-Century United States*. 2007. In: <http://utc.iath.virginia.edu/interpret/exhibits/winship/winship.html>. Acessado em: 09-04-2014.

O LEGADO DA ESCRAVIDÃO E OS USOS DO PASSADO SOBRE ABRAHAM LINCOLN

Matheus Carletti Xavier
Universidade Federal de Ouro Preto
matheuscarletti10@gmail.com

RESUMO

O argumento central deste artigo é de que após a emancipação nos Estados Unidos, os negros juntamente com a Agência de Libertos tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Além disso, buscamos pensar sobre algumas memórias sobre Abraham Lincoln no que se diz respeito, principalmente, à abolição da escravidão. Contudo, não buscamos criar uma interpretação defensora aos afrodescendentes norte-americanos.

Palavras-chaves: Abraham Lincoln. Negros. Memória.

DA GUERRA CIVIL À EMANCIPAÇÃO

A proposta deste artigo é *pensar como o período pós-abolição nos Estados Unidos da América interpretou a figura de Abraham Lincoln, pensar sobre o legado da escravidão e como The Freedmen's Bureau participou inicialmente do processo da ampliação da cidadania nos Estados Unidos. Além disso, buscaremos refletir sobre um caso específico: de que forma o Presidente Barack Obama fez usos do passado ao tomar posse da Presidência e analisar as comparações que são feitas entre ele e Abraham Lincoln. Porém, antes de adentrarmos nessas propostas, será preciso fazer um panorama sobre esse contexto histórico.*

No período entre 1861 e 1865 os Estados Unidos da América passaram pelo conflito que mais causou baixas no país: cerca de 600 mil pessoas foram mortas.¹ A Secessão pode ser apontada como consequência da eleição de um Presidente do Partido Republicano², defensor do antiescravismo: Abraham Lincoln (1809-1865). Apesar de a Guerra de Secessão ter começado por causa da manutenção da unidade nacional, à medida que os escravos entravam no conflito, a guerra ganharia outra motivação: o fim da escravidão. Desde a Declaração de Independência e, posteriormente, a Constituição dos Estados Unidos, a escravidão era uma questão que dividia as duas principais regiões norte-americanas. Assim, a primeira metade do século XIX foi marcada por Atos e Leis com o intuito de resolver o impasse entre os escravistas e os antiescravistas.

Apesar de a Guerra Civil ter começado por causa da manutenção da unidade nacional, à medida que os escravos entravam no conflito, a guerra ganharia outra causa: o fim da escravidão. Desde a Declaração de Independência e, posteriormente, a Constituição dos Estados Unidos, a escravidão era uma questão que dividia as duas regiões norte-americanas. Ao longo do século XIX houve Atos e Leis com o intuito de resolver essa questão que era latente desde a Independência. Em 1820, por exemplo, quando havia igualdade em números de estados escravistas e livres foi assinado o

¹ FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M.V. Os EUA no século XIX. IN: KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 136.

² O Partido Republicano foi inspirado no extinto Partido Whig e criado em 1854 em oposição à expansão da escravidão: “Os Whigs representaram os grandes comerciantes e manufatureiros do Norte, os fazendeiros mais ricos, e das famílias com maiores pretensões aristocráticas no Sul, e os fazendeiros mais interessados em melhoramentos internos no Oeste. Os Whigs defendiam um papel maior para o Governo Federal na promoção da economia e a regulação da sociedade”. Em contrapartida, o Partido Democrata defendia a expansão da escravidão e adotava uma posição conservadora em relação à situação social do negro. Cf. EISENBERG, Peter Louis. **Guerra Civil americana**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46. Para mais informações sobre suas ideologias atualmente, confira <<http://www.democrats.org/>> e <<http://www.gop.com/>>. Acesso em 07/09/2014.

Compromisso do Missouri. Neste ficou definido que para a anexação do estado do Missouri, “nenhum outro estado escravocrata seria criado a partir da parte da Louisiana que se situava ao norte da latitude 36° 31’ (a latitude da fronteira sul do Missouri)”.³ Mesmo após este Compromisso, as questões em torno do sistema escravista se mantiveram acirradas. Em 1849, foi descoberto ouro na região onde hoje é o estado da Califórnia e, por isso, milhares de pessoas migraram para lá, fato que exigiu a criação de um governo sobre aquela região. E a cada nova criação ou anexação de estados, havia disputas quanto à legislação da escravidão. Além disso, o Congresso pressionava veemente a abolição da escravatura no Distrito de Columbia, onde está localizada a capital do país. Em 1850, Henry Clay (estadista que já havia elaborado o Compromisso do Missouri), desenvolveu uma série de propostas para tentar solucionar, novamente, as questões sobre o sistema escravista. O Compromisso de 1850 determinou que “a Califórnia seria admitida como estado livre; o restante das terras cedidas pelo México seria organizado em dois territórios [...], deixando-se que seus habitantes decidissem o *status* da escravidão”.⁴ Ademais, resolveu-se, também, que “o tráfico de escravos, mas não a escravidão, seria abolido no Distrito de Columbia”.⁵

Com o Compromisso de 1820 e o de 1850, a instituição escravista ficou restrita. Em vista disso, o então senador pelo estado de Illinois, Stephen A. Douglas, elaboraria em 1854 uma lei que fosse capaz de ampliar as fronteiras da escravidão. O Ato Kansas-Nebraska (1854), ao ser aprovado, revogou o Compromisso do Missouri e concedeu o direito aos indivíduos, que habitavam o território adquirido com a compra da Louisiana, de decidirem sobre a legalidade do sistema escravista em seus territórios.

Foi neste contexto que emergiu no cenário político norte-americano, por um lado, o candidato a senador pelos Democratas e um árduo defensor do sistema escravista e dos princípios de soberania popular, Stephen Douglas. Venceu as eleições para o senado em 1858, mas perdeu as eleições para Presidente em 1860.⁶ Do outro lado, estava Abraham Lincoln, então candidato ao cargo de senador pelo estado de Illinois nas eleições de 1858, contrário à expansão da escravidão, mas a favor da segregação

³ SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 132.

⁴ *Ibidem*, p. 174.

⁵ *Ibidem*, p. 174.

⁶ JAFFA, Harry. **Crisis of the House Divided: an interpretation of the Issues in the Lincoln-Douglas Debates**. 50ª ed. Chicago and London: University of Chicago Press, 2009, p. 41. Primeira edição data de 1959.

racial.⁷ No mesmo ano, Lincoln e Douglas travaram uma série de debates tendo como tema principal a expansão da escravidão. Em linhas gerais, de acordo com Harry V. Jaffa, os debates giravam em torno de duas questões teóricas e práticas. A questão prática era se a autoridade federal poderia ter decidido se haveria ou não a continuação da escravidão nos estados fora da União; a questão teórica era se a escravidão era ou não inconsistente com a natureza do governo republicano, ou seja, se ela era ou não contra os direitos das pessoas decidirem se a escravidão se tornaria uma instituição nacional.⁸

Embora Lincoln perdesse as eleições para senador em 1858, ganharia as eleições presidenciais em 1860, concorrendo novamente contra Douglas. Entretanto, a vitória de um presidente antiescravista não foi bem vista pela maior parte dos sulistas, pois estes o consideravam como um abolicionista. Pelo lado do norte, alguns o enxergavam como apenas antiescravista e conservador, não tendo como objetivo principal acabar com o regime escravista.⁹

Com a eleição de Lincoln em 1860, sete estados sulistas decretaram a separação da União. Liderados pela Carolina do Sul, os estados do Mississippi, Flórida, Geórgia, Alabama, Louisiana e Texas revogaram a Constituição Federal e formaram os Estados Confederados da América tendo Jefferson Davis – do Mississippi – como Presidente.¹⁰ A guerra se inicia em abril de 1861 quando as forças confederadas atacaram o Forte Sumter – porto em Charleston que permanecia sob domínio federal – na Carolina do Sul. Embora Lincoln afirmasse que não atacaria as forças confederadas a princípio, respondeu às agressões enviando reforços significativos à região. Em 1863, quando a guerra já havia devastado o Sul do país e os recursos de ambos os lados estavam se esgotando e, devido ao abandono de muitas tropas sulistas, muitos senhores de escravos viram-se obrigados a colocar estes nas frentes de batalha. Esse era o evento que faltava para condenar, de vez, a escravidão nos Estados Unidos: “escravos lutando em nome de uma região que os condenava aos maus-tratos e ao trabalho compulsório”.¹¹

No decorrer da Guerra Civil, com o intuito de reunificar o país, em 1863, é assinada a Declaração de Emancipação pelo então presidente Abraham Lincoln e é por este fato que ele é mais lembrado, seja para criticá-lo, seja para santificá-lo. Desta

⁷LINCOLN, Abraham. **Discurso em Charleston** (1858). Disponível em <<http://www.bartleby.com/251/41.html>>. Acesso em 05/09/2014.

⁸JAFFA, Harry. op., cit. p. 09.

⁹FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 130.

¹⁰SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 186.

¹¹FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 133.

forma, julgamos imprescindível expor as historiografias responsáveis, por assim dizer, em criar tanto a memória heroica de Lincoln quanto a que o considera um vilão.

Há, pelo menos, duas correntes historiográficas norte-americanas que enxergam Abraham Lincoln de forma diferenciada. A primeira, em especial com o historiador Lerone Bennett (2000), afirma que Lincoln via superioridade dos brancos em relação aos negros e achava melhor estes serem deportados do que terem a cidadania. Além disso, esta historiografia defende que suas ideias não eram totalmente efetivadas em relação à abolição da escravatura, apesar de ele salvaguardar a unidade do país. A outra corrente, com o historiador Thomas DiLorenzo (2006), afirma que Lincoln foi o maior tirano das Américas, que negou a constituição, assumindo um papel opressivo, ao reprimir o direito de escolha dos outros estados a se separarem. Além disso, é acusado por destruir a república pelo fato de ter emancipado os escravos.

De acordo com Vitor Izecksohn¹², existem duas posições historiográficas, além das citadas, que merecem ressalva. A primeira (Roy P. Basler, 1935, Michael Davis, 1971 e David Donald, 1948) é de cunho hagiográfico e que coloca Lincoln em um pedestal sacro por ter sido o herói da emancipação dos negros com o intuito de finalizar a Secessão e consolidar a união do país. A segunda foi estabelecida já no século XX com as lutas pelos direitos civis e argumentam que Lincoln privilegiou questões políticas do país (como mantê-lo unido) do que priorizar a igualdade entre negros e brancos.¹³

Embora o próprio Lincoln também estivesse de acordo com a supremacia racial branca, todavia, isso não desmerece o fato de que ele considerava os negros humanos e, que ele era a favor da emancipação dos escravos em prol de um princípio existente na Constituição do país: “assegurar as bênçãos da liberdade a nós mesmos e à nossa posteridade”.¹⁴ Além disso, Lincoln argumentara que permitir a expansão da escravidão para os novos territórios anexados era condenar o próprio país às críticas, tanto das nações a favor da abolição da escravatura quanto das que eram contra. A expansão, por um lado, fortaleceria os argumentos dos inimigos da abolição, alegando que os Estados Unidos são um país hipócrita, pois nasceu sob o princípio de liberdade e é escravocrata. Por outro lado, serviria para que as nações aliadas à abolição não vissem mais neles um

¹² IZECKSOHN, Vitor. **Deportação ou integração. Os dilemas negros de Lincoln**. Revista Topoi, v.11, n. 20, jan-jun. 2010, p. 55-74.

¹³ Idem, p. 60.

¹⁴ ESTADOS UNIDOS. **Constituição** (1787). Constituição dos Estados Unidos da América ratificada em 21 de junho de 1788. Filadélfia, PA, Convenção da Filadélfia (1787).

modelo de república democrata livre a ser seguida, ou então, que os pressionassem a fazer algo que já estaria garantido na Declaração de Independência e na Constituição.

O posicionamento de Lincoln a respeito da segregação ou integração dos negros à sociedade só é tratada em seus discursos até 1858. Quando a situação da escravidão passa a ser mais crítica no começo da década de 1860, os discursos de Lincoln estão relacionados, principalmente, com a preservação da União e com a contenção da instituição escravista. Porém, nos pronunciamentos em que ele trata sobre a segregação, fica claro que reconhece a humanidade dos negros, mas não desejaria que eles convivessem com os brancos, pois “existe uma diferença física entre as raças branca e negra que, eu creio, vai impedir para sempre que as duas raças vivam juntas em termos de igualdade social e política”.¹⁵

Este artigo nos alerta, também, para uma problemática que emergiu naquele contexto histórico e só começou a ser solucionada depois de um século. A ideia de integração social e concessão da cidadania aos negros era utilizada pelos opositores de Abraham Lincoln como forma de desmerecer a sua campanha política. Durante toda a sua campanha eleitoral tanto para candidato ao Senado em 1858 quanto para a Presidência em 1860, Lincoln precisara reforçar sempre o seu pensamento de supremacia racial dos brancos sobre os negros. Apesar de ele ter abolido a escravidão, não havia – em seus discursos – a intenção de integrar o negro à sociedade norte-americana. A interpretação de que Lincoln seria o herói dos negros por causa da emancipação foi utilizada e reforçada pelos movimentos de ampliação dos direitos civis na década de 1960 liderados por Martin Luther King Jr, bem como nos filmes atuais lançados com o aniversário de 150 anos da Lei de Emancipação, como *Lincoln* (2012), de Steven Spielberg. Em vista disso, se atualmente a preocupação é em integrar cada vez mais a diferença dentro da sociedade, seja ela por cor de pele, gênero, etnia, classe social etc., naquele período histórico – e tendo como princípio os ideais de Abraham Lincoln – a preocupação era o que fazer com os negros depois que eles fossem libertos: deportá-los ou continuar a segregação? Dessa forma, a abolição da escravidão estava mais relacionada com a manutenção da união dos estados do que com a concessão da cidadania aos negros.

¹⁵ As traduções estão sob responsabilidade do autor. Optou-se por traduzir os trechos e disponibilizar a versão no original. “There is a physical difference between the white and black races which I believe will forever forbid the two races living together on terms of social and political equality”. LINCOLN, Abraham. **Fourth Joint Debate at Charleston** (September 18, 1858). Disponível em: <<http://www.bartleby.com/251/41.html>>. Acesso em: 05/09/2014.

As consequências da emancipação dos escravos foram diversas. De imediato, em 1867 foi criada a Ku Klux Klan em Nashville (capital do Tennessee), um grupo que defendia o extermínio da população negra. Segundo Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, “ancorada numa antiga tradição de linchamento de negros, a KKK combatia, além dos negros, os brancos liberais que apoiavam o fim da segregação, também chamados de *negro lovers* (amantes de negros, com duplo sentido)”.¹⁶ Com milhares de negros livres pelo país, os linchamentos eram justificados por acusações aos afrodescendentes por estupros às mulheres brancas. Para estes dois autores, isto representava uma “clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser ‘inferior e bestial’, que precisava ser combatido pelos protetores dos ‘bons costumes’, os cavaleiros da Klan”.¹⁷

Se por um lado houve o surgimento de um grupo de extermínio dos negros apenas por causa da emancipação e não pela integração destes à sociedade – pois as medidas para a integração só seriam concretizadas em 1868 e 1870 com a Décima Quarta Emenda e a Décima Quinta Emenda Constitucional –, por outro lado, *The Freedmen’s Bureau* (A Agência de Libertos) surgiria, em 1865, para proteger os negros, para incluí-los à sociedade norte-americana e, de certa forma, para preservar sua memória de que eles também foram agentes e responsáveis pela reunificação do país na Guerra Civil.

THE FREEDMEN’S BUREAU E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA

De acordo com Elizabeth Bethel (1948), a Agência de Libertos foi estabelecida em forma de lei no Congresso em março de 1865. Ela ficou com a responsabilidade de cuidar dos libertos, refugiados e terras abandonadas.¹⁸ A Agência possuía sede em Washington D.C. foi liderada pelo Major General Oliver O. Howard e possuía escritórios secundários em mais doze estados, sendo que onze estavam localizados no Sul do país. Os estados são: Alabama, Arkansas, Florida, Georgia, Louisiana, Mississippi, New York, North Carolina, South Carolina, Tennessee, Texas e Virginia. Sob a direção do Major General Howard, a organização auxiliava os estados do Sul na

¹⁶ FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 146.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ BETHEL, Elizabeth. **The Freedmen’s Bureau in Alabama**. The Journal of Southern History, vol. 14, nº 1, feb., 1948, p. 49.

reconstrução e, principalmente, em assistência médica, educação e justiça para os negros.¹⁹ Segundo Bethel, a Agência tinha como instruções introduzir sistemas de trabalho compensados – tanto para o liberto quando para o empregador – tentando eliminar os preconceitos dos empregadores contra os empregados (em sua maioria negra) e a crença de que os libertos poderiam viver, naquela sociedade conflituosa, sem o trabalho.²⁰

O fim da Guerra Civil deixou problemas não resolvidos no que diz respeito à reconstrução do Sul, por exemplo, como seria o retorno dos estados para a União (se voltariam ao *status* de estado ou se tornariam províncias conquistadas).²¹ Porém, nos deteremos sobre o que deveria ser feito com os libertos: conceder ou não a cidadania. Com a Proclamação de Emancipação (1863), cerca de 4.500.000 negros deixaram de ser escravos.²² Mais difícil do que reconstruir as cidades sulistas e ajudar a economia, seria encontrar um caminho para que não houvesse conflitos entre as duas “raças”, principalmente, no Sul. Por um lado, sulistas brancos acreditavam que os negros lhes prestariam serviços braçais, enquanto que por outro lado, muitos negros acreditavam e defendiam que continuariam a lavrar as terras, só que sendo proprietários destas.²³ No livro organizado por Charles Sellers, Henry May e Neil R. McMillen (1990), os autores apontam três grupos sociais que marcaram o período da reconstrução: os negros emancipados, os brancos sulistas derrotados e os brancos nortistas vitoriosos. Segundo os autores, a maior parte dos negros era analfabeta e inexperiente em participação política e econômica; os brancos do sul estavam em choque por terem suas fazendas destruídas; e os nortistas – em sua maioria democratas – estavam divididos entre conceder ou não cidadania aos negros.²⁴

O período de Reconstrução da União (1865-1890) passou por três fases. A primeira chamada de Reconstrução Presidencial, liderada pelo então presidente Andrew Johnson. Esse período ficou marcado pela criação dos Códigos Negros na maioria dos estados do Sul, que tinham como objetivo restringir a conduta dos negros em vários aspectos. Dentre essas limitações estavam a proibição do casamento com brancos, porte de armas de fogo e consumir bebida alcóolica.²⁵ Entretanto, em resposta aos atos do

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibidem, p. 50.

²¹ SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 204.

²² Ibidem, p. 203.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem, p. 204.

²⁵ FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 142.

presidente, o Congresso aprovaria, em 1866, a Lei de Direitos Civis que proibia vários tipos de legislações discriminatórias.

Ao final de 1866, houve as eleições para o Congresso, na qual os republicanos ganharam dois terços dos votos tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.²⁶ Embora Andrew Johnson ainda fosse presidente, com a maioria no Congresso, os republicanos deram início à segunda fase da reconstrução: a radical. Esse período teve como características a limitação da participação política dos ex-confederados e a busca pela proteção cívica aos negros. Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes alerta- nos para o fato de que querer proteger os negros não significava que os brancos consideravam aqueles iguais a estes.²⁷ Nesse momento, também, submete-se ao Congresso a Décima Quarta Emenda Constitucional (que seria provada apenas em 1868) que teria como objetivo conceder a cidadania aos libertos. Ademais, a Primeira Lei de Reconstrução (1867), “dividia o sul em cinco distritos militares, acabando com os existentes governos estaduais”.²⁸ Dessa forma, o sul seria totalmente ocupado pelas forças da União com o intuito de garantir a segurança aos negros e ajudar na reconstrução da região. Cabe ressaltar que todas essas medidas do Congresso foram tomadas em oposição a firme posição política do então presidente, Andrew Johnson.

A Reconstrução Radical (ou Congressional) terminaria em 1870, ano em que foi aprovada a Décima Quinta Emenda à Constituição, que garantia que o direito ao sufrágio “não será negado ou abreviado pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado em virtude da raça, cor ou condição precedente da servidão”.²⁹ A última fase da reconstrução, denominada de *Redenção*, é marcada por desfavorecer os negros e negligenciar os interesses de pequenos fazendeiros brancos.

A Décima Quinta Emenda à Constituição não inaugurou um período no qual os negros pudessem votar. Ela garantiu o sufrágio aos negros em forma de Lei a nível nacional. De acordo com William Edward Burghardt Du Bois (1935), os negros livres, ainda no século XVIII, tinham direito ao voto em alguns estados:

Negros votaram em Virginia até 1723, quando a Assembleia promulgou que nenhum negro livre, mulato ou índio "terá futuramente qualquer voto nas eleições de burgueses ou qualquer eleição que seja." Na Carolina do Norte, pelo Ato de 1734, uma antiga discriminação aos eleitores negros foi colocada de lado e não foi refeita até 1835. [...] Na Geórgia, não havia a princípio, discriminação de cor, embora só os proprietários

²⁶ Ibidem, p. 143.

²⁷ Idem.

²⁸ SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 207.

²⁹ Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=44&page=transcript>>. Acessado em 05/09/2014.

de cinquenta acres de terra poderiam votar. Em 1761, a votação foi expressamente limitada aos homens brancos. (DU BOIS, 1992, p. 06-07)³⁰

O direito de voto para os negros existia desde antes da independência, entretanto, esse poderia ser cassado quando fosse do interesse de cada estado. Ainda assim, de acordo com Du Bois, mesmo após a independência, alguns estados mantiveram o privilégio de voto aos negros alforriados, como foi o caso da Carolina do Norte e, em outros, concederam este privilégio, como em Delaware e Maryland:

Na Carolina do Norte, onde a privação de direitos políticos em 1835, não se aplicava aos negros que já tinham o direito de votar, dizia-se que as centenas de negros que tinham votado até então, geralmente votaram de forma prudente e criteriosa. Em Delaware e Maryland eles votaram na última parte do século XVIII. Em Louisiana, os negros que tinham o direito de votar durante estatuto territorial não foram desprivilegiados. (DU BOIS, 1992, p. 07)³¹

Embora a região norte, de forma geral, fosse contra a escravidão, alguns estados tiraram o direito de voto dos negros no século XIX. Segundo Du Bois, no estado de New Jersey, os negros foram privados de seu direito ao voto em 1807; em Connecticut foram vetados em 1814 e no estado de New York votaram até o século XVIII, sendo que a partir de 1821, para que os negros livres pudessem votar, deveriam possuir um título de propriedade no valor de 250 dólares.³² Desta forma, esses dados evidenciam que a questão sobre a cidadania para os negros livres é antecedente à abolição. Contudo, foi apenas com Décima Quinta Emenda que os negros tiveram seu privilégio de voto garantido e, assim, pudessem participar de forma ativa nas questões políticas do período da Reconstrução.

A historiografia sobre a participação dos negros na Reconstrução é bastante conflituosa. Até a década de 1930, os historiadores norte-americanos, de forma geral, tratavam esse período como uma era trágica que devastou o Sul dos Estados Unidos e que concedeu a cidadania a uma raça inferior.³³ Além disso, a historiografia tratava os negros como a raça mais inferior de todas. Em trabalhos como os de John W. Burgees

³⁰ "Negroes voted in Virginia as late as 1723, when the assembly enacted that no free Negro, mulatto or Indian "shall hereafter have any vote at the elections of burgesses or any election whatsoever." In North Carolina, by the Act of 1734, a former discrimination against Negro voters was laid aside and not reenacted until 1835. [...] In Georgia, there was at first no color discrimination, although only owners of fifty acres of land could vote. In 1761, voting was expressly confined to white men".

³¹ "In North Carolina, where even disfranchisement, in 1835, did not apply to Negroes who already had the right to vote, it was said that the several hundred Negroes who had been voting before then usually voted prudently and judiciously. In Delaware and Maryland they voted in the latter part of the eighteenth century. In Louisiana, Negroes who had had the right to vote during territorial status were not disfranchised".

³² Ibidem, p. 08.

³³ SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 212.

(*Reconstruction and the Constitution*, 1902) e de William A. Dunning (*Reconstruction, Political and Economic*, 1907), é possível verificar tons racistas e pró-sulistas sobre o período de Reconstrução. Neste sentido, para esta historiografia, este período foi de extrema crueldade com os sulistas brancos e completamente a favor dos libertos.

W.E.B. Du Bois, entretanto, critica veemente a posição historiográfica citada acima. Em sua obra, intitulada *Black Reconstruction in America* (1935), contesta as afirmações de que os negros eram uma raça inferior e sem importância para a história dos Estados Unidos. De acordo com ele, seu objetivo é mostrar

“como os negros [...] se tornaram um tópico central na História dos Estados Unidos, ao mesmo tempo um desafio para a democracia e sempre uma parte importante da história econômica e do desenvolvimento social”. (DU BOIS, 1992, p. 03)³⁴

Em 1939, Francis Butler Simkins, estudioso sulista, escreveu um trabalho intitulado *New Viewpoints of Southern Reconstruction*, no qual defendia que as questões sobre o período de Reconstrução não estavam totalmente resolvidas, principalmente, no que dizia respeito à grande questão racial norte-americana. Para esse autor, a historiografia preconceituosa (citada acima) causou a maior questão no Sul naquele momento: a perseguição aos negros.³⁵ Segundo Simkins, a justificativa para a violência com os negros – no final da primeira metade do século XIX – é baseada na memória sulista (criada pela historiografia racista) de que o período da Reconstrução foi bastante rigoroso com os brancos do Sul.³⁶

Este artigo baseia-se na tese de W.E.B. Du Bois sobre a importância dos negros na reconstrução dos Estados Unidos tanto de forma econômica quanto de forma social. Na primeira metade do século XX surgiram, pelo menos, dois autores revisionistas (William Archibald Dunning, 1907 e Claude G. Bowers, 1929) defendendo que o período de Reconstrução foi trágico para a história norte-americana pelo fato de não ter conseguido garantir a igualdade econômica, política e social aos negros. Este artigo busca uma interpretação contrária à desses revisionistas e da historiografia até a década de 1930. A principal crítica desta corrente é a de que a Reconstrução foi um período trágico para a história dos Estados Unidos. Assim, este artigo posiciona-se contra este pensamento ao argumentar que o período de Reconstrução foi de grande importância

³⁴ “How black men [...] became a central thread in the history of the United States, at once a challenge to its democracy and always an important part of its economic history and social development”.

³⁵ SIMKINS, Francis B. **New Viewpoints of Southern Reconstruction**. *The Journal of Southern History*, vol. 5, nº 1, feb., 1939, p. 50.

³⁶ Idem.

para o início da ampliação da cidadania norte-americana, pois houve a criação de um departamento responsável por cuidar dos libertos, a criação das Décima Quarta e Décima Quinta Emenda à Constituição, sendo aquela reconhecendo os negros como cidadãos norte-americanos e esta, privilegiando-os com o direito ao voto. Entretanto, não se pode negar que as desigualdades sociais se mantiveram bem evidentes e que não se realizou uma vasta e profunda reforma agrária, que era almejada e defendida por muitos atores envolvidos no processo, particularmente pelos negros. Para William Archibald Dunning (1907), o período de Reconstrução foi trágico porque os libertos não eram capazes de se autogovernarem e foram usados como uma ferramenta pelos Republicanos radicais para subjugar o Sul. Nesta linha de raciocínio, o escritor Claude G. Bowers publicou em 1929 um livro intitulado *The tragic era: Revolution after Lincoln*, no qual fica evidente no título a ideia de que a Reconstrução foi trágica.

Assim, a história que se faz da ampliação da cidadania norte-americana não é inteiramente do passado, pois é um assunto cercado por questões racistas e preconceituosas ainda presentes em nosso tempo, mas não é, tampouco, uma história contemporânea. É uma história que não se limita apenas entre o período de 1865 e 1872. Assim sendo, o argumento central deste artigo é de que após a emancipação nos Estados Unidos, os negros juntamente com a Agência de Libertos tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Embora haja a historiografia do início do XX até os anos 1930 afirmando que o período de Reconstrução foi trágico e um fracasso no ponto de vista de conquistas de direitos civis e políticos, é possível considerar que esse período foi determinante para o começo da inclusão dos negros à sociedade – como cidadãos –, mesmo que fosse de forma gradual e repressiva.³⁷ Ademais, a atuação da Agência de Libertos na sociedade norte-americana, acima de tudo, foi uma tentativa singular de resolução acerca dos problemas raciais e da condição social dos negros.

Além dos reflexos imediatos por causa da abolição como foram citados acima, um século depois, as consequências e a memória de Lincoln como um salvador dos negros ajudaria nos movimentos civis das décadas de 1950 e 1960. Mesmo com a Décima Quarta Emenda Constitucional (1868, concedia a cidadania a todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos ou fossem naturalizadas) e a Décima Quinta Emenda (1870, garantia aos homens negros o direito ao voto), os problemas acerca dos direitos civis e políticos para os negros não seriam resolvidos de imediato.

³⁷ FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 84 e 88.

Os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960 foram uma luta política, jurídica e social para garantir plenos direitos de cidadania aos negros norte-americanos e para alcançar a igualdade racial. Os indivíduos e as organizações de direitos civis desafiaram a segregação e a discriminação através de uma variedade de atividades, incluindo passeatas, boicotes e recusa em obedecer às leis de segregação nos estados que as possuíam.

Em 1963, de acordo com Sean Purdy:

As mobilizações atingiram seu ápice em 1963: de junho a agosto, o Departamento de Justiça documentou mais de 1.412 manifestações distintas; em uma semana de junho, mais de 15 mil americanos foram presos por conta de protestos em 186 cidades. Em agosto de 1963, uma passeata conhecida como Marcha de Washington trouxe até a capital 200 mil manifestantes para ouvir Luther King em seu famoso discurso *Eu tenho um sonho*. (PURDY, 2007, p. 244)

Tendo como partida o discurso de Martin Luther King Jr. citado acima, é possível afirmar que esses movimentos possuem a figura de Abraham Lincoln como um herói. Para os negros, a memória que se tem sobre o décimo sexto Presidente é de que a abolição foi um ato em prol dos negros, principalmente, e não como uma estratégia para reunificação do país, como já foi argumentado neste artigo. Portanto, Luther King utiliza o passado para as necessidades de seu tempo presente, como é possível verificar em seu discurso:

Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação de Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos. (KING JR, 1963, p. 01)³⁸

O retorno ao passado se restringe apenas ao Lincoln. Em um trecho adiante, Luther King invoca os documentos canônicos dos Estados Unidos para defender as necessidades dos negros em seu tempo:

De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com “fundos insuficientes”. (KING JR, 1963, p. 01)³⁹

³⁸ Tradução disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/mlk2.pdf>>. Acessado em 01/09/2014.

³⁹ Idem.

BARACK OBAMA E ABRAHAM LINCOLN: A ENCENAÇÃO DO PODER

As invocações ao Abraham Lincoln não se restringem aos movimentos pela ampliação da cidadania nos Estados Unidos. Barack Obama, ao tomar posse da Presidência dos Estados Unidos da América em 2009, fez o mesmo percurso que Lincoln fez em sua primeira posse, em 1861. Embora ambos os presidentes não compartilhassem do mesmo partido político, Obama vê na figura de Lincoln, assim como Martin Luther King via, um herói.

Como já citado neste trabalho, o *status* de herói dado a Abraham Lincoln se deve, principalmente, ao fato de ele ter libertado os negros e reunificado o país. Além disso, de acordo com o historiador norte-americano Matthew Dallek (professor da Universidade da Califórnia), em um texto comparativo sobre Abraham Lincoln e Barack Obama⁴⁰, este enxergaria aquele como um gênio político capaz de entender o humor e as ambições do povo. Em consonância com essa argumentação, C. Wyatt Evans em *The Lincoln-Obama Moment*,⁴¹ afirma que, em 2007, Obama lançou a sua candidatura à presidência em um discurso na antiga casa de Lincoln em Springfield, Illinois. Neste, Obama invocara o décimo sexto presidente para afirmar que até este

Teve suas dúvidas. Teve suas derrotas. Teve seus contratemplos. Mas através de sua vontade e de suas palavras, ele mudou uma nação e ajudou a libertar um povo. É por causa de milhões de pessoas que se reuniram para a sua causa que não são mais divididos o Norte do Sul, escravos e libertos. (EVANS, 2011, p. 20)

Esta invocação à Lincoln estava inserida em um contexto no qual a opinião pública era dividida quanto à permanência do exército norte-americano em territórios do Oriente Médio.

As invocações a Lincoln podem ser explicadas, também, como uma herança deixada ao povo norte-americano. E como parte deste legado, Obama referia-se ao décimo sexto presidente dos Estados Unidos como uma forma de legitimação de seu poder. De acordo com Georges Balandier,

Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo

⁴⁰DALLEK, Mathew. **The Comparisons Between Barack and Abraham Lincoln**. 2008. Disponível em: <<http://www.usnews.com/opinion/articles/2008/11/20/the-comparisons-between-barack-obama-and-abraham-lincoln>>. Acessado em 06/09/2014.

⁴¹EVANS, C. Wyatt. *The Lincoln-Obama Moment*. IN: BROWN, Thomas J. et al. **Remixing the Civil War: Meditations on the Sesquicentennial**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança. (BALANDIER, 1980, p. 07)

Desta forma, a construção da figura heroica de Abraham Lincoln, especificamente no discurso de 2007 citado anteriormente, pode-se considerar como uma maneira de justificativa histórica para a sua eleição. A narrativa construída por Steven Spielberg no filme *Lincoln* (2012) ilustra de forma sistemática os objetivos das invocações a Lincoln: mostrar que só seria possível Obama se tornar presidente graças ao ato “heroico” de emancipação de escravos. Nas primeiras cenas do filme, há uma conversa de Lincoln com dois soldados negros em 1865, na qual um deles dizia que o fato de negros e brancos estarem lutando lado a lado, isso abriria grandes oportunidades para os negros futuramente: “Daqui a alguns anos teremos, talvez, capitães e tenentes negros; daqui a 50 anos, um coronel negro, daqui a 100 anos, o direito a voto”. Nestas perspectivas, a construção do Lincoln herói – tendo como eixo a emancipação dos escravos como ato fundamental para igualar os negros aos brancos – atende a uma necessidade do tempo presente e serviu para legitimar e justificar a ascensão de um negro ao cargo de Presidente dos Estados Unidos da América.

Entre a posse de Abraham Lincoln e de Barack Obama há uma diferença de quase cento e cinquenta anos. Mesmo havendo uma considerável distância temporal, o que fez com que Obama refizesse o trajeto de posse do décimo sexto presidente dos Estados Unidos? O livro *Tempo presente e usos do passado* (2012), organizado por Flávia Florentino Varella, Helena Miranda Mollo, Mateus Henrique de Faria Pereira e Sérgio da Mata, fornece elucidaciones para essa questão.

Além de usar o passado para legitimar o seu poder como já argumentado, é possível dizer que a atitude de Barack Obama está relacionada ao fato de que questões sobre o racismo estão tão presentes quanto no contexto histórico da segunda metade do século XVIII. De acordo com Mateus Henrique de Faria Pereira e Sérgio da Mata, “eventos já ocorridos são um ‘presente’ para nós pelo tempo em que nosso interesse por eles estiver aceso. Para empregar o jargão fenomenológico: enquanto eles se mantêm no foco do nosso fluxo de consciência” (PEREIRA; MATA, 2012, p. 14). Portanto, é possível dizer que a questão do preconceito racial estava na consciência de Obama no ato de sua posse, pois invocar Abraham Lincoln era uma forma de mostrar que ele chegou à presidência com o aval deste. Ademais, o ato de Obama em refazer o mesmo trajeto de Lincoln é um indício de que “o simples fato de algo ser pretérito não basta para que o consideremos ‘passado’. Haverá presente enquanto estiverem ativos

determinados interesses de presentificação do passado” (PEREIRA; MATA, 2012, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos esboçar neste artigo uma argumentação de que após a emancipação dos escravos nos Estados Unidos, os negros, juntamente com a Agência de Libertos, tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Embora haja a historiografia do início do XX até os anos 1930 afirmando que o período de Reconstrução foi trágico e um fracasso no ponto de vista de conquistas de direitos civis e políticos, procuramos defender que esse período foi determinante para o começo da ampliação da cidadania aos libertos, ainda que fosse de forma gradual e repressiva (FONER, 1983, p. 84-88). Não distante disto, articulamos o contexto dos movimentos civis das décadas de 1950 e 1960 e a posse do atual Presidente dos Estados Unidos da América como forma de exemplificar que a memória sobre responsável pela abolição da escravatura é de suma importância a ponto de servir como motivação para a luta pelos direitos civis e por ser reverenciado por Barack Obama.

Contudo, não buscamos criar uma interpretação defensora aos afrodescendentes norte-americanos. O objetivo central deste artigo era criar um raciocínio contrário àquele de que o período de Reconstrução foi trágico para a história norte-americana. Temos a consciência de que a Agência de Libertos não conseguiu estabelecer os negros como proprietários rurais, sendo prejudicado desde o início de sua criação e completamente neutralizado no final (DU BOIS, 1999, p. 82). Todavia, estamos de acordo com Du Bois ao afirmar que esta Agência foi “uma das tentativas mais singulares e interessantes feitas por uma grande nação para atacar amplos problemas de raça e de condição social” (DU BOIS, 1999, p. 65). Em uma escala maior, nos deparamos com o problema da barreira racial – a relação entre negros e brancos. O período da Reconstrução foi marcado, também, pela luta no povo negro norte-americano em ser reconhecido como alguém que pudesse ser ao mesmo tempo negro e cidadão dos Estados Unidos ao mesmo tempo “sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus camaradas, sem ter as portas da oportunidade brutalmente batidas na cara” (DU BOIS, 1999, p. 54).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BETHEL, Elizabeth. **The Freedmen's Bureau in Alabama**. The Journal of Southern History, vol. 14, nº 1, feb., 1948.

DALLEK, Mathew. **The Comparisons Between Barack and Abraham Lincoln**. 2008. Disponível em: <<http://www.usnews.com/opinion/articles/2008/11/20/the-comparisons-between-barack-obama-and-abraham-lincoln>>. Acessado em 06/09/2014.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1999. Tradução de Heloísa Toller Gomes.

EISENBERG, Peter Louis. **Guerra Civil americana**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ESTADOS UNIDOS. **Constituição (1787)**. Constituição dos Estados Unidos da América ratificada em 21 de junho de 1788. Filadélfia, PA, Convenção da Filadélfia (1787).

EVANS, C. Wyatt. The Lincoln-Obama Moment. IN: BROWN, Thomas J. et al. **Remixing the Civil War: Meditations on the Sesquicentennial**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IZECKSOHN, Vitor. **Deportação ou integração. Os dilemas negros de Lincoln**. Revista Topoi, v.11, n. 20, jan-jun. 2010, p. 55-74.

JAFFA, Harry. **Crisis of the House Divided: an interpretation of the Issues in the Lincoln-Douglas Debates**. 50ª ed. Chicago and London: University of Chicago Press, 2009. Primeira edição data de 1959.

KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2007.

KING Jr., Martin Luther. **I have a dream** (August 28, 1963, Washington D.C). Tradução disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/mlk2.pdf>>. Acessado em 01/09/2014.

LINCOLN, Abraham. Fourth Joint Debate at Charleston (September 18, 1858)). Disponível em: . Acesso em: 05/09/2014.

PEREIRA, Mateus H.F; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do tempo presente. IN: VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, H. M; PEREIRA, Mateus H. F; MATA, Sérgio da. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

SIMKINS, Francis B. **New Viewpoints of Southern Reconstruction**. The Journal of Southern History, vol. 5, nº 1, feb., 1939.

W.E.B. Du Bois. **Black Reconstruction in America (1860-1880)**. New York: The Free Press, 1992.

A OPRESSÃO IDEOLÓGICA NA UNIVERSIDADE LIBERAL: *GOD AND MAN AT YALE* E O MODERNO CONSERVADORISMO

Rodrigo Farias de Sousa (IUPERJ)¹

RESUMO

Em outubro de 1951, a prestigiosa Universidade de Yale se viu envolvida em uma estranha polêmica. Um de seus mais recentes graduados, William F. Buckley Jr., publicou um livro-dossiê contra Yale, citando nominalmente e com grande grau de detalhe diversos departamentos e docentes da universidade. Para Buckley, Yale havia traído suas próprias raízes e os melhores valores da sociedade americana, a saber: a base religiosa cristã e o individualismo econômico. Mais do que isso, Yale estaria impondo autoritariamente aos seus alunos os valores contrários do secularismo e do coletivismo econômico, em consonância com a ideologia do chamado liberalismo americano. Este trabalho aborda a controvérsia gerada por *God and Man at Yale*, seus argumentos principais e a de alguns de seus contraditores, bem como alguns paralelos entre o livro e outras obras posteriores, de denúncia às universidades, muito populares no movimento conservador que Buckley ajudou a fundar.

Palavras-chave: Conservadorismo; ideologia; universidade.

¹ E-mail: azel79@gmail.com.

Em outubro de 1951, a Universidade de Yale, uma das mais prestigiadas dos Estados Unidos, preparava-se para as comemorações do seu 250º aniversário. Era um marco institucional importante, da qual a grande imprensa já havia tomado consciência. Entretanto, no dia 15, apenas quatro dias antes da data oficial, a Universidade recebeu o que se tornaria a mais notória homenagem daquele ano, quiçá da década — um “presente de grego” em forma de livro chamado *God and Man at Yale: The Superstitions of “Academic Freedom”*, do seu ex-aluno William Frank Buckley Jr.

Contando com uma considerável verba publicitária fornecida pelo pai milionário do autor, o livro foi um sucesso imediato. No mesmo dia do lançamento, “o gerente da livraria Yale Co-Op ligou para [o editor do livro, Henry] Regnery para uma encomenda urgente de mais exemplares; os fregueses interessados no livro tinham feito uma fila na calçada antes da loja abrir” (BOGUS, 2011, p. 82). Já em novembro, o livro já constava da lista de mais vendidos do *New York Times*. Após seis meses de publicação, 35.000 exemplares já tinham sido vendidos, sete vezes mais do que o total da primeira edição. Mas não se tratava apenas de um mero sucesso comercial: as revistas *Time*, *Newsweek* e *Life* também escreveram sobre o livro, fazendo do seu jovem autor uma celebridade nacional.

Mas entre o lançamento e a consagração, Buckley e Yale travaram uma batalha amarga que, em retrospecto, seria um dos “mitos fundadores” do movimento que o jovem escritor ajudaria a fundar: o moderno conservadorismo americano. Para que se possa entender essa relação e o que ela revela, convém revisitar a controvérsia de 1951 e o seu contexto.

O AUTOR EM CRUZADA

William Frank “Bill” Buckley Jr., nascido em 1925, era o sexto dos dez filhos de um empresário do ramo petrolífero, o patriarca “Will” Buckley. Descendentes de imigrantes irlandeses e católicos devotos, os jovens Buckleys desde cedo receberam a melhor educação que o dinheiro do pai podia pagar. Em sua propriedade em Sharon, Connecticut, a vida das crianças se dividia entre aulas particulares e um sem-número de atividades curriculares, que incluíam desde equitação a golfe, piano e carpintaria, além de viagens ao exterior também com finalidades educacionais. No caso de Bill, em particular, as experiências de estudar em um internato inglês, primeiro, e do serviço militar numa base militar na Geórgia, em 1944, serviram para quebrar o “casulo

protetor” da educação em Sharon. Conhecido por uma considerável petulância, que não o tornou muito popular entre os colegas na adolescência, o jovem Bill aprendeu a aprimorar suas habilidades sociais e, em 1946, o pai o enviou junto com dois irmãos à instituição onde ele mesmo havia estudado, Yale. Suas notas não foram tão brilhantes, ainda que geralmente boas (e ele também recorreu ao truque usado por seu pai de fazer cursos em espanhol, língua que dominara em casa antes mesmo do inglês, o que aumentava sua média geral). Seus interesses, até onde o seu histórico permite avaliar, pendiam para a Ciência Política, com nove cursos feitos, bem como para História, Filosofia e Sociologia. Mas o que marcou sua carreira universitária e lhe rendeu fama no campus foram suas atividades extracurriculares como membro do grupo de debates (liderado por ele e seu futuro cunhado L. Brent Bozell Jr.) e depois como editor do jornal universitário *Yale Daily News*. Ambas as experiências foram decisivas para sua futura carreira e o ajudaram a desenvolver um estilo próprio de fala e escrita que se tornariam suas “marcas registradas” como ativista conservador.²

Mas nem tudo foram flores em Yale. Os textos que Bill publicou no jornal local tornaram-se muito populares e ajudaram a alavancar a audiência com seu estilo provocativo e opiniões na contramão do senso comum (“politicamente incorretas”, como se diria hoje). Porém, ele não hesitava em lançar ataques quando julgava adequado: um professor de sociologia foi alvo de vários dos seus artigos sob a alegação de que ele atacava a religião. Afirmativas de que o quadro docente da universidade tinha sido infiltrado por comunistas também entraram no seu repertório — acusações que ele expandiu ao incluir um grupo local de defesa dos direitos civis. Nas palavras de seu biógrafo Carl Bogus:

Em outras mãos, tais argumentos poderiam parecer insensatos. Mas ao vesti-los com uma sintaxe formal e uma escrita elegante, Buckley podia fazer o absurdo parecer digno. Ele empregou técnicas sutis e astutas de argumentação. Insinuou que os grupos de direitos civis incluíam comunistas ao elogiar a ACLU³ por banir os comunistas de seu rol de membros, o que, disse ele, fazia da ACLU “o único comitê decoroso de direitos civis de que temos conhecimento”.(BOGUS, 2011, p. 77.)

² Mais tarde, Buckley se tornaria nacionalmente conhecido pelo recurso à provocação bem-humorada como tática de debate, bem como pelo gosto por um vocabulário rebuscado. Esta última característica, aliás, foi objeto de um livro, *The Lexicon: A Cornucopia of Wonderful Words for the Inquisitive Word Lover*, publicado pela Mariner Books em 1998, que traduz para o inglês do dia-a-dia os termos mais exóticos da prosa buckleyana presentes em uma outra coletânea de textos em que ele fala sobre gramática e o uso geral da língua: VAUGHAN, Samuel (ed.). *Buckley: the right word*. Mariner Books, 1998.

³ A *American Civil Liberties Union* (“União Americana de Liberdades Civis”), fundada em 1920, é uma das mais conhecidas organizações não-governamentais americanas dedicadas à defesa das liberdades garantidas pela Constituição, usualmente oferecendo assistência em processos judiciais. Originalmente dedicada à defesa da liberdade de expressão, atualmente ela se dedica a causas tão variadas quanto o combate à pena de morte e a defesa do direito ao aborto — o que frequentemente a põe em rota de colisão com os conservadores. Cf. <http://www.aclu.org>. [Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.]

Em 1950, essa ousadia rendeu a Buckley o veto ao discurso que fora convidado a preparar para o Dia do Ex-Aluno, quando tradicionalmente os velhos pupilos retornam à *alma mater* para celebrá-la. E havia uma boa razão para isso, pois o discurso era um ataque ao “liberalismo⁴ decadente” da instituição e à sua “lealdade fanática à educação *laissez-faire*”. Para ele, Yale não mais estaria honrando seu dever de promover o cristianismo e a livre empresa, e sua atual postura educacional não levaria seus estudantes a lugar nenhum. Como se não bastasse, Buckley ainda exortava os curadores (*trustees*, equivalentes aos diretores, às vezes também eles ex-alunos da instituição) a definir quais eram os propósitos da instituição e a tomar providências para inculcá-los nos alunos. Algum tempo depois, como orador de sua turma, Bill transformou o que poderia ser um discurso de formatura cheio de declarações de esperança no que um de seus biógrafos classificou como “jeremiada de direita” contra o comunismo. (BOGUS, 2011, p. 78)⁵

A formatura em 1950 poderia ter encerrado o caso para sempre, mas o fato é que Buckley não se conformou. Em vez disso, decidiu comprovar, da forma mais detalhada e pública que podia, que seu discurso censurado estava certo, que Yale, cujo lema era “Por Deus, pela Pátria, e por Yale”, realmente tinha se desvirtuado como instituição educacional americana. Para provar seu ponto, Buckley pesquisou os manuais adotados nos cursos básicos, entrevistou alunos, analisou programas de disciplinas e ofertas de atividades curriculares no campus, tentou conversar com professores e outros funcionários da universidade e, por fim, conseguiu o apoio de pelo menos um docente, seu ex-professor e cientista político Willmoore Kendall, que depois viria a se tornar um dos seus parceiros de militância conservadora na futura *National Review*. *God and Man at Yale* foi o resultado dessa pesquisa.

O LIVRO

God and Man at Yale é uma peça de acusação, mas não soa como uma. Nas palavras do próprio autor, o livro não deve “ser interpretado como um indiciamento

⁴ Aqui, salvo indicação em contrário, por “liberalismo” se entende o “moderno liberalismo americano”, uma designação ideológica que, de forma resumida, se caracteriza pela defesa dos direitos individuais e do capitalismo, mas que entende que estes são melhor garantidos por meio da intervenção ativa do Estado. Nos EUA, é a visão largamente identificada com o New Deal de Franklin Roosevelt e a ala reformista do Partido Democrata. Cf. SOUSA, 2013, seção 3.1: “O (novo) liberalismo”. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1495.pdf>. [Acesso em: 30 de novembro de 2014.]

abrangente da vida em Yale. Volume após volume, muitas vezes maiores que este, poderiam ser escritos, com justiça, elogiando as virtudes de incontáveis aspectos da educação de Yale.” O autor delimita bem seu assunto, que não é “a diligência ou paciência dos seus acadêmicos, ou a bondade e compreensão de seus administradores, ou as alegrias e prazeres vivificantes das amizades que ela torna possíveis” (BUCKLEY, 2001, , p. lxviii.). Trata-se, em vez disso, do “impacto líquido da educação de Yale”, analisado a partir de um ponto de vista específico que também é declarado na introdução:

Eu cheguei a New Haven recém-saído de um período de dois anos no Exército, e trouxe comigo uma firme crença no Cristianismo e um profundo respeito pelas instituições e tradições americanas. Sempre aprendi, e a experiência fortificou essas lições, que uma fé ativa em Deus e uma aderência rígida aos princípios cristãos são as mais poderosas influências rumo a uma vida boa. Eu também acreditava, com apenas um conhecimento mínimo de economia, que a livre empresa e o governo limitado haviam servido bem a este país e provavelmente continuariam a fazê-lo no futuro (BUCKLEY, 2001, p. lxiv).

Uma terceira premissa, mais específica, também é apresentada logo no começo. Segundo Buckley, um pequeno grupo de estudantes de que ele fazia parte havia passado a graduação “lutando contra aqueles que procuram subverter a religião e o individualismo”.⁶ A partir daí, alguns teriam proposto que

o corpo docente de Yale é moral e constitucionalmente responsável perante os curadores de Yale, que, por sua vez, são responsáveis perante os ex-alunos, e portanto obrigados a transmitir aos seus estudantes a sabedoria, a visão e os juízos de valor que, na opinião dos curadores, capacitarão o cidadão americano a fazer o melhor ajustamento à comunidade e ao mundo. Eu defendi que os curadores de Yale, juntamente com a vasta maioria dos ex-alunos, estão comprometidos com a desejabilidade de promover tanto uma crença em Deus quanto um reconhecimento dos méritos do nosso sistema econômico (BUCKLEY, 2011, p. lxix).

Mas antes de defender essa tese, Buckley procura demonstrar por que ela é necessária em primeiro lugar. E, para isso, em um estilo que faz lembrar o de uma crônica, ele conduz o leitor a um passeio virtual pelos setores, associações, cursos e departamentos da universidade onde, segundo ele, a instituição exerceria o maior impacto sobre os graduando no que concerne à religião e à economia. Seu propósito é mostrar, com nomes e fatos, que tipo de ensino estava sendo oferecido *na prática* às mentes dos calouros no período em que ele próprio, Buckley, esteve em Yale (1946-50). Não por acaso, metade do livro é ocupada pelos dois primeiros capítulos, intitulados “Religião em Yale” — focado nos Departamentos de Religião, Sociologia, Ciências

⁶ Por “individualismo”, Buckley quer dizer o ideário liberal clássico em economia, segundo a qual o mercado é tão mais eficiente quanto menor a intervenção do Estado, tornando-se ele próprio um difusor da prosperidade e da liberdade individual.

Sociais e Psicologia, e o modo como a religião era apresentada em seus cursos básicos — e “Individualismo em Yale”, cujo carro-chefe é a análise dos manuais adotados nos cursos também básicos de Economia. A outra metade se divide em três capítulos, que tratam essencialmente do papel dos ex-alunos em relação à universidade e da validade do princípio da “liberdade acadêmica”, o que será abordado mais adiante.

Para os estudantes de Yale que esperavam nas filas do lado de fora da livraria local no dia do lançamento, provavelmente os dois primeiros capítulos eram os mais apetitosos. Afinal, para eles, não se tratava de uma controvérsia abstrata em torno de princípios, mas de uma análise frequentemente irônica de indivíduos e episódios muito familiares, e onde Buckley procura basear com casos concretos o seu argumento principal. Mas mesmo aí a sua linguagem é cuidadosa; como que prevendo reações indignadas, o autor mais uma vez explicitando seus critérios e propósitos, antecipando também alguns contra-argumentos mais óbvios:

Eu não sinto que Yale devesse tratar seus estudantes como candidatos em potencial para a escola de Teologia. [...] Mas podemos, sem ir tão longe, levantar a questão de se Yale fortifica ou destrói o respeito do estudante médio pelo Cristianismo. Existem, é claro, alguns estudantes que sairão cristãos mais fortes de qualquer instituição, e outros que rejeitarão a religião não importa para onde sejam mandados. Mas se a atmosfera de uma faculdade [*college*] é esmagadoramente secular, se os membros influentes do corpo de professores tendem a desencorajar convicções religiosas, ou a persuadir o estudante de que o Cristianismo não é nada mais que “medo de fantasmas”, ou “feitiçaria do século XX”, a política da universidade se torna muito propriamente matéria de preocupação para aqueles pais e ex-alunos quem consideram a fé cristã ativa uma força poderosa para o bem e a felicidade pessoal.

Eu penso em Yale, então, como uma instituição educacional não denominacional, não exclusivamente interessada na propagação do Cristianismo. A questão deve então ser levantada quanto a se o peso da atividade acadêmica em Yale tende ou não a reforçar ou subverter o Cristianismo, ou a não fazer nem uma coisa nem outra. [...]

Os argumentos mais à mão para aqueles que se gabam da atmosfera pró-religiosa em Yale são de que a universidade tem um grande departamento de Religião, um grande número de homens fortes e influentes no corpo docente cujas crenças são fortemente pró-cristãs, e uma poderosa e pervasiva “tradição religiosa”.

Em maior ou menor medida, essas afirmativas são verdadeiras. E, contudo, permanece o fato de que Yale, corporativamente falando, não é nem pró-cristã, nem, creio eu, neutra em relação à religião (BUCKLEY, 2011, p. 3-4).

Para justificar essa percepção quanto ao que seria a verdadeira postura de Yale quanto à religião, Buckley explica que não se trata do número de cursos oferecidos sobre o tema, ou de estudantes que optam por eles, e sim da “orientação e direção dada aos estudantes pelos instrutores desses cursos, e, muito especialmente, nos outros cursos que lidam ou deveriam lidar com valores religiosos” (BUCKLEY, 2011, p. 5). Consequentemente, tal avaliação exige um exame mais profundo do que a mera consulta à grade curricular da universidade ou à listagem dos docentes; é preciso

analisar os cursos mais procurados e a postura individual dos professores que os lecionam — o já referido “passeio” com o leitor pelo campus da universidade.

A análise do Departamento de Religião, a primeira a ser apresentada, é típica. Cada docente recebe comentários, alguns até bastante generosos, mas sempre atentando para o critério da sua postura em relação ao Cristianismo nos cursos oferecidos, tal como é percebida pelos alunos. Algumas passagens ilustram bem o tom geral:

Em Yale, o curso de religião que consistentemente atrai o maior número de estudantes é intitulado Aspectos Históricos e Literários do Antigo Testamento. O Sr. Lovett, o amplamente admirado capelão da universidade, leciona este curso; mas ele não proselitiza a fé cristã ou, de fato, sequer *ensina* religião. Até o nome do curso não desperta a compreensão ou simpatia pelo Cristianismo. O Sr. Lovett, com certeza, tem ambos; mas ele aparentemente sente que seria presunçoso falar em prol do Cristianismo em um curso tão desapaixonadamente designado. A rigor, ele tem razão, embora a causa do Cristianismo sofra até certo ponto com um tratamento que foca a Bíblia como um “monumento sobre o túmulo do Cristianismo”.⁷ [...]

Meu ponto é que um curso sobre a Bíblia não representa uma influência a favor do Cristianismo mais do que um curso sobre *Das Kapital* indicaria necessariamente uma influência a favor do marxismo. A assistência nas aulas do Dr. Lovett é enganosa em si mesma, pois, longe de significar um interesse em “religião”, ela indica, da parte de muitos graduandos, nada mais que uma frutífera busca por uma “tripa”⁸ É notório que se espera muito menos do aluno neste curso do que na maioria dos outros na Universidade [...]. (BUCKLEY, 2011, p. 6.)

Ao falar da segunda disciplina mais procurada do Departamento, Filosofia da Religião, lecionada pelo Prof. T. M. Greene — “um cristão por muitas definições (ele responde de forma abígua quando perguntado se crê na divindade de Cristo” —, Buckley observa que, não obstante o respeito demonstrado por Greene em relação ao cristianismo, “há uma opinião amplamente difundida de que o que ele ensina é ética, não religião”⁹. Do Sr. Goodenough, professor de “Tipos de Experiência Religiosa” e “Judaísmo e Jesus”, e que também havia sido um ministro congregacionalista, Buckley diz saber “de pelo menos uma ocasião em que [ele] se classificou, diante de seus alunos, como ’80 por cento ateu e 20 por cento agnóstico’. Não é de admirar que a influência preponderante de um acadêmico de sua convicção seja *afastar* seus alunos da religião, a matéria que ele leciona” (BUCKLEY, 2011, p. 8). E após breves comentários sobre o resto dos professores, o autor conclui que, apesar das suas excelentes qualificações acadêmicas, nem no Departamento de Religião se encontrava um “viés notoriamente pró-religioso”, o que era “uma grande decepção para o estudante que busca apoio

⁷ A expressão é do poeta T. S. Eliot., muito admirado entre os conservadores americanos pela sua ênfase no valor do Cristianismo como uma das bases da cultura ocidental. Cf. KIRK, 2001.

⁸ No original, *gut*, que significa uma disciplina em que é fácil para o aluno obter a aprovação.

⁹ “Aqui e noutras partes, junto com o Webster, por ‘religião’ eu me refiro a uma crença em um Ser Supremo, ‘despertando reverência, amor, gratidão, a vontade de obedecer e servir, e similares” (BUCKLEY, 2011, p. 7).

intelectual e inspiracional para a sua fé” (BUCKLEY, 2011, p. 9). E aponta para um fato extra, de natureza institucional, que revelaria a pouca apreciação concreta de Yale pelo tema religioso: na grade curricular básica da graduação, a menos que consiga uma isenção excepcional, o aluno

deve cursar um ano inteiro em cada um dos seguintes campos: (1) Inglês, Latim ou Grego, (2) Língua Moderna, (3) Pensamento Formal (Matemática, Lógica ou Linguística), (4) Ciência de Laboratório, (5) Línguas Clássicas, Literatura e Civilização, (6) Literatura Moderna, Belas-Artes e Música, (7) Antropologia, Economia, Geografia, Ciência Política, Psicologia, Sociologia, (8) História, Filosofia, Religião, e (9) Ciência Natural ou Física.

Note-se que o grupo que inclui religião permite a opção de um curso em história ou filosofia. As estatísticas mostram que a imensa maioria dos estudantes se valem dessas alternativas. Destarte, a Universidade insiste em que o estudante faça um curso em ciência laboratorial, em uma língua moderna, e em civilização clássica, mas aceita história e filosofia como alternativas a religião. Ao fazer isso, ela nega o status equivalente a, digamos, gramática e pronúncia francesa ou espanhola, ao ensino que desempenhou o papel mais vital em nossa civilização e pode desempenhar o papel mais vital em nossas vidas. (BUCKLEY, 2011, p. 10.)

Se, segundo Buckley, o Departamento de Religião era tímido na apresentação do Cristianismo e mesmo de uma visão religiosa como algo *verdadeiro*, outros eram mais abertamente hostis. No de Ciências Sociais, por exemplo, o autor ressuscita uma controvérsia que teve com o antropólogo Raymond Kennedy em março de 1949, quando Buckley era editor do jornal universitário *Yale Daily News*. Professor de uma disciplina importante na grade básica da universidade, Sociologia e Antropologia Básicas, Kennedy “nunca deixou dúvidas quanto ao seu desprezo pela religião, e particularmente pelo Cristianismo”.¹⁰ Em um editorial de 9 de março, Buckley o denunciou, alegando que Kennedy, “que se dirige, ano após ano, a várias centenas de calouros e segundanistas em Sociologia 10, tem feito da antirreligião um culto”, no qual, apesar de ter “o direito às suas próprias crenças quanto à existência de Deus”, ele atacava a religião por meio de “um humor obscuro e pastelão, alusões circunspectas e insinuações emotivas”, o que o tornava “culpado de uma injustiça e de uma imposição sobre seus alunos e a Universidade”. E Buckley continua, citando várias piadas de gosto duvidoso e dizeres depreciativos atribuídos ao professor. Não por acaso, como o próprio autor conta, o episódio suscitou reações por uma semana e depois caiu no esquecimento. Mas, para Buckley, a conclusão era muito clara: Kennedy havia “subvertido a fé de um número de estudantes que, ingenuamente, entraram no curso esperando aprender sociologia e saíram com a impressão de que a fé em Deus e a abordagem científica dos problemas humanos são mutuamente excludentes” (BUCKLEY, 2011, p. 16).

¹⁰ Ibid., p. 13.

Análises similares são feitas para os outros departamentos de Humanidades, incluindo agora alguns manuais adotados nos cursos, que, entre outros defeitos, tratavam a religião como apenas um tema cultural entre outros. Em Psicologia, os livros de alguns cursos, de acordo com resenhas e críticas compiladas por Buckley, ou ignoravam o tema ou o tratavam como algo que, se resumia a “uma ilusão pré-científica”¹¹

Mesmo as atividades extracurriculares da Universidade de cunho mais religioso não atenderiam ao que Buckley considerava uma postura verdadeiramente “pró-religiosa”. Entre outros exemplos, ele cita o da revista *Et Veritas*, publicada pela Associação Cristã da Universidade de Yale, da organização universitária Dwight Hall. Mesmo aí, diz o autor, “a participação na equipe não requer profissão de fé nem mesmo nas formas mais atenuadas dos dogmas do Cristianismo”. E embora a edição de novembro de 1949 contivesse uma espécie de declaração de fé dos editores, que diziam “escolher a filosofia cristã”, eles diziam fazê-lo como “escolha pessoal, não como política editorial”, embora mantivessem a “convicção de que a filosofia cristã é a *mais adequada, a mais difundida, a que melhor conduz* ao entendimento”. Em outras palavras, os membros do corpo editorial da revista eram tímidos na sua profissão de fé, e, quando finalmente a declaravam, era em termos puramente “utilitários”, demonstrando um tipo de “autoapagamento e firme recusa em proclamar o cristianismo como a verdadeira religião (que é o que todos os líderes cristãos genuínos proclamam que ele é, desta forma se comprometendo logicamente com a proposição de que as outras religiões não são verdadeiras”. Tal postura fraca, diz Buckley, até um ateu poderia apoiar, o que significa que não se trataria de religião de verdade. Tanto que ele chama a atenção para o fato de que o editor anterior da revista “nem mesmo se classificava como um cristão”, ao passo que o atual era um “agnóstico declarado”.

O mesmo tipo de distorção poderia ser encontrada na instituição dos “diáconos graduandos”, escolhidos anualmente pelos seus predecessores com o apoio da Capelania de Yale, e que tinham a função de servir como assistentes [*ushers*] na Capela Batell, participar de trabalhos organizacionais da igreja e falar semanalmente no púlpito da Capela Dwight. Mesmo nesse caso, haveria distorções: a escolha dos diáconos havia se tornado um “concurso de popularidade” e ateus e agnósticos vinham sendo escolhidos.

¹¹ A análise, melhor examinada no Apêndice D do livro, é de uma pesquisa feita por Gordon W. Allport e publicada no periódico *College Reading*. Allport examinou 64 manuais da área e constatou, segundo Buckley, tal negligência ou visão desfavorável em um número considerável deles. Cf. BUCKLEY, 2011, p. 201-4.

Tudo isso, continua Buckley, era compatível com o discurso do novo presidente da Universidade, A. Whitney Griswold, que assumiu em 1950. Apesar da cerimônia envolver hinos e símbolos cristãos e em contraste com seu antecessor, Griswold, ao mencionar as “poderosas tradições” que vitalizavam a universidade, não teria citado o Cristianismo. “Deixar de mencionar a religião em um discurso de tamanha importância é uma clara negligência. Deixar de mencionar a religião em um discurso inaugural em que outras heranças culturais são mencionadas é inexplicável” (BUCKLEY, 2011, p. 38).

Em suma, para Buckley, era óbvio que Yale, como instituição, não mais estava levando a sua herança religiosa tão a sério, mesmo que ainda mantivesse as aparências do contrário. Em 1951, em que a Guerra Fria já se fazia sentir e os americanos eram lembrados constantemente da ameaça representada pelo “comunismo ateu” representado pela URSS e seus satélites. Nas palavras do prefácio do próprio autor (grifo nosso):

Eu considero esta batalha de teoria educacional importante e digna do meu tempo e da minha reflexão mesmo no contexto de uma situação mundial que parece tornar irrelevante qualquer outra luta que não a contra o comunismo. *Eu mesmo acredito que o duelo entre Cristianismo e ateísmo é o mais importante do mundo* (BUCKLEY, 2011, p. lxvi).

Mas essa luta titânica tinha um outro aspecto importante e complementar: “Eu também acredito que a luta entre o individualismo e o coletivismo é a mesma luta reproduzida em outro nível” (BUCKLEY, 2011, p. lxvi). Isso torna evidente que, para Buckley, a tensão entre religião e secularismo, verificada no *campus* universitário, também se relacionava com a polarização ideológica de natureza menos transcendental. Note-se ainda que, ao usar os termos “individualismo” e “coletivismo”, ele é mais abrangente do que se falasse apenas em “capitalismo” e “comunismo”, até porque o comunismo soviético não era a única forma de ideologia “coletivista”, em que os interesses do grupo se sobrepõem aos do indivíduo. Fosse como fosse, havia uma luta mundial em curso e “o vencedor deve ter a ajuda da sala de aula” — não só quanto a valores e religiosidade, mas também quanto a teorias em campos especializados, como a economia, tema do capítulo 2 do livro.

“Individualismo em Yale” começa com um grande levantamento bibliográfico quanto ao posicionamento de vários manuais adotados na graduação a respeito de uma série de temas econômicos: distribuição injusta de renda, imposto sobre heranças, imposto de renda, direitos de propriedade, gastos governamentais etc. Esses tópicos não eram casuais, pois a questão de fundo é a ascensão do keynesianismo nas economias

capitalistas no pós-guerra, em detrimento das linhas liberal e neoclássica que haviam prevalecido até a Grande Depressão. Nos EUA, em particular, essa “troca de guarda” de doutrinas econômicas majoritárias é marcada pelas controvérsias em torno do New Deal e o chamado moderno liberalismo americano a ele associado, com políticas públicas e princípios muito próximos aos da social-democracia europeia. Buckley, sem negar ao keynesianismo o direito de ser representado nos manuais, procura demonstrar, no entanto, que os autores dos manuais adotados em Yale não apenas dão preferência a Keynes, mas o fazem *em detrimento* da perspectiva “individualista” ou neoclássica, que, denuncia ele, às vezes era simplesmente *ignorada*. Rico de citações, algumas bem longas, o capítulo é incisivo nas conclusões. Na parte sobre “Produção e emprego: as responsabilidades do Estado”, por exemplo, o autor declara (grifos no original):

A esta altura, fica aparente que esses economistas invariavelmente recorrem ao Estado para resolver dificuldades econômicas e sociais. Todos esses autores, cujos textos econômicos foram e são usados no curso básico em Yale, são discípulos subservientes do falecido Lorde Keynes, e seguem o seu programa básico religiosamente. O que eles não fazem tanto é reconhecer a existência de economistas que violentamente contestam as conclusões de Keynes, e que *advertem contra elas em consideração à prosperidade nacional, à liberdade individual e à moralidade pública*.

[...]

Assim, em todos os quatro manuais em discussão, somos lançados em um programa coletivista doutrinário (BUCKLEY, 2011, p. 58-9).

Somente após esse exame dos livros é que Buckley procede à análise convencional sobre os professores do Departamento de Economia e as atividades extracurriculares. Sem grande surpresa, ele constata que os docentes que acreditavam nos princípios neoclássicos eram minoria ali.

Hoje, dos nove professores plenos no departamento, apenas quatro são defensores declarados do individualismo. Destes quatro, um (o Sr. Westerfield) está prestes a se aposentar; outro (o Sr. Hastings) foi transferido para a Escola de Engenharia (onde, devido à natureza mais técnica do assunto, as atitudes pessoais em relação à filosofia econômica tem menos influência); e um terceiro (o Sr. Saxon), que está próximo da idade da aposentadoria, foi exortado a se transferir para a Escola de Engenharia. Um quarto (o Sr. Buck) está forte e saudável e parece ter grande chance de sobreviver por algum tempo (BUCKLEY, 2011, p. 88-9).

E quando relata sua própria experiência na disciplina Economia 10 (no Brasil, equivaleria a Economia I), Buckley não deixa de observar que seu professor Alexander Brooks, era um socialista declarado que não perdia uma oportunidade para criticar o “sistema a livre empresa”, isto é, o capitalismo. Embora a posição de Brooks não fosse majoritária — o Departamento é definido como keynesiano —, é fácil perceber que Buckley considera o intervencionismo estatal preconizado por essa corrente econômica como uma ameaça ao “individualismo” e à liberdade, um posicionamento que, poucos

anos antes, em 1944, tinha sido vigorosamente defendido e divulgado pela obra de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*.

OS EX-ALUNOS

A parte possivelmente mais polêmica da obra, no entanto, é a que vem em seguida. Buckley defende que os ex-alunos da universidade — que nas universidades de elite dos EUA são uma fonte frequente e muito celebrada de doações — se comportem como “consumidores” em relação a ela. Dito de outra forma, se a universidade recebia de bom grado o dinheiro e demais recursos de seus ex-alunos, muitos deles homens¹² prósperos e influentes na sociedade americana, era apenas justo que eles pudessem opinar sobre o conteúdo da educação oferecida e que provavelmente seria oferecida aos seus próprios filhos. O pressuposto era de que esses mesmo ex-alunos, se fossem informados do que se passava no *campus*, esboçariam uma reação.

Tal diagnóstico, no entanto, não era oferecido gratuitamente. Continuando no seu estilo investigativo, Buckley procura mostrar como Yale sonegava informações aos ex-alunos, ao mesmo tempo que procurava por todos os meios cultivar sua boa vontade e as consequentes doações. Ora, se a própria universidade, ainda segundo Buckley, era a primeira a proclamar uma responsabilidade perante os ex-alunos, assim como a deles para com ela, por que a falta de transparência? Com essa pergunta em mente, Buckley examina o papel institucional dos ex-alunos, como era o processo de escolha dos membros do corpo governante da universidade (escolhido entre eles) e o poder que eles de fato exerciam e o que poderiam vir a exercer na qualidade de “supervisores” de Yale.

Ao mesmo tempo, em última instância, os ex-alunos são ou não são os supremos supervisores da política educacional de Yale. Todos parecem concordar que eles são. Em tais circunstâncias, eles estão abdicando de suas responsabilidades. E a administração de Yale não está facilitando para que eles cumpram suas obrigações pela simples razão de que, apesar de todo o som e fúria, ela está feliz em ficar com o dinheiro deles e desprezar o seu conselho. E assim ela molda a sua política para os ex-alunos (BUCKLEY, 2011, p. 122).

Estaria a venerável Universidade de Yale ludibriando seus ex-estudantes e promovendo uma espécie de “estelionato” educacional? Apesar da linguagem a maior parte do tempo respeitosa, *God and Man at Yale* estava indo muito além de uma crítica educacional propriamente dita, o que já era audácia suficiente para um recém-formado. Agora ela questionava a própria estrutura de poder da universidade, que, aliás, era reproduzida em outras instituições da Ivy League. Tal estrutura, com sua falta de

¹² À época, Yale era um escola exclusivamente masculina.

transparência, gerava uma forma sutil de corrupção educacional inadvertidamente financiada pelos ex-alunos. Para solucioná-la, estes deveriam assumir o controle de última instância e abolir o grande pretexto usado pela universidade para fazer o quisesse com os recursos recebidos: a “liberdade acadêmica”. Assim, Buckley propunha que, em vez de uma educação supostamente aberta suscetível a influências ideológicas deletérias (como o secularismo e o coletivismo), Yale assumisse a função de educar os alunos dentro de princípios aprovados pelos ex-alunos — em suma, que ela os doutrinasse nos princípios considerados condizentes com a sociedade americana e os valores que ela representava. Em outras palavras: substituir uma ortodoxia “ruim” por uma outra ortodoxia, só que desta vez a “certa”.

Isso não era uma simples proposta heterodoxa. Segundo o historiador George Nash, pouco antes de o livro ser lançado, algumas informações sobre ele já tinham vazado e o próprio Buckley tinha falado do assunto com o presidente Griswold. Um dos curadores da universidade teria comentado com John Chamberlain, o jornalista libertário que escreveu um dos prefácios do livro, que a obra “custaria à instituição um milhão de dólares” — o que era crível, a depender do seu impacto sobre os ex-alunos que faziam doações (NASH, 2009, p. 140). Considerando que os EUA viviam a “caça às bruxas” promovida pelo senador Joseph McCarthy, a perspectiva de uma perda de liberdade acadêmica motivada por ideologia era bastante factível. Desta forma, tanto do ponto de vista financeiro e administrativo quanto do propriamente acadêmico, era compreensível que Yale visse o livro de Buckley como uma ameaça que não podia ficar sem resposta.

A REAÇÃO

Como era fácil de prever, algumas das reações ao livro foram de repúdio, até virulência. Mesmo entre aqueles que Buckley possivelmente consideraria aliados, não houve entusiasmo: “os acadêmicos conservadores foram frios quando à cura proposta” (NASH, 2009, p. 143). Até mesmo Hayek, de quem Buckley queria um comentário favorável, recusou-se a fazê-lo justamente por causa da posição de Buckley a respeito da liberdade acadêmica. A ideia de educação como doutrinação, por trás da proposta de Buckley, seria motivo de divergência perene com outros conservadores: em 1955, no livro *Academic Freedom*, Russell Kirk, que se juntaria a Buckley na fundação do mais importante periódico conservador do pós-guerra, a *National Review*, condenou o

programa de *God and Man at Yale* como um remédio “pior do que a doença” — e tal divergência jamais seria resolvida.

Ainda entre os conservadores, Peter Viereck, autor da obra que havia recolocado a palavra “conservadorismo” na pauta do dia (*Conservatism Revisited*, de 1949) foi veemente na resenha que escreveu para o *New York Times* em 4 de novembro de 1951. Segundo ele, a solução de Buckley para o problema do “estatismo e ateísmo” que grassavam no *campus* não passava de “o mais estéril republicanismo de velha guarda, muito à direita [do Senador Robert] Taft”.

Não há nenhum “materialismo egoísta” na Associação Nacional de Manufatureiros tanto quanto os “coletivistas do New Deal” aqui denunciados? Não é de mau gosto, ou até blasfemo, para este eloquente advogado do Cristianismo, uma religião antieconômica e voltada para o outro mundo, pôr no mesmo santuário como igualmente sacrossantos “Adam Smith e Ricardo, Jesus e São Paulo?” E por que este verdadeiro Escoteiro Águia¹³ da austeridade moral silencia quanto às implicações morais do macarthismo em seu próprio campo?¹⁴

[...] o autor irresponsavelmente trata não apenas a socialdemocracia moderada, mas até mesmo a maioria das reformas sociais como quase criptocomunistas. Ele amaldiçoa o comunismo, nosso principal inimigo, mas sem metade da violência usada contra inimigos menores como o imposto de renda e a imposto sobre heranças. As palavras realmente nos faltam quando chegamos à “mensagem” final do livro: os curadores e ex-alunos devem violar a liberdade acadêmica legalmente estabelecida para “banir da sala de aula” não apenas os comunistas, mas todos os professores que se desviem de Adam Smith!

Ainda em novembro, a revista *Atlantic Monthly* publicou o que talvez tenha sido o mais virulento ataque ao livro e ao seu autor. O ex-aluno de Yale e futuro conselheiro de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, possivelmente em colaboração estreita com o próprio Griswold (BOGUS, 2011, p. 83), classificou *God and Man at Yale* como “um ataque selvagem à instituição”, “desonesto no uso dos fatos, falso em sua teoria e um descrédito para o seu autor”. Além disso, acusou Buckley de fazer uma representação distorcida dos manuais de economia examinados no livro, de *manipular as citações* e, após questionar superficialmente alguns tópicos específicos, declara, sem demonstrar, que todos os quatro livros examinados apresentavam grandes diferenças em relação a Keynes. Contudo, ele não parou por aí e foi além do livro em si, atacando a credibilidade de Buckley de forma pessoal e particularmente sensível:

O mais notável de tudo, o Sr. Buckley, que clama por um retorno ao que considera a verdadeira tradição religiosa de Yale, em nenhum momento diz uma palavra sobre o fato de que ele mesmo é um católico ardente. À vista da diferença pronunciada e bem reconhecida entre as visões protestante e católica sobre a educação na América, e à vista

¹³ *Eagle Scout*, no original: o topo da hierarquia dos escoteiros.

¹⁴ Interessante notar que, em 1954, Buckley e seu cunhado L. Brent Bozell escreveram uma minuciosa *defesa* do Senador McCarthy, intitulada *McCarthy and His Enemies*.

da história protestante de Yale, parece estranho para qualquer católico romano se dar ao trabalho de definir a tradição religiosa de Yale (e Yale tem milhares de ex-alunos e alunos católicos que não sonhariam fazer isso); é mais estranho ainda para o Sr. Buckley se aventurar a fazer essa prescrição sem nenhuma palavra ou pista a mostrar a sua lealdade particular.

E conclui a parte sobre economia dizendo: “Este capítulo mostrar que ele [Buckley] é um jovem desajuizado e ignorante cuja visão pessoal da economia teria parecido reacionária a Mark Hanna” (BUNDY, 1951).

Na verdade, não é preciso ser um leitor muito atento para ver que a fé pessoal de Buckley não afeta os seus argumentos. Mesmo a definição do que o autor entende por “Cristianismo” é suficientemente genérica e básica para ser aceita por católicos e protestantes. Então, entre tantos contra-argumentos possíveis, por que tocar justamente nesse ponto? Em um dos prefácios comemorativo pelos 25 anos de *God and Man at Yale*, escrito em 1977, o advogado e curador da *National Review* Austin W. Bramwell observa que, para gente como Griswold e Bundy, de dinastias protestantes ligadas a Yale, viam como “guardiões” do legado da universidade, o catolicismo, assim como o protestantismo de matriz evangélica, “era a religião das classes baixas — tolerada em público e escarnecida em particular”. Desse ponto de vista, Buckley, cuja família etnicamente irlandesa sofrera discriminação entre o patriciado de Connecticut por sua condição de “novos ricos”, seria “nem tanto um Torquemada quanto um Alarico tardio que, ao ser convidado para a cidadela do prestígio WASP do nordeste, cometeu a gafe de questionar a sua legitimidade contínua” (BUCKLEY, 2001, p. xii). A violência do ataque de Bundy, que foi reimpresso por Yale e distribuído como uma espécie de réplica terceirizada, teria tido, então, também um recorte de *status* social.

Esse contra-ataque feroz não se limitou a Bundy. Outros atacaram Buckley no mesmo tom, em diferentes periódicos e jornais, com efeitos que até foram além da acidez de palavras: o editor do livro, Henry Regnery, que tinha um contrato com a Universidade de Chicago para publicar os seus famosos *Great Books*, viu-o revogado por causa da controvérsia com Yale (BOGUS, 2011, p. 84).

Mas, em 1952, depois de um sem-número de resenhas, a controvérsia havia chegado ao fim. A previsão de prejuízos financeiros a Yale causados pelo livro não se confirmou, nem tampouco a proposta de uma “tomada de poder” pelos ex-alunos foi implementada. Tratou-se, então, de uma polêmica isolada e inconsequente?

O LEGADO

Buckley nos atingiu da forma mais astute quando argumentou que o que Yale e outras universidades defendiam como “liberdade acadêmica”, deixando o professor ensinar o que lhe parecia ser a verdade, era na verdade um mecanismo de propagação de pontos de vista liberais. A liberdade acadêmica, dizia ele, não era estendida aos comunistas à esquerda ou aos conservadores radicais do outro lado, e, ainda que ele não se preocupasse muito com os comunistas, ele deu como exemplo à direita o caso do seu mentor, Willmoore Kendall, que se tornou inaceitável para seus colegas ao insistir na culpa de Alger Hiss e apoiar o Senador McCarthy. Tão indignados ficaram os seus colegas liberais com as opiniões de Kendall que, quando ele fez provocantemente, e talvez não muito seriamente, a oferta de renunciar ao seu cargo em troca de um pagamento de quarenta mil dólares, eles de fato convenceram a administração a subornar esse rebelde. C.Q.D., continuou Buckley, a liberdade acadêmica é apenas o disfarce para um liberalismo militante que tem dominado a universidade desde os anos 1930. Mas nós, filhos da Depressão, criados na Era de Roosevelt, estávamos tão doutrinados com pontos de vista liberais que os tomamos como uma verdade simplesmente dada e óbvia. Eles *eram* as verdades que a liberdade acadêmica tornou possível ensinar. Nunca nos ocorreu duvidar de que Hiss era inocente¹⁵, de que McCarthy era um completo mentiroso, de que o Estado era o melhor meio de remediar todos os males; e então nos juntamos a todos os outros em difamar e rir de Buckley (KERNAN, 1999, p. 67).

O depoimento de Alvin Kernan, um prestigiado professor de Literatura que trabalhava em Yale na época da controvérsia com Buckley, é sugestivo. *Havia* realmente uma ortodoxia informal em Yale, como noutras instituições, embora, do ponto de vista histórico, seja questionável que ela se devesse unicamente ao liberalismo. Se é verdade, como já apontamos, que os anos do pós-guerra foram uma fase de inegável predomínio do keynesianismo, e portanto da defesa de políticas liberais, nas escolas superiores de economia (como poucas exceções, como na Universidade de Chicago), o secularismo nas universidades americanas já tinha uma origem mais antiga. Tratava-se, na verdade, de uma mudança de posicionamento sobre o papel da religião na educação superior que remontava à grande transformação dos *colleges* tradicionais em universidades voltadas para a pesquisa, seguindo o modelo alemão, e que foi implementada no período entre 1865 e 1914 (ROBERTS & TURNER, 2001, cap. 1). Essa era uma tendência geral, e que, aliás, não se limitou ao campo da educação, uma vez que a secularização nas mais diversas áreas da vida social tem sido uma das mais notórias características da modernidade no Ocidente. Como o próprio Buckley

¹⁵ O autor se refere ao famoso caso de espionagem envolvendo a denúncia do jornalista Whittaker Chambers contra o funcionário do Departamento de Estado Alger Hiss, em 1948. Condenado por perjúrio em 1949, Hiss foi considerado um mártir pelos opositores ao pânico anticomunista do final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Nos anos 90, contudo, novas evidências sugeriram que Hiss teria sido realmente um colaborador da inteligência soviética. Para uma síntese da controvérsia, v. *The Alger Hiss history*: <http://www.algerhiss.com>. [Acesso em 30/11/2014.]

reconhece em *God and Man at Yale*, ele sabia que, muito provavelmente, estar lutando uma batalha perdida.

Fosse como fosse, a reação ao livro deixou marcas. Em primeiro lugar, pessoais: no prefácio de 1977, Buckley passa boa parte das 38 páginas comentando e refutando os ataques que recebeu na época da controvérsia. É improvável que tamanho gasto de energia, após mais de um quarto de século, seja por mero dever de ofício. Para além disso, todavia, há um comentário seu, relatado por Bogus, que é revelador: “Eu devia ter sabido, é claro, pois eu tinha visto o *Aparato* agir com outros dissidentes da ortodoxia liberal” (BOGUS, 2011, p. 86).¹⁶ O que era esse “Aparato”, escrito assim mesmo, com maiúscula?

A explicação talvez possa ser encontrada uns poucos anos depois, na maior obra de Buckley e a sua maior contribuição ao movimento conservador americano da segunda metade do século XX: a *National Review*. Logo na primeira edição, de 19 de novembro de 1955, Buckley escreve no editorial:

É preciso ter vivido em um campus universitário, ou perto de um, para se ter um indício do que aconteceu. É lá que vemos como um número de inovadores sociais cheio de energia, exagerando seus grandes desígnios, conseguiram, ao longo dos anos, capturar a imaginação intelectual liberal. *E já que as ideias dominam o mundo, os ideólogos, tendo conquistado a classe intelectual*, simplesmente chegaram e começaram a gerenciar as coisas.

Gerenciar quase tudo. Nunca houve uma era de conformidade como esta, ou uma camaradagem como a dos Liberais. Ponha um pouco de pó de mico na banheira de Jimmy Wechsler,¹⁷ e, antes que ele consiga se coçar pela terceira vez, Arthur Schlesinger¹⁸ terá denunciado você em uma dúzia de livros e discursos, Archibald MacLeish¹⁹ terá escrito dez cantos heroicos sobre a nossa era de terror, a *Harper's*²⁰ os terá publicado e todo o mundo à vista terá sido nomeado para um *Freedom Award*.

Essa sinergia de indivíduos e instituições, predominantemente sediada na Costa Leste do país, foi chamada de o *Establishment* liberal (ou “Liberal”, como maiúscula, como a revista preferia nesse tempo, quase como numa designação religiosa). Tratar-se-ia de um grupo bem posicionado, solidário entre si, comprometido com certas posições

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷ James Wechsler (1915-1983), jornalista e editor do jornal *New York Post*. Ex-comunista, foi um proeminente liberal americano.

¹⁸ Arthur Meier Schlesinger Jr. (1917-2007), historiador e crítico social americano, por muito tempo considerado um porta-voz dos democratas liberais, especialmente durante os anos do governo Kennedy (1961-1963). Entre suas obras mais conhecidas estão *The Vital Center* (1949), em que defende o liberalismo do New Deal e seu papel na luta contra o comunismo, e *The Cycles of American History* (1986), uma coleção de ensaios em um dos quais Schlesinger trabalha com a ideia, originalmente de seu pai, de que a história dos EUA pode ser dividida em ciclos de maior disposição à reforma/ inovação ou a conservadorismo.

¹⁹ Poeta e escritor (1892-1982), foi diretor da Biblioteca do Congresso.

²⁰ Revista mensal fundada em 1850 e em circulação até hoje, focada em política, cultura, artes e finanças, geralmente apresentando uma perspectiva de esquerda.

ideológicas bem definidas — entre as quais, o secularismo na arena pública e o intervencionismo estatal na economia — e particularmente identificado com as academias de elite e círculos intelectuais. Tolerantes e pluralistas no discurso, mas não na prática, eles tinham uma visão de mundo que enfraquecia a posição dos Estados Unidos na disputa mundial com a União Soviética, não apenas em termos de política externa *stricto sensu*, mas nos valores e posturas necessárias para o grande conflito ideológico e mesmo espiritual representado pela Guerra Fria. Eles eram, por exemplo, muito *suaves* com o comunismo, e sempre dispostos a fazer concessões inconvenientes, e ao mesmo tempo adotavam políticas que, em última instância, minavam as liberdades americanas e aumentavam o perigo do autoritarismo estatal, como ao defenderem ações governamentais para interferir nas relações raciais nos estado do Sul do país ou simplesmente criando programas de bem-estar social que justificavam o aumento dos gastos públicos. Tais ideias e ações, naturalizadas por tantos a ponto de se tornarem as “verdades” mencionadas por Kernan, precisavam ser denunciadas, refutadas, e o conforto e a complacência com que acadêmicos como os de Yale as apresentavam como as *únicas* legítimas, destruído.

Esse ponto se tornou uma constante na *National Review* das décadas de 1950 e 60, onde esse combate à ortodoxia liberal se juntava à ideia frequentemente enunciada por Buckley de que as ideias movem o mundo. Sendo assim, a luta conservadora em um mundo dividido não podia se restringir apenas ao campo da política convencional, de eleições e partidos, mas também se dar no campo intelectual — ênfase que se via não só na revista em si, repleta de longas resenhas de livros, peças teatrais e outras manifestações da alta cultura, como também no seu corpo editorial, onde a presença acadêmica ou intelectuais públicos (Russell Kirk, Will Herberg, Whittaker Chambers, Willmoore Kendall e o próprio Buckley, entre outros) era muito forte. Dessa forma, se por um lado os conservadores liderados por Buckley denunciavam constantemente a ortodoxia dos intelectuais liberais, o faziam usando ferramentas tão parecidas quanto a sua condição de *outsiders* lhes permitia: livros, revistas, palestras públicas. Disputas em termos de poder político bruto só viriam a partir de 1964, quando a candidatura presidencial de Barry Goldwater sinalizou que a luta conservadora estava se dando em novas frentes.

God and Man at Yale não foi apenas a primeira grande experiência de Buckley com o *Establishment* ou Aparato. A obra e a controvérsia que gerou foram também uma inspiração para outros adeptos do conservadorismo, a ponto de livros-denúncia sobre os

abusos e perigos da contaminação ideológica na educação terem se tornado relativamente comuns. Um dos primeiros a seguir o exemplo buckleyano foi *Collectivism on the Campus: The Battle for the Mind in American Colleges*, de E. Merrill Root. O livro é uma considerável compilação de casos, alguns dos quais obtiveram comentário na imprensa da época, em que docentes ou alunos de universidades teriam sido perseguidos por defenderem posturas não liberais ou não esquerdistas. A obra se torna particularmente interessante no ponto que defende ao se considerar o seu contexto: em 1955, quando o livro foi lançado, o macarthismo, quando pessoas eram perseguidas *justamente por terem posições consideradas de esquerda*, era um fenômeno ainda muito recente. A influência disso sobre o livro é evidente, pois o tópico da tolerância com os intolerantes, especialmente os comunistas, permeia todo o texto.

Em 1978, Russell Kirk, um dos mais conhecidos pensadores do movimento conservador, escreveu *Decadence & Renewal in the Higher Learning*, onde comenta a respeito da evolução do ensino superior americano desde 1953. Questões estruturais, como a enorme expansão das universidades e o papel dos sindicatos, aparecem; mas pontos de maior interesse para os conservadores da época, como a influência ideológica, a legitimidade ou não da liberdade acadêmica e o avanço do secularismo, também aparecem.

Em 1987, o filósofo Allan Bloom lançou uma obra que teve uma enorme repercussão: *The Closing of the American Mind*, talvez a mais conhecida em seu gênero. Sua tese principal era a de que as universidades americanas não mais estavam atendendo às necessidades de seus alunos, já que os docentes estavam demasiadamente envolvidos com temas ultraespecializados ou promovendo ideias deletérias em seus cursos (o pós-modernismo e dos estudos culturais dominados por políticas de identidade herdadas dos anos 60 e 70 sendo os maiores exemplos).

Nos anos 2000, o ativista conservador e ex-esquerdista David Horowitz promoveu uma campanha incitando o público a mapear as preferências ideológicas dos docentes das faculdades onde pretendessem estudar ou matricular os filhos, para assim evitar que fossem demasiadamente influenciados por ideias de esquerda. O pressuposto, similar ao de Buckley em 1951, era que o ensino oferecido, especialmente nas Humanidades, era em grande parte contaminado por uma visão de mundo específica.

O quanto todos esses autores, e outros como eles, conscientemente seguiram o exemplo de Buckley é uma questão que requereria pesquisas mais específicas. Fato é,

contudo, que todos eles veem a entrada de ideologias de esquerda no campus como um fenômeno a ser combatido, seja por conta da Guerra Fria, seja por questões de cunho moral, filosófico e pedagógico. Cada uma ao seu modo, tais obras configuram um gênero específico na literatura conservadora americana, na qual *God and Man at Yale* constituiu um marco dos mais significativos — e, para o próprio Buckley, uma experiência formativa que iria influenciar toda a sua trajetória como líder conservador nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Allan. *The Closing of the American Mind: How Higher Education Has Failed Democracy and Impoverished the Souls of Today's Students*. Reissue edition. New York: Simons & Schuster, 2012.

BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley, Jr., and the rise of American conservatism*. Bloomsbury Press, 2011. [Edição Kindle.]

BUCKLEY JR., William F. Publisher's Statement. *National Review*. 19/11/1955. Disponível em: <https://cumulus.hillsdale.edu/Buckley>. [Acesso em: 03/11/2014.]

The Attack on Yale. *The Atlantic Monthly*. November 1951. Disponível em: http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1951/11/the-attack-on-yale/306724/?single_page=true. [Acesso em: 30/11/2014].

_____; ROTH, Arnold. *The Lexicon: A Cornucopia of Wonderful Words for the Inquisitive Word Lover*. Mariner Books, 1998.

_____. *God and Man at Yale: The Superstitions of "Academic Freedom"*. 50th Anniversary Edition. Washington, DC: Regnery Publishing, 2001.

KERNAN, Alvin. *In Plato's Cave*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1999.

KIRK, Russell. *Decadence & Renewal in the Higher Learning: An Episodic History of American University and College since 1953*. South Bend, Indiana: Gateway Editions, 1978.

_____. *The Conservative Mind: from Burke to Eliot*. 7.ed. Regnery, 2001.

NASH, George H. *Reappraising the Right: the past and future of American conservatism*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2009.

ROBERTS, Jon H.; TURNER, James. *The Sacred & the Secular University*. Princeton University Press, 2000.

ROOT, E. Merrill. *Collectivism on the Campus: The Battle for the Mind in American Colleges*. New York: Devin-Adair, 1955.

SOUSA, Rodrigo Farias de. *William F. Buckley Jr., National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968*. Tese de doutorado em História. Niterói: 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1495.pdf>. [Acesso em: 30/11/2014.]

VAUGHAN, Samuel (ed.). *Buckley: The Right Word*. Mariner Books, 1998.

VIERECK, Peter. Conservatism Under the Elms. *The New York Times*. 04/11/1951. Disponível em: <http://www.nytimes.com/books/00/07/16/specials/buckley-yale.html>. [Acesso em: 29/11/2014.]

PADRÃO DE CRESCIMENTO DA RENDA E DA RIQUEZA NORTE-AMERICANA DE 1980 ATÉ OS DIAS DE HOJE: DINÂMICA E CONTRADIÇÕES

Rodrigo Vergnhanini¹

Thiago Machado²

RESUMO

A crise do *subprime* e seus efeitos sistêmicos sobre a prolongada estagnação econômica nos Estados Unidos e na Europa têm suscitado debates intensos sobre o papel do sistema financeiro no crescimento econômico e na apropriação de riqueza das sociedades. Diante desse contexto de questionamento teórico e político, o presente trabalho visa explorar o padrão de crescimento norte-americano desde a década de 1980 a partir de uma perspectiva da distribuição da renda e da riqueza. Quais foram os componentes de sustentação da demanda agregada ao longo do período? Quais os efeitos desse padrão de acumulação sobre a renda e patrimônio das famílias? O trabalho aponta que i) o padrão de acumulação norte-americano foi sustentado pelo crescente endividamento das famílias numa lógica de retroalimentação minskyana, principalmente a partir dos anos 2000; ii) a vulnerabilidade financeira das famílias de classe média decorreu da estagnação da renda, da grande concentração dos seus ativos em residências e de grande endividamento em relação à renda e ao patrimônio líquido; e iii) a apropriação da renda e riqueza geradas no período foi extremamente concentrada.

Palavras-chave: *distribuição de renda; efeito riqueza; hipotecas; padrão de crescimento norte-americano*

¹ Mestre em economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Economista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

INTRODUÇÃO

É indiscutível que a concentração de renda é parte intrínseca do capitalismo. Como mostra Piketty (2014), o período de *Bretton Woods* foi excepcional na história do capitalismo, por promover políticas deliberadas de redistribuição de renda, taxaço progressiva dos impostos e elevação dos salários reais na renda agregada. Desde o fim da década de 1970, porém, há forte retomada da tendência de concentração da renda e da riqueza sob capitalismo crescentemente financeirizado.

Nunca faltaram, contudo, teorias econômicas que atribuíssem ao caráter concentrador do sistema capitalista a dinamização do crescimento econômico e do progresso tecnológico. Por exemplo, o modelo de *profit-led growth* afirma que a renda deveria ser concentrada nos segmentos da sociedade com maior propensão a investir (e menor propensão a poupar): os capitalistas. Do ponto de vista estritamente teórico, essa suposição está apoiada na Lei de Say, pois supõe que toda renda não consumida será automaticamente investida.

Entretanto, segundo a abordagem da demanda efetiva, baseada nas obras de Keynes e Kalecki, não há garantias de que toda a poupança será efetivada em investimento. A decisão de investir depende de fatores expectacionais, como o comportamento futuro da taxa de juros e da demanda efetiva. Se o poder de compra das classes com maior propensão ao consumo for reduzido, menor será o incentivo de investir e, portanto, menor o potencial de crescimento. Nesse sentido, há de se considerar o papel da distribuição de renda na demanda agregada (Kalecki).

Além disso, o crédito é uma variável autônoma que pode suprir ou alavancar a capacidade de consumo baseada na renda, dando elasticidade ao crescimento econômico. Segundo a “hipótese de instabilidade financeira” de Minsky, porém, o sistema baseado nas finanças é altamente instabilizador e gera ciclos acentuados.

O presente trabalho pretende investigar a dinâmica de crescimento da economia norte-americana nas últimas décadas considerando o papel da distribuição de renda e do crédito na sustentação do consumo (como importante componente da demanda agregada). Para tanto, a primeira seção retoma o papel da distribuição de renda na teoria kaleckiana e, em seguida, o papel do crédito na dinâmica de crescimento e a instabilidade financeira em Minsky. A segunda seção se propõe a analisar a evolução e distribuição da renda entre os diferentes estratos das famílias norte-americanas, assim como apontar alguns dos determinantes das tendências encontradas. A terceira seção investiga os estoques de riqueza na sociedade americana e a composição de seu balanço

patrimonial. Por fim, a última seção retoma os principais argumentos e apresenta algumas considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde os anos 80 observa-se um movimento de concentração de renda no mundo desenvolvido, principalmente nos Estados Unidos, com diminuição ou dissolução dos sistemas de proteção social, e da relação fordista estabelecida entre crescimento da produtividade e do salário real, como produto das relações sociais e políticas da época. Esse movimento pode estar relacionado com a mudança de paradigma político na economia mundial, advinda também do fim do socialismo real que apesar de seus defeitos, gerava a possibilidade de uma sociedade distinta da sociedade atual, além disso, teve a ascensão do liberalismo econômico enquanto campo teórico legitimando políticas de Estado que favoreciam a concentração de renda.

Para compreender o movimento da economia americana desses últimos 34 anos, esse artigo se propõe do ponto de vista metodológico a analisar o processo de concentração da renda, numa abordagem Kaleckiana, e os ciclos de negócios ou ciclos de investimento, no referencial Minskyano, com o intuito de se fazer uma síntese entre ambas para compreender esse fenômeno. Sobre o primeiro autor pretende-se estudar o impacto da concentração de renda no crescimento e sobre a ótica do segundo será analisado o componente do ciclo de investimento e suas características do tipo hedge e ponzi.

1. O PAPEL DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM KALECKI

No modelo Kaleckiano, a economia é dividida em três setores: DI: setor de investimento (inclusive compra de matérias-primas); DII: setor de consumo capitalista (bens de luxo); e DIII: setor de consumo dos trabalhadores.

Nesse modelo, existem algumas simplificações teóricas que podem ser observadas em três pontos. Em primeiro lugar, pressupõe-se existência de capacidade ociosa e de mão de obra desempregada, o que de forma geral é verdadeiro. Por exemplo a média de utilização da capacidade instalada na economia americana foi de 80,31% do

período de 1988 até 2010³. Em segundo lugar, Kalecki assume que o investimento é autônomo, ou seja, assim como Keynes, ele é determinado pelas expectativas dos agentes econômicos. Em terceiro lugar, supõe-se que os trabalhadores não poupam, o que não é estritamente uma realidade, apesar de ser uma aproximação, pois no momento em que os trabalhadores tem acesso ao crédito e possuem poupança (apesar de relativamente menor⁴) a diferença entre capitalistas e trabalhadores nesse quesito se daria em grau e não em essência, contudo, quando se observa a poupança dos trabalhadores americanos essa aproximação se torna ainda mais uma realidade, o quadro abaixo mostra a matriz da distribuição da renda por setores:

Tabela I. Esquema kaleckiano dos três departamentos.

DI	DII	DII	Tot
	I		al
P1	P2	P3	P
W1	W2	W3	W
I	Cc	Cw	Y

P (Profit) significa a soma das taxas de lucro dos 3 setores, enquanto, W (wage) o mesmo para os salários na economia, exemplificando a distribuição funcional da renda entre lucro e salários. A soma dos salários no departamento DI, mais os lucros darão a produção de máquinas e insumos a produção I, o mesmo ocorre para o departamento DII determinando a produção de bens e serviços aos capitalistas Cc e DIII com a mesma relação para os trabalhadores Cw. Ou seja, enquanto as variáveis salários e lucros dos diversos setores identificam o componente de demanda, o investimento, o consumo dos capitalistas e o consumo dos trabalhadores apontam os bens e serviços produzidos para cada um desses segmentos. Para que ocorra o equilíbrio dinâmico na economia, os mesmos devem possuir uma certa estabilidade.

Como o intuito desse artigo não é reproduzir as equações de Kalecki, serão apresentados somente o resultado de algumas delas⁵, que correspondem as implicações mais diretas na distribuição da renda e na demanda efetiva.

$$\mathbf{P = I + Cc (1)}$$

³ De acordo com dados do Federal Reserve Industrial: Production, Capacity, and Utilization <http://www.federalreserve.gov/releases/G17/Current/default.htm>

⁴ Ver Gráfico III

⁵ Ver (MIGLIOLI, 1977)

$$Y = (I + Cc)/(1-w^6) \quad (2)$$

A equação 1 indica que o investimento e o consumo dos capitalistas determinam a lucro, e não o inverso. Contudo, para além de relações simplificadas de matemática, Kalecki reconhece que os capitalistas fazem muitas coisas enquanto classe, mas a decisão de investir não é uma delas. A decisão de investir irá depender das expectativas de demanda, que são funções de uma estrutura maior e de outras determinações, a nível microeconômico e geopolítico (acréscimo nosso). Para que o investimento fosse totalmente realizado, seria necessário uma coordenação dos investimentos dos capitalistas, contudo como a concorrência é dada no nível microeconômico, isso não ocorre. Essa dualidade gera contradições entre a estrutura de oferta e o sistema de demanda efetiva. Esse aspecto é denotado na passagem de Kalecki (1954), “*é claro que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num período do que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais*”⁷, justamente por não coordenarem os seus investimentos a nível macroeconômico e sim decidirem seus investimentos a nível microeconômico⁸.

O grande fato revelado por Kalecki é que um dos elementos chave para os ciclos econômicos são os ciclos do investimento⁹, uma vez que cumpre a função de ampliação da capacidade de produção do sistema. No entanto, os capitalistas investem em função da expectativa do retorno da taxa de lucro, que sofre de uma dupla determinação que afeta a decisão dos mesmos. Enquanto o aumento do investimento amplia a capacidade de produção aumentando o potencial da massa de lucro, o mesmo aumenta a concorrência entre as firmas (dependendo do formato de concorrência que os empresas operam) reduzindo a taxa de lucro, o que denota uma dualidade do movimento de expansão do sistema. Para a resolução disso ou melhora no componente de demanda, é necessário que se tenha um mercado em expansão, onde o incremento da produção seja requerido pela economia.

⁶ w: significa a participação relativa dos salários na renda

⁷ M. Kalecki, *Theory of Economic Dynamic* (Londres: George Allen & Unwin, 1954), p 46.

⁸ Outro elemento que se observa ao longo de sua teoria, é a assimetria de poderes entre as classes no sistema capitalista, defendido tanto por Kalecki, quanto por Keynes.

⁹ Kalecki desenvolve a teoria dos ciclos econômicos revelando o papel central do investimento. Para ele, o investimento é função da taxa de lucro em relação ao tempo, menos o crescimento líquido do estoque de capital em relação ao tempo, mais a variável tecnológica e expectacional, que pode levar a ondas inversão de investimento, devido a uma nova inovação que rompe com o paradigma anterior, num sentido Schumpeteriano de “*destruição criativa*” – essa variável de investimento é separada pois esta se pensando em como as novas inovações criam uma nova estrutura de oferta e geram novas possibilidades de investimento, onde o mercado potencial das mesmas ainda é enorme.

Para tanto, o componente de distribuição da renda é central para realização do incremento do investimento, ao criar uma compatibilidade estrutural entre a capacidade de oferta e de demanda, onde os capitalistas sintam confiança em ampliar o investimento.

O investimento ao determinar a capacidade de produção determina a renda. Vale lembrar para exemplificação da dinâmica de crescimento que o sistema capitalista possui uma assimetria de relações de poderes entre as classes, os capitalistas exercem um papel chave por ter os elementos financeiros do ciclo de investimento. Como a classe capitalista controla essa variável e por sua vez também o seu consumo Kalecki (1954) afirma: “*são donos de seu próprio destino*”, pois dessa forma eles determinam a massa de lucro. Porém, como já foi apontado, os capitalistas fazem muitas coisas enquanto classe, mas o investimento não é uma delas. Em outras palavras, os capitalistas não podem garantir a realização do produto compatível com seu lucro máximo e, portanto, irão tomar suas decisões de investimento com base em suas expectativas em relação ao comportamento futuro da demanda efetiva.

Ressaltado esses pontos, retoma-se o papel da distribuição da renda na dinâmica de crescimento, a demanda efetiva e o multiplicador da renda via a participação relativa dos salários, viabilizam um ciclo de investimento compatível com a ampliação da estrutura produtiva, essa cointegração gera um ciclo virtuoso, como ficou conhecido nos trinta anos gloriosos na Europa¹⁰. A expectativa de manutenção entre o nexus produtividade com salário real viabiliza do ponto de vista da racionalidade dos capitalistas, aumento das inversões, gerando assim, em certa medida uma profecia alto realizável. Esse ponto, é um dos argumentos centrais da Teoria da Regulação para explicar os 30 Anos Gloriosos na Europa e os Anos Dourados nos EUA. Durante esse período estabeleceu-se um padrão conhecido como Fordista, onde o crescimento da produtividade era repassado para os salários, estabelecendo uma certa homogeneidade da distribuição funcional da renda, criando assim, previsibilidade quando a capacidade do aumento do nível de investimento, que por sua vez aumentava a capacidade de produção, num ciclo virtuoso interativo entre oferta e demanda.

No caso de uma concentração de renda, o crescimento econômico terá um enfraquecimento do componente de demanda e dará maior relevância ao componente tecnológico e/ou creditício. Para investigar o papel do crédito e a mudança do balanço

¹⁰ Ver teoria da regulação

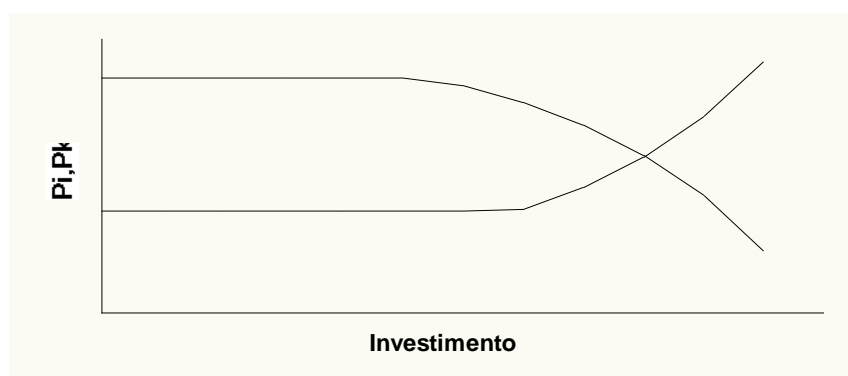
patrimonial dos agentes no crescimento econômico, serão analisados, a seguir, alguns aspectos do ciclo de investimento de Minsky.

1.1. CICLO DE INVESTIMENTO E CRISE EM MINSKY

Minsky é um dos autores que dá maior destaque para a relação entre crédito e débito na economia e a capacidade de solvência dos agentes econômicos, investigando como o ciclo de crédito possibilita um ciclo de investimento. A seguir, sua teoria será explorada a partir dos conceitos dos preços P_k e P_i .

O P_k está atrelado ao custo do capital e à concorrência das empresas, onde com o aumento do investimento aumenta a capacidade instalada que por sua vez faz com que as firmas compitam por com preços menores reduzindo P_k , ou a curva de demanda. Por outro lado, o aumento da exposição das firmas ao crédito aumenta o custo, ou a capacidade das firmas de manterem o fluxo de investimento, pois cada vez mais as firmas terão que comprometer uma parte de seus lucros para o pagamento de juros, caso os juros comece a subir com o aumento do grau de risco, aumentando assim o P_i , ou a curva de oferta. Quando as duas curvas se encontram, é colocado o limite de expansão dos investimentos em termos macroeconômicos¹¹, ou seja, em termos líquidos de aumento do estoque de capital. Essa dinâmica P_k e P_i , do ponto de vista da firma, concede movimento ao ciclo de investimento, como pode-se observar no gráfico abaixo:

Gráfico I



Fonte: Elaboração Deos (1998).

¹¹ Apesar de cessar o investimento no nível macroeconômico, ele ainda pode correr no âmbito micro, em geral atrelado à compra de empresas do mesmo ramo num processo de concentração do capital.

O aumento do endividamento das famílias possui uma característica distinta do ciclo de investimento das empresas. As famílias, ao aumentarem seu nível de endividamento, só terão capacidade de solvência caso haja um aumento na renda das mesmas, ou um processo de valorização de seus ativos que possibilite aumento da capacidade de pagamento. Contudo, o aumento da renda por parte das famílias, ou mais especificamente, por parte dos trabalhadores, “não está em suas mãos”, pois o poder decisório do processo produtivo não os pertencem¹², como vimos na seção anterior.

Além do aspecto de capacidade de pagamento dos agentes econômicos, existe o elemento da instabilidade financeira como algo inerente ao nosso sistema. Minsky aponta:

Durante períodos tranquilos de expansão, instituições financeiras em busca de lucros inventam e reinventam “novas” formas de dinheiro, substitutos para a moeda e para a carteira de títulos, assim como técnicas de financiamento para vários tipos de atividade a inovação: financeira é uma característica de nossa economia quando atravessa bons tempos (H. MINSKY, 2010, PG.: 253).

Essas novas formas de financiamento ampliam a capacidade de investimento da economia tanto em ativos físicos, quanto em ativos financeiros. Esse ciclo de investimento aumenta a capacidade de produção e também aumenta o preço dos ativos financeiros. A expansão de preços das ações redefini a “capacidade” de solvência das firmas, já que possibilita um novo ciclo de empréstimos e investimentos. Assim, Minsky reconhece que a firma tenderá a crescer muito além de qualquer princípio de equilíbrio de mercado ou de estabilidade, sendo irrevogavelmente instável¹³. Na busca por maiores lucros o setor financeiro inova, sendo que *“Inovações, particularmente nas finanças, asseguram que os problemas da instabilidade continuarão a surgir.”* (MINSKY, 1986a, p.287)¹⁴.

Para avaliar as características de financiamento na economia, o autor diferencia o caráter estável hedge ou instável ponzi. O financiamento do tipo hedge está relacionado a algum tipo de processo produtivo, onde se gera uma expectativa de renda futura Q , maior que o seu custo de carregamento C ou custo de empréstimo¹⁵. À medida

¹² Existe uma assimetria de poder no processo produtivo entre aqueles que detêm o capital e os que não detêm.

¹³ No *mainstream*, a determinação do investimento fica inteiramente por conta da produtividade marginal do capital, determinada tecnologicamente e com os retornos esperados descontados a uma taxa de juros real, comum a todos as agentes da economia. Minsky, por sua vez, nega enfaticamente a independência entre o real e o monetário, entre o investimento e o financiamento. Fazê-lo seria ignorar a principal causa da flutuação do investimento: o *finance* (FAZZARI, 1992), Apud por S.S. DEOS. (1998)

¹⁴ Apud por S.S. DEOS (1998)

¹⁵ Ver Capítulo 17 Keynes (1996).

que os contratos vão vencendo, os mesmos são pagos com o fluxo de caixa gerado pela firma.

No financiamento do tipo ponzi, há um descasamento entre o prazo de maturação do projeto e sua captação que é de menor prazo. O funcionamento desse sistema depende de como os mercados financeiros vão re-emprestar, ou renegociar essa dívida. Outro tipo de empréstimo seria o baseado em hipotecas que, ao contrário dos dois anteriores, não geram um fluxo de caixa e o pagamento desse contrato depende da valorização dos ativos do mutuário (como será tratado na seção 3). Por esse motivo, constitui uma modalidade de dívida de caráter altamente instável.

2. DINÂMICA DA RENDA

2.1. BREVE HISTÓRICO DA DINÂMICA DA RENDA NORTE-AMERICANA

Para se analisar as transformações na renda, é necessário que se estude um período de décadas afim de compreender os mecanismos de concorrência e de regulação dos salários e da renda. A Teoria da Regulação Francesa (BOYER, 2009) estuda as relações institucionais ou de como a economia opera num determinado “modo de regulação” em um período de tempo¹⁶.

A dinâmica da distribuição funcional da renda pode ser dividida entre alguns elementos centrais, como tributação, relação trabalho capital e variáveis de influência do estoque de capital na renda, como alugueis, dividendos de empresas entre outros, a síntese desses pontos se expressam na dinâmica da divisão funcional da renda.

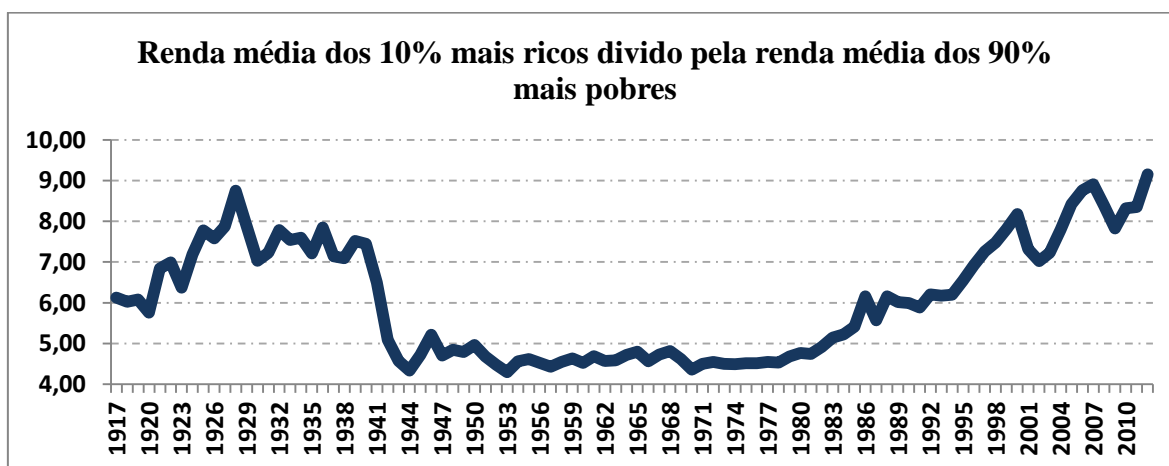
O período do entre guerras é caracterizado por uma reestruturação do ordenamento produtivo e das relações de demanda em menor instância. Boyer (2009) caracteriza o período entre guerras como sendo de produção Taylorista, principalmente nos Estados Unidos. Essa revolução produtiva disseminada, implica em ganhos significativos de produtividade, com racionalização e disseminação “científica” do processo de produção e maior divisão das etapas de produção. Contudo, o nexus trabalho produtividade é diferente da relação estabelecida durante o chamado Fordismo (que será visto mais abaixo), a produtividade não foi acompanhada pelo salário real, gerando uma economia de produção de massa, sem a contrapartida de uma economia de

¹⁶ Ver BOYER (2009).

consumo de massa, que está fortemente atrelada à capacidade de consumo pela classe trabalhadora dada pela sua principal fonte de renda, o trabalho.

O gráfico I abaixo, pode-se observar um período de grande concentração de renda de 1917 até a Grande Crise de 1929. Em 1928, a renda dos 10% mais ricos chega a representar 49,29% da renda total da economia. No pós-crise de 1929 até 1980, tem-se uma reversão do processo de concentração de renda, onde os top 10% chegam a representar 32,51% da renda. No período pós segunda crise do petróleo (1979), o indicador mostra a retomada do processo de concentração da renda, atingindo o valor de 50,42% em 2012.

Gráfico II:



Fonte: Top World Income Data Base – Elaboração própria

Krugman (2007), defende que o período entre 1917 até o final do New Deal, as políticas de distribuição de renda nesse período são fracas, e existia uma dominância teórica e intelectual conservadora nos Estados Unidos a favor do capital e contra políticas de distribuição de renda.

A crise de 1929, a revolução Russa e as duas guerras mundiais, deflagram fortes movimentos em direção a uma mudança no contexto político e econômico pós-segunda guerra mundial. Essa nova relação da economia mundial possibilita um novo arranjo, onde se observa as maiores taxas de crescimento da história do mundo – os trinta anos gloriosos. Kalecki (1943) observando as relações de distribuição da renda e a estrutura política da sociedade da época argumenta que embora a burguesia não fosse contra intervenções limitadas do Estado em períodos de crise econômica, o mesmo não

ocorreria em momentos de estabilidade. Pois, isto levaria a uma perda de poder relativo dos empresários¹⁷.

Na última linha de seu artigo, Kalecki (1943) argumenta que para que os países capitalistas conseguissem adaptar suas instituições para políticas de pleno emprego e de redistribuição de renda, seria necessário uma “*reforma fundamental*” no capitalismo.

No período pós a Grande Crise de 1929 até 1980 pode-se observar uma mudança na economia mundial em termos de distribuição da renda e políticas sociais (principalmente nos países desenvolvidos), vide gráfico II. Um ponto importante é o crescimento do socialismo real, que tanto no campo do ideário quanto na *real politik*, mexeu com as estruturas da relação de produção e de salários.

Krugman (2007) aponta para o aumento do poder dos sindicatos nesse período, e o advento do *New Deal*, que redefiniu a distribuição da renda nos Estados Unidos. Esse rearranjo social, geopolítico e institucional, possibilitou um aumento da tributação para financiar a guerra e uma tributação mais progressiva¹⁸, principalmente dos mais ricos. De acordo com Dallaverde (2012):

[...]as alíquotas sobre os lucros das empresas aumentaram, em média, de 14% para 45%, entre 1929 e 1955, afetando diretamente a renda de capital das famílias mais ricas e, assim, a renda total delas, uma vez que “os ricos eram mais ricos por causa do rendimento de capital que eles possuíam” (KRUGMAN, 2007: 60). Portanto, a queda na participação dos ricos foi, em grande medida, um fenômeno decorrente da renda proveniente do capital.

Pode-se descrever as mudanças do imposto renda, da seguinte forma: o imposto funcionava acima de um determinado nível de renda era tributado de forma progressiva, os extratos mais elevados da renda americana tiveram a seguinte tributação: durante a crise de 1929 o imposto marginal da renda sobre os mais ricos (DALLAVERDE, 2012, pp.: 48) era de 25%, com o aumento da sindicalização e com a necessidade de se financiar o *New Deal* e a guerra, o imposto chega a 94% em meados da década de 40, reduzindo um pouco a 91% até o início da década de 60. A mudança na tributação gerou grandes impactos na distribuição de renda, os dois Governos Roosevelt conseguiram mudar radicalmente a tributação nacional. Posteriormente tem-se uma queda de 20% na alíquota do imposto de renda, caindo para 70% e se

¹⁷ Sua análise se baseia nos curtos ciclos políticos nos anos 30, até o início da segunda guerra mundial. Apenas os governos fascistas conseguiram manter esta forma permanentemente de políticas de pleno emprego, pois neste caso, o controle político e social dos trabalhadores era mantido diretamente pela repressão.

¹⁸ Entende-se por tributação progressiva impostos cada vez maiores para os extratos mais ricos da sociedade.

estabilizando até 1980. Com a mudança de paradigma em 1980 tem-se um período de forte redução do imposto de renda durante o governo de Jimmy Carter e novamente durante o governo Regan, alcançando o patamar de 28%, nos dias de hoje a alíquota é de 35%.

Outro elemento que Boyer (2009) argumenta, é que houve um novo padrão de regulação da economia – a economia monopolista, caracterizada pela relação de produção Fordista. Nesse sistema, associa-se ganhos de produtividade com ganhos reais de salário, além de adotar uma política de bem estar social. Assim, compatibilizaram-se as estruturas de oferta (baseada principalmente em ganhos de escala) e de demanda, com forte componente da renda dos trabalhadores.

Portanto, pode-se observar que a “*reforma fundamental*” das instituições da economia capitalista, ocorreu, esse fato novo do sistema propiciou o maior crescimento econômico da história e redistribuição da renda.

2.2. ASCENÇÃO DO LIBERALISMO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

A ofensiva liberal em termos teóricos vem avançando desde o pós guerra, sendo que uma série de autores, como Hayek e Friedman, vêm contestando a “vitória da concepção Keynesiana” sobre o funcionamento da economia. Em 1979, com o segundo choque do petróleo, durante o governo de Jimmy Carter, Paul Volker, presidente do Federal Reserve (FED), inaugura um período de taxas de juros elevadas, alterando o patamar de juros no mundo inteiro (já que, na hierarquia das moedas o dólar é a moeda mais “forte” ou mais líquida)¹⁹.

Em 1981 Regan assume a presidência dos Estados Unidos mantendo a política monetária do governo anterior, essa política é defendida por seus gestores com o argumento do resquício inflacionário. Essa nova política resultou no maior nível de desemprego desde o pós Segunda Guerra, chegando ao auge de 10,8%. Esse patamar foi superior à maior taxa de desemprego da crise de 2008 de 10,1%²⁰. Logo de início, seu governo fez um ataque frontal aos sindicatos com políticas de desregulamentação sindical e econômica. A desregulamentação defendida como política de desenvolvimento, associada com o câmbio real valorizado, devido às elevadas taxas de juros, e a crescente integração da economia americana com o leste asiático e

¹⁹ Serrano (2007)

²⁰ Dados do Bureau of Labor Statistics BLS

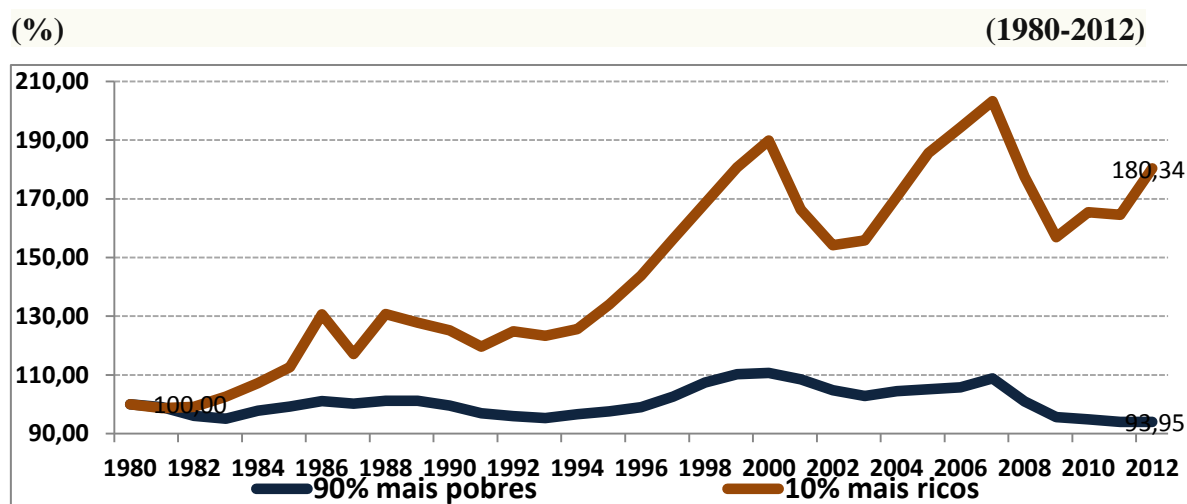
principalmente com a China, favoreceu uma reorganização industrial da economia americana, transferindo diversas de suas indústrias para o leste asiático. Associado a isso, a facilitação da imigração e o consequente aumento do número de trabalhadores (em mais de 50% da força de trabalho norte-americana) conduziu à maior perda relativa do poder de barganha dos sindicatos com menor grau de qualificação (SERRANO, 2007).

Outros elementos que favoreceram o processo de concentração de renda foram, de acordo com Serrano (2008), o crescimento do número de firmas que não empregam pessoas sindicalizadas, com o padrão Wall Mart, e o não reajuste do salário mínimo no período de 1997 a 2007, que resultou na perda de 20% em termos reais.

Pode-se denotar um processo de descentralização das negociações no âmbito das firmas, individualização dos contratos de trabalho em função das competências, quebra das cláusulas de indexação em relação a inflação e aos ganhos de produtividade econômica, associado com outros elementos já apontados, que favoreceram ao descolamento entre ganhos de produtividade e salário real por parte da maioria da população (Boyer, 2009).

O Gráfico III abaixo aponta que o crescimento da média real dos 10% mais ricos foi de 80,34% de 1980 a 2012, em contrapartida, a renda média dos 90% mais pobres obteve uma queda real de 6,05%, ou seja, no período de 32 anos a renda real média de 90% da população caiu em termos reais.

Gráfico II – Índice real de crescimento da média da renda por segmento



Fonte: World Top Income Database. Elaboração própria.

Mesmo considerando os 10% mais ricos, o crescimento da renda não foi homogêneo, de acordo com Dallaverde:

[...] 1993 a 2010, o crescimento médio real da renda foi de 13,8%. O crescimento da renda do 1% mais rico foi de 58%, enquanto dos 99% restante foi de apenas 6,4%, assim, a captura da renda do 1% mais rico foi de 52% do total de toda a renda gerada pela sociedade americana no período (DALLAVERDE, 2012, pp.: 38).

Os 1% mais ricos saíram de uma participação relativa de 10,02% em 1980 e chegaram a 22,46% em 2012²¹. Um elemento interessante desse padrão de concentração de renda, foi que, após a crise de 2008, a concentração da renda volta a tomar força - ao contrário do período pós-crise de 1929, em que houve um processo de redistribuição de renda. Tal debilidade, demonstra que, ao contrário do movimento que ocorreu pós crise de 1929, a ascensão dos movimentos sociais, a intervenção do Estado com o New Deal e políticas de redistribuição de renda ainda não ocorreram em uma “vertente moderna”.

3. DINÂMICA DA RIQUEZA

Na presente seção, a consideração do estoque de riqueza das famílias americanas dirá respeito à evolução e composição de seu patrimônio líquido, ou seja, daquele montante de recursos mobilizados em ativos e passivos. Segundo Wolff (2010), assim como a renda, a riqueza também se configura um indicador de bem-estar. Embora não gere, necessariamente, um fluxo monetário para seu detentor, ela pode render utilidade (como o serviço de habitação no caso de um ativo imobiliário ou liquidez no caso de ativos financeiros), gerar poder de compra (através da venda de algum bem, título ou direito) ou distribuir poder político (uma vez que, nas democracias, geralmente o poder econômico está associado ao poder político).

Inicialmente, pretende-se analisar a evolução da distribuição de riqueza na sociedade americana entre 1983 e 2007. Como mostra a Tabela II abaixo, o índice de Gini, que mede a desigualdade numa escala de zero a um (sendo que quanto maior o valor do índice, maior a desigualdade), aumentou de 0,799 para 0,834 no período. Nesse sentido, deve-se destacar a concentração de riqueza dos 20% mais ricos em 3,7 pontos percentuais (p.p.), passando de 81,3% em 1983 para 85,0% em 2007. Esse movimento

²¹ De acordo com os dados do *Top World Income Database* o crescimento da composição da renda dos 10% mais ricos da população advêm dos salários e pensões que representavam menos de 50% antes de 1918 e passa a representar mais de 75% em 2012. De acordo com Dallaverde (2012, pp.: 45) a renda média de um CEO equivalia a 20,1 vezes a renda do trabalhador médio em 1965 e em 2000 chegou a equivaler 383,4 vezes, terminado a série de dados em 2011 com 231 vezes.

ocorreu em detrimento de todos os quartis inferiores, acentuando ainda mais o caráter fortemente concentrador e desigual da distribuição de riqueza nos EUA. Os 40% mais pobres detêm apenas 0,2% de toda a riqueza nacional.

Quando se desconsidera o patrimônio relativo à habitação, observa-se a manutenção do padrão de concentração ao longo do período considerado, ainda que haja agravamento adicional do nível da desigualdade de riqueza. Em 2007, o índice de Gini é significativamente maior (0,908 em 2007); os 20% mais ricos detêm 93,0% e os 40% da base detêm -1,0 da riqueza total. Portanto, pode-se inferir que a distribuição do patrimônio habitacional segue uma lógica menos regressiva que a riqueza americana total.

Tabela II. Distribuição da riqueza por estrato de riqueza – Estados Unidos (1983-2007)

Ano	Patrimônio Líquido	Índice de Gini	Cópia							
			1,0	,00%	,00%	0,00%	20,0	20,0	20,0	40,0
			%	%	%	%	%	%	%	%
			0							
1983	,799		3,8	2,3	2,1	3,1	1,3	2,6	,2	,9
			0							
1989	,832		7,4	1,6	1,6	3	3,5	2,3	,8	0,7
			0							
1992	,823		7,2	2,8	1,8	2	3,8	1,5	,4	,4
			0							
1995	,828		8,5	1,8	1,5	2,1	3,9	1,4	,5	,2
			0							
1998	,822		8,1	1,3	1,5	2,5	3,4	1,9	,5	,2
			0							
2001	,826		3,4	5,8	2,3	2,9	4,4	1,3	,9	,3
			0							
2004	,829		4,3	4,6	2,3	3,4	4,7	1,3	,8	,2
			0							
2007	,834		4,6	7,3	1,2	2	5	0,9		,2
			0							
			0							

Desconsiderando Habitação	983	,893	2,9	5,1	2,3	1	1,3	,9	,7	0,9
			0							
	989	,926	6,9	3,9	1,6	1	3,4	,4	,7	2,5
			0							
	992	,903	5,6	5	1,5	0,2	2,3	,3	,5	1,1
			0							
	995	,914	7,2	4,6	1,2	0,1	3	,9	,4	1,3
			0							
	998	,893	7,3	1	1,4	1,2	0,9	,3	,9	1,1
			0							
	001	,888	9,7	7,8	2,3	1,4	1,3	,8	,7	0,7
			0							
	004	,902	2,2	6,7	2	1,6	2,5	,3	,2	1,1
			0							
	007	,908	2,7	9,3	0,9	0,1	3	,8	,3	1

Fonte: Wolff (2010. p. 44) Apud Dallaverde (2012).

Essas considerações são corroboradas pela Tabela III, que mostra a variação do patrimônio líquido por faixa de riqueza. O “ganho” corresponde à parcela de toda riqueza gerada no período apropriada pelas respectivas frações da sociedade. Quanto mais rica a fração da sociedade, maior a variação no seu estoque de riqueza. A diferença no enriquecimento é impressionante, sendo que os 20% mais ricos mais que dobraram seu patrimônio líquido e os 40% mais pobres tiveram sua riqueza reduzida em menos da metade. Consequentemente, o quartil mais rico apropriou 88,8% de toda a riqueza gerada no período. O quadro se agrava ao se desconsiderar a habitação.

Tabela III Variação e ganho de riqueza por estrato – Estados Unidos (1983-2007)

	Patrimônio Líquido				Riqueza Desconsiderando Habitação			
	1 ^o 20%	2 ^o 20%	3 ^o 20%	4 ^o 0%	1 ^o 20%	2 ^o 20%	3 ^o 20%	4 ^o 0%
1983	1	1	1	1	8	8	8	8
2007	1,099,70	1,70	0,6	,9	37,4	2,5	5,6	4
	2	2	2	2	1	1	1	1

7	.278,90	91	06	,2	.863,60	35,7	6	10,5
Var		1				1		
iação (%)	07,2	1,2	0,1	62,9	22,5	7,3	6,6	159,6
Gan		ξ				9		
ho (%)	8,8	,1	,7	0,6	4,4	,8		1,2

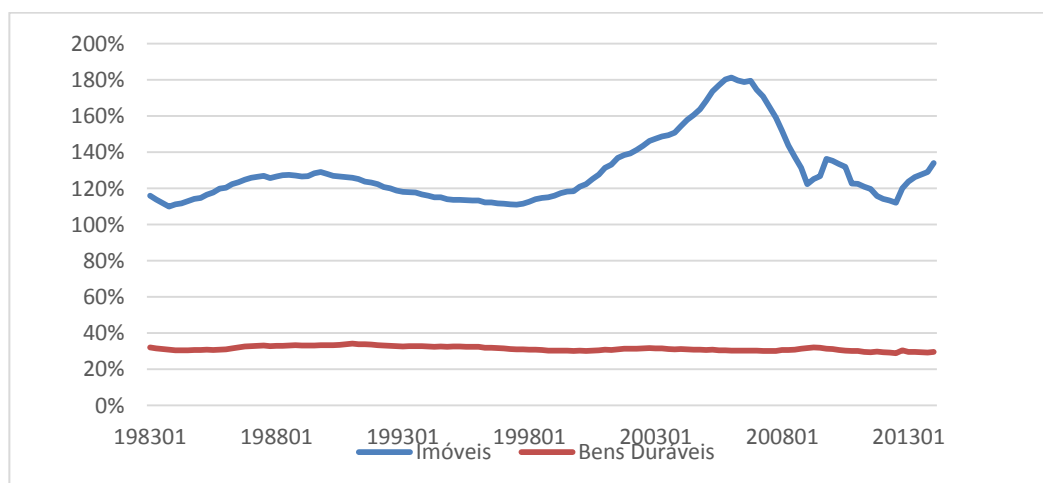
Fonte: Wolff (2010. p. 46) Apud Dallaverde (2012).

Portanto, o comportamento da distribuição de riqueza acompanhou o processo de concentração da renda (conforme explorado na seção anterior).

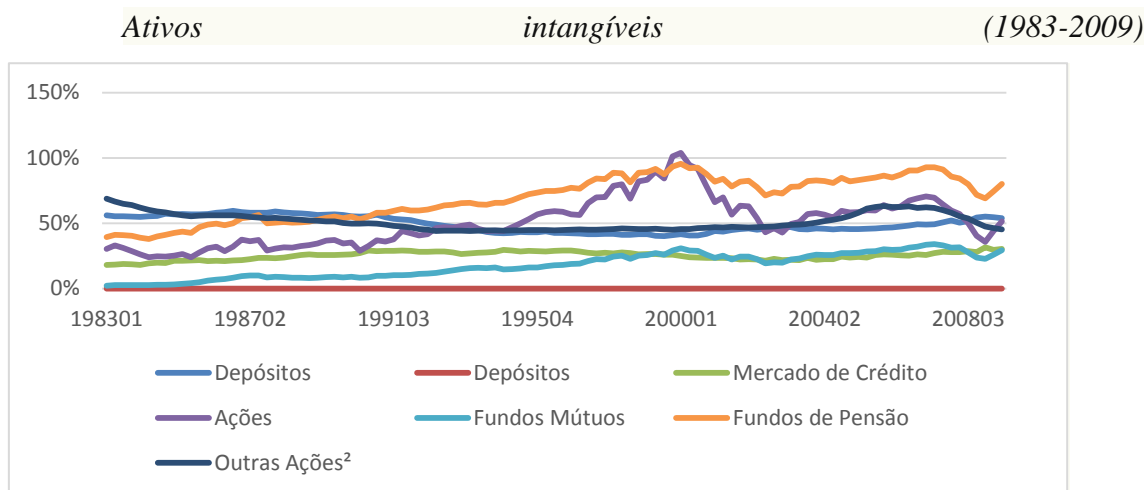
Os gráficos abaixo mostram os ativos das famílias norte-americanas em relação ao PIB nominal. Como pode-se observar, em termos agregados, o consumo de bens duráveis manteve-se estável, enquanto que a aplicação em imóveis se elevou fortemente a partir dos anos 2000, invertendo a tendência a partir de 2007 com a crise do *subprime*. Do ponto de vista dos ativos intangíveis, os depósitos (incluindo poupança) se mantiveram em níveis baixíssimos; as ações diretas tiveram comportamento instável e de elevação; e as ações indiretas (fundos mútuos, fundos de pensão e outras ações) apresentaram grande elevação principalmente a partir dos anos 1990.

Gráfico IV. Componentes do ativo das Famílias e Organização sem fins lucrativos (% do PIB americano) - sem ajuste sazonal

Ativos tangíveis (1983-2013)



Fonte: Federal Reserve – FED



Fonte: Fed e BEA. Elaboração própria.

A Tabela IV ilustra a composição dos ativos das famílias norte-americanas. De acordo com os dados do *Survey of Consumer Finance*, a participação dos ativos não-financeiros no total dos ativos das famílias passou de 68,9% para 62,2%. Dessa parcela, as propriedades imobiliárias (residência primária e outras propriedades residenciais) representavam 53,8% em 1989 e 58,9% em 2010. Portanto, embora constitua menor parte dos ativos das famílias americanas, as aplicações financeiras têm ganhado importância. Entre 1989 e 2010, cresceram as aplicações em fundos mútuos (9,6 p.p.) e de pensão (17,6 p.p.) em detrimento dos depósitos à vista (- 5 p.p.), certificados de depósito (-6 p.p.), poupança (-1,2 p.p.), títulos (-5,0 p.p.) e ações (-1,5 p.p.).

Apesar de a detenção de ações, na forma direta ou indireta (em fundos ou outros ativos gerenciáveis), ter aumentado significativamente para todos os estratos de riqueza, sua participação no total das famílias ainda é bastante discrepante. Conforme a Tabela IV, em 2010, 90,4% dos 10% mais ricos detêm ações, contra apenas 12,3% no primeiro quintil.

Tabela IV. Porcentagem de famílias que possuem ações e participação das ações no total dos ativos financeiros por estrato de renda (1989-2010)

Famílias que possuem ações no ano	Porcentagem de famílias que possuem ações							
	inferior a 20	20-39.9	40-59.9	60-79.9	80-89.9	90-99.9	100	Total
1989	1,9	12,2	39,9	53,8	68,9	78,2	88,2	68,9
2010	12,3	25,2	45,6	68,9	89,9	90,4	90,4	62,2

Possuem									
Ações de	992	7	,5	0	4,2	1,3	6,6	6,9	
Forma									
Direta ou	995	0,5	,3	4,9	1,8	4,5	9,7	0,1	
Indireta									
	998	8,9	0,1	0,8	0,4	9,4	7,3	0,6	
	001	3	3,3	4,9	4,6	4,7	4,7	0,5	
	004	0,3	1,6	0,2	1,7	9,9	3,5	2,8	
	007	3,2	4,2	6,4	3	3,3	6,2	1,6	
	010	9,8	2,3	1	1,4	8,2	2,3	0,4	
	989	8,3	3,1	0,2	6,7	1,6	6	5,1	
	992	3,7	3,9	6,2	1	8,2	2,9	0,2	
Par	995	0,1	3,5	7,9	7,7	5,6	0,9	5,8	
Participação	998	3,8	2,6	8,9	8,3	7	9,3	2,2	
das Ações	001	6,7	9,1	7,7	7,9	2,6	8,4	0,8	
nos Ativos	004	1,3	2,1	1,2	3,4	2,1	8,5	7,5	
Financeiros	007	3,7	9	4,6	9,9	3,4	9,6	7,7	
	010	6,8	0,9	0,9	7,3	1,6	4,7	0,6	

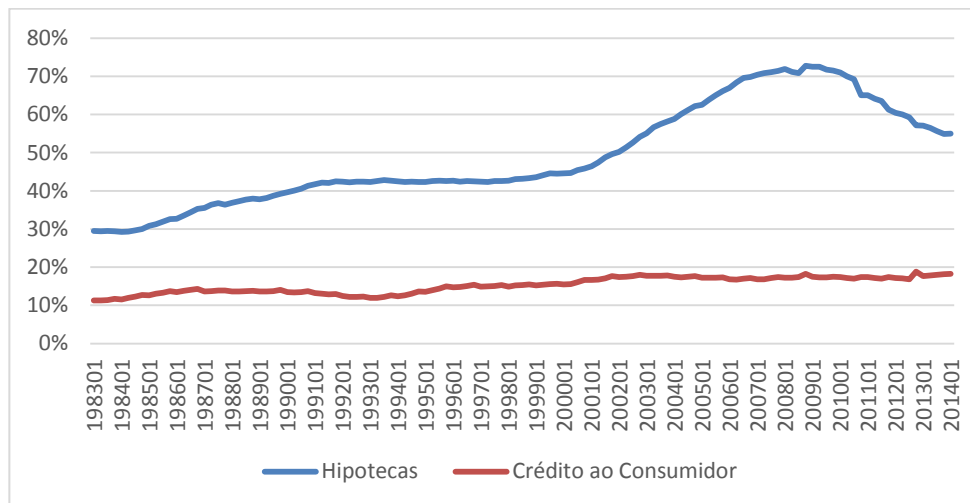
Fonte: *Survey of Consumer Finance* Apud Dallaverde (2012).

As ações estão mais concentradas nos ativos dos 1% mais ricos e como dois terços da riqueza dos três quintis intermediários estão aplicados em residência principal.

Portanto, verifica-se uma grande assimetria em relação à composição dos ativos das famílias: i) a concentração dos ativos de investimento (ações, títulos financeiros, capital próprio de negócios e *trusts*) nos estratos mais ricos significa que eles têm maiores possibilidades de apropriação de rendimentos e ganhos de capital elevados; ii) os mais ricos têm maiores condições de se protegerem nos períodos de baixa nos mercados financeiros (devido à maior diversificação dos investimentos); iii) embora as aplicações financeiras representem uma parcela muito menor de sua riqueza, os mais pobres têm seu bem-estar mais diretamente comprometido diante de uma perda no mercado financeiro (Dallaverde, 2012, p. 61).

Na análise agregada da composição dos passivos das famílias (em relação ao PIB americano), pode-se observar um grande aumento nas hipotecas, principalmente a partir do primeiro trimestre de 2000; enquanto o crédito ao consumidor permanece estável. O endividamento das famílias norte-americanas passou de 45% do PIB em 1983 para 95% do PIB em 2007.

Gráfico V Componentes do passivo das Famílias e Organização sem fins lucrativos (% do PIB americano) - sem ajuste sazonal



Fonte: Elaboração própria – BEA e FED

Portanto, houve crescente endividamento entre 1983 e 2007 para todas as frações de riqueza, exceto o Top 1%. Essa parcela mais rica da sociedade reduziu seu endividamento em relação à renda e em relação à riqueza em menos da metade. Para os três quintis do meio, o endividamento se elevou em 64% em relação ao patrimônio líquido e em 134% em relação à renda. A diferença entre essas duas taxas pode ser

atribuída ao fato de que, nesses quartis, o estoque de riqueza das famílias aumentou muito mais do que a renda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração da renda na sociedade norte-americana foi um fenômeno quase constante no século XX, com breve exceção durante a vigência do sistema de *Bretton Woods*. Motivações políticas, enfraquecimento dos sindicatos, mudanças na geopolítica e a imigração possibilitaram o descolamento dos salários reais em relação às variações na produtividade do trabalho. Em termos macroeconômicos, tal concentração de renda tenderia a produzir desaceleração econômica e queda dos lucros, conforme previsto na teoria kaleckiana.

Entretanto, a variação no patrimônio líquido das famílias foi positiva (exceto para os 40% mais pobres), compensando, pelo menos em parte, a trajetória regressiva dos salários reais. A apropriação da riqueza gerada no período, porém, foi extremamente desigual (embora menos regressiva que a distribuição da renda), sendo que os 20% mais ricos ganharam 89% do total. Portanto, se por um lado o “fenômeno riqueza” contribuiu para sustentar o nível de demanda nas classes intermediárias, compensando a estagnação da renda; ele não contribuiu para uma distribuição significativamente mais igualitária dos rendimentos e ganhos de capital.

As composições de ativos e passivos dizem muito sobre padrão de desenvolvimento americano no período recente. Do ponto de vista dos ativos, houve uma elevação na participação das ações indiretas em detrimento de outras aplicações. Nos três quintis intermediários, porém, a participação das ações indiretas representa uma pequena parcela de suas aplicações; sendo que residência principal constitui dois terços de seus ativos totais. Por isso, o grande impacto da desvalorização dos imóveis sobre essas famílias. O quintil no topo possui a maior parte do seu ativo aplicado em ações e capital para negócio próprio, sendo menos afetada pela variação dos preços das casas.

Do ponto de vista dos passivos, o endividamento aumentou significativamente em termos agregados (exceto para os 1% mais ricos). Para Wolff (2010), entre 2001 e 2007, a elevação dos empréstimos não foi revertida integralmente para aplicações em

ações ou outros ativos, mas se direcionou também para gastos com consumo “usual”²². Assim, o endividamento contribuiu para a sustentação da demanda agregada.

Devido à natureza dos empréstimos destinados à classe média (*home equity loans*²³), o endividamento como forma de compensar a estagnação da renda só poderia se sustentar enquanto houvesse expectativa de valorização dos ativos imobiliários. Com isso, seguem-se as determinações virtuosas do ciclo minskyano de euforia: o aquecimento da economia gera expectativas de aumento dos preços dos imóveis, que permitem o refinanciamento das hipotecas, e servem de colateral para crescente endividamento das famílias, contribuindo ainda para a sustentação da demanda agregada. Subjacente a este processo, aumenta-se a vulnerabilidade financeira das famílias norte-americanas. O “momento Mynsky”, que culminou na crise do *subprime* de 2007/2008, iniciou-se com a reversão dos preços dos imóveis e a transformação de grande parcela das famílias em agentes “ponzi”. O efeito sistêmico da crise decorreu da estrutura institucional do mercado bancário e financeiro, inovações financeiras e operacionais que fogem do escopo desse trabalho. O que se pretendeu argumentar é que a crise financeira teve como origem o mercado imobiliário e o próprio padrão de crescimento norte-americano de endividamento lastreado em riqueza fictícia e não na evolução da renda, como foi visto na seção II.

A dinâmica de crescimento dos Estados Unidos implicou em um sobre endividamento das famílias, onde a estagnação do crescimento da renda e até seu declínio, alimentou um padrão de demanda alavancado pelo estoque de riqueza, principalmente imobiliário. De acordo com dados do Federal Reserve, a dívida das famílias em relação a sua poupança saiu de um patamar de 160% em 1993, para mais de 1100% em 2005, apontando o sobre endividamento das famílias e a falta de poupança, que em boa medida esta ligada ao declínio da renda no período, portanto conclui-se com os dados inferidos em boa medida o crescimento do componente de demanda dos Estados Unidos dos últimos anos esta fortemente relacionado com a variável de sobre endividamento e de ciclo de ativos, num ciclo característica de Minsky.

²² “The average expenditure of the median income class was virtually unchanged from 1989 to 2001 and also from 2001 to 2007. Thus, the CEX data, like the NIPA data, show no acceleration in consumer spending during the debt splurge of the 2000s. As a result, it can be concluded that the debt build-up of the 2000s went for normal consumption, not enhanced consumption”. (Wolff, 2010, p. 22).

²³ “(...) because housing prices went up over these years, families were able to borrow against the now-enhanced value of their homes by refinancing their mortgages and by taking out home equity loans (lines of credit secured by their home)” (Wolff, 2010, pp. 20-21).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEA: Bureau of Economic Analysis, U.S. Department of Commerce. Disponível em: <http://bea.gov/>. Acessado em julho de 2014.

BLS: Bureau of Labor Statisc. Disponível em: <http://www.bls.gov/>. Acessado em julho de 2014.

BOYER, R. (2009) *Teoria da Regulação Os Fundamentos*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.

DALLAVERDE, T. (2012). Transformações Recentes na Sociedade Norte- Americana: Efeitos da Globalização Financeira na Renda e Riqueza das Família. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas nas Faculdades de Campinas. Campinas, 21 de novembro de 2012.

DEOS, S. S. de. (1998). A hipótese da instabilidade financeira em Minsky. *A Economia em Revista*, Maringá - Pr, v. 2, n. 1, p.29-48.

FAZZARI, S. M. (1992). Introduction: conversations with Hyman Minsky. In: FAZZARI, S. M. ; PAPADIMITRIOU, D. B. (eds.). *Financial conditions and macroeconomic performance: essays in honor of Hyman P. Minsky*. New York, M. E. Sharpe.

FED: Federal Reserve. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/>

FEDSTATS: The gateway to statistics from over 100 U.S. Federal agencies”, <http://www.fedstats.gov>. Acessado em julho de 2014.

KALECKI, M. (1943) Political aspects of full employment, in OSIATYNSKI, J. (ed.) *Collected works of Michael Kalecki*, v.I, Oxford, England: Claredon Press, 1990.

KALECKI, M. (1954) *Theory of Economic Dynamic*, Londres: George Allen & Unwin 1990.

KALECKI, M. (1997) *Teoria da Dinâmica Econômica* São Paulo, SP: Nova Cultura.

Keynes, J.M. (1996) *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, SP: Nova Cultura.

KRUGMAN, Paul. (2007). *A consciência de um liberal*. 1ª ed. Record.

MINSKY, H.P. (2009) *Estabilizando uma economia instável*. Osasco, SP: Novo Século.

PIKETTY, T. (2014) *Capital in the Twenty-first Century*. Cambridge and London.

SERRANO, F. (1999). “Estados e moedas no desenvolvimento das nações”, in FIORI, J.L. (org), *Padrões Monetários Internacionais e Crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 119-154.

_____ (2002) *Do ouro imóvel ao dólar flexível*. Campinas: Economia e Sociedade.

_____ (2007). “O Poder Americano” in FIORI (org), *Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. Petrópolis, RJ: pp. 179-224.

SCHUMPETER, J.A.S. (1997). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, SP: Nova Cultura.

SCHUMPETER, J.A.S. (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura.

TOP WORLD INCOME DATABASE. Disponível em: <http://topincomes.parisschoolofeconomics.eu/>. Acessado em julho de 2014.

WOLFF, E. N. (2010). Recent Trends in Household Wealth in the United States: Rising Debt and the Middle-Class Squeeze—an Update to 2007. The Levy Economics Institute Working Paper Collection. Nova York, Estados Unidos; n. 589, pp. 1-59, Março. Online: disponível em www.levyinstitute.org/pubs/wp_589.pdf . Consulta em julho de 2014.

Uma história quase tão antiga quanto a do cinema norte-americano é a do seu fim. O cinema que se formou como indústria a partir da década de 1920 era bastante diferente daquele dos primeiros anos de sua invenção. O cinestocópio de Thomas Edison surgiu como uma atração de feiras, um entretenimento que poderia perfeitamente ser passageiro como tantos outros foram naquela época. A indústria do cinema, Hollywood, não era um desenvolvimento planejado desde o início do aparelho criado por Edison. Anos mais tarde, Charles Chaplin não foi o único a acreditar que o cinema sonoro provocaria o fim do próprio cinema, uma arte que deveria ser muda e se sobrevivesse, poderia a indústria do entretenimento continuar a ter público diante da Grande Depressão? Foram diversos momentos de dificuldades após o fim da Segunda Guerra Mundial, muitos se perguntavam se o cinema chegaria ao seu fim quando o monopólio dos estúdios foi abolido em 1948 por decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos. Poderia Hollywood sobreviver à concorrência da televisão, à caça as bruxas dentro da própria indústria e à diminuição das receitas nos mercados estrangeiros? Décadas depois a dúvida ainda permanecia, como continuar diante de novos concorrentes, entre eles, o *Betamax*, o *VHS*, o *DVD* e o *Blu Ray*? Como combater a pirataria? Como sobreviver diante da internet?

Diversas foram as vezes que a indústria cinematográfica enfrentou “crises”, esses momentos são muito reveladores de sua própria história, porque apesar de na década 2000 haver uma série de características semelhantes as décadas de 1930 e de 1940 — Hollywood continua sendo o centro da indústria cinematográfica norte-americana, a maior produtora de filmes no cenário mundial, suas obras alcançam todos os continentes e seus longas-metragens e séries de televisões são assistidos em quase todas as regiões do mundo por diferentes grupos sociais, independentemente do sexo, da idade, nível de escolaridade e classe social —, também houve muitas transformações. Pensar esses momentos de mudanças é um caminho para compreendermos a própria história do cinema norte-americano. Poderíamos também destacar as consideráveis diferenças entre as décadas de 1930 e 2000, em questões como a linguagem, modo de organização e produção, métodos de atuação, tecnologias e outras.

Por mais contraditória que possa parecer, há uma característica da indústria cinematográfica norte-americana que perdurou durante todas essas décadas. Hollywood sempre, ao longo de sua história, apresentou uma grande capacidade de se repensar e reorganizar como indústria. A principal constante ao longo de sua história foi a sua

capacidade de se transformar. Propomos explorar brevemente a história de Hollywood não por seus fins, mas sim pelos seus recomeços e suas alterações.

Estudar as mudanças em Hollywood revela-se fundamental, não só para estabelecer as diferenças entre cada momento, mas também destacar a especificidade de cada um deles. Devemos ter ciência que o modelo como a indústria se organiza nos dias atuais e a própria prática de ir ao cinema foi sendo construído ao longo de décadas até chegarmos ao modelo que existe hoje.

Vale lembrar que nem sempre o cinema foi falado, colorido, com nudez e sexo exibidos explicitamente, crítico as guerras, repleto de efeitos especiais, e em 3D. Também devemos recordar que diversas foram as formas de mudança na prática de ir ao cinema. Não se pagava para assistir somente a um longa-metragem, os cinemas nem sempre estiveram localizados nos shoppings, não se tinha opção de não assistir um filme no cinema para depois assisti-lo em casa. As mudanças que ocorreram em Hollywood obrigaram a indústria a se reorganizar a todo momento.

Muitas foram as maneiras de Hollywood se repensar ao longo dos últimos quase um século. Para refletir sobre essa ideia sugerimos tratarmos da trajetória de Martin Scorsese, privilegiando o período dos anos 2000. O caso desse diretor é muito representativo da capacidade da transformação de Hollywood. Podemos através do estudo desse cineasta específico pensar as mudanças tanto no trabalho de um realizador, como também nas alterações na maneira de Hollywood se organizar e produzir. Trataremos do caso da película *Os Infiltrados* (*The Departed*, dir. Martin Scorsese, 2006), estudando não somente a relação com a indústria, mas também com o contexto de Hollywood na década de 2000.

Primeiramente, devemos destacar algumas considerações teórico-metodológicas que norteiam o nosso estudo e guiam como pensamos e utilizamos a fonte cinematográfica.

Destacamos como um dos principais elementos de uma boa análise fílmica a sua capacidade de contextualização, primeiramente referente ao contexto da sociedade em que foi produzida essa obra, visto que, como destaca o historiador José de Assunção Barros:

Vale dizer, o cinema é “produto da história” – e, como todo produto, um excelente meio para observação do “lugar que o produz”, isto é, a Sociedade que o contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece os seus fazeres, que institui as suas temáticas. Por isto, qualquer que seja a obra cinematográfica – seja um documentário ou uma pura ficção- é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da Sociedade que a produziu (BARROS, 2008, pp.52-53).

Devemos, ao analisar uma obra cinematográfica, ser capazes de estudar a forma como ela se relaciona com o contexto em que foi produzido, sendo assim, mostra-se fundamental o debate sobre a sociedade e momento histórico em que ela foi realizada. No caso do filme *Os Infiltrados*, os Estados Unidos após os atentados terroristas de onze de setembro de 2001.

Somado a isso, acreditamos que uma compreensão de como essa obra foi produzida também auxilia no entendimento do mesmo, por isso, o estudo da indústria cinematográfica que o produziu, Hollywood, é fundamental para sermos capazes de entendermos melhor as dimensões e possibilidades da fonte cinematográfica. Como adverte o historiador Alexandre Busko Valim:

Embora muitos historiadores reconheçam a necessidade de compreensão dos filmes ‘nos seus próprios termos’, eles relutam em estudar o aparato teórico dos estudos de cinema, que, por ser bastante amplo, constitui um obstáculo entre as duas disciplinas. Nesse sentido, o ideal em um bom estudo de filme no âmbito da história é sempre ter como norte o equilíbrio entre a teoria cinematográfica, a crítica cinematográfica e a história do cinema (VALIM, 2012, p.284).

Tratando dessa questão específica, devemos destacar a importante contribuição da historiografia norte-americana sobre o tema. Historiadores do cinema como Thomas Schatz, Tino Balio, Stephen Prince e Geoff King destacaram em seus trabalhos a importância de ao se estudar uma obra cinematográfica, irmos além de somente a fonte fílmica, mas também pensar a sua relação com a indústria e a forma como ela está organizada e produz.

Nos últimos vinte e cinco anos, estudiosos como Thomas Schatz, Douglas Gomery, David Bordwell e muitos outros trabalhando no campo da história do cinema, análise estética e interpretação crítica demonstraram contundentemente que os significados e motivos de um filme não podem ser adequadamente compreendidos sem uma sistemática análise da arquitetura de Hollywood (LANGFORD, 2010, p.xii).

Outro ponto importante para se pensar a fonte fílmica e sua relação com a indústria é tratar da trajetória do realizador da película, no caso, Martin Scorsese. O cineasta iniciou sua carreira no final da década de 1960, seus primeiros trabalhos foram independentes e de baixo orçamento, a maioria deles com locação na cidade de Nova York. Devido ao sucesso de algumas de suas primeiras obras, principalmente *Caminhos Perigosos* (*Mean Streets*, dir. Martin Scorsese, 1973), ele se aproximou dos grandes estúdios e realizou alguns longas-metragens com orçamento mais confortável, como *Nova York, Nova York* (*New York, New York*, dir. Martin Scorsese, 1977). Ao final da década de 1970 e também do período da história do cinema hollywoodiano conhecido

como Nova Hollywood¹, Scorsese voltou a fazer películas independentes. Como o próprio afirmou, “tudo havia acabado de verdade naquela época. Não era fácil fazer filme nos anos 1970, mas havia uma atmosfera de fazer filmes especiais. (...) Para mim os anos 1980 foram como uma diáspora, tive que aprender a fazer filmes novamente”².

Durante os anos 1980 e 1990, Scorsese alternou entre películas independentes e obras em parceria com os estúdios, realizando longas-metragens como *Cabo do Medo* (*Cape Fear*, dir. Martin Scorsese, 1991), mas também filmes de baixo orçamento como *Depois de Horas* (*After Hours*, dir. Martin Scorsese, 1995). A partir de 2002, Martin Scorsese iniciou uma nova fase de sua carreira muito simbolizada por sua parceria com o ator Leonardo DiCaprio. A partir de *Gangues de Nova York* (*Gangs of New York*, dir. Martin Scorsese, 2002), o cineasta realizou uma série de películas que o orçamento se aproximava ou até ultrapassava cem milhões de dólares³. Todavia, produzir nessa faixa de custo representava um relacionamento muito próximo com os estúdios, o que trouxe uma série de dificuldades ao cineasta, mas, em contra partida, torna a sua trajetória muito representativa de Hollywood nos anos 2000.

Hollywood no novo milênio⁴ apresenta algumas características importantes de serem destacadas. Primeiramente, cada um dos seis grandes estúdios pertence a um conglomerado midiático: *Warner Bros. (Time Warner)*, *20th Fox (News Corporation)*, *Columbia (Sony)*, *Paramount (Viacom)*, *Universal (NBC Universal)* e *Disney (Walt Disney Company)*. Cada um desses conglomerados possui negócios em outras

1 A Nova Hollywood foi um momento da história do cinema Hollywoodiano. Há um debate entre historiadores do cinema que discute qual seria o seu balizamento e o seu verdadeiro significado. Consideramos a Nova Hollywood como o período entre os anos de 1967 e 1980 em que ocorreu uma série de transformações que dizem respeito ao contexto dos Estados Unidos, à forma de organização de Hollywood e à linguagem fílmica presente em muitas obras dessa época. Cf. COOK, David. *Lost Illusions: American Cinema in the Shadow of Watergate and Vietnam 1970-1979* (History of American Cinema, vol.9). New York: Charles Scribner's Son, 2000; KING, Geoff. *New Hollywood Cinema: An Introduction*. London/ New York: I.B. Tauris Publishers, 2002; LEV, Peter. *American Films of the 70s: Conflicting Visions*. Austin: University of Texas Press, 2000; SCHATZ, Thomas. *The New Hollywood*. In: COLLINS, Jim, COLLINS, Ava Preacher & RADNER, Hilary. *Film Theory Goes to Movies*. New York: Routledge, 1993.

² Entrevista concedida por Martin Scorsese e Francis Ford Coppola ao programa “Hollywood Insiders”, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=uJE3Zqb9zXY>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

³ Apesar de ser muito difícil precisar o custo de um filme, podemos encontrar alguns sites que nos fornecem um valor aproximando, nos permitindo ter uma ideia da ordem de grandeza de quanto dinheiro foi gasto para realizar o longa-metragem. Por exemplo, <http://www.boxofficemojo.com/people/chart/?id=martinscorses.htm>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

⁴ Sobre esse período da história do cinema hollywoodiano, cf. BALIO, Tino. *Hollywood in the New Millennium*. London: Palgrave Macmillan, 2013; EPSTEIN, Edward Jay. *O grande filme: dinheiro e poder em Hollywood*. São Paulo: Sumus, 2008.

atividades relacionados à indústria do entretenimento e informação, desde jornais impressos, canais de televisão, redes de satélite, companhias de rádio, programas de televisão, revistas, estúdios independentes e outros.

A *Warner Bros*, estúdio responsável por *Os Infiltrados*, controla além da revista *Time* e do estúdio *Time Warner*, as revistas em quadrinhos *DC Comics*, o estúdio independente *News Line Cinema*, rede de canais *Turner Broadcastim System*, do canal de televisão *HBO* e outros.

Edward Jay Epstein denomina esse modelo de *sexpólio*, em que seis grandes conglomerados controlam boa parte dos negócios referente à informação e entretenimento em um cenário marcado pela competição e cooperação entre esses “impérios do entretenimento” (EPSTEIN, 2005, p.101).

Os seis conglomerados midiáticos estabelecem seu controle não somente através da produção do filme. Eles possuem também a distribuição do mesmo, nacionalmente e internacionalmente. São acionistas de inúmeras redes de salas de cinema nos Estados Unidos, como também em outros países. Eles atuam na televisão, além de serem donos dos canais, produzem séries, são responsáveis por noticiários e programas de entrevistas. Sua produção de longas-metragens não se trata exclusivamente de grandes orçamentos, na verdade, algumas das principais produtoras independentes são subsidiárias dessas grandes companhias⁵. Em alguns casos, os conglomerados também controlam empresas que produzem os aparelhos eletrônicos que utilizam muitas vezes os softwares produzidos por eles mesmos, por exemplo, a Sony além de controlar o estúdio Columbia, é uma das principais companhias produtoras de eletrônicos, inclusive DVDs, *blu-rays* e *home theaters*.

O modelo de organização de Hollywood nos anos 2000 começou a se tornar da maneira como foi descrita a partir de meados da década de 1980, entretanto, no início do século XXI, ela atinge um modelo muito bem estruturado, que apesar de suas dificuldades revela uma capacidade da indústria de responder a questões que vão desde concorrência com outras mídias até a globalização. Pare entender como isso foi possível, temos que ter a capacidade de compreender o conceito da sinergia guiou a

⁵ O cinema independente tem uma importante função de revelar talentos, diversos foram os filmes de grande orçamentos dos anos 2000 que contaram com diretores e atores de longas-metragens de baixo orçamento da década de 1990, por exemplo *Homem-Aranha* (*Spider-Man*, dir. Sam Raimi, 2002), *Hulk* (dir. Ang Lee, 2003) e a trilogia *O Senhor dos Anéis* (*The Lord of the Rings*, dir. Peter Jackson, 2001; 2002; 2003).

formação desses grandes conglomerados midiáticos originados através da compra ou fusão de diferentes companhias.

Segundo Jennifer Holt, a sinergia foi “o princípio fundamental pelo qual os conglomerados de entretenimento integrados foram construídos nos anos 1980, a fim de explorar o rápido colapso da fronteira entre filme, televisão e cabo e entre produção, distribuição e exibição” (HOLT, 2001, p.22). Calvin Sims definiu as fusões que seguiam esse princípio como “um bom casamento, em que cada parte contribuiria com qualidades que quando combinadas iriam criar magicamente algo melhor que cada um poderia conseguir separadamente” (SIMS, 1993). De acordo com Geoff King, a sinergia foi “a ideia que atividades complementares podem se unir para criar algo maior que somente a soma de suas partes”, uma combinação bem feita e com um ingrediente extra mágico poderia fazer um mais um resultar três (KING, 2002, p.71).

A sinergia, entre outras características, é um princípio que visa o aumento dos lucros dos grandes conglomerados a partir da venda de um mesmo produto e seus derivados em diferentes meios e momentos. Ao contrário do se que pensava inicialmente quando o surgimento da televisão, essa ideia pressupõe que os ganhos com um filme em determinada mídia não necessariamente diminuem e competem com os rendimentos provenientes do mesmo em outros formatos. Isso ficou muito claro durante a década de 1980, em que houve um aumento das vendas de fitas cassetes concomitantemente ao crescimento das bilheterias.

Nessa realidade, o longa-metragem passou a constituir um de diversos produtos comercializados por esses conglomerados. O cinema, pensado como uma película sendo exibidos em salas de cinema, apesar de sua importância estratégica, tem um pequeno percentual no lucro obtido por esses conglomerados. Os grandes filmes produzidos por esses estúdios, os *blockbuster*⁶, além de suas bilheterias, lucram através da exibição em *DVD* e *Blu Ray*, licenciamento para a televisão e venda de produtos relacionados à história e personagens.

⁶ Os *blockbusters* são um aspecto fundamental da indústria cinematográfica norte-americana nas últimas décadas do século XX. Esse tipo de filme não possui somente um grande orçamento e o uso de efeitos especiais, mas também diz respeito a outras questões como linguagem cinematográfica, promoção e marketing e continuações. Cf. SCHATZ, Thomas. *The Studio System and Conglomerate Hollywood*. In: MCDONAL, Paul & WASKO, Janet. Malden. *The Contemporary Hollywood Film Industry*, MA: Blackwell Publishing, 2008; WYATT, Justin. *High Concept: Movies and Marketing in Hollywood*. Austin: University of Texas Press, 1994.

Por exemplo, *Harry Potter e a Pedra Filosofal* (*Harry Potter and the Sorcerer's Stone*, dir. Chris Columbus, 2001) rendeu a sua empresa matriz (*Time Warner*) um total de U\$ 1.249 milhões, sendo U\$ 259 milhões referentes a sua exibição nos Estados Unidos. Em relação ao outro quase um bilhão de dólares, eles foram provenientes de sua exibição no exterior (U\$ 329 milhões), venda de vídeos e DVDs (U\$ 436 milhões), concessão de direitos a televisão nos Estados Unidos (U\$ 87 milhões), no exterior (U\$ 86 milhões) e venda de outros direitos (U\$ 52 milhões) (EPSTEIN, 2008, p.240). Esses cálculos excluem os lucros obtidos com jogos, parques temáticos e brinquedos baseados no longa-metragem e em toda a série.

Esse modo de organização da indústria interfere diretamente na produção das películas. Sobre o seu longa-metragem *Os Infiltrados*, Scorsese comentou o seguinte:

Richard Schickel: Parece que o filme, no geral, foi bem satisfatório para você.

Martin Scorsese: Eu só estava esperando algum grau de sucesso financeiro com *Os Infiltrados*. Eu entendi bem que aquilo era o fim para mim, que eu não faria mais filmes de estúdio.

R.S: O que você faria?

M.S: Mais filmes independentes. Eu não via mais onde podia me encaixar no sistema, diante do que o sistema precisa nesse momento. Tendo saído de *Gangues de Nova York* e depois *O aviador*, eu simplesmente não sabia mais se poderia continuar fazendo filmes sob controle corporativo. Não estou dizendo que as pessoas que fizeram o filme comigo na *Warner Bros.* eram difíceis de trabalhar. Era uma questão de eu ter ou não o que eles precisavam, o que a corporação precisa. E quanto esforço isso exigiria.

Enfim, *Os Infiltrados* saiu do jeito que eu queria. Mas custou muito dinheiro e havia grandes nomes no filme, e portanto eu tinha de trabalhar muito de perto com o estúdio. Projetar o filme, argumentar, discutir. Fincamos o pé. Conseguimos quase tudo que queríamos, embora aqui e ali não tenhamos conseguido. Isso não importa de fato. O negócio é que eu não sei se vale a pena enfrentar todo o processo outra vez. Porque, em última análise, o mercado para filmes de grande orçamento significa que haverá menos experimentação neles. É a velha história. Agora, é ainda mais assim.

Na minha idade, tendo que passar pelo que eu passei, não sei se vale a pena mais. Chega-se a um ponto em que se diz: simplesmente não sei se consigo fazer o que eles querem.

R.S: Eu entendo. É um processo cansativo, mesmo quando todo mundo é agradável.

M.S: Quando eu estavam terminando *Os Infiltrados*, eu disse “Estou fora daqui”. Mal vi a cópia final (SCHICKEL, 2011, pp. 350-351).

Apesar de algumas mudanças, também podemos destacar continuidades na trajetória de Martin Scorsese, uma delas é o caráter crítico e contestador da realidade de sua época, muito marcante em seus filmes do período da Nova Hollywood como em *Taxi Driver* (dir. Martin Scorsese, 1976). Em se tratando de *Os Infiltrados*, Scorsese aborda o contexto dos Estados Unidos, após o Onze de Setembro. Conjuntura que merece algumas explicações para se melhor compreender a análise do longa-metragem.

Após uma vitória conturbada e contestada nas eleições de 2000 contra o democrata Al Gore, George W. Bush foi eleito presidente, representando a volta de um

candidato republicano ao cargo após oito anos de mandato Clinton. Os meses que precederam os atentados terroristas foram marcados por um aparente isolacionismo em se tratando da política externa com a recusa de assinar o Protocolo de Kioto e aderir ao Tribunal Penal Internacional. Em referência a política interna, uma das ações mais importantes foi a assinatura do *No Child Left Behind Act*, que tratava de projetos educacionais do governo. Todavia, as medidas e ações que caracterizaram a administração Bush remetem aos acontecimentos posteriores ao Onze de Setembro.

Os atentados terroristas de onze de setembro de 2001 em Nova York (World Trade Center) e Washington (Pentágono) redefiniram o rumo da política norte-americana para a próxima década, tanto no nível interno como também externo. Para isso, Bush teve que se firmar como um “presidente de tempo de guerra” e a retórica de guerra, luta contra o terrorismo, bem contra o mal se tornaram amplamente propagandeada pela própria administração Bush com ajuda da grande mídia.

O 11/09 iniciou na política norte-americana um período de perplexidade e silêncio, tendo como origem o medo. Medidas polêmicas de restrição de liberdade individual foram aplicadas na lei conhecida como Ato Patriota, ainda vigente até Setembro de 2011. Além do Ato que prevê a possibilidade de espionagem de cidadãos, de prisão de suspeitos de terrorismo, houve tanto a edição do Memorando do Departamento de Justiça flexibilizando a definição de tortura para sua utilização em interrogatórios, que resultaram nos abusos de direitos humanos em Abu Graib e Guantánamo (PECEQUILO, 2011, p.22)

As reações ao onze de setembro no âmbito da política interna ocorreram de múltiplas formas, desde ao aumento da segurança nos aeroportos, valorização e propaganda do importante papel dos policiais e bombeiros nos resgates as vítimas do *World Trade Center*, construção da figura do presidente e de seu governo, e outros. As ações eram guiadas pela retórica do medo buscando-se estratégias para se evitar a ocorrência de outro ataque ao território. Douglas Kellner afirma que “os atentados terroristas tiveram o efeito material de prejudicar os Estados Unidos e a economia global, e o efeito psicológico de traumatizar uma nação” (KELLNER, 2005, p.28). Além do terror causado pelos atentados a experiência traumática foi revivida repetidas vezes diante de uma cobertura da mídia nacional que reproduziu as imagens e serviu para prolongar o clima de apreensão e medo.

As medidas tomadas pela administração Bush tiveram grande apoio dos principais veículos de comunicação, diversos foram os jornais que repetiram os argumentos apresentados pelo presidente e difundiram a necessidade e validade de uma intervenção no Afeganistão e no Iraque, assim como mantiveram o clima de alerta alto.

O governo Bush também não encontrou forte resistência no Congresso, visto que muitos políticos democratas votaram a favor de muitos de seus projetos e medidas.

A retórica do medo foi amplamente propagandeada, a preocupação com novos ataques serviu para criar um clima que a ofensa aos direitos de determinados grupos ou pessoas era justificada por uma necessidade maior, a proteção da Nação.

Claramente, a mídia e a administração Bush cultivaram após o Onze de Setembro o pânico obsessivamente focado no terrorismo, advertindo de novas ameaças e exigindo retaliação (...) Depois de Onze de Setembro, a mídia se tornou uma arma de histeria em massa que fez a América olhar para o governo por proteção, tornando a população maleável a manipulação (KELLNER, 2005, p.35).

A oposição às ações do governo Bush foi atacada diante da retórica da ausência de patriotismo e traição, segundo esse tipo de pensamento, os Estados Unidos passavam por um momento difícil em que o país deveria se unir para ser mais forte. Sendo assim, as críticas (independentemente de suas validades) só serviriam para enfraquecer a nação, o próprio Presidente Bush chegou a afirmar quem não estava no seu lado, estava junto dos terroristas.

Esse tipo de pensamento teve um forte efeito coercitivo nas vozes de dissenso, apesar de não se poder falar de um silêncio em relação ao que acontecia no país e nas guerras no Afeganistão e Iraque, a maior parte da mídia repetiu os discursos e justificativas da administração Bush (KELLNER, 2005). Essas restrições não afetaram exclusivamente os telejornais, atingiram também o ambiente acadêmico, em que muitos estudiosos tiveram que enfrentar críticas e preconceitos ao exporem opiniões diferentes.

Com o claro objetivo de disciplinar a produção de conhecimento nas universidades norte-americanas, e assim criar as condições de possibilidade para o consenso interno, diversas iniciativas tentaram calar as críticas ao discurso dominante de “tempos de exceção” da “Guerra ao Terror”. Tendo como alvo professores e pesquisadores das Ciências Humanas, organizações e indivíduos, agindo em defesa dos “verdadeiros valores americanos”, lançaram a versão da sociedade civil para a “patrulha ideológica” de Joseph McCarthy. Ao contrário da “caça as bruxas” durante o “Terror Vermelho”, quando cidadãos eram investigados intimidados, perseguidos e silenciados se suspeitos de simpatizar com o comunismo, essa segunda versão parece se articular exclusivamente na esfera civil, apesar de produzir os mesmo efeitos: limitação do direito de expressão, monitoramento de cidadãos, invasão de privacidade, desqualificação de críticos, disciplinarização do pensamento, imposição de consenso interno (RESENDE, 2012, pp.168-169).

Apesar da tentativa de construção de um consenso, conhecidos jornalistas e estudiosos foram vozes de crítica e desconstrução das ações da administração Bush, entre eles: Seymour Herh, Tony Judt, Douglas Kellner e Carol Brightman. Hersh, reconhecido jornalista norte-americano, teve um papel importante nas denúncias de

violação de direitos humanos e corrupção de agentes do governo⁷. Ao escrever uma matéria sobre Richard Perle (membro do Defense Policy Board) e como ele usou sua posição pública para fins privados, Hersh foi chamado pelo acusado de “terrorista”.

Outro elemento muito importante na construção desse clima de paranoia e medo foram as ações governamentais que buscavam criar uma rede de inteligência capaz de mobilizar dados e informações de forma eficaz com a finalidade de antecipar e evitar novos atentados terroristas. Provavelmente, os principais exemplos dessa questão foram a criação do Departamento de Segurança Interna (junho de 2002) a aprovação do Ato Patriótico (outubro de 2001) que proveu as agências de inteligência prerrogativas e liberdades para investigar grupos ou pessoas acusadas de envolvimento terrorista sem a necessidade de uma acusação formal.

A invisibilidade do terrorismo, em particular, dá a funcionários da segurança licença para monitorar os assuntos privados e públicos da população. Armados de uma legislação que torna isso possível, provida pela Ato Patriótico, investigadores estão livres para fazer escutas sem aprovação judicial; para deportar residentes permanentes legais, visitantes e imigrantes em situação irregular sem o processo devido; para rastrear e-mails, apreender discos rígidos de computadores de bibliotecas, tirar impressões digitais de professores e traçar perfil de viajantes do sexo masculino com idade acima de 16 anos vindos de Oriente Médio (BRIGHTMAN, 2006, P.33).

A política externa do governo Bush constitui um dos temas mais controversos de seus dois mandatos. Se inicialmente houve um aparente isolacionismo, após os atentados, os Estados Unidos aumentaram sua atuação no Oriente Médio. Ainda em 2001 foi aprovada a intervenção no Afeganistão para dismantelar a rede terrorista Al Qaeda e capturar seus principais líderes. Em 2003, iniciou-se a Guerra no Iraque, que tinha como justificativa a ameaça causada por Saddam Hussein, acusado de estar produzindo armas de destruição em massa, porém, mesmo após a invasão do território iraquiano não foram encontradas provas que comprovassem essa suspeita.

Para a sua “Guerra ao Terror”, Bush e sua administração formulam uma nova política de segurança nacional, conhecida como Doutrina Bush. Essa doutrina defendia uma “conduta mais agressiva, unilateral, pró-ativa e beligerante” (RESENDE, 2012, p.163). A nova política era utilizada como justificativa para intervir em focos de possíveis ameaças, sem que as suspeitas tivessem que serem providas de provas.

O que a nova estratégia endossa é a guerra preventiva: o ataque a uma possível ameaça antes mesmo que ela se torne real, ou iminente. Tal lógica de antecipação constitui, portanto, a prescrição para um estado permanente de guerra, uma vez que, de acordo com os termos estabelecidos pela nova doutrina, a simples existência de condições com

⁷ Cf. HERSH, SEYMOUR H.. *Cadeia de comando. A guerra de Bush do 11 de setembro às torturas de Abu Ghraib*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

base nas quais uma ameaça possa eventualmente se desenvolver já seria evidência suficiente para a guerra preventiva (RESENDE, 2012, p.163).

No episódio da intervenção no Afeganistão, as justificativas apresentadas estavam diretamente relacionadas aos atentados de 2001 e a participação da Al Qaeda nesses atos. Todavia, no caso do Iraque, foi necessário a elaboração de toda uma conjuntura para que pudesse ocorrer a intervenção. Esse contexto foi construído por importantes membros da administração Bush, como o vice-presidente Dick Cheney, Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld, nomes que já haviam tido cargos importantes em governos republicanos desde Ronald Reagan.

Douglas Kellner destaca que foram criados vários símbolos nessa “Guerra ao Terror”. Por exemplo, o local onde ficavam as torres do World Trade Center ficou conhecido como Marco Zero, mesmo nome dado ao lugar onde explodiu a Bomba de Hiroshima. O “Eixo Do Mal”, grupo de países (Irã, Iraque e Coréia do Norte) que eram hostis aos Estados Unidos teve essa terminologia propagada fazendo referência aos países autoritários que compunham o Eixo na Segunda Guerra Mundial e também preconizando uma aliança entre eles que não existia. Outro exemplo foi nome da operação de luta contra o terrorismo, inicialmente chamada de “operação justiça infinita” foi depois renomeada como “operação liberdade duradoura” (KELLNER, 2005, pp. 25-77).

A retórica da luta pela liberdade foi amplamente utilizada para justificar as séries de intervenções no Oriente Médio, visto que essas ações não somente visavam a liberdade e segurança para população norte-americana, mas também, das sociedades que viviam sobre regimes autoritários como de Saddam Hussein. Porém, tanto no Afeganistão como no Iraque, houveram uma série de denúncias de violação de direitos humanos como também de corrupção por agentes do governos norte-americano e de empresas que atuavam nos dois países.

Sobre a relação entre o filme e o contexto dos Estados Unidos, Scorsese comentou:

Eu sentia uma raiva pela história, pelo mundo em que ela se passa e como reflete o mundo em que estamos hoje. Foi dessa emoção e energia que eu parti. (...) Tem a ver com a natureza da traição. A natureza da moralidade que, depois de 2001, passou a ser suspeita para mim. Estou preocupado com a maneira como vivemos, como estamos vivendo neste país e como são os nossos valores. Esse novo tipo de guerra vai continuar. Nossos filhos vão herdar isso. Não terá terminado quando morrermos. É como uma guerra civil mundial. Como a pessoa se comporta nesse contexto? O que é certo e o que é errado nessa guerra? Na leitura mais rasa de Os Infiltrados, ninguém pode confiar em ninguém. Todo mundo mente para todo mundo. (SCHICKEL, 2011, pp:335-336).

A trama de *Os Infiltrados* trata da história de Billy (Leonardo DiCaprio) e Colin Sullivan (Matt Damon), dois policiais em lados opostos no combate a gangues em Boston. Billy é um agente disfarçado que trabalha na gangue de Frank Costello (Jack Nicholson) chefe da máfia irlandesa, enquanto que Colin trabalha como um infiltrado na polícia para Costello. Ao mesmo tempo em que Billy começa a ganhar a confiança de Costello, Collin inicia sua ascensão dentro do Departamento de Polícia, sendo ele mesmo encarregado de encontrar o infiltrado dentro da corporação. Ambas as personagens vivem uma vida dupla, correndo sempre o risco de serem descobertas. Caso raro na carreira do cineasta, *Os Infiltrados* trata-se de uma refilmagem do longa-metragem chinês *Conflitos Internos* (Mou gaan dou, dir. Andrew Lau e Alan Mak, 2002). O filme rendeu ao diretor seu primeiro e único Oscar de melhor diretor.

Na história, a personagem de Leonardo DiCaprio como a de Matt Damon vivem em um ambiente definido por Scorsese como o marco zero moral, onde não existe ética, todas as personagens mentem para as outras. Ambos são soldados em um conflito entre polícia e gangues e, na verdade, ambas as forças se importam muito pouco ou quase nada com eles. Em ambos os lados há conflitos e corrupção, não há a opção de se ter um lado bom e outro ruim, visto que até na polícia além de informantes, há confronto entre detetives, desconfiança e mentiras.

Scorsese transfere o clima da política e sociedade norte-americana para o relacionamento pessoal e profissional entre as personagens, assim como há mentiras por partes de políticos, todos os personagens vivem em um ambiente que a mentira é algo comum a todos. O medo perpassa todas as relações pessoais, tanto o de ser descoberto, mas também o de ser traído ou de ser apenas uma peça sem importância em um jogo de tabuleiro.

O longa-metragem constrói um ambiente em que as relações pessoais ficam em segundo plano, a paranoia e o instinto de sobrevivência guiam a maioria das ações. Logo que se inicia o filme fica claro que Billy e Collin são vítimas de um conflito que eles não têm ideia da dimensão, ambos são traídos. Ao final, resto muito pouco nos dois lados, ambos destruíram o inimigo e se autodestruíram. Sobre esse contexto, Scorsese comentou o seguinte em uma entrevista:

Gerri Hirshey: Quando você vê a situação atual, com o Bush no Iraque, o que você pensa?

Martin Scorsese: É uma outra abordagem agora. Quando a situação vietnamita começou, no início dos anos 60, houve resistência a ela de imediato, houve questionamento. Agora, não. O homem foi eleito pela segunda vez. A coisa vai além da

sátira. Outro dia estava passando o filme *Bananas*, do Woody Allen. E a mulher que interpreta a miss Estados Unidos diz: "Sou contra o sr. Mellish [personagem de Allen], porque ele discordou do presidente, e é aceitável discordar nos Estados Unidos, mas se você discorda demais, não é bom para o país". Isso numa comédia de 1971. Hoje, os congressistas falam isso sério. É obsceno.

G.H: Como você reage a essa obscenidade?

M.S: Veja em *Os Infiltrados*, essa é minha reação. O personagem Billy, Leo DiCaprio, toma os remédios da mãe e bebe o tempo todo, está numa situação horrível, se disfarçando de gângster. Ele é um condenado desde o princípio, aceita essa situação impossível, como se fosse um garoto se alistando no exército e indo pra guerra, e, duas semanas mais tarde, levando um tiro. "O que eu fiz? Como eu saio dessa?" Não sai. Nem se trata de uma guerra declarada, é uma guerra eterna, o bem e o mal. Em termos de sociedade, você tem a polícia, os gângsteres, os juízes - corruptos, todos corruptos. O fim de *Os Infiltrados* é um "marco zero" moral. É como a devastação do 11 de setembro: alguma coisa foi completamente eliminada, e a única coisa que podemos fazer é erguer tudo de novo, com uma nova geração (HIRSHEY, 2007).

Ao final do filme, Billy e Collin descobrem que durante todo o tempo, Costello trabalhou como um informante para o FBI, revelando que ambos foram usados tanto pelo criminoso como pela polícia. Quando se encerra o longa-metragem, quase nenhuma das personagens principais sobreviveu. Costello, Billy e Collin foram assassinados. Quem resta é Madolyn, namorada de Collin e que teve um caso com Billy. Ela está grávida de uma criança que talvez, ao contrário de Billy e Collin, possa viver em um ambiente diferente onde haja moral e o certo e o errado possam ser identificados. Esse filho representa exatamente a nova geração que Scorsese fez referência no trecho da entrevista acima.

A trajetória de Scorsese na década de 2000 é muito representativa da própria Hollywood, ao mesmo tempo em que há uma série de mudanças, existe também continuidades. Assim como Hollywood, Scorsese teve que mudar para continuar. Hollywood ao longo de sua história não simplesmente continuou existindo, suas mudanças não eram evoluções naturais e esperadas, eram sim reformulações das próprias bases do que era a indústria. A trajetória de Scorsese nos anos 2000 não se trata somente de uma cineasta tendo que se adaptar a uma nova realidade que se impõem sobre o diretor, mas sim o caso de um diretor que buscou se renovar e buscar novas formas de produzir para uma indústria diferente como também para um público distinto.

Não menos fascinado pelos gêneros e pelo trabalho de diretores que ele honra, ele parece mais interessado em fazer as audiências contentes (*Ilha do Medo* foi um grande sucesso comercial). Para melhor ou para pior, seus filmes mais recentes tenderam mais para o entretenimento do que para experimentação, talvez algo inevitável para um diretor tão tomado pelas transformações de Hollywood fazer filmes e talvez com um desejo de seguir essas transformações e se tornar um regular de Hollywood em oposição a um independente de Nova York (KOLKER, 2011, 261).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALIO, Tino. *Hollywood in the New Millennium*. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. NÓVOA, Jorge & BARROS, José D'Assunção. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- BRIGHTMAN, Carol. *Insegurança total: o mito da onipotência americana*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- EPSTEIN, Edward Jay. *O grande filme: dinheiro e poder em Hollywood*. São Paulo: Sumus, 2008.
- HIRSHEY, Gerri. "Entrevista com Martin Scorsese". *Rolling Stone*: Edição 09, Junho de 2007.
- HOLT, Jennifer. In *Desregulation We Trust. Film Quarterly*, Vol. 55, No. 2, pp. 22-29, 2001.
- JUDT, Tony. O silêncio dos inocentes: sobre a morte da América liberal. In: _____. *Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, pp: 426-435.
- _____. Idade da responsabilidade: moralista americano. In: _____. *Pensando o século XX*. Objetiva: Rio de Janeiro, 2012, pp.302-347.
- KELLNER, Douglas. *Media Spectacle and the Crisis of Democracy: Terrorism, War & Elections Battles*. London: Paradigma Publisher, 2005.
- KING, Geoff. *New Hollywood Cinema: An Introduction*. London/ New York: I.B. Tauris Publishers, 2002.
- KOLKER, Robert Phillip. *A cinema of loneliness*. Oxford University Press: New York, 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Reflexões de Uma Década: os EUA, o terrorismo e o 11/09. *Meridiano 47 (UnB)*, v. 12, p. 20-26, 2011.
- RESENDE, Erica Simone A.. *Americanidade, puritanismo e política externa. A (re)produção da ideologia puritana e construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da Historiografia*, v. 8, p. 151-177, 2012.
- SCHATZ, Thomas. The return of the Hollywood Studio System. In: BARNOUW, Erik (et al.). *Conglomerates and the media*. New York: The New Press, 1997.

_____. The Studio System and Conglomerate Hollywood. In: MCDONAL, Paul & WASKO, Janet. Malden. *The Contemporary Hollywood Film Industry*, MA: Blackwell Publishing, 2008.

SCHICKEL, Richard. *Conversas com Scorsese*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

SIMS, Calvin. 'Synergy': The Unspoken Word. The New York Times, 5 de outubro de 1993. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1993/10/05/business/the-media-business-synergy-the-unspoken-word.html>

SOTINEL, Thomas. *Masters of the cinema: Martin Scorsese*. Cahiers du cinema Sarl: 2010.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier: 2012, pp. 283-300.

WILENTZ, Sean. *The Age of Reagan: a history, 1974-2008*. New York: Harper Collins, 2008.

ZELIZER, Julian E. (ed.). *The Presidency of George W. Bush. A First Historical Assessment*. Princeton and London: Princeton University Press, 2010.